

# **PAISAGENS NOTURNAS CARIOCAS**

**Formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro**



**Marcos Paulo Ferreira de Góis**

**Rio de Janeiro, 2015.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARCOS PAULO FERREIRA DE GÓIS

**PAISAGENS NOTURNAS CARIOCAS:**

FORMAS E PRÁTICAS DA NOITE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

2015

MARCOS PAULO FERREIRA DE GÓIS

**PAISAGENS NOTURNAS CARIOCAS:**

FORMAS E PRÁTICAS DA NOITE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2015

MARCOS PAULO FERREIRA DE GÓIS

**PAISAGENS NOTURNAS CARIOCAS:**

FORMAS E PRÁTICAS DA NOITE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)

Avaliador 1 (PPGG/UFRJ)

Avaliador 2 (PPGG/UFRJ)

Avaliador 3

Avaliador 4

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Paulo Cesar, por todos esses quase dez anos de orientação, por ter acreditado em projetos de pesquisa bem pouco comuns e pelo seu pensamento liberal e generoso que me abriu portas e me levou para muitos lugares do mundo e da geografia universitária. Esta tese é inegavelmente um produto desses anos de convivência que me formaram como pesquisador. As poucas linhas que escrevo não podem compreender a gratidão que tenho por todo seu empenho na minha formação e pela oportunidade de fazer parte do grupo de pesquisa Território e Cidadania.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ pela estrutura de trabalho nos últimos seis anos, em especial, aos funcionários da administração pelo cuidado e cordialidade na execução de suas funções.

Agradeço ao corpo docente do PPGG/UFRJ por excelentes sessões de debates e também pela oportunidade de aprender com renomados intelectuais um pouco mais sobre o papel da geografia no mundo contemporâneo.

Aos meus amigos do corpo discente, especialmente aos mais próximos colegas da minha turma de doutorado, os quais tornaram aulas, intervalos e eventos científicos em momentos de discussão bastante divertidos e inspiradores.

Aos meus amigos do grupo Território e Cidadania, devo um agradecimento diferenciado. Em primeiro lugar, à Ana Marcela Ardila pelo acompanhamento em diversas etapas da tese, especialmente pela leitura crítica das primeiras versões, pelas conversas sobre os métodos das ciências sociais e por sua generosa participação na estruturação dos capítulos.

Aos amigos já de longa data, Leticia Ribeiro, Ana Brasil Machado e Igor Robaina pelas recorrentes críticas ao longo da tese, pelas leituras das últimas versões e pelo aprendizado adquirido muitas vezes a partir de conversas triviais. Conversas que fizeram este caminho muito mais fácil, divertido e recompensador.

Ao elenco com mais tempo de casa, mas jovens ainda, Mirelle Alfano, Karina Fioravante e Washington Drummond pelas trocas de ideias sobre noites, filmes, games e quadrinhos.

Aos mais novos, Rafaela Alcântara, Nikolas Zanette, Thomaz Menezes, Amanda Carvalho, Renato Coimbra, Suellen Coccaro, Paula Trojan, Igor Campos e Renan França que ajudaram em trabalhos de campo e sempre estiveram dispostos a qualquer tipo de socorro de última hora. André Felix e Hernando Cepeda que por muitas vezes discutiram comigo sobre a Lapa e a noite carioca, muitas vezes na Lapa à noite.

Aos que hoje trilham outros percursos, como Rodrigo Valverde, Thiago Ferreira, André Alvarenga, Geórgia Jordão, Victor Vasconcellos e Vitor Scalercio que fizeram parte dos anos dourados dos debates sobre espaços públicos e imagens da cidade. Todos vocês me ajudaram de alguma maneira em minha formação intelectual.

Ao grupo de professores e estudantes de doutorado da University of California – Berkeley pela leitura de resumos da minha tese e pelo tempo dedicado aos debates mais gerais relacionados ao estudo das paisagens em reuniões, cafés e gramados do campus. Especialmente ao professor Paul Groth que gentilmente me recebeu e me co-orientou durante nove meses, fornecendo fundamental contribuição para o debate teórico-metodológico exposto nesta tese.

Aos professores Ana Maria Daou e Vincent Berdoulay pela leitura atenta e pelas críticas construtivas sobre o projeto de qualificação.

Aos meus amigos do “mundo real” que mesmo durante o período de “hibernação” se mantiveram próximos, sempre me tentando com propostas para abandonar a escritura e me dedicar à vivência da vida noturna.

À Marcela Castilho pela paciência em períodos de ausência, pela companhia nos momentos de desânimo e pela força nos tempos de dúvida. Seu carinho me manteve na linha reta quando precisei.

A Capes pelo financiamento através da Bolsa PDSE que me permitiu nove meses em uma das instituições mais importantes para o mundo científico e especialmente para a Geografia. Ao CNPq e à Faperj pelo financiamento ao longo do período de doutorado, mas também pelo apoio nos períodos anteriores.

À minha mãe, Matilde Ferreira, não somente por ter me apoiado, inclusive financeiramente, durante todo o período em que eu estudei “Geologia”, mas porque, independentemente disso, sempre me deu espaço para que eu pudesse criar minha própria trajetória de vida.

A todos o meu carinhoso agradecimento.



## RESUMO

O objeto de estudo dessa tese é a paisagem noturna carioca, seu processo de formação e seus constituintes: formas físicas e práticas sociais. O objetivo principal foi analisar a paisagem noturna como um conjunto de cenários para a vida social. Isso significa compreender os cenários como o resultado das relações mantidas entre as práticas sociais e a morfologia que orienta e qualifica essas práticas. A partir de métodos quantitativos e qualitativos, analisamos as formas de apresentação, de negociação e de exposição das ações dos agentes sociais e suas localizações. Os resultados demonstram que há um significativo aumento da inserção da noite no planejamento da cidade, incluindo regulações, obras e projetos para o período noturno. Foram identificados dois processos concorrentes: revalorização do centro urbano e descentralização da vida noturna, com o surgimento de novos polos de lazer e trabalho nas áreas periféricas do município. Há também uma grande variedade de cenários que caracterizam a vida noturna, com uma relativa desigualdade da oferta de atividades no município. Esses variados cenários que compõem a paisagem noturna carioca apresentam morfologias e práticas sociais que estruturam percursos, ações e lugares de concentrações de usuários. Ao mesmo tempo, essas práticas e morfologias fornecem elementos para discutir o caráter transgressor e o papel da negociação de posições e relações. Tudo isso leva a desconstruir a imagem de uma paisagem noturna orientada apenas para o consumo como é recorrentemente apresentada na bibliografia sobre o tema. Notamos, ao contrário, que a noite carioca privilegia em grande parte o encontro social, o que permite também a manifestação de múltiplos interesses em diferentes configurações espaciais. Analisamos as possibilidades da apropriação variada dos projetos e da estrutura da iluminação artificial. Concluímos pela complexidade dos padrões de interação social nos cenários noturnos, o que contraria o esquema simplista muitas vezes apresentado que privilegia a segregação espacial como chave de interpretação.

## ABSTRACT

The object of study in this dissertation is the nightscape of Rio de Janeiro, its formation process and its components: physical forms and social practices. The main objective was to analyze the nightscape as a set of scenarios for social life. This means understanding the scenarios as a result of the relationship between social practices and morphology that guides and qualifies these practices. From quantitative and qualitative methods, we analyze the forms of presentation, negotiation and exposure of the actions of social actors and their locations. The results show that there is a significant increase in the insertion of the night in city planning, including regulations, works and projects for the night. Two competing processes were identified: revaluation of the urban center and decentralization of nightlife with the emergence of new leisure and work centers in remote areas of the city. There is also a wide variety of scenarios featuring nightlife, with a relative inequality of supply activities in town. These different scenarios that make up the Rio's nightscape feature morphologies and social practices that structure paths, actions and places where users concentrate. At the same time, these practices and morphologies provide elements to discuss the transgressive character and the role of negotiations on setting positions and relations. All this leads to deconstruct the image of a night landscape oriented only for consumption as it is repeatedly presented in the literature on the subject. We note, on the contrary, that the carioca night focuses largely the social gathering, which also allows the expression of multiple interests in different spatial configurations. We have analyzed the possibilities of varied ownership of projects and structure of artificial lighting. We conclude by the complexity of social interaction patterns in night scenery, which contradicts the simplistic scheme often presented that focuses on spatial segregation as interpretative key.

## RESUMEN

El objeto de estudio de esta tesis es el paisaje nocturno carioca, su proceso de formación y sus componentes: las formas físicas y prácticas sociales. El objetivo principal fue analizar el paisaje de noche como un conjunto de escenarios para la vida social. Esto significa entender los escenarios como resultado de la relación entre las prácticas sociales y la morfología que guía y califica estas prácticas. A partir de los métodos cuantitativos y cualitativos, se analizan las formas de presentación, la negociación y la exposición de las acciones de los actores sociales y sus ubicaciones. Los resultados muestran que hay un aumento significativo en la inserción de la noche en la planificación de la ciudad, incluyendo los reglamentos, las obras y proyectos para la noche. Se identificaron dos procesos que compiten: reevaluación del centro urbano y la descentralización de la vida nocturna con la aparición de nuevos centros de ocio y de trabajo en zonas remotas de la ciudad. También hay una amplia variedad de escenarios que ofrece la vida nocturna, con una desigualdad relativa de las actividades en la ciudad. Estos diferentes escenarios que conforman las morfologías nocturnas cariocas tienen morfologías y prácticas sociales que estructuran rutas, acciones y lugares de concentración de los usuarios. Al mismo tiempo, estas prácticas y morfologías proporcionan elementos para discutir el carácter transgresor y el papel de las posiciones de negociación y relaciones. Todo esto lleva a deconstruir la imagen de un paisaje nocturno orientado sólo para el consumo, como se presenta repetidamente en la literatura sobre el tema. Observamos, por el contrario, que en la noche carioca se centra en gran medida la tertulia, que también permite la expresión de múltiples intereses en diferentes configuraciones espaciales. Hemos analizado las posibilidades de variada propiedad de los proyectos y la estructura de la iluminación artificial. Llegamos a la conclusión por la complejidad de los patrones de interacción social en el paisaje de la noche, lo cual contradice el esquema simplista menudo presentado que se centra en la segregación espacial como clave interpretativa.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>A CONQUISTA DA NOITE URBANA.....</b>	<b>25</b>
A AMBIGUIDADE DA NOITE.....	25
O LUGAR DA NOITE NO IMAGINÁRIO URBANO .....	27
AS PRÁTICAS TRANSGRESSORAS.....	31
A COLONIZAÇÃO DA NOITE PELO LAZER.....	37
<b>A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PAISAGEM NOTURNA .....</b>	<b>46</b>
A ARQUITETURA DA NOITE .....	47
A GENTRIFICAÇÃO DA NOITE .....	58
A CRÍTICA DA CRÍTICA AO URBANISMO NOTURNO CONTEMPORÂNEO .....	70
<b>AS PAISAGENS URBANAS NOTURNAS: UMA PROPOSTA DE PESQUISA .....</b>	<b>74</b>
O CONCEITO DE PAISAGEM E A TRADIÇÃO MORFOLÓGICA.....	75
AS ESTRUTURAS DA PAISAGEM E A RELAÇÃO ENTRE FORMAS E PRÁTICAS.....	88
PAISAGENS EFÊMERAS: A NOITE E OS SEUS CENÁRIOS .....	94
<b>MÉTODOS E NÍVEIS DE ANÁLISE DA PAISAGEM NOTURNA .....</b>	<b>99</b>
O PROBLEMA DAS FORMAS EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS .....	100
O PROBLEMA DAS PRÁTICAS EM RELAÇÃO ÀS FORMAS .....	102
<b>A NOITE ENTRA NOS PLANOS DA CIDADE .....</b>	<b>111</b>
OS PRIMÓRDIOS DO PLANEJAMENTO NOTURNO CARIOCA .....	111
OS PLANOS URBANOS PARA A NOITE CARIOCA.....	124
O PLANEJAMENTO DA NOITE EM SEU ESTÁGIO PRELIMINAR .....	126
O AVANÇO DO DEBATE E O NOVO PAPEL DA NOITE NOS PLANOS DA CIDADE .....	133
OS PLANOS QUE TOMAM FORMA .....	137
<b>PROCESSOS SÓCIO-ESPACIAIS E PROJETOS PARA A VIDA NOTURNA CARIOCA .....</b>	<b>147</b>
O “RETORNO” DA VIDA NOTURNA AO CENTRO.....	148

A DESCENTRALIZAÇÃO DA VIDA NOTURNA .....	173
O DIÁLOGO ENTRE OS DOIS PROCESSOS E AS MARCAS NA PAISAGEM .....	191
<b><u>CENTRALIDADES DA NOITE CARIOCA.....</u></b>	<b>193</b>
GEOGRAFIA E CENTRALIDADES PARA A NOITE .....	194
O ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES NOTURNAS - ICAN .....	197
OS CENTROS NOTURNOS DO RIO DE JANEIRO .....	209
<b><u>MARCAS DO USO NOTURNO NA PAISAGEM: CAMINHOS, CENÁRIOS E BARREIRAS .....</u></b>	<b>230</b>
A ESPACIALIDADE E A TEMPORALIDADE DAS TRAJETÓRIAS E DAS CONCENTRAÇÕES.....	231
CAMINHOS NOTURNOS E PADRÕES DE TRAJETÓRIAS .....	237
POSIÇÕES NO ESPAÇO E BARREIRAS NA NOITE .....	249
O “MEIO-TERMO” COMO LUGAR DA VIDA SOCIAL NOTURNA.....	272
<b><u>CONCLUSÕES.....</u></b>	<b>276</b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u></b>	<b>292</b>
<b><u>ANEXOS.....</u></b>	<b>309</b>

# Introdução

A expansão e a diversificação das práticas sociais durante o período noturno se constituiu em um dos principais desafios enfrentados por todos aqueles que se ocuparam da gestão das cidades pelo menos a partir do final do Século XVIII. Independentemente do tamanho, da configuração morfológica e de sua história, as cidades precisaram se adaptar às consequências da inserção do período noturno na vida social de seus habitantes, inclusive nas dimensões política e econômica.

Esta conquista progressiva da cidade pela noite representou ao mesmo tempo uma conquista da noite pelos cidadãos, uma forma de dar publicidade noturna a lugares que estavam relegados ao silêncio. Esse processo se manifesta sob diversas circunstâncias e tem ganhado visibilidade a partir de significativas transformações que vêm ocorrendo em vários âmbitos sociais.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da vida noturna ocorreu com a expansão das práticas sociais em termos temporais. Redes de abastecimento, sistemas de comunicação, estabelecimentos de lazer, postos de trabalho e fluxos de pessoas passaram a fazer parte também do período noturno. Hábitos alimentares, de descanso e de higiene foram alterados por atividades que passaram a ocorrer durante a noite e que tendiam a manter cidadãos nas ruas até bem mais tarde.

Em segundo lugar, as metrópoles contemporâneas viram surgir um intenso movimento de pessoas e atividades que se associam ao período noturno, incorporando novos lugares da cidade. Alguns lugares adquiriram notoriedade noturna, outros ficaram relegados ao esquecimento, e isto fez com que as geografias das cidades se modificassem durante a noite. Nas cidades, as áreas destinadas ao lazer noturno são intensamente frequentadas e todo um corpo de classificações e valores é criado para estabelecer os limites entre estes lugares e outras áreas da cidade.

Em terceiro lugar, novas atividades foram criadas exclusivamente para o período noturno ou adaptadas a ele. Casas de show, teatros, cinemas, restaurantes, cafés, serviços de atendimento

ao cliente, hospitais, serviços de transportes e de entregas, operações de manutenção, etc. se reorganizaram para receber a demanda por atividades noturnas.

A crescente intensidade do uso da noite provocou, ao mesmo tempo, a criação de mecanismos de regulação das práticas sociais. Primeiramente, uma regulação das atividades e seus lugares na cidade, como parece ter sido o caso do confinamento de bares, prostíbulos e opiórios às áreas periféricas do centro urbano tradicional. Em segundo lugar, uma regulação realizada pela determinação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos e dos horários em que se permitiria a permanência de pessoas nos espaços públicos. Por fim, uma regulação promovida pela tecnologia, especialmente a partir do uso da iluminação artificial, com o objetivo de demarcar visualmente as práticas sociais.

Estas formas de uso e de regulação da noite afetaram o cotidiano das cidades, as formas de gestão, a organização do comércio e dos serviços, as estratégias pessoais e mesmo a visibilidade das práticas. Ainda hoje somos expostos a estas diferenciações diariamente através de medidas de regulação do consumo, da circulação e até mesmo do volume de nossas atividades. Cada cidade parece ter um conjunto de normas dirigidas para a ambiência da vida noturna, como, por exemplo, as regulações sobre o consumo de bebidas alcoólicas nos espaços públicos, os horários de funcionamento dos bares ou mesmo as autorizações para o fechamento de ruas à noite.

Este complexo cenário, caracterizado pelas atividades que funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana, encontra-se ainda em construção. As grandes metrópoles, as quais correspondem a núcleos urbanos imensos e se inserem em uma rede global, são atualmente o limiar de exposição desse cenário. Elas são os centros inovadores que atraem visitantes para a sua vida noturna. Em virtude disso, algumas delas recebem a alcunha de cidades que não dormem.

O principal atributo das cidades que não dormem seria a simultaneidade das relações entre os centros de vida noturna: lugares que congregam fiéis frequentadores e ocasionais visitantes em torno de atividades e experiências que fogem do ordinário diurno e isso ocorre especialmente nos finais de semana. É esta parte da paisagem noturna de uma cidade que tende a ganhar não só maior visibilidade pública como também na vida acadêmica.

O crescimento da vida noturna nestas cidades e o conseqüente aumento da visibilidade dos lugares de grande frequência noturna já têm sido estudados por pesquisadores em cidades como

Paris, Londres, Tóquio, Nova York, Madrid, Las Vegas, Los Angeles, entre outras. Na América Latina, por exemplo, cidades como Buenos Aires, Santiago e Quito também têm sido contempladas com estudos que salientam as especificidades da vida noturna.

No Brasil, o tema das paisagens noturnas ainda não parece ter despertado o mesmo interesse, ficando contido, sobretudo, às perspectivas de engenheiros e arquitetos. Sobre a cidade do Rio de Janeiro há alguns poucos trabalhos dentro dessa perspectiva, como, por exemplo, nos livros de Mendonça (2004), Dunlop (2008) e Ferreira (2009). Ainda assim, há um grande desafio no que se refere à apresentação dos processos de planejamento, gestão, uso, negociação e construção de uma paisagem noturna carioca.

Embora o fenômeno tenha um relativamente longo interesse para a vida social urbana, a preocupação acadêmica é muito recente. Os primeiros estudos sobre o fenômeno nas ciências sociais começaram a se organizar somente a partir da década de 1970, quando o primeiro trabalho original sobre a noite como fronteira foi publicado por Melbin (1978). A partir de então há um crescente esforço acadêmico para apresentar novos pontos de vista sobre as práticas sociais nas cidades durante a noite.

Este renovado interesse também tem se expandido para o urbanismo, o qual a partir da década de 1980 se propõe a pensar outra cidade, delimitada pelo interesse noturno. A criação da profissão e o treinamento de *lighting designers* surgem dentro deste contexto de profunda curiosidade sobre o fenômeno. Recentemente este interesse tem se dividido entre dois modelos ou visões sobre a cidade à noite. De um lado, um urbanismo que visa o embelezamento das cidades, chamado *City Beautification*; de outro, um urbanismo dedicado ao zoneamento noturno, denominado *Urbanisme Lumière*. Muito embora sejam concepções diferentes sobre a vida noturna, ambos se dedicam à criação e ao uso de novas tecnologias de iluminação, com resultados mais eficientes e belos – que produzam efeitos estéticos com maior visibilidade, menor consumo e menores efeitos luminosos poluidores.

Os agentes da política urbana também têm investido nesses projetos de cidade noturna, especialmente em relação aos aspectos da segurança e do ordenamento. Medidas de regulação das atividades e incentivo de certas formas de lazer noturno são estabelecidas por essas políticas, revitalizando as formas de regulação da noite do passado a partir de mecanismos novos.

Os debates entre esses diversos interesses que contextualizam as ações durante a noite fizeram com que uma profusão de estudos sobre isso emergisse nas ciências sociais. As principais pesquisas se dedicaram ao processo histórico de conquista da noite urbana e valorizaram os encontros sociais, as práticas dos usuários e a paisagem noturna. Essas pesquisas concentram dois aspectos principais sobre o problema da noite urbana e estes têm relativa importância no debate mais geral sobre o urbano nas ciências sociais, incluindo também a geografia.

De um lado temos as pesquisas que se dedicam à descrição das práticas sociais noturnas, com grande foco sobre as ideias de ordem e de transgressão da ordem (MELBIN, 1978; PALMER, 2000; JAKLE, 2001; EKIRCH, 2005; BALDWIN, 2012). Este grupo de trabalhos tendeu a apresentar a noite como um momento de rompimento da ordem diurna e imposição de um novo princípio organizador da vida social. Em virtude disso, as teses se concentram sobre os problemas de uma noite ambígua, ao mesmo tempo aberta para o lazer e oportunidades de diversão e fechada para a livre circulação em razão dos perigos dos contatos com grupos desordeiros. Em grande medida esses estudos se debruçam sobre a história da urbanização e a expansão da vida social noturna.

De outro lado temos os estudos sobre a economia urbana noturna, os quais concentram seu interesse sobre o tema da gentrificação da noite urbana (THORNTON, 1996; HANNIGAN, 1998; CHATTERTON & HOLLANDS, 2003; TALBOT, 2006; ROBERTS, 2009; HAE, 2011). Além de serem estudos sobre questões mais atuais, os trabalhos constroem também uma visão sobre as paisagens noturnas, buscando apresentar a noite como um novo momento de expansão do capital e do empreendedorismo urbano dos agentes econômicos. Assim, questões latentes ao marxismo nas ciências sociais ganham centralidade, como, por exemplo, a exclusão social, reinterpretada como uma forma de exclusão de agentes sociais da vida noturna, ou o consumo hedonista, entendido como uma captura da vida noturna pelos setores urbanos de classe média. Nesse ponto, a ideia de “crise” é o marco inicial da reflexão e a ideia de “perda” o resultado advindo da supressão de classes e de atividades na composição da paisagem noturna.

De qualquer maneira, há um raciocínio dual nas ciências sociais e no planejamento urbano que se reafirma pela oposição entre vida noturna e vida diurna, como uma naturalidade advinda da oposição dual entre o dia e a noite. Um dos elementos mais problemáticos nos estudos desses dois grupos foi a aceitação sem discussão de que as atividades noturnas têm um forte comprometimento com atitudes transgressoras. Nesse sentido, o limite da noite foi visto como

a oportunidade de liberação das normas e princípios que regem a vida social na cidade no período diurno. Ainda nesses estudos, muitas vezes, há um forte desencantamento com as possibilidades “libertárias” das práticas sociais à noite, atribuindo seu domínio às políticas de controle e vigilância que caracterizam nossa sociedade.

Essa mitologia binária também aparece com força para denunciar a aniquilação do potencial “revolucionário” da noite, que se oporia aos mecanismos do capitalismo monopolista no período diurno das cidades. Lamentam assim que a exclusão social e as desigualdades tenham sido impostas também à vida noturna. Em qualquer caso, os cientistas sociais recriaram a mitologia binária entre noite e dia para demonstrar que os problemas sociais, relacionados ao capitalismo em sua fase atual, estariam em toda parte, alcançando também as práticas ligadas à vida noturna.

Em ambos os casos há similaridades que implicam em uma muito particular visão sobre as paisagens noturnas. De forma bastante geral, os autores tendem a recuperar as ideias de transgressão (e ordem) e de crise (e gentrificação) para analisar situações bastante específicas e daí generalizar o problema para toda a cidade. Os centros turísticos, as redes de entretenimento, os estabelecimentos da moda e o público jovem de classe média tendem a ser os objetos preferenciais dos estudos. Dessa forma, cria-se uma dicotomia entre agentes e práticas hegemônicas e agentes e práticas alternativas. Um jogo no qual a autenticidade dos lugares parece estar sempre comprometida pela intervenção do Estado, no caso dos estudos históricos, ou pela participação do grande capital monopolista, no caso dos estudos de sociologia e geografia sobre o período atual.

Além de uma visão bastante limitada sobre os papéis dos agentes e os lugares da noite na composição da paisagem, os pesquisadores tendem a demonstrar uma visão bem restrita das possibilidades de negociação das ações. Em geral, os agentes hegemônicos têm precedência na alocação de recursos e na decisão sobre como e onde serão realizadas intervenções. O debate político e o papel de outros agentes sociais ficam subsumidos na premissa de que todos possuem apenas posições de contestação, limitadas pelo seu baixo poderio econômico.

Por fim, o espaço construído ou o ambiente de intervenção e de uso possui papel claramente acessório, sendo meramente o palco dos encontros sociais, em geral, reforçando a desigualdade sócio-espacial. A capacidade comunicativa do espaço físico e dos elementos materiais aparece

esmaecida, servindo aos propósitos das ações dos agentes hegemônicos. Quando o espaço construído se torna o centro da investigação – em geral, um trabalho que tem sido realizado por urbanistas –, há pouco diálogo com as práticas ou as formas de uso dos indivíduos. Isso parece desqualificar o potencial do uso do conceito de paisagem.

Aqui, procuramos justamente desconstruir essa visão dual em relação ao dia/noite, a qual toma o comportamento transgressor como uma qualidade intrínseca à noite. Por isso, ainda que reconheçamos que a noite pode oferecer novas atividades, práticas e lugares, não acreditamos que isso demarque necessariamente uma ruptura em relação ao dia. Em virtude disso, não endossamos a concepção de uma franca descontinuidade, normalmente anunciada nesses estudos, e que tende a naturalizar um processo construído socialmente.

Da mesma maneira, não apoiamos a ideia mais comum de que a expansão totalizadora e opressora de grupos dominantes na vida diurna teria se apossado e neutralizado o potencial revolucionário da noite. Entendemos isso como uma forma de raciocínio dual que qualifica os papéis sociais segundo um critério organizado em torno de elementos da natureza, como se o pôr e o nascer do Sol fornecessem as chaves para a interpretação das práticas sociais.

A noite tal qual foi observada aqui guarda muitas similaridades com o dia, ela é parte de um mesmo jogo social, ainda que inegavelmente haja maiores margens negociadoras das práticas sociais. Os ritmos circadianos influenciam os ciclos biológicos e seguramente desempenham um papel na vida cotidiana dos seres vivos, mas não são elementos explicativos em si. Aqui daremos maior precedência aos ritmos sociais, ao conteúdo espacial das relações sociais que ocorrem durante a noite em uma cidade. Isso significa dizer que o nosso interesse se volta a uma noite delimitada pelo uso social e não por demarcações definidas *a priori*, recuperadas dos ciclos naturais. É deste ponto que partimos para o estudo das paisagens noturnas cariocas.

Quando nos referimos a paisagens noturnas o fazemos no intuito de entender a diversidade e a variedade de atividades, lugares e públicos no espaço urbano e não somente um determinado conjunto de práticas, comumente definido como formadores da vida noturna, como, por exemplo, boates de classe média voltadas ao público jovem. Em outras palavras, a vida noturna é aqui vista como um conjunto de muitas situações e lugares e não podemos restringir nossas observações apenas às áreas e aos públicos mais visíveis ou mais centrais. Dessa forma, a

paisagem noturna aparece como o resultado provisório das relações em sociedade. Relações que são, ao mesmo tempo, entre agentes e entre lugares.

Esse quadro mais geral significa, muito resumidamente, que adotamos um olhar crítico sobre as identidades sociais, como sugere Massey (2008). Isto quer dizer que optamos por um estudo que buscasse entender o encontro dessas identificações nos contextos sócio-espaciais de realização da vida noturna, ou seja, partimos dos lugares para eventualmente chegarmos aos grupos, ou melhor, para chegarmos às formas de relações entre eles.

Outro aspecto essencial sobre a paisagem diz respeito a sua tradição como um conceito que reúne o conjunto de formas concretas criadas pela sociedade. Como composição sócio-espacial, a paisagem urbana é preenchida pelo variado colorido social, incluindo formas que são de momentos e que exercem funções distintas. A multiplicidade de formas construídas e a variedade dos arranjos espaciais nos permite observar o quão heterogêneo pode ser um cenário de vida noturna. Dessa forma, a morfologia da paisagem é um indicador fundamental da coexistência de lugares, atividades e públicos, ou seja, ela dialoga com as práticas sociais.

A morfologia da paisagem noturna também inclui, além dos elementos concretos, a iluminação artificial como atributo essencial. A luz é entendida aqui como um elemento de ligação entre formas e práticas, pois além de valorizar as formas construídas, orientar os percursos e sinalizar as atividades, ela contribui para a visibilidade das práticas sociais. A variedade da iluminação artificial e a sua organização espacial nos permite notar os contornos dos cenários, e em conjunto, da paisagem noturna, dos limites da ocupação urbana e da intensidade de um centro noturno enquanto local de concentração de usuários. Por isso, a luz artificial é vista como uma variável para a compreensão da ordem espacial da vida noturna.

Por fim, as formas e as suas funções dialogam com práticas sociais, não se orientando somente aos desígnios de grupos hegemônicos, sejam eles o Estado ou as corporações, mas, acima de tudo, a partir das relações entre os agentes sociais. As práticas sociais são compreendidas em relação às formas concretas, pois são elas que constroem, organizam e dão sentido às formas. As práticas sociais podem incentivar a criação de um pequeno centro noturno com alguns bares, a conversão de uma área de comércio atacadista em um conjunto de boates da moda, a organização de um bairro inteiro para os desígnios da vida noturna e até mesmo o estabelecimento de uma política urbana dedicada à reurbanização de áreas para o uso noturno.

As relações podem também engendrar processos não lineares de expansão e de retração da vida noturna, como em casos nos quais o excesso de violência (ou de controle) acaba por afastar os usuários dos centros noturnos. Nesses casos, antigas formas podem perder suas funções, se mantendo como esqueletos de um conjunto de práticas do período anterior.

Evidentemente, há uma forte relação entre essas formas físicas e as práticas sociais. Essa reflexividade do processo nos ajudou a entender os papéis da noite na cultura urbana, nas políticas públicas de ordenamento territorial e nas atividades econômicas da noite carioca. Foi necessário recorrer para isso ao reconhecimento dos processos históricos de formação desses centros de vida noturna, assim como os procedimentos de incorporação da noite no planejamento, na vida comercial e nas estratégias dos usuários da cidade durante o período noturno. Estes primeiros elementos nos ajudaram a estruturar cinco pontos oriundos do interesse sobre as morfologias e práticas associadas à vida noturna.

Em primeiro lugar, procuramos compreender o desenvolvimento do processo de criação e expansão dos centros de vida noturna. Neste sentido, não se trata somente de um estudo sobre as origens da “conquista da noite”, mas o seu papel no planejamento e na vida cotidiana da cidade. O entendimento do processo nos permitiu entender a espacialização das atividades, suas localizações e ligações com práticas sociais.

Em segundo lugar, tentamos apreender os diferentes papéis dos agentes urbanos na composição da paisagem noturna. Neste caso, partimos da hipótese de que os agentes modeladores da paisagem noturna não são e nem podem estar limitados aos agentes públicos ou aos grandes empresários. Cada agente seria então compreendido dentro dos contextos de sua atuação, o que inclui a sua capacidade de organizar atividades, selecionar localizações e discutir o seu papel na modelação dos cenários.

Em terceiro lugar, buscamos discutir a centralidade de algumas formas e práticas na representação da paisagem noturna. Assim, não privilegiamos um determinado público, mas sim as formas pelas quais determinados grupos ganham visibilidade em determinados contextos. Iniciamos nossas perguntas sobre os lugares para somente depois chegarmos aos públicos, suas práticas e formas de organização espacial. Dessa forma valorizamos os cenários de realização das atividades noturnas, especialmente as significações do espaço construído na realização das práticas sociais, como sugerido por Gomes (2008).

Em quarto lugar, tentamos entender e interpretar as estratégias dos agentes sociais, especialmente dos usuários dos centros de vida noturna, o que significa que seus papéis não ficaram restritos ao consumo dos serviços noturnos. Os usuários foram, assim, estudados em suas práticas noturnas, percursos, trajetórias, ritmos, concentrações, gostos e posições nos contextos observados.

Em quinto lugar, procuramos compreender o papel das formas construídas não somente como elementos de composição, de organização ou de orientação em relação às práticas sociais, mas também como elementos espaciais que permitem negociações entre os agentes sociais. A criação de delimitações e de posições em relação a elas nos permitiu entender as formas de interação e de uso do espaço.

Estes cinco pontos abrangem a questão fundamental desta tese na qual nos interrogamos sobre as formas de organização das práticas sociais em termos de composição da paisagem noturna carioca. Para isso também nos questionamos sobre quem são os agentes da vida noturna carioca e seus papéis na configuração dessa paisagem, bem como onde intervêm e as motivações dessas intervenções para o conjunto de situações que demarcam os centros noturnos. Ao tratarmos das formas de organização das práticas sociais estamos nos referindo às ações concretas de criação de centros de vida noturna e aos significados atribuídos a eles pelos agentes sociais. Quando falamos de composição da paisagem noturna unimos as práticas às formas construídas que são dedicadas ao uso noturno. O conjunto formado pela questão de partida e os objetivos relacionados a ela buscaram exibir o variado colorido que compõe a paisagem noturna do Rio de Janeiro.

No intuito de fornecer respostas para as questões arroladas acima, nos munimos de um conjunto de propostas teórico-metodológicas que reúne o interesse sobre a relação entre formas e práticas sociais. Para o problema da forma nos valem da tradição geográfica associada ao conceito de paisagem, especialmente a partir do método morfológico saueriano reorganizado segundo os estudos da paisagem vernacular de J.B. Jackson e os recentes estudos da Geografia Cultural Renovada, especialmente a partir das críticas de Paul Claval, Augustin Berque e Tim Cresswell.

Para o problema das práticas voltamos para a discussão estabelecida por Milton Santos e Roberto Corrêa acerca das ações e dos agentes sociais, mas introduzindo o problema da estruturação segundo Bourdieu, ou seja, vinculando estruturas e agenciamentos a partir da ideia

de *habitus*. O diálogo estabelecido entre geógrafos e sociólogos nos permitiu entender como as formas concretas podem ser elementos estruturantes das práticas sociais, sendo, ao mesmo tempo, elementos de negociação das localizações dessas práticas no espaço urbano.

As discussões mais gerais sobre o conceito de paisagem, de morfologia e de práticas sociais foram posteriormente desmembradas em métodos de observação empírica das suas relações. Neste caso, a tradição geográfica de observação direta foi complementada por análises quantitativas apoiadas nos estudos de centralidades, por análises textuais ligadas à sociologia dos discursos e por análises de ritmos, trajetórias e concentrações, inspiradas na *time-geography* de Torsten Hagerstrand, Allan Pred e Henri Lefebvre.

Para a análise das observações empíricas das formas e das práticas sociais tentamos recuperar os métodos propostos por Carl Sauer e J.B. Jackson em uma releitura a partir do método de observação da relação entre comportamento e ambiente construído presente nas obras de William Whyte e John Zeisel. Além disso, para a compreensão dos cenários de atuação e as formas de negociação de posição em um contexto social nos utilizamos das reflexões de Erving Goffman na sociologia e de Paulo Gomes na geografia. Assim, tratou-se de um exercício de flexibilização das tradições metodológicas da geografia, do urbanismo e da sociologia que visava obter um diálogo entre as práticas sociais e as formas construídas relacionadas à paisagem noturna.

Podemos resumir o esforço metodológico como uma busca por processos, padrões e formas de negociações. Trata-se de uma maneira de voltar aos mesmos elementos de debate (forma e prática) incorporando os modos pelos quais os agentes sociais se organizam espacialmente para negociar os lugares de exposição da vida noturna. A paisagem noturna é de certa forma esta associação entre formas e práticas que incorporam diferentes agentes, práticas, formas, atividades e lugares.

Com o intuito de apresentar a variedade de situações que compõem a paisagem carioca contemporânea estabelecemos dois recortes de pesquisa. O primeiro diz respeito ao recorte temporal, compreendendo o início da década de 1980 até os dias atuais do ano de 2014. A delimitação desse primeiro recorte compreende o período no qual acreditamos ter se iniciado uma nova fase do planejamento, da organização espacial e da vida social noturna na cidade. O segundo recorte corresponde aos limites espaciais de análise. Nesse caso adotamos o município

do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, em razão da recorrente referência ao passado noturno do município como cidade luz ou de suas zonas boêmias. Em segundo lugar, pela massa de dados ainda pouco explorados pelas ciências sociais e que pareciam demonstrar um significativo papel da noite carioca na imagem do país e na economia local. Em terceiro lugar, pelas evidências de novas práticas, intervenções e estratégias sociais em outras áreas do município, algo observado na pesquisa de mestrado realizada anos antes.

Os dois recortes da pesquisa, combinados com o recorte teórico-metodológico, nos ajudaram a delinear os caminhos da aquisição, análise e apresentação dos resultados. Neste sentido, dividimos esta tese em quatro grandes partes. A primeira procura apresentar o estado da arte sobre o tema, discutindo com os autores os problemas relacionados às ideias de conquista e de gentrificação da vida noturna, respectivamente nos capítulos um e dois. A revisão sobre o tema proporcionou a formação de uma primeira camada de críticas às ideias generalizadas de transgressão e controle social como elementos centrais das paisagens noturnas.

A segunda parte concerne ao tratamento teórico e metodológico da tese, apresentando as críticas mais diretas à bibliografia, propondo uma definição do conceito de paisagem geográfica para tratar a noite urbana. Nessa parte são também apresentados os métodos de observação e de análise das informações, os quais foram reunidos no intuito de criar relações entre as metodologias da geografia, da sociologia, do urbanismo e da antropologia.

A terceira parte é dedicada aos processos sócio-espaciais, suas bases históricas e as formas de relação entre os agentes sociais. Os dois primeiros capítulos desta parte repercutem de algum modo a geografia e a história da vida noturna da cidade para depois pensar as políticas urbanas que incorporaram de alguma maneira a noite em seus planos. O primeiro elemento a ser estudado é o processo que podemos denominar, parafraseando Luc Gwiazdzinski (2005), de conquista da fronteira noturna pelos cidadãos cariocas. O segundo elemento trata das mudanças ocorridas na administração das cidades e o papel cada vez mais representativo da noite no planejamento, dentro de um conjunto de medidas de recuperação da economia urbana carioca a partir do início dos anos 1980. De certa maneira esses dois capítulos tentam recuperar o papel da noite nas grandes tendências de expansão urbana do município.

O terceiro capítulo desta parte discute os elementos pertinentes à morfologia, à visibilidade e à centralidade das práticas sócio-espaciais noturnas. Neste caso, observamos a ação dos agentes privados e do público no desenvolvimento dos processos de retorno ao centro e de

descentralização da vida noturna e seus respectivos impactos na paisagem noturna do Rio na atualidade. Neste caso, os projetos urbanos criados a partir da década de 1980 na cidade do Rio de Janeiro foram guias para a discussão dos processos.

A última parte compõe aquilo que podemos denominar de padrões espaciais atuais que compõem a paisagem noturna carioca. Em um primeiro momento buscamos estabelecer uma visão da distribuição da oferta de serviços noturnos no município, um quadro constituído após a criação de um Índice de Centralidade da Atividade Noturna e a procura por um padrão espacial da iluminação artificial. Por fim, o mais longo trabalho se deu na análise dos comportamentos e das práticas associadas à vida noturna. Neste caso tentamos reproduzir as ações dos usuários nos locais, a sociabilidade na noite da cidade e as formas de interação e de concentração de pessoas nos espaços públicos.

Como guia de leitura recomendamos que se busque o fio orientador nas relações entre práticas e formas, entendendo que estas relações possuem esquemas de estruturação e também formas de agenciamento. A espacialidade do fenômeno deverá ser entendida como um jogo, o que inclui regras e estratégias ensaiadas, mas também muitas formas de improviso e de adaptações das regras. A variedade de métodos, escalas e características do fenômeno não deve, portanto, ignorar os dois elementos estruturadores do entendimento da paisagem noturna carioca.

## Capítulo 1:

# A conquista da noite urbana

O olhar das ciências sociais sobre a noite urbana reproduz em muitos casos as mitologias que deram à escuridão o estatuto de momento e situação na qual a transgressão da ordem é parte integrante das práticas sociais. A visão binária se tornou bastante estabelecida, sendo primeiramente incorporada à ideia de ordem e desordem e posteriormente deslocada para a ambiguidade entre trabalho e lazer. Este olhar acabou sendo adaptado também às políticas urbanas e a iluminação do espaço urbano passou a ser associada ao par espetáculo e segurança. A “urbanização” da noite do passado parece alcançar uma discussão mais geral na qual o imaginário fantástico, religioso e moral passou a também fazer parte de uma lógica discursiva oficial, cotidiana e acadêmica. Assim, o discurso da transgressão passou de um elemento estruturante da vida cotidiana para uma visão ordenadora de cunho científico.

## A ambiguidade da noite

A noite permeia o pensamento humano desde os primórdios das organizações sociais mais elementares e para se defender do frio, da escuridão e dos seres notívagos foram criados mecanismos de proteção como o fogo e os abrigos nas cavernas (BENEVOLO, 2009). Ao mesmo tempo, o perigo e as oportunidades que a noite oferece são tão reais quanto imaginados e criamos, assim, histórias, contos, provérbios, poemas e canções para amaldiçoá-la ou encantá-la (DEWDNEY, 2005). Somos cotidianamente confrontados com a sua presença, a qual não deixa de orientar as nossas práticas, ainda que atualmente tenhamos novas formas de lidar com os ciclos circadianos. No reino da fantasia elaboramos também fórmulas de compreender a noite e relativizá-la, evocando espíritos, seres e comportamentos que veríamos como transgressores de uma ordem diurna. Sobre muitos pares se confronta a noite, aparecendo

sempre ambígua, parcialmente descoberta, parcialmente misteriosa, exibida em um diferenciado jogo de visibilidade.

A partir dos argumentos contidos nas obras de autores como Bureau (1997), poderíamos notar que a dicotomia entre luz e escuridão é bem importante para o Cristianismo, em geral, tendendo a reforçar o apelo à luz como chave da salvação humana. Mesmo o conhecimento científico é aclamado como Iluminismo, como o clarão da lâmpada que fornece a ideia: Eureka! O mundo das sombras é o oposto lógico, presente nas pessoas condenadas, nos seres vis e a na decadência física, intelectual e moral.

Nesse mundo, que é na verdade um lugar no espaço-tempo reside a noite. Noite encantada, como já foram as florestas, as cavernas e as montanhas. Noite que também é um referente científico, algo que permanece nas visões como um elemento de composição moral dos lugares. Ela aparece em muitos estudos ainda misteriosa, insinuando transformações nas práticas e nos aspectos visuais da paisagem. A recorrência das citações aos deuses do mundo antigo, da separação entre o bem e o mal, entre as luzes e as trevas, entre bruxas e heróis, entre sol e lua, são modulações que realçam a ambiguidade da noite (BUREAU, 1997).

Ao empreendermos um percurso ao longo da história da cidade encontramos uma variedade de mitos e de personagens que habitam a noite (PALMER, 2000). Os seres fantásticos, os acontecimentos mágicos e os eventos sobrenaturais constroem a ideia de noite desde a infância, em que os momentos de festa, de euforia e de sono são povoados por fadas, demônios e vampiros.

Dentro desse quadro bastante geral, a noite é tida como um momento de transgressão, no qual podemos realizar os desejos que não podem ser compreendidos e manifestados durante o dia e talvez por isso a fantasia, a magia e a alucinação sejam razões coerentes para a explicação desses atos. Craig Koslofsky (2011) demarca muito bem essas situações ao observar que o comportamento desviante até o século XVII na Europa era associado a personagens míticos, condenando pessoas e as definindo como bruxas, lobisomens, vampiros, demônios, entre outros personagens que a habitariam e, em razão disso, seriam amaldiçoados e pervertidos.

O imaginário ocidental sobre a noite é permeado de histórias sobre crimes e relatos sobre seres estranhos em lugares sombrios. Nas obras sobre o passado, outros habitantes fantásticos da noite unem-se a ladrões, assassinos e estupradores como um grupo que seria responsável pela

brutalidade e pela violação da moral dos cidadãos de bem. Não obstante, estas personagens encontram em alguns lugares, onde a escuridão predomina, um esconderijo para que suas ações ocorram. Tais seres parecem se alojar em lugares da cidade como em esquinas pouco iluminadas, ruas sem saída e prédios abandonados, os quais são também lugares preenchidos de símbolos geográficos, uma paisagem moral, de certa forma (PAQUOT, 2000).

As cidades há bastante tempo têm repercutido essas histórias, desde os contos alemães de pacto com o demônio, em Fausto, passando pelas histórias de terror de Mary Shelley (Frankenstein, 1818) e de John William Polidori (The Vampyre, 1819), chegando finalmente em histórias em quadrinhos como Batman e Sandman. Mesmo os contos infantis são permeados de histórias sobre os perigos da noite e os seres fantásticos que aparecem enquanto dormimos como nas histórias de Sendak, em *Where the Wild Things Are* (1963).

Os seres fantásticos, objetos de livros de ficção, parecem cada vez menos habitar o nosso imaginário sobre a noite urbana, mas os seres reais, membros da sociedade, mas desobedientes às suas leis, permanecem ainda assombrando o cotidiano urbano. Talvez porque a noite ainda permaneça com um forte sentido de transgressão, de momento no qual as regras são suspensas e o controle social dificilmente consegue ser exercido em sua plenitude. Este parece ter sido talvez o dilema das sociedades modernas: como lidar com uma crescente importância das atividades noturnas e ao mesmo tempo garantir que crimes e violações de direitos sociais não ocorram a ponto de inibir a vida social.

## O lugar da noite no imaginário urbano

As criaturas da noite, os seres que povoam a cidade noturna e que causam constrangimentos para os “bons cidadãos”, sempre foram aqueles contra os quais o poder local se incumbiu de “lutar em prol da sociedade”. Desde a antiguidade foram criados mecanismos de proteção dos bens privados: as casas eram guarnecidas de cercas, de grades e de alarmes contra a invasão de estranhos (EKIRCH, 2005). Da mesma forma, os cidadãos que se arriscavam a sair durante a noite buscavam portar lanternas, fazer passeios curtos e quase sempre em grupo (KURME, 2009).

Aos meios privados de obtenção de segurança ajustavam-se as formas de prevenção de crimes por parte das autoridades policiais. Os vigilantes noturnos em torres de observação, os guardas dos portões das cidades medievais e os policiais realizando rondas pela cidade moderna foram os funcionários que tentaram garantir essa ordem noturna (MUMFORD, 1998). Como já foi dito uma vez: “A lei não é a mesma de dia e a noite” (George Herbert *apud* Ekirch, 2005, p. 84) e isto significa que os personagens e o controle de seu comportamento precisariam ser repensados à noite.

Mesmo quando as ruas das cidades começaram a ser iluminadas, o medo de encontros indesejados continuou presente. A expectativa de que um blackout ou um corte de luz pudesse gerar constrangimentos para a ordem social permaneceu, como atesta Baldwin (2004). O contexto social, no qual o fim da iluminação espreitaria o início da desordem e da subversão dos preceitos morais, leva a um descontrole da vida urbana à noite (OTTER, 2008). Ainda hoje quando ocorre um “apagão” notamos que há uma mobilização social nas grandes cidades: todos os policiais vão às ruas, os cidadãos evitam sair de suas casas, os bombeiros ficam em estado de alerta, a cidade para, as práticas sociais cotidianas se reconfiguram.

O medo da escuridão e da desordem social ratifica a distância em relação ao período diurno e isto é fundamental para que possamos compreender a existência de uma estetização do medo. Algo que está presente em nosso imaginário através de imagens extraídas do cotidiano urbano, mas também de imagens apreendidas a partir de histórias e relatos de acontecimentos em outros lugares. A ele retornamos sempre que necessário para compreender os acontecimentos do cotidiano. A noite é assim descrita segundo um imaginário que cria a ideia de transgressão, entre as tentações e as punições que derivam do seu uso para o prazer.

Quando se diz que a noite é um momento que habilita a manifestação de um comportamento transgressor é porque se torna evidente o seu pareamento com o comportamento diurno. Toda ansiedade e desconforto que surge durante a noite estaria associada ao comportamento transgressor daqueles que habitam o noturno (WILLIAMS, 2008).

Tornou-se comum dizer que a noite é transformada em período de ruptura, das tentações dionisíacas em contraste com a austeridade apolínea. O dia é o momento do trabalho e da manutenção da ordem; a noite é o momento da transgressão da ordem e da adoração ao prazer.

Esta forma dual de observação das relações sociais é recorrente e profundamente amarrada ao imaginário social:

Nosso ponto de vista é que por um longo tempo concepções normativas, binarísticas sobre o dia e a noite têm permanecido incontestadas, com consequências na forma como nós imaginamos e experimentamos o mundo. **Enquanto um número significativo, aparentemente ‘natural’, de binários conceituais tem sido objeto de continuada crítica nas últimas décadas – homem/mulher, preto/branco, natureza/cultura, urbano/rural, cultura/economia – o binário noite e dia permanece notavelmente intacto.** Que este binário tenha recebido tão pouca atenção é algo singular – dado a constante presença tanto da noite quanto do dia. Em alguns casos os elementos mais onipresentes do nosso mundo podem às vezes ser negligenciados (GALLAN E GIBSON, 2011, p. 2509 – grifo nosso)<sup>1</sup>.

O modelo binário de compreensão da noite tendeu a reforçar os mitos, associando durante muito tempo a vida noturna à malandragem, à perversão e à boemia. Os cidadãos de bem deveriam permanecer em casa durante a noite (BALDWIN, 2012), assim como as mulheres respeitáveis não poderiam ter negócios importantes neste período (PEISS, 1986). Assim, muitas das histórias do passado foram recontadas tendo em conta essa divisão entre aqueles que se dedicavam aos crimes ou às festas noturnas e os outros que preferiam o recolhimento. Neste sentido, a ideia de noite ainda conserva o seu caráter de transgressão em relação ao dia, se mantém presa à ideia de ruptura, de espaço contestatório, como, por exemplo, em Cresswell (1998). Se durante o dia observamos o trabalho, a vigília e a ordem; a noite aparece o ócio, o lazer e o descanso. Uma divisão tão esquemática que nos traz mais dúvidas do que esclarecimentos<sup>2</sup>.

Para uma visão da noite contemporânea deveríamos adotar uma postura crítica em relação aos pontos de continuidade e descontinuidade em torno do dia e da noite. De um lado, a separação

<sup>1</sup> Our view is that for too long normative, binaristic conceptions of day and night have remained unchallenged, with consequences for how we imagine and experience the world. While a number of pervasive, seemingly ‘natural’, conceptual binaries have been the subject of sustained critique in recent decades - man/woman, black/white, nature/culture, urban/rural, culture/economy - the binary of day and night remains remarkably intact. That this binary has received so little attention is odd - given the constant presence of either night or day. In many cases the most ubiquitous elements of our world can often be overlooked. (GALLAN E GIBSON, 2011, p.2509).

<sup>2</sup> A separação entre o claro e o escuro, o iluminado e o assombrado, recuperado das mitologias pagãs e recontado pelo cristianismo, repercutem nas cidades à noite. Sem dúvida, em um sistema de organização ritual ocidental, muito diferente daquele construído pelos japoneses, por exemplo, no qual as sombras compõem um espaço espiritual fundamental, se desdobrando no desenho arquitetônico, na alimentação e no repouso (TANIZAKI 1977).

entre dia e noite é necessária, pois a partir dela podemos compreender as formas de atuação política, as preocupações urbanísticas e as formas de comportamentos; por outro lado, a permanência e certo grau de generalização entre as atividades diurnas e noturnas podem ser úteis para compreender as práticas cotidianas do urbano, os significados sociais e a morfologia da cidade. Assim, não há um estatuto privilegiado para a noite ou uma matriz diurna organizadora, mas uma mútua participação dos períodos na definição do cotidiano, como notaria Melbin (1987). Se tentássemos entender a noite a partir de uma definição de seu início e fim, para compreendermos formas, práticas e significados, transformaríamos a noite em algo essencial, confinando práticas sociais em fronteiras do tempo definidas por ciclos naturais, naturalizando etapas que foram construídas socialmente através, por exemplo, da padronização das atividades e das medidas de tempo (HARVEY, 1989).

Ainda que procurássemos definir a duração da noite através de critérios mais consolidados como as atividades comerciais ou os turnos de trabalho, encontraríamos somente um novo problema, agora o da generalização, ou seja, da afirmação de um padrão de práticas que teria ressonância em toda a área urbana, algo que poderia camuflar as diferenças espaciais. Todas as tentativas de definição da noite como duração dentro de um dia encontraram barreiras colocadas pelo estudo empírico como, por exemplo, noites que começavam às quatro horas da tarde ou noites que duravam até às onze horas da manhã. Tais barreiras não são somente exceções, pois, correspondem, em alguns casos, à própria regra das atividades e das práticas nos lugares, como pode ser visto em Argemaud (2013).

A paisagem urbana noturna é o resultado de um conjunto de situações que se apresentam de forma relativamente provisória e desorganizada, ou seja, é algo que de imediato não se percebe, pois as fronteiras e zonas da cidade noturna não são óbvias, ainda que as luzes construam uma capa de significados que captura o nosso olhar. Por isso definir a noite não é uma tarefa fácil, pois, em tese, sabemos o que é a noite, já que compreendemos o que ela é quando a vivenciamos, mas não sabemos bem caracterizar a noite porque nos faltam elementos de interpretação de uma noite social. Todo esforço feito até então se baseia em uma definição da noite em relação ao dia, uma definição pela ausência ou pelo exotismo do que a noite seria ou poderia ser. Mas sabemos, ao mesmo tempo, que a noite não é a mesma coisa que o dia, pois algo muda em relação às práticas e à visibilidade da paisagem.

## As práticas transgressoras

As noites nas cidades são parte de um vasto temário nas ciências sociais. Ainda que relegada a uma exposição secundária, a noite é comumente citada em pesquisas acadêmicas, contos literários, exposições artísticas e manifestações sociais. O interesse sobre o tema não é, portanto, novo, ainda que se encontre pouco organizado como uma linha de investigação. Geografia, Sociologia, Antropologia e História aos poucos incorporam estudos em torno de pesquisas interdisciplinares. Ao mesmo tempo, na Arquitetura e no Urbanismo começa a se formar um corpo de especialistas sobre o problema da ambiência noturna.

O foco do interesse tendeu a se firmar sobre as ações sociais ligadas à noite e à vida pública das cidades. Além disso, a noite passou a ser inserida na explicação de processos sociais mais amplos como revoluções, crises econômicas e conquistas territoriais. O foco desta variada gama de trabalhos é colocado, entretanto, sobre diferentes objetos. Podemos observar que há pesquisas que concentram o interesse sobre a compreensão de símbolos, valores e imaginários construídos historicamente sobre a noite urbana (DEWDNEY, 2005; BUREAU, 1997; KOSLOFSKY, 2011; PALMER, 2000; EKIRCH, 2006). Em outros exercícios de pesquisa a orientação é dada em direção de uma investigação sobre as relações sociais que ocorrem no período noturno (GWIAZDZINSKI, 2005; HOLLANDS, 1995; HOLLANDS E CHATTERTON, 2003; MARGULIS, 1997; TALBOT, 2007; MELBIN, 1987). Estes dois exemplos podem ser ainda coloridos pelas tintas de outros trabalhos que adotam perspectivas metodológicas diferentes ou que mesclam as duas situações, pois, como já dissemos, imaginário e prática tendem a se misturar nas formas de vivência cotidiana da noite.

Podemos notar que, em geral, há uma concentração analítica sobre a ideia de transgressão, seguindo duas formas de apresentação. De um lado, podemos compreender que há um conjunto de estudos muito interessado na apreensão das formas de controle e de ordenamento da vida noturna. Nesses trabalhos, há um forte apelo à noção de noite como momento de rompimento com a dinâmica social diurna. A noite surge como tempo de mediação entre as ações transgressoras de alguns grupos sociais e as medidas de regulação por parte das autoridades oficiais.

O segundo grupo de estudos engloba uma variedade de interesses, os quais convergem para a noção de noite como lugar de diversão e de prazer. Neste sentido, a dimensão econômica do lazer recebe maior atenção, com destaque para os estudos sobre atividades de socialização,

eventos noturnos e práticas do lazer. A noite adquire um sentido de momento de expansão das atividades econômicas e de lugar que se contrapõe ao dia pela centralidade das atividades de entretenimento. Em resumo, para um grupo a transgressão se dá na relação entre ordem e desordem; para outro, ela se situa na relação entre trabalho e lazer.

Os dois grupos de estudos não são, no entanto, excludentes, ainda que representem linhas teóricas e metodológicas diferentes. O critério de sua divisão diz respeito à ênfase dada à definição da noite urbana. Em ambos os casos, a noite é vista como momento de ruptura em relação ao dia, e é exatamente neste ponto que todos os trabalhos parecem se encontrar: na ideia de transgressão. As atividades econômicas, os interesses culturais e os grupos sociais parecem formar uma unidade diversa daquela que se apresenta durante o dia.

Trabalhos atuais sobre a história da noite urbana descrevem a noite nos séculos XIX e XX a partir dos relatos da época e exibem a ideia da noite como ruptura em diferentes momentos, ratificando a descrição com a sua interpretação:

Quando a maior parte da cidade está dormindo e as ruas estão tão escuras que mal se pode reconhecer rostos, aqueles que ainda estão acordados experimentam uma sensação de liberdade. **Pessoas à noite parecem ter maior facilidade em ceder a pensamentos e impulsos proibidos** (BALDWIN, 2012, p.74 – grifo nosso)<sup>3</sup>.

A interpretação dos acontecimentos contemporâneos relativos à noite segue o mesmo caminho interpretativo, dando sentido ontológico à ideia de desvio:

Todavia, **a diferença crucial em relação ao dia é que a escuridão oferece várias oportunidades para transgressões – oportunidades que não estão disponíveis normalmente durante as horas de luz solar**. Portanto, **a noite para os humanos** está associada com certas atividades e possibilidades, quer elas impliquem em atos criminosos, um rendez-vous para amantes, comportamentos não convencionais, organizações para a rebelião, ou mesmo para alguns, um momento no qual o mal encarnado caminha pela Terra (WILLIAMS, 2008, p. 518 – grifo nosso)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>When most of the city was sleeping and streets were too dark for faces to be easily recognized, those still awake felt a sense of freedom. People at night seem to have been more willing to indulge forbidden thoughts and impulses (BALDWIN, 2012, p. 74).

<sup>4</sup>However, the crucial difference by time of day is that darkness provides various opportunities for transgressions—opportunities not typically available during the daylight hours. Accordingly, night for humans is associated with certain activities and possibilities, whether they entail criminal acts, a rendezvous for lovers, nonconventional behaviors, organizing for rebellion, or even for some, a time when evil incarnate walks the Earth (WILLIAMS, 2008, p. 518 – grifo nosso).

Em todo caso, aquilo que diferencia as pesquisas é a importância dada aos temas. Para os autores preocupados com a segurança na noite urbana, a noite é um momento de tensão, na qual os cidadãos tendem a sofrer com o estreitamento da civilidade. Aos que postulam a cidade noturna como locus do lazer, a noite é um momento de flexibilização das regras, de prazer hedonístico, de lazer no ócio e de dispersão dos desejos.

Esta divisão dos interesses dos cientistas sociais já foi notada antes por Otter (2008b) ao se aprofundar sobre as questões relativas às razões de se iluminar as cidades. Otter observou que em boa parte dos projetos de iluminação da época vitoriana prevaleciam dois postulados principais: um que se assemelharia ao panóptico de Bentham, ligado aos princípios de segurança e de controle; e outro que estaria associado ao espetáculo, especialmente aquele celebrado pelos personagens de Baudelaire e presente na interpretação de Benjamin: o *flâneur*. Em relação ao panóptico, as normas seriam protegidas pela invisibilidade daqueles que as estabeleceram e pela visibilidade daqueles que não a seguem, claramente definidos sob a luz da lei (FOUCAULT, 1987). No sentido da *flanerie*, a exposição da ordem seria rompida pela exibição do comportamento desviante, o qual só teria lugar em uma relação entre um voyeur e um exibicionista (GOMES, 2012).

De forma bastante resumida, podemos dizer que geralmente as relações entre visibilidade e transgressão se estabelecem como dois polos de compreensão da vida noturna. De um lado, ela é facilitada por uma relativa invisibilidade, a qual é garantida mais facilmente durante o período noturno. Esta invisibilidade possui, assim, propriedades físicas, ou seja, as ações não são vistas, pois não há luminosidade que as dê publicidade. Assim, há uma classificação espacial do comportamento desviante na noite: há lugares escuros que ficam invisíveis e que, portanto, podem ser utilizados para o descumprimento da ordem social; e há lugares luminosos, expostos ao olhar do público e que são assim limitadores da transgressão.

Por outro lado, o comportamento transgressor ganha visibilidade em uma situação na qual as divisões da visibilidade estão muito bem demarcadas no espaço. O comportamento desviante tende a ganhar ainda maior visibilidade quando notado, ou melhor, quando o comportamento transgressor se torna público (BECKER, 2008). Assim, o desvio em relação à ordem – seja ela diurna ou não – possui lugares no espaço que ela pode ocorrer com maior facilidade, incorrendo

no risco de ganhar ainda maior visibilidade se ela se transformar em pública. A paisagem noturna é, desse modo, composta por esta geografia da visibilidade das práticas sociais.

A visibilidade possui um relacionamento com a luminosidade. O interesse pela ordem social no período noturno foi curiosamente observado a partir das formas de regulação das atividades pela iluminação dos espaços. A origem comum do policiamento e da iluminação pública ajudam a reforçar esta relação na qual o olho da norma se torna o olho da rua. Por isso, a conquista da noite pela iluminação do espaço parece demonstrar para estes autores uma conquista da noite pelo dia, ou melhor, a extensão paulatina das regras e do regime de visibilidade diurno para a noite.

Os debates sobre a iluminação das cidades tornam-se mais intensos a partir dos estudos que se dedicam aos séculos XVII e XVIII. Neste caso, as primeiras formas de iluminação do espaço público através da luz artificial são tratadas como marcas de uma nova forma de se pensar a noite urbana. A primeira iluminação promovida pelo Estado Absolutista francês, em 1667, é o ponto de referência para a defesa de que a luz serviu antes de tudo para se criar a ordem. Wolfgang Schivelbusch (1987) segue um pouco mais adiante ao relacionar o interesse policial à criação de dispositivos de iluminação:

“Polícia” naquele período [séculos XVII e XVIII] ainda possuía a antiga função de administração, porém, logo, e particularmente na França, eles passaram a serem vistos como os executores do poder, do controle da repressão absolutista. Assim, todas as medidas técnicas tomadas pela polícia para criar condições salubres e ordenamento na cidade se tornaram tão fortemente associadas no censo comum à função repressiva da polícia quanto a repressão policial de outras formas de tradição populares. **O serviço de iluminação pública conduzido pela polícia logo se tornou um dos símbolos do novo Estado** (SCHIVELBUSCH, 1987, p. 62 – grifo nosso)<sup>5</sup>.

O uso noturno da cidade era considerado até então uma alternativa arriscada, em virtude dos perigos que cercavam as áreas comuns das grandes cidades europeias até meados do século XIX. As pessoas consideradas de boa índole e os cidadãos tidos como respeitáveis não eram frequentadores da rua à noite (BALDWIN, 2012). Aos que se aventuravam em meio à completa

<sup>5</sup>"Police" in that period still had the old function of general administrators, but soon, and particularly in France, they were to be seen as the executors of absolutist power, control, and repression. Thus all the "technical" measures taken by the police to create hygienic and orderly conditions in the city became as closely associated in the popular mind with the repressive function of the police as did the police repression of other kinds of popular traditions. Public lighting service as conducted by the police soon became one of the symbols of the new state (SCHIVELBUSCH, 1987, p. 62).

escuridão se exigia o porte de lanternas para a identificação. Aqueles que eram surpreendidos por vigilantes noturnos sem lanterna poderiam ser condenados à prisão ou mesmo violentamente agredidos (SCHIVELBUSCH, 1995). Andar sob as luzes ou se mover com elas eram formas de identificação da boa índole e das boas intenções daqueles que mesmo a noite procurariam se mover conforme as normas sociais.

A iluminação como forma de controle social teria sido importante, já que se tratava de um momento no qual as cidades se tornavam cada vez mais populosas, limitando, assim, a capacidade do governo em assegurar a vida dos cidadãos através da adoção de mais vigilantes noturnos (PALMER, 2000). A ideia central e lentamente difundida era de que ruas mais claras eram ruas mais seguras. Após a iluminação das ruas de Paris em 1667, Amsterdam em 1669, Berlim em 1682 e Londres, no ano seguinte, se tornaram as primeiras cidades a terem de alguma forma iluminação pública (DUNLOP, 2008). O Rio de Janeiro começou este processo em 1790, mas só conseguiu instaurar um sistema de iluminação pública com a criação da Intendência Geral de Polícia, em 1808, mais uma vez por razões de segurança, e instaurada pela presença imperial no país (MENDONÇA, 2004).

Mesmo com as medidas de iluminação pública, a tecnologia disponível era considerada limitada e os recursos escassos. Muitas cidades permaneceram às escuras pelo menos até a metade do século XIX, criando dificuldades para a vida noturna. Para Peter Baldwin (2004), por exemplo, a falta de luz nas cidades sempre foi um elemento que gerava insegurança e medo para os habitantes, especialmente aqueles que compunham a classe média urbana, o que cercava as atividades noturnas de muita expectativa e ansiedade. A associação entre ruas escuras e comportamentos ilegais parece ter se tornado uma visão absoluta, imposta às cidades como uma marca para a noite que parece ainda frequentar o imaginário urbano:

Os estudos britânicos incluídos nesta revisão mostram que a melhoria da iluminação urbana pode ser efetiva na redução de crimes sob algumas circunstâncias. As circunstâncias ideais ainda não são claras no presente momento e isto precisa ser estabelecido em uma futura pesquisa avaliativa. Contudo, parece claro que a melhoria da iluminação urbana deve ser considerada como uma potencial estratégia para qualquer programa de redução de crimes em coordenação com outras estratégias de intervenção. **Dependendo da análise do problema do crime, a iluminação urbana aperfeiçoada poderia ser implementada como um método viável, barato e efetivo de redução do crime** (FARRINGTON e WELSH, 2002, p. 41 – grifo nosso)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup>The British studies included in this review show that improved street lighting can be effective in reducing crime in some circumstances. Exactly what are the optimal circumstances is not clear at present, and this needs to be established by future evaluation research. However, it is clear that improved street lighting should be considered as a potential strategy in any crime reduction programme in coordination with other intervention strategies.

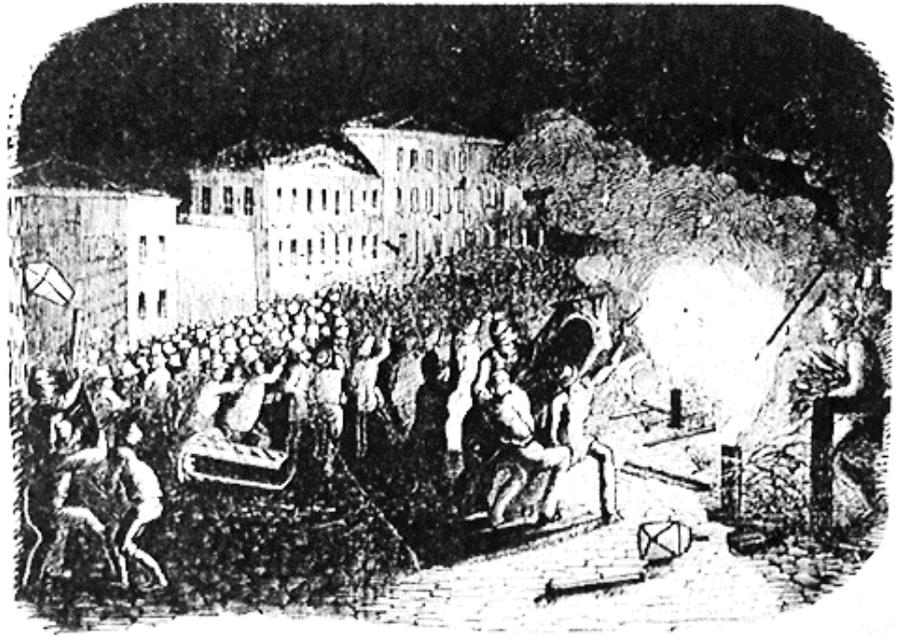
Schivelbusch (1987) adverte que a imposição da autoridade era construída também através da instalação de lâmpadas e da diminuição das áreas de sombra, compreendidas como locais preferenciais para ações que atentavam contra a ordem social estabelecida. A quebra de lanternas e a tomada de usinas de gás eram atos que representavam uma forma de protesto e de contestação da hierarquia social na visão daqueles que constituíam o lado da ordem social oficial (Figura 1). Estas atitudes criavam uma marca simbólica na cidade (a escuridão) e uma aparente desordem que subvertia os interesses de alguns grupos sociais.

Como havíamos argumentado acima, a iluminação pública estava intimamente conectada com a polícia. Vigilância e iluminação, visibilidade e controle: estes pares se complementam, tanto quanto crime/conspiração e escuridão/noite são pareados em mitos e na psicologia (SCHIVELBUSCH, 1987, p. 65)<sup>7</sup>.

Neste caso estamos longe de um consenso. Ao que tudo indica as explicações para a introdução de uma nova tecnologia nunca encontraram os mesmos anseios e tenderam a estar no centro da contestação ou do debate político (OTTER, 2008). Ações de iluminar espaços foram, ao mesmo tempo, construídas em conjunto com ações legislativas e medidas particulares com forte caráter moral. Leis foram criadas para inibir a circulação em certas áreas; tábuas morais foram publicadas para aconselhar o uso das ruas pelas mulheres à noite; lâmpadas foram distribuídas em áreas de grande fluxo de pessoas (EKIRCH, 2006; PALMER, 2000). Parece-nos que a tecnologia nunca esteve desassociada de regulações do uso do espaço público.

Depending on the analysis of the crime problem, improved street lighting could often be implemented as a feasible, inexpensive and effective method of reducing crime (FARRINGTON e WELSH, 2002, p. 41).

<sup>7</sup> As we have argued above, public lighting was closely connected with the police. Surveillance and light, visibility and control: these pairs complement each other, as much as crime/conspiracy and darkness/night are paired in myth and psychology. (SCHIVELBUSCH, 1987, p. 65).



*Figura 1: Quebra de lanternas em Viena, 1848. Fonte: Schivelbusch (1995, p. 111).*

## A colonização da noite pelo lazer

Diversas ações tentaram regular as atividades noturnas e limitar o uso do espaço público durante a noite, contudo, essas ações, ao mesmo tempo, forneceram condições e limites aos usos sociais a certas áreas da cidade. O processo de ocupação dos espaços públicos permaneceu sendo uma questão política essencial para a administração urbana, especialmente nas áreas próximas aos centros de governo e nas áreas que concentravam atividades nobres, como, por exemplo, os teatros, os restaurantes e os cafés (BALDWIN, 2012). Naqueles lugares de grande visibilidade e furor social, mantinham-se as luzes acesas e buscava-se conter os comportamentos indesejados como, por exemplo, a mendicância, a bebedeira e o protesto (PALMER, 2000).

“A conquista da noite urbana” (MELBIN, 1978) foi aparentemente um processo lento de apropriação social. A vida pública esteve por um longo período associada às atividades diurnas, ligadas às horas de trabalho e ao funcionamento das instituições públicas. Entre os muros da cidade antiga parece que eram poucas as atividades que ocupavam os cidadãos, com a exceção de festividades ocasionalmente celebradas à luz de velas (THOMAS, 1964). Este quadro parece ter permanecido pouco alterado ainda durante alguns séculos e na maioria das grandes cidades

do mundo, mesmo porque “[a] falta de uma iluminação artificial adequada continuou sendo uma das grandes imperfeições técnicas da cidade até o século XIX.” (MUMFORD, 1998, p. 87).

A partir de meados do século XIX parece que as explicações para o surgimento da iluminação pública passam a se orientar cada vez mais para a ideia de espetáculo, ainda que as razões de ordem permaneçam. Os usos mundanos e menos esquemáticos não ocupam tantas páginas de artigos, especialmente pela dificuldade em se coletar dados sobre os usos e técnicas não oficiais ligados à iluminação, como sugere Chris Otter (2008) ao apontar diversos outros usos que usualmente são ignorados pelos historiadores da iluminação:

A história moderna da iluminação não pode ser simplesmente relatada como uma história sobre vigilância e espetáculo. Ela é uma muito mais complicada, confusa, mundana e interessante história. Ela é uma história sobre lâmpadas de bicicleta, leituras no banheiro, curiosos desenhos de postes de luz, mesas de bilhar iluminadas, e o amesquinhamento despótico do pré-pagamento dos medidores de gás. Ela é uma história na qual a lua e a escuridão mosqueada retêm um papel central, e as velas um papel longe de ser periférico. **Ela é uma história na qual o embotamento e a ubiquidade funcional das luzes da rua evidenciam o fato de que espetáculos devem ter sido bem episódicos para serem efetivos** (OTTER, 2008, p. 22 – grifo nosso)<sup>8</sup>.

Ao observarmos a história da iluminação artificial nos parece que os primeiros bicos de gás, as primeiras lamparinas de azeite, as primeiras lâmpadas de filamento de carvão, e o primeiro sistema de iluminação elétrica foram todos construídos para controlar ou celebrar a vida em sociedade. Como geógrafos, nos interessa ainda mais perceber que estas ações tinham um lugar em cada cidade, concentrando as luzes e as pessoas em determinadas áreas. Isto porque as ruas densamente ocupadas e os prédios principais foram os primeiros iluminados, buscando, assim, garantias para o trabalho e o lazer dos cidadãos, ainda muito concentrados na área central no final do século XIX (NASAW, 1993).

Desde então, parece que as cidades têm expandido o seu sistema de distribuição de energia e de iluminação para bairros e distritos mais distantes, acompanhando o processo de expansão

<sup>8</sup>The modern history of illumination cannot simply be told as a history of surveillance or spectacle. It is a much more complicated, jumbled, mundane and interesting history. It is a history of bicycle lamps, reading on the toilet, curious lamp-post arrangements, illuminated billiard tables, and the petty despotism of the prepayment gas meter. It is a history in which the moon and the mottled darkness retain a major role, and candles a far from peripheral one. It is a history in which the functional dullness and ubiquity of street lights bespeaks the fact that spectacle must be highly episodic to be effective (OTTER, 2008, p. 22).

urbana e transformando uma rede de pontos mais ou menos conectados em um sistema energético que abrangeria toda a cidade e atualmente redes de cidades. Porém, nos primórdios da iluminação pública nos parece que a tecnologia de iluminar foi um agente da promoção da modernidade.

Em relação ao lazer e ao trabalho o problema da visibilidade se coloca em outro ponto. Em geral, a exposição das práticas se refere a novas formas de apresentação das atividades, o que significa, ao mesmo tempo, a definição de novos lugares para a vida noturna. Assim, o lazer noturno – e aqui a palavra lazer deve ser entendida de maneira bastante ampla, incluindo práticas que valorizem a festa, o prazer hedonístico, mas também a diversão através de atividades culturais – passaram a ocupar uma posição em relação ao trabalho. Neste caso, a noite passou a ser relacionada ao espetáculo, às atividades extraordinárias, e o dia se manteve ligado ao tempo de trabalho. Pronovost (2011) fala de diferentes tempos sociais, dissociando o tempo livre dos tempos de obrigação (trabalho e família) e de compromisso (religião e partidos políticos). Parte deste tempo livre teria sido garantido a partir da segregação entre os tempos diários de trabalho e de descanso.

As definições sobre o lazer também repercutem um pouco daquilo que Simmel (2006) definiu como sociabilidade, na qual os conteúdos particularidades não assumem centralidade na vida social e onde se estabelece um jogo no qual o estatuto social possuiria pouco partido nas interações. A busca por satisfação pessoal, ludicidade, liberdade e prazer na companhia de outros seriam fundamentos para a existência desse tempo especial, algo que passa a existir quando há um entendimento e um sentimento comum de que todos são iguais, pois participam do jogo segundo as mesmas regras em relação a um campo de posições sociais (PRONOVOST, 2011).

Neste caso, outros fatores possuem preponderância como o lugar, o momento, as companhias, o ambiente e a ocasião em que o lazer acontece. A discussão sobre o lazer noturno torna-se assim mais atinente aos problemas dos lugares de vida noturna e as formas de interação social que ganham visibilidade nesses espaços da cidade. Não é coincidência que a cidade seja ao mesmo tempo vista como lugar da civilização, da concentração das atividades e espelho do futuro. As luzes da cidade, mas também as práticas sociais, a forma urbana, os ritmos de deslocamento mudam sensivelmente com a entrada no que poderia ser definido como modernidade (MCQUIRE, 2004). As mudanças são, assim, qualitativas e quantitativas e representam transformações também nas formas de ocupação da cidade.

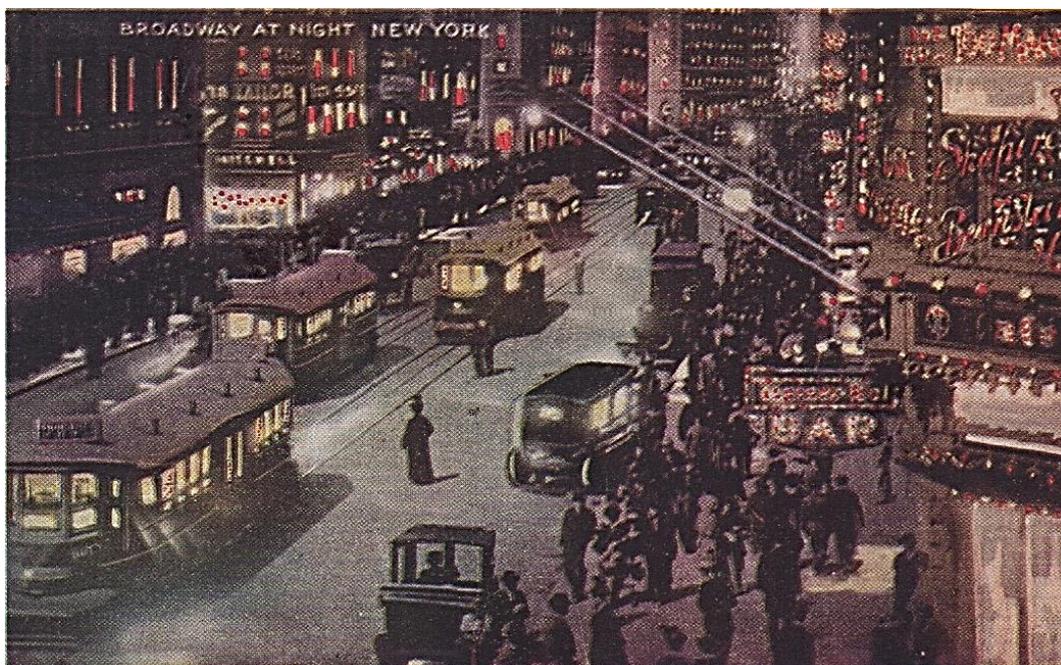
Os lugares de lazer poderiam ser definidos por seu estatuto legal, os conferindo as posições de lugares públicos ou privados. As ruas das metrópoles teriam se tornado um espaço de transição entre as atividades de trabalho e as atividades de lazer noturno, especialmente quando se tem em conta que mesmo nas grandes cidades as atividades ainda se mantinham num espaço bastante reduzido no entorno do centro urbano. As misturas entre grupos de trabalhadores fabris, homens de negócios, visitantes, trabalhadores informais etc. poderiam ocorrer tanto nos espaços públicos quanto nos teatros e nos cafés (LIMA, 2000). Em ambos os casos trata-se de lugares de extrema visibilidade.

A ascensão da classe média e a criação de espaços exclusivos parece ter reduzido aos poucos esta mistura de usos, classificando o público pela capacidade de consumo. A noite pública passaria então a ser requisitada como um período de manutenção da estabilidade social, restringindo as atividades ilegais e inibindo o comportamento transgressor (NASAW, 1993). Assim, ordem e espetáculo se misturariam na criação de um espaço público noturno.

Para os autores que defendem uma expansão da vida noturna através do lazer, a expansão urbana e o adensamento das cidades provocaram uma ampliação também do consumo de bens e serviços. A noite teria sido incorporada ao interesse social de forma ampla, abrindo novos caminhos para as práticas cotidianas ligadas ao lazer e ao trabalho. Em algumas cidades estas duas dimensões da vida cotidiana se entrelaçariam nas ruas, como no caso de Nova York (Figura 2), onde as relações entre as manufaturas, lojas de departamento e salões de entretenimento produziam uma agitada vida noturna (PEISS, 1986).

O aumento do uso da rua parece ter sido também estimulado pela melhoria das luzes, as quais tornaram visíveis as novas atividades de entretenimento na cidade. Nas ciências sociais a afirmação de que a vida noturna urbana foi um incremento possibilitado pela iluminação do espaço público é bem reconhecida. Maris Kurme, por exemplo, afirma que “com o desenvolvimento da iluminação, a noite se tornou um objeto de reverência e de admiração” (KURME, 2009, p. 35). Assim como Melbin que sugere que “o uso das horas noturnas aumentou significativamente, e se ampliou ainda mais com a introdução da luz elétrica” (MELBIN, 1978, p.4). Gwiazdzinski segue um pouco mais adiante ao afirmar que “Na conquista da cidade noturna, a iluminação pública generalizada (petróleo, gás, eletricidade) desempenhou um papel fundamental possibilitando o desenvolvimento de atividades e

entretenimento, levando ao surgimento de um espaço público noturno” (GWIAZDZINSKI, 2000, p.81)<sup>9</sup>.



*Figura 2: O “Great White Way” nova-iorquino em meados da década de 1910 em um cartão postal: luzes em toda parte. Fonte: Ephemeral New York. Disponível em: <https://ephemeralnewyork.wordpress.com/tag/vintage-postcards-new-york-city/>. Acessado em: Setembro de 2014.*

Tais afirmações nos indicam que há certo consenso sobre o papel da iluminação artificial na organização das atividades de lazer durante a noite, mas ainda mais importante é notar que a expansão do trabalho e do lazer para o período noturno é um novo período de complexificação do uso do solo; um desdobramento de uma fase de expansão das fronteiras urbano-regionais, na qual os dois processos caminharam juntos e tiveram reforço mútuo, como parece ser exemplar o caso da cidade de Chicago (CRONON, 1992) e sua importância para a organização de sua hinterlândia no século XIX.

A expansão da fronteira territorial demandou mais trabalho noturno como, por exemplo, viagens, carregamentos e deslocamentos de suplementos durante a noite, da mesma maneira que a vida social noturna exigiu trocas mais intensas entre as áreas de expansão e os centros

<sup>9</sup> [...] Dans cette conquête de la nuit urbaine, la généralisation de l’éclairage public (huile, gaz, électricité) a joué un rôle fondamental rendant possible le développement des activités et des animations et entraînant l’apparition d’un espace public nocturne ” (Gwiazdzinski, 2000, p. 81).

urbanos, como Nova York, que era a principal porta de entrada para as mercadorias, as ideias e os modos de vida europeus (HAMMACK, 1996; BLACKMAR, 1996).

No caso do Rio de Janeiro notaremos um processo similar, no qual a expansão da metrópole e a criação de uma paisagem urbana acompanhou, ao mesmo tempo, a expansão das práticas sociais ligadas ao noturno. As melhorias e a aceleração dos meios de transporte permite a integração de novas áreas e maior deslocamento da população; a melhoria da iluminação pública permite que atividades sejam praticadas também durante a noite; as luzes passam a ser incorporadas às vitrines, às propagandas e às ofertas de serviços; amplia-se a oferta de serviços porque se amplia a demanda; assim como aumentam os postos de trabalho no setor terciário e este abre a possibilidade de maior tempo livre nas áreas de lazer da cidade; a melhoria das comunicações permitem maior acesso à nova moda e a importação de produtos distintos; as obrigações de trabalho podem ser acomodadas por uma rotina de vida noturna, pois não há mais tanta dificuldade de voltar para casa; as ruas se tornam mais limpas, os ares mais amplos, a paisagem mais excitante.

Ainda que aos poucos a fronteira da noite urbana tenha sido conquistada através de atividades que cada vez mais tarde terminavam e de pessoas que mais recorrentemente demoravam a retornar para casa (MELBIN, 1978; SCHIVELBUSCH, 1995; PALMER, 2000; EKIRCH, 2006; BALDWIN, 2012), os papéis da tecnologia e do espaço público construído não podem ser ignorados, ou seja, atividades econômicas, culturas públicas, medidas políticas de segurança e apropriação social da noite através do trabalho e do lazer precisam encontrar um ambiente ou talvez um lugar para existir.

A criação de um sentido moderno de espaço público (SENNETT, 1999), as transformações nas formas de atuação política (CASTORIADIS, 1992) e a renovação do debate sobre a sociabilidade em grandes cidades (SIMMEL, 1979) são indicadores desse período. Por outro lado, o investimento em inovações tecnológicas (MCQUIRE, 2004), a transformação dos espaços de trabalho e de lazer através de soluções luminosas (BALDWIN, 2012) e a expansão do uso e da apropriação dos espaços públicos durante a noite (GWIAZDZINSKI, 2005) são também elementos basilares para a sua compreensão.

Se até meados do século XIX as cidades parecem ter se mantido acanhadas no que diz respeito à iluminação pública e à vida noturna; a virada para o século XX foi representada como um momento de transformação neste sentido. Isto ficou aparentemente demonstrado pelo surgimento das grandes feiras internacionais (Londres, 1851; Filadélfia, 1876; Paris, 1878;

Chicago, 1893), as quais em boa medida concentravam um painel especificamente dirigido para as descobertas relacionadas à arte de iluminar e exibiam as descobertas como elementos decorativos (Figura 3) ou mecanismos de divertimento popular, como o cinematógrafo, por exemplo.



*Figura 3: Vista do “Hunt’s Administration Building” na “World’s Columbian Exposition”, em 1893, na cidade de Chicago. Fonte: The Sheridan Libraries Blog. Disponível em: <http://blogs.library.jhu.edu>. Acessado em: Janeiro de 2014.*

Estes acontecimentos aparecem nas obras dos cientistas sociais como formas de institucionalização da vida noturna, de sua captação para o interesse público. O fim do século XIX e o início do XX parece ser também um momento de ruptura no urbanismo, um tempo no qual as grandes transformações urbanas entram em ação, seguindo critérios arquitetônicos que planejam cidades mais saudáveis, com a abertura de grandes vias e reformulação do plano medieval que ainda prevalecia em grandes cidades da Europa (MUMFORD, 1998).

A energia elétrica parece também ter tido um papel importante nesse processo, sendo um dos meios pelos quais a modernidade ocupava as casas e as ruas da cidade. Eventos noturnos como

as feiras tecnológicas foram, sem dúvida, característicos das grandes cidades e permaneceram como marcas e expressões da urbanidade moderna.

Outro aspecto relacionado ao rompimento das barreiras circadianas diz respeito ao papel que as atividades de lazer e de trabalho tiveram na modificação das tarefas e atividades cotidianas. A noite urbana tem sido vista como uma apropriação do homem, que paulatinamente rompeu com o ritmo circadiano em prol de um aproveitamento do tempo para a extensão do trabalho ou para o desenvolvimento de atividades de lazer (DEWDNEY, 2005). A iluminação artificial das cidades é um dos elementos importantes, porém, a criação de mecanismos de controle do tempo de trabalho, a separação das atividades de lazer em relação ao trabalho e a atuação de sindicatos e de governos na legislação trabalhista, possuem também um papel significativo (NASAW, 1993).

Ao longo do tempo os valores sociais passaram a aceitar o lazer como uma forma justa de “passar o tempo” e novas formas de comportamento foram incluídas nas normas sociais, aceitando a noite como um tempo social diferente, no qual comportamentos vistos antes como transgressores pudessem agora ser tolerados. O ócio, visto como forma de “ver o tempo passar”, era tido como uma atividade não produtiva e, portanto, de forma bem geral, inútil e reprovável. Contudo, as mudanças urbanas, que incluem mudanças na forma urbana e nas práticas urbanas, trataram aos poucos de reconstruir estes valores e modificar a geografia moral das cidades.

O lazer noturno atual aparece como fruto de uma desobrigação do trabalho diurno e de sua substituição por um trabalho noturno, agora não mais ligado à produção ou à vigilância, mas ao comércio e à oferta de serviços. Bares, restaurantes, casas de espetáculos, teatros, serviços de transporte, cabarés, e entre estas, tantas outras atividades passariam a fazer parte da vida noturna urbana e foram com o passar dos séculos se estendendo cada vez mais dentro da noite (BALDWIN, 2012). Mas tudo isso compreende também um aumento do trabalho noturno.

A vida social noturna é antes formada por uma miríade de luzes do que por uma fonte única de informação luminosa, quanto menos que esta fonte tenha sido uma exclusividade do Estado. O relato histórico apenas celebra as fontes de arquivo oficial, revelando uma face da vida pública e obscurecendo outras fontes mundanas de relação entre os personagens, as atividades e as luzes da cidade. Assim, o percurso que descrevemos revela um aspecto da noite urbana, o qual deve, no entanto, ser temperado por outros elementos que também constroem o contexto para as ações humanas. Neste caso, a história da eletricidade e da iluminação e uma nova visão sobre a noite

como projeto para a cidade reencantaram o debate acerca da vida noturna na contemporaneidade.

## Capítulo 2:

# A organização social da paisagem noturna

A abordagem sobre a noite urbana contemporânea tende a se concentrar em torno de dois temas, ao mesmo tempo, diversos e complementares: de um lado se colocam arquitetos, designers, urbanistas, planejadores e alguns cientistas sociais, os quais procuram propor soluções para um planejamento noturno; em outra extremidade se situam geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas e alguns planejadores que buscam observar os resultados de reformas urbanísticas e o novo papel da noite na gentrificação urbana. O primeiro grupo tende a ter maiores preocupações com a forma urbana e a luminosidade; o segundo, com as atividades noturnas e os desdobramentos sociais. Ambos os lados se colocam em oposição a um modelo de urbanismo apenas voltado ao turismo, às ações de marketing e ao embelezamento estético da cidade. Ambos também observam a paisagem noturna como um espaço polivocal, o qual deveria ser estimulado, retratando a diversidade do urbano. Os dois grupos também mantêm a ideia de que a noite é um período que gera mudanças na organização do espaço e da sociedade.

Queremos dizer com isso que, em geral, os dois grupos tentaram elaborar versões sobre o que a paisagem noturna é, para posteriormente propor soluções para a mitigação dos problemas encontrados. De certa maneira, ambos acreditam que uma transformação na natureza das relações sociais no período noturno exige, ao mesmo tempo, uma mudança nas atividades e nos espaços físicos da cidade. E ainda que discordem da forma como essas transformações devam ocorrer, ambos acabam observando a paisagem noturna de forma bastante similar.

Se no primeiro capítulo quisemos demonstrar os problemas relativos aos comportamentos transgressores em sua relação com os espaços de visibilidade noturna; aqui gostaríamos de discutir a observação mais geral sobre o escopo espacial com o qual se define a paisagem noturna, ou seja, suas limitações em termos de níveis de análise e agentes sociais.

Em relação ao nível de observação da paisagem, podemos adiantar que se trata de uma crítica ao olhar que tende a só ver o centro urbano como lócus da vida social noturna, apresentando, em geral, os lugares turísticos como o centro das análises. No que diz respeito aos agentes sociais, queremos também criticar uma análise social que tenha em conta somente o lazer dos jovens e com isso a relação direta com o consumo de drogas (lícitas e ilícitas). Apesar de tais pesquisas terem relevante papel a desempenhar na descrição de certos processos espaciais e sociais, acreditamos que elas limitam demasiadamente a ideia de vida e paisagem noturna, pois, evitando exibir a pluralidade, generalizam os vícios e as virtudes dos centros urbanos.

A primeira parte deste capítulo será dedicada ao exame dos estudos sobre a paisagem noturna que propõem uma nova forma de urbanismo noturno, criticando o modelo de embelezamento das cidades e sua vinculação ao processo de gentrificação. A segunda parte trará a crítica aos trabalhos que, ao criticarem a paisagem noturna contemporânea, associando-a às grandes corporações, deixam de lado práticas sociais ligadas à noite urbana.

## A arquitetura da noite

É comum que na arquitetura se dê bastante atenção ao problema da visibilidade. Afinal, o realce da forma, a exaltação de seus conteúdos e a exibição de seus referentes simbólicos são alguns dos elementos importantes na identificação de estruturas arquitetônicas. O reconhecimento da forma é parte crucial e a percepção visual deve ser convocada para isso (LIMA, 2010). A iluminação do espaço se torna, assim, um dos componentes centrais de um projeto arquitetônico, seja sob a luz do sol ou de lâmpadas.

A organização entre a forma e as fontes luminosas ajudaria a constituir visualmente a paisagem, criando um jogo de visibilidade entre os objetos no espaço. Esta organização também teria a qualidade de organizar as relações entre as formas espaciais e as interações sociais. Jean-Paul Thibaud (2001) chamou esta organização de quadros de visibilidade e definiu cinco quadros que se apresentam comumente nos espaços públicos: a superexposição que ocorre pelo contraste entre lugares de extrema visibilidade e lugares obscuros, podendo ser comparado a estrutura de um teatro moderno; o encapsulamento, comum a estruturas que exibem partes enquanto escondem outras, como as janelas, vãos e portas que exibem apenas parte de uma cena; a filtragem como o efeito proporcionado pela passagem de luz por superfícies

transparentes como vidros; a obscuridade criada por luzes que ofuscam a forma dos objetos; e a marcação de silhuetas, ou seja, luzes que tendem a marcar os contornos da forma e não as suas características individuais.

Os quadros de visibilidade nos mostram que a relação entre arquitetura e iluminação pode ser muito mais complexa se tivermos em conta as práticas sociais, as quais dialogam com as formas e as fontes de luz na interpretação da paisagem (Figura 4). Tradicionalmente, a arquitetura da paisagem não tem em conta esta relação, atribuindo o papel da iluminação a aspectos bem mais objetivos como a segurança e o deslocamento, usualmente atribuindo as melhores condições de vida social aos lugares que têm bons projetos de iluminação. Em alguns casos, a localização dos dispositivos luminosos torna-se um fator de determinação das ações sobre o espaço:

Dentre as várias funções da iluminação pode-se citar o embelezamento das áreas urbanas, destacando e valorizando monumentos, prédios e paisagens, a definição de hierarquias viárias, a orientação de percursos e o melhor aproveitamento das áreas de lazer. **Mas, principalmente, deve-se destacar que a iluminação pública está diretamente ligada à segurança no trânsito e à prevenção da criminalidade** (MASCARÓ, 2008, p. 183 – grifo nosso).

No entanto, as pesquisas e os trabalhos mais recentes em arquitetura e urbanismo têm promovido através dos estudos da arquitetura da paisagem ou do meio-ambiente uma nova reflexão sobre os papéis da iluminação nos espaços públicos e privados. Ainda que as associações entre iluminação eficiente e melhor segurança ainda estejam presentes, elas não parecem ser agora tão prementes. As novas propostas de arquitetura luminosa parecem localizar seus interesses sobre as formas de percepção e uso, as características do lugar, a geração de diversidade, a incitação à interação e o seu papel no reconhecimento da forma (FIORI, 2008). A iluminação deveria informar ao usuário dos espaços públicos os elementos da paisagem que compõe uma cena noturna, algo que o permita decifrar o ambiente em que se encontra, a sua forma, os usuários, as maneiras de se apropriar e se comportar etc.



*Figura 4: Imagem do Rockefeller Center, em Nova York, Estados Unidos. A superexposição dos praticantes da patinação no gelo e a decoração luminosa do natal se combinam na criação de um ambiente de festa. Fonte: <http://rollingout.com/>. Acesso em: Outubro de 2014.*

A criação de um projeto de iluminação urbana incorporaria diversos subtemas e problemas ligados à visibilidade: segurança, orientação, propaganda, sinalética, destaque arquitetônico, destaque paisagístico etc. A concentração da diversidade de formas e de objetivos de se iluminar daria, de certa maneira, um quadro da distribuição espacial do interesse noturno e exibiria, ao mesmo tempo, as implicações em termos das velocidades e ritmos dos lugares (GÓIS, 2011a).

O avanço do pensamento crítico sobre o uso da tecnologia na criação de ambiências noturnas permitiu que a paisagem urbana noturna fosse incorporada ao planejamento da cidade, reservada agora a um papel diferenciado. Nos primeiros anos de instalação da iluminação elétrica nas ruas das cidades brasileiras, por exemplo, havia uma indústria pulsante de produção de postes ornamentais (DUNLOP, 2008). A função de tais postes era ao mesmo tempo a de sustentar os equipamentos de iluminação e de garantir os efeitos de ornamentação para sua adequação à arquitetura vista durante o dia.

A partir da década de 1950, no entanto, foram adotadas normas de iluminação externa e padrões de lâmpadas, luminárias e postes (FERREIRA, 2009). Desde então, a cidade do Rio de Janeiro passou a gozar de um período de pouca criatividade nas ações de iluminação pública, limitando-se à instalação de braços e luminárias nos postes da rede de distribuição de energia elétrica (MIGUEZ, 2001), reproduzindo o funcionalismo na iluminação do pós-guerra (NARBONI, 2004). Isto se deu em razão da necessária padronização dos serviços dentro de um quadro de objetivos de se iluminar os logradouros de toda a cidade. Os custos elevados de postes ornamentais e a necessidade de tecnologia mais moderna na criação e manutenção das luminárias obrigaram o governo local a realizar esta modificação (MENDONÇA, 2004).

Esta visão sobre a iluminação urbana, que ainda se encontra presente na atuação do poder público, começou a ser revista a partir do fim da década de 1980 em diversos países. Ainda que a adoção de padrões e normas de instalação de iluminação artificial tivesse que ser respeitada, os novos especialistas em luminotécnica acreditavam que poderiam construir cenários noturnos mais criativos, funcionais e esteticamente agradáveis (FIORI, 2000). Os departamentos de planejamento urbano também passaram a adotar novas formas de lidar com a noite na cidade, tendo a iluminação como um dos vetores de renovação urbana (BRANDI e GEISSMARBANDI, 2007).

Mudanças na forma de pensar a noite urbana foram colocadas em prática por diversos motivos ao longo dos anos 1980. Em primeiro lugar, o retorno da economia urbana aos centros teve um papel importante na relação entre iluminação e patrimônio, ao mesmo tempo, em que as luzes atuaram como um elemento cênico nas áreas reurbanizadas. Em segundo lugar, as atividades de lazer começaram a ganhar maior visibilidade nas políticas de governo e no interesse social, absorvendo, por exemplo, as demandas turísticas, o que obrigou a aplicação de medidas que visassem a segurança e a orientação dos usuários. Em terceiro lugar, os projetos de renovação urbanística começaram a organizar partes especialmente dedicadas ao planejamento da cidade noturna, criando um zoneamento luminoso em relação às funções das áreas urbanas. Por fim, a crítica aos empreendimentos monótonos do Modernismo na arquitetura e nas ciências sociais promoveu o surgimento de novos modelos de planejamento territorial e zoneamento urbano, os quais deveriam de alguma forma ter em conta as especificidades arquitetônicas e históricas dos lugares.

Enquanto os três primeiros pontos apresentados acima parecem ter tido grande repercussão nas ciências sociais, o último apenas muito recentemente começou a ser discutido na arquitetura e

no urbanismo. A consideração pelos fatores de planejamento e de distribuição espacial da iluminação urbana, nos mostra que em parte o pensamento pragmático e voltado unicamente para a técnica de iluminar vem sendo contestado por novas formas de compreensão do papel da luz na vida social. Neste sentido, encontramos dois polos de reflexão contemporâneos sobre a iluminação de cidades no urbanismo: o modelo *City Beautification* e o modelo de *Urbanisme Lumière*. Ambos surgiram no fim dos anos 1980 e propunham uma nova perspectiva sobre o urbanismo noturno, ainda que segundo pressupostos diferentes, os quais receberam críticas em relação aos seus papéis no processo de gentrificação urbana.

### *City Beautification*

*City Beautification* é um termo que tem como referência o movimento do início do século XX, chamado *City Beautiful*, o qual pretendia criar obras monumentais para valorizar a paisagem das cidades norte-americanas, dentro do que Jacobs (2006) denominou como culto ao desenho arquitetônico. No entanto, o conteúdo do *City Beautification* parece não ter se apropriado dos princípios morais e cívicos propostos pelo movimento anterior, mantendo somente os aspectos de segurança e de estética:

O termo ‘beautification of the city’ é regularmente usado neste contexto e todos entendem o que ele quer dizer: uma cidade que possui uma aparência atrativa e convidativa, mesmo após o pôr do sol. Isto impulsiona o cenário de entretenimento da cidade, não somente em termos de visitas ao cinema ou ao teatro, mas também a cafés, restaurantes e lojas. **O princípio básico que está por trás é o seguinte: deve haver algo para se fazer e para se ver, a cidade deve ser ‘habitável’. Uma sensação de segurança também é essencial** (SANTEN, 2006, p. 26 – grifo nosso)<sup>10</sup>.

O movimento *City Beautification* pode ser resumido como as ações de iluminar as cidades através de intervenções pontuais em locais de grande atratividade, identificação ou visibilidade. Em termos bem gerais o urbanismo noturno proposto pelo movimento *City Beautification* procura criar cenários ou ambiências para grandes eventos, festividades e valorização patrimonial. Visibilidade, identidade e produção cultural são qualidades apreciadas em projetos de iluminação especial que procuram embelezar as cidades à noite (GODOY, 2003). O intuito

<sup>10</sup> The term ‘beautification of the city’ is often used in this context and everyone understands what it means: a city that has an attractive and inviting appearance, even after dark. This boosts the entertainment scene of the city, not only in terms of visits to the cinema or the theatre, but also to cafés, restaurants and shops. The basic principle lying behind this is: there must be something to do and to see, the city must be ‘liveable’. A feeling of safety is also essential (SANTEN, 2006, p.26).

de iluminar está submetido, neste caso, ao interesse turístico e ao valor estético da cena noturna, o que contribui para a valorização da imagem da cidade.

A iluminação tanto pública quanto para o chamado Embelezamento das Cidades é uma ferramenta poderosa no sentido da valorização urbana, da relação entre a cidade e seus moradores, da geração do sentimento de cuidado, atenção do poder público e segurança (GODOY, 2003, p. 31).

O *City Beautification* procura adaptar o zoneamento diurno das cidades às necessidades noturnas, evidenciando a forma física dos elementos urbanos e os significados das obras humanas, reforçando o processo de patrimonialização e de estetização do espaço urbano (Figura 5).

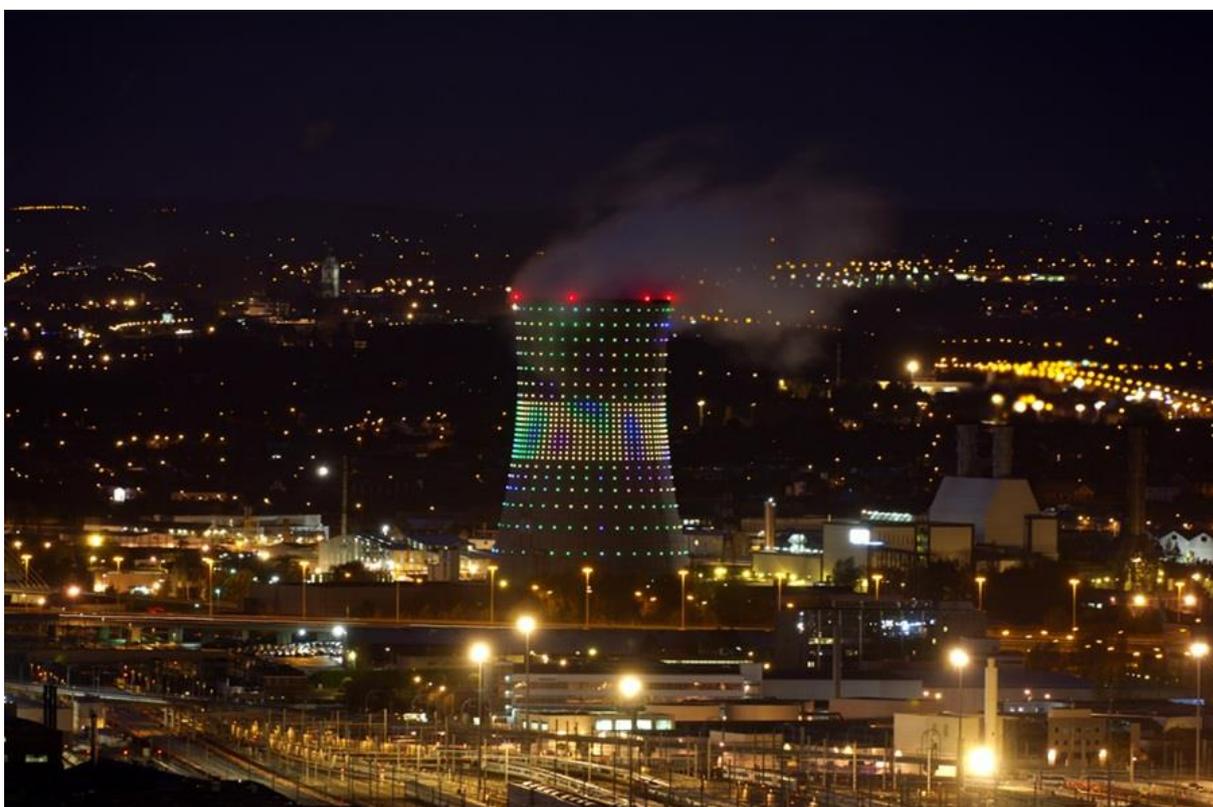


Figura 5: Imagem da Estação de Energia Nuclear Electrabel, em Bruxelas, Bélgica. Fonte: <http://www.barco.com/en/References/2006-12-31---electrabel-tower.aspx>. Acessado em: Março de 2013.

Em razão disso, o movimento tem recebido muitas críticas ao seu desempenho na reconfiguração de cidades. Em primeiro lugar, por não ter uma visão ampla do urbano,

reforçando as disparidades diurnas e sendo mais um elemento que realça a desigualdade sócio-espacial.

Em segundo lugar, pelo papel ativo que transfere para a tecnologia de iluminar na caracterização dos lugares e em decorrência o papel secundário oferecido às práticas sociais, ou seja, as práticas estão voltadas ao consumo e a iluminação deveria servir a este princípio.

Por fim, a ênfase exagerada sobre as áreas turísticas subtrai os interesses dos habitantes das cidades, relegando áreas ao desaparecimento noturno e o surgimento de manobras visuais para o destaque e a inibição de comportamentos transgressores. Em maior escala, trata-se de um projeto aplicado ao processo de “retorno ao centro urbano”, do modelo norte-americano de criação de mercados e de festivais na área central que se fortaleceu a partir da década de 1980 (HANNIGAN, 1998).

#### *Urbanisme Lumière*

Outra proposta, a qual parece se opor ao *City Beautification*, foi desenvolvida na França, no contexto em que novas intervenções artísticas e culturais começaram a fazer parte do calendário anual de cidades como Paris e Lyon. O movimento chamado *Urbanisme Lumière*, criado no fim da década de 1980, trata de um conjunto mais coeso de arquitetos, urbanistas, planejadores e designers, os quais têm promovido soluções para o urbanismo noturno de cidades na Europa.

A proposta fundamental do modelo francês é a criação de um planejamento luminoso para as cidades noturnas, com políticas de zoneamento urbano e organização territorial. Esta proposta surge da premissa do *Urbanisme Lumière* como uma forma de urbanismo no qual a cidade à noite é vista como sendo qualitativamente diferente da cidade diurna (NARBONI, 2008). Neste sentido, os elementos que pertencem ao conjunto de cada cidade são repensados e reorganizados durante a noite, o que é promovido especialmente através de inovações e de projetos locais de iluminação artificial. Dessa maneira, a proposta francesa sugere uma nova forma de gestão da iluminação urbana, estabelecida na criação de ambientes noturnos e na integração da cidade através da luz. Não se trata, portanto, de uma tentativa de adaptação aos ditames da dinâmica diurna, mas a criação de outra cidade, formada por um novo zoneamento.

**Para além dos aspectos puramente funcionais, o desenho de iluminação urbana contemporâneo procura transformar o espaço, criar uma ambiência agradável, melhorar nosso espaço vivido, e acentuar o ordinário.** Poderia a evolução da paisagem, do natural ao artificial, nos permitir aprimorar o ambiente e produzir uma criação noturna para além das restrições impostas pela cidade? Sim, se a iluminação artificial permitir a criação de uma paisagem noturna poética e sensual. Não, se isto for somente uma desculpa para justificar uma iluminação empolada, pomposa e

motivada politicamente, ou para participar da destruição da paisagem. A paisagem à noite pode ser mais do que apenas o objeto para a iluminação. Ela deve criar uma cena iluminada, o que significa que ela deve ser especificamente concebida para ser vista e apreciada à noite (NARBONI, 2004, p.17 – grifo nosso)<sup>11</sup>.

O *Urbanisme Lumière* parece envolver propostas que valorizem as identidades dos lugares, promovendo mudanças que envolvem o poder público como seu principal desenvolvedor, mas como parte de um projeto para a cidade. Ao contrário do *City Beautification*, no qual os projetos tendem a ser desenvolvidos pelo setor privado e retido às áreas renovadas, a intenção do modelo francês parece ser a de se produzir uma forma de administrar a cidade segundo dois diferentes momentos, ou seja, um planejamento diurno e outro planejamento noturno (NARBONI, 2004). Neste sentido, a ideia de se manter uma unidade visual a partir da diversidade de funções urbanas é central (Figura 6).

Cada modelo tem assumido uma perspectiva diferente sobre as cidades, sendo pontual ou local, no caso do *City Beautification*; ou ampla, na escala urbana e interurbana, no caso do *Urbanisme Lumière*. Estes modelos têm, juntamente com as necessidades de economia de energia elétrica e de contenção da poluição luminosa, orientado os projetos e as ações de iluminar as cidades. Os modelos se assemelham, no entanto, em relação às suas ontologias classificatórias das atividades noturnas, ignorando algumas continuidades e complementaridades entre a noite e o dia, algo mais comumente relatado no trabalho dos historiadores e sociólogos da noite urbana.

Apesar dos problemas, os dois modelos têm proposto uma nova forma de composição da paisagem da cidade, acrescentando novos aspectos às imagens urbanas. No caso brasileiro, por exemplo, ao longo dos últimos vinte anos, tem se criado uma política mista que, ora se utiliza das tradicionais preocupações técnicas, ora absorve algumas questões de *City Beautification* e de *Urbanisme Lumière*. Assim, as combinações entre luz e objetos espaciais são orientadas na

<sup>11</sup> Beyond the solely functional aspects, contemporary urban lighting design may now transform space, create an agreeable ambiance, improve our living space, and accentuate the normal. Can the evolution of the landscape, from natural to artificial, thus allow us to improve the environment and to make a nocturnal creation beyond the restraints imposed by the city? Yes, if artificial lighting permits the creation of a poetic, sensual landscape by night. No, if it is only an excuse to justify an inflated, showy, politically motivated illumination, or to participate in the destruction of the landscape. The landscape at night may be more than the object of simple lighting. It must create an illuminated scene, that is to say it must be specifically conceived to be seen and appreciated at night (NARBONI, 2004, p. 17).

atualidade através de objetivos construídos, a partir de projetos ou de reflexões sobre o espaço urbano durante a noite.



*Figura 6: Panorama de Lyon, França. Há três camadas de luminosidade associadas aos usos urbanos. Disponível em: <http://www.conceptionlumiere.com/>. Acesso em: Agosto de 2014.*

A grande atenção dada pelos franceses ao problema da noite em escala urbana e regional pode ser observada na criação de uma equipe de trabalho em geografia histórica da noite em Paris. Recentemente, em uma exposição realizada no Pavillon de l’Arsenal, um conjunto de mapas, gráficos, fotografias e esquemas exibiu a variada composição da noite parisiense (ARMENGAUD, 2013). A exposição, transformada em publicação, foi construída ao longo de dez anos de pesquisas sobre a noite da cidade, incorporando especialistas de diversas áreas. Trata-se, talvez, do estudo de maior fôlego sobre o tema, incorporando questões amplas como o comportamento noturno em diferentes épocas, com a caracterização dos personagens e a definição de suas localizações em relação às atividades noturnas.

Grande parte do interesse atual dos franceses pela noite urbana deriva, na verdade, de um processo urbano de intervenções artísticas e políticas no período noturno. Eventos como “Nuits blanches” em Paris e Roma; “Nuits des Arts” de Helsinki; ou a “Fête des Lumières” de Lion e Turim, são exemplos de manifestações sociais que incorporam o interesse sobre o urbano dentro das aplicações técnicas e artísticas sobre a luz. A exposição “Paris, La Nuit” está inserida neste contexto, incorporando arquitetos, filósofos, historiadores, sociólogos, artistas e geógrafos em uma nova visão sobre a cidade noturna.

O modelo de “Urbanisme Lumière”, divulgado por Roger Narboni, arquiteto francês responsável pela promoção da “Fête des Lumières” e pela criação de cursos de zoneamento urbano noturno, é parte deste processo também. O seu livro sobre paisagens noturnas é uma das referências de um novo modo de urbanismo, exclusivamente pensado para as atividades noturnas:

A cidade à noite não tem nada a ver com a cidade durante o dia. É outra cidade. Há novos conceitos surgindo na Europa, como por exemplo, que nós devemos eleger um prefeito para a noite, diferente do prefeito da cidade durante o dia (NARBONI, 2008, p. 8).

Este processo de identificação entre os usos da cidade à noite e as técnicas de se iluminar ou organizar a vida noturna encontraram elementos na história urbana e na geografia histórica. Thierry Paquot (2000), ao estudar declarações sobre a vida noturna nos dois últimos séculos, expressou o sentimento urbano sobre a noite como um processo de conquista:

**A conquista da noite exigiu a combinação de muitos elementos, tanto materiais quanto espirituais:** a vela, a lâmpada a óleo e seu pavio, o domínio do tempo e, portanto, sua divisão medida em horas, a remoção de proibições que impediam a prática noturna de determinados serviços, uma maior liberdade em relação ao tempo litúrgico, a crença de que o ‘tempo perdido’ poderia ser rentabilizado por oficinas e fábricas, a certeza de que o perigo e a insegurança não são mais comuns durante a noite do que durante o dia, etc. (PAQUOT, 2000, p. 7 – grifo nosso)<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> La conquête de la nuit nécessitera la conjugaison de nombreux éléments, tant matériels que spirituels : la chandelle, la lampe à huile et sa mèche, la maîtrise du temps et donc de son découpage mesuré en heures, la suppression des interdits qui empêchaient la pratique nocturne de certains métiers, une plus grande liberté eu égard au temps liturgique, la conviction que ce « temps perdu » puisse être rentabilisé en éclairant les ateliers et les usines, la certitude que le danger et l’insécurité ne sont pas plus développés la nuit que le jour, etc. (PAQUOT, 2000, p.7).

Esta ideia serviu como construção de muitos argumentos em relação à noite urbana e está bem desenvolvida nas páginas do livro da exposição “Paris, La Nuit”. Muito disso em razão da visão geográfica adicionada por Gwiazdzinski, o qual segue as mesmas convicções de Paquot (2000) e de Melbin (1978; 1987), ao pensar a noite com um espaço-tempo conquistado lentamente pela sociedade urbana.

Para Luc Gwiazdzinski (2000), a conquista da noite e o desenvolvimento de um espaço público noturno é um processo ainda em configuração, paulatinamente encaminhado através das mudanças tecnológicas e comportamentais em cada cidade e em conjunto abarcando o mundo em sua totalidade. Em suas descrições, ele apresenta um tipo-ideal de cidade, a qual possui áreas que dormem e áreas que nunca dormem, operando durante 24 horas por dia e 7 dias por semana. A cidade que não dorme dispõe dos serviços básicos de segurança, saúde, manutenção, lazer e entretenimento, e está ligada às redes globais.

O "povo da noite" prosperou. As empresas industriais operam continuamente para rentabilizar seus equipamentos e, na maioria das áreas, o trabalho noturno está se tornando comum. As empresas de serviços se mantêm ativas "24/24, 7/7" e todo mundo pode contratar um seguro ou pedir um bilhete de avião à noite (GWIAZDZINSKI, 2004, p.2)<sup>13</sup>.

Assim, a ocupação da noite parece ter sido uma conquista progressiva, realizada pela criação e a expansão de atividades noturnas como, por exemplo, casas de show, teatros, cinemas, boates, cassinos e discotecas. Este processo se encontraria em seu limiar, banalizado pela recorrência. Além disso, a conquista foi construída espacialmente, dos centros urbanos para as franjas metropolitanas, das grandes cidades para as médias e pequenas áreas urbanas. Cada vez mais cidades incorporam a noite nos calendários festivos, nas rotinas de trabalho e nos projetos urbanos (GWIAZDZINSKI, 2000).

A economia noturna teria um papel importante neste processo, incorporando áreas para novos usos, redobrando os lucros de outros setores em atividades de lazer e de turismo, renegociando o uso do espaço público em outros horários. O efeito desse processo poderia ser visto em toda a cidade, reproduzindo os conflitos e as disparidades entre áreas, dando visibilidade a algumas

<sup>13</sup> Le « peuple de la nuit » prospère. Les entreprises industrielles fonctionnent en continu pour rentabiliser leurs équipements et, dans la plupart des secteurs, le travail de nuit se banalise. Les sociétés de services se mettent au « 24h/24, 7j /7 » et chacun peut contracter une assurance ou commander un billet d’avion en pleine nuit. (GWIAZDZINSKI, 2004, p.2).

e obscurecendo outras. Os conflitos apareceriam nos limites entre dois espaços: um espaço que trabalha e outro que dorme; entre o tempo internacional e o tempo local; entre o espaço de fluxos e o espaço de fixos (GWIAZDZINSKI, 2000). Ao mesmo tempo, no local, as diferenças entre centros, periferias e zonas de fluxo expressariam as desigualdade e assimetrias internas a cada cidade. A iluminação exhibe, assim, a forma urbana em muitas facetas, sendo que o faz segundo diversas motivações, o que podemos perceber pela simples comparação entre *City Beautification* e *Urbanisme Lumière*.

Veremos agora como estes modelos de se pensar a cidade foram criticados dentro do contexto político-econômico do *city marketing*. O retorno ao centro e a exploração econômica desta área pelos agentes urbanos parece ter provocado reações contrárias ao seu papel na escritura da paisagem urbana.

## A gentrificação da noite

O termo gentrificação surgiu primeiramente associado às disputas entre membros da classe trabalhadora e membros da classe média londrina pela propriedade de antigos alojamentos do período vitoriano na década de 1950. Tratava-se de uma tentativa de aquisição dos prédios pela classe média com o intuito de reabilitar o estilo vitoriano, removendo daí a população que antes ocupava o local (SLATER, 2011).

A palavra atualmente pode estar associada ao processo de recuperação ou revitalização urbana, no qual há também, embutido, um processo de invasão/sucessão espacial (CORRÊA, 1996). Para Neil Smith (2002) trata-se de um processo dentro do ciclo de acumulação do capital guiado por agentes produtores do espaço urbano; para David Ley (1994) gentrificação é um processo essencialmente comercial, ligado aos novos padrões de consumo surgidos das transformações operadas desde a década de 1960, ou seja, uma virada cultural – e do consumo cultural – na política urbana (LEY, 2003).

Atualmente, o termo gentrificação se tornou um lugar comum na descrição da paisagem urbana das grandes cidades, um mecanismo efetivo de identificação de um novo processo urbano que reproduzia o efeito de mudanças estruturais no modelo capitalista após os anos 1970 (BIANCHINI, 1995). A sua banalização é assinalada pelo seu uso como demarcação de uma situação na qual os conteúdos sócio-espaciais anteriores se encontram em vias de desaparecer.

A ideia geral dos estudos sobre gentrificação aplicados ao tema da vida ou paisagem noturna tenderam a se estender sobre um campo de estudos denominado *nighttime economy*. De forma bem geral, o termo economia noturna se desenvolve em torno das atividades do terciário, especialmente dos serviços de turismo e de lazer, nas grandes metrópoles que revitalizaram as suas áreas centrais em busca da superação da crise urbana ocorrida nas décadas de 1960 e 70 nos países centrais. A ideia vital aqui é a de que o comportamento transgressivo foi substituído pelo consumismo (HAE, 2011), o qual, obviamente, possui grande visibilidade em relação a outras formas de relação em sociedade para estes autores.

Os geógrafos são muito sensíveis a este aspecto da noite urbana. O estudo da economia noturna é a forma pela qual o tema da noite aderiu à geografia urbana de forma mais ampla. Estes trabalhos estão menos preocupados com os aspectos da história social ou da história da tecnologia, pois os autores adotaram uma linha de pesquisa centrada em questões contemporâneas como a ideia de crise urbana, o postulado da pós-modernidade e a imposição de uma competitividade global sobre o urbano.

Por isso, o tom de argumentação também muda substancialmente. Se do lado de historiadores e sociólogos as questões pousavam sobre os umbrais do imaginário e dos comportamentos transgressivos; do lado dos geógrafos – anglófonos, diga-se de passagem – as questões são construídas a partir de pressupostos mais gerais da economia urbana mundial como, por exemplo, a incorporação dos efeitos da globalização localmente, o papel das grandes corporações na criação de segregação espacial, e as transformações no perfil econômico dos centros urbanos segundo o modelo de gentrificação urbana.

A explicação também passou de uma ordem local para uma ordem que implica duas diferentes escalas, envolvendo as razões locais (de cada cidade), mas principalmente o efeito das grandes mudanças econômicas em nível global sobre as cidades. As referências comuns a estas pesquisas incluem autores como, por exemplo, Smith (1996); Harvey (1994); Soja (1995); Jameson (1990); Augé (1995); Urry (2002), entre outros, os quais postularam uma nova visão sobre os processos de gentrificação, revitalização e reforma urbana. Os teóricos da noite se apropriaram dessa discussão trazendo os grandes temas das ciências sociais para discutir a noite urbana, ainda que aqueles que lhes forneçam as bases não tenham tocado no tema de forma direta.

As obras de revitalização são entendidas, aqui, como obras de remoção da população de trabalhadores e de criação de amenidades para a classe média. Qualquer ação de embelezamento

urbano ou de reconstrução paisagística acaba por ser situada como uma tentativa de controle dos comportamentos. Assim, quando se criam mecanismos de melhoria da iluminação, se imagina que o interesse é apenas monitorar, através de maior exposição, os comportamentos desviantes.

A luta entre dominantes e subordinados como agentes globais versus agentes locais cristaliza o processo no tempo e no espaço e inibe a compreensão das implicações do processo nas práticas sociais, tornando a escala local um fator de resistência e a escala global em fator hegemônico *per se* e desautorizando o papel criativo e conflitivo da vida social. Trata-se de uma estrutura ou uma capa teórica que adere como uma prótese à descrição geográfica sobre a noite urbana. Retiremos os elementos ligados à noite, basicamente neste caso o consumo de bebidas alcoólicas, a presença de jovens e o prazer hedonístico, e poderíamos falar de qualquer cidade sem necessariamente tocarmos no tema da noite urbana.

O ponto central de crítica desses autores em relação ao tema surge a partir da ideia de crise. Em primeiro lugar, uma crise econômica que desacelerou o ritmo de crescimento dos países desenvolvidos nos anos 1970 e que arrefeceu o investimento privado nas cidades, especialmente com a aceleração no processo de desindustrialização. Em segundo lugar, uma crise política, verificada pelo novo papel do Estado e pelo surgimento de novas instituições políticas, em escala local, mas ligadas a interesses de grupos com atuação global, como os movimentos LGBT, feministas e étnicos; e em escala regional com os novos movimentos separatistas e a atuação do setor privado em escala global. Em terceiro lugar, uma crise urbana, na qual um acelerado processo de suburbanização ocorre ao mesmo tempo em que há um relativo esvaziamento dos centros urbanos decorrente da ascensão de uma classe média urbana.

Segundo este ponto de vista, as cidades no pós-guerra enfrentaram um processo de decadência caracterizado pela precarização das condições de moradia nas áreas centrais, pelo escapismo das elites urbanas e pelo recuo do espaço público, esvaziado de sua dimensão política (DIXON, LEVINE e MCAULEY, 2006). Ao mesmo tempo, a popularização dos bens de consumo, especialmente das tecnologias de telecomunicação, ligadas ao lazer privado, parece ter levado as pessoas a saírem menos de suas casas (LOVATT e O'CONNOR, 1995). O resultado desse amplo processo foi, entre outros, o abandono dos centros urbanos e a sua ocupação por uma população empobrecida, em um clássico processo de invasão-sucessão. Dessa forma, os centros das grandes cidades se tornaram os lugares que concentraram imageticamente o medo urbano:

Assim a liminarietà da vida noturna se transformou em patologização dos centros urbanos, divididos entre os grupos residuais que usavam a cidade – jovens, prostitutas, viciados etc. Pesquisas e mais pesquisas apontaram que a maioria das mulheres e dos idosos não frequentavam o centro por medo da violência (masculina). Neste contexto a polícia observou cada vez mais a situação em sua ligação com o crime e o comportamento desordeiro (de bêbados), especialmente de homens jovens trabalhadores (LOVATT E O’CONNOR, 1995, p. 132)<sup>14</sup>.

A noite no centro passou nas décadas de 1960 e 70 a ser entendida como espaço-tempo do crime, devidamente localizado socialmente entre os homens jovens consumidores de drogas, como sinalizado por Melbin (1978) e por Skelton e Valentine (1998). Em parte isso teria repercutido no uso do espaço público das áreas centrais, que reduziram suas ofertas de entretenimento noturno, limitando-se às atividades marginais (bares e pubs para trabalhadores, pontos de venda de drogas ou casas de prostituição).

Segundo esta perspectiva, mulheres e idosos tornaram-se personagens raros no centro noturno das cidades, em virtude da ausência de atividades e de segurança para a sua permanência. À noite a centralidade era deslocada radicalmente para outras áreas da cidade, visto que o poder público não possuía garantias políticas e financeiras e nem mesmo os incentivos privados de dinamizar aquelas áreas ou mesmo garantir a segurança de moradores e visitantes do local. Permanecia a noite no centro sob a clandestinidade, longe do olhar do público e dos aparatos de controle do Estado.

No entanto, muito pouco foi falado sobre as áreas onde supostamente essa noite teria se deslocado. Mesmo o centro da cidade é permeado por descrições congeladas de atividades pouco reconhecidas e práticas estereotipadas. O centro se tornou um modelo do fracasso urbano durante o período de crise, assim como a juventude passou a ser associada ao perigo de estar no centro à noite. A década de 1970 é um período no qual a descrição de comportamentos desviantes e das dinâmicas das áreas centrais obteve grande destaque, obscurecendo áreas que na mesma época parecem ter tido grande atratividade para a vida social noturna.

<sup>14</sup> Thus the liminality of nightlife turned into the pathologisation of city centres, riven by those residual groups who used the city - youth, prostitutes, drug addicts etc. Survey after survey found that the majority of women and the elderly did not go into the centre through fear of (male) violence. In this context the police increasingly saw the situation as one of crime and (drunken) disorderly behaviour, especially by young working-class males (LOVATT E O’CONNOR, 1995, p. 132).

No fim da década de 1980 as pesquisas sobre a economia noturna retomam a ideia de crise, mas agora explicando que a sua superação foi em parte garantida pelo investimento em atividades de lazer e entretenimento. Elas teriam sido transformadas em commodities por corporações e incentivadas pelos empreendedores urbanos filiados aos governos locais. Vemos, por exemplo, que segundo Lovatt e O'Connor (1995), a saída encontrada por algumas cidades foi o reinvestimento nos aspectos relacionados à cultura local, com forte apelo à renovação dos centros históricos:

Os anos 1980 viram o gradual reconhecimento do papel transformador da cultura na cidade (e em toda parte). O governo local, as organizações artísticas, pessoas de negócios, tanto companhias quanto grupos de cúpula como as Câmaras de Comércio, grupos comunitários, organizações de treinamento e, é claro, artistas locais **começaram a criar fluidas, e muitas vezes informais coalizões na elaboração de estratégias culturais (formais e informais) voltadas para a 'regeneração' do centro urbano e (esperançosamente) da cidade como um todo** (LOVATT e O'CONNOR, 1995, p.129 – grifo nosso)<sup>15</sup>.

Dentro desse marco parece que muitas intervenções urbanísticas foram realizadas nas cidades, com novos projetos de zoneamento e novas normas urbanas que buscavam limitar as intervenções particulares nos prédios que continham algum valor patrimonial. Este é o período no qual novas alternativas para o urbanismo incluíram o design luminoso como elemento da revitalização urbana. Ao mesmo tempo, parece ter se organizado um processo de renovação urbanística, com a criação de novas áreas de negócios, reformuladas ao interesse do capital financeiro.

John Hannigan (1998) aponta que o processo de renovação da vida urbana nos anos 1980 foi guiado por uma nova cultura urbana, baseada no entretenimento, consumo e estímulo a atividades artísticas (Figura 7). Neste sentido, poder público, mídia e corporações parecem ter tido um importante papel no que diz respeito ao desenvolvimento de uma noite urbana.

<sup>15</sup>The 1980s saw the gradual recognition of this changing role of culture in the city (and elsewhere). Local government, arts organisations, business people, both companies and umbrella groups such as the Chamber of Commerce, community groups, training organisations and, of course, local artists began to create fluid, often informal coalitions around the elaboration of (formal and informal) cultural strategies aimed at the 'regeneration' of the city centre and (hopefully) the city as a whole. (LOVATT e O'CONNOR, 1995, p.129).



*Figura 7: A volta ao centro de Nova York é um dos exemplos mais comumente citados de gentrificação. Fonte: Joey Lax-Salinas (2011). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/joeybls/8614564615/>. Acesso em: Setembro de 2014.*

Da mesma forma, os centros urbanos parecem começar a ser novamente locais de atração de visitantes e a sua imagem necessariamente tinha que sugerir boas sensações e um potencial para o lazer, o que em muitos casos estava relacionado a uma boa imagem noturna (LOVATT e O'CONNOR, 1995). Esta imagem seria para Chatterton e Hollands (2003) necessariamente uma imagem de uma noite dirigida para o entretenimento da classe média, especialmente para jovens adultos, inibindo a interação entre diferentes classes e limitando a noite a formas de consumo hedonista. Ainda aqui o centro aparece como ponto central da análise sobre a noite urbana, mas agora reconfigurado segundo um processo de substituição de classes. A noite no centro foi recuperada dos jovens que viviam a margem da sociedade e cedida aos jovens de classe média. Os autores também afirmam que a noite foi gentrificada, segmentando a participação do público e reduzindo a interação social entre os indivíduos devido ao controle exercido sobre o comportamento social.

Neste ponto encontramos o primeiro problema dos estudos sobre a economia urbana noturna: o conceito de escala é fornecido como uma rígida matriz hierárquica na qual os atores globais têm papel determinante na configuração da paisagem noturna. Chatterton e Hollands (2003), por exemplo, apontam como centro do problema o acelerado processo de usurpação do espaço público por grandes corporações. Segundo os autores, os agentes locais tornam-se apenas reféns ou a massa que resiste aos interesses corporativos. Ao oporem os interesses globais das corporações aos interesses da população local, eles recriam a clássica divisão marxista de agentes dominantes e agentes subordinados, redistribuindo a distinção como um fator de escala: jovens adultos fazem a sua própria vida noturna, mas não sob as condições de sua própria escolha (CHATTERTON e HOLLANDS, 2003, p. 8)<sup>16</sup>.

Na observação de Chatterton e Hollands (2003), a paisagem urbana noturna seria caracterizada na atualidade pelas ações do poder corporativo, o qual produziria a vida noturna em torno de espaços de prazer hedonista regulados por dispositivos de controle social e por mecanismos que garantissem os seus lucros. Os usuários da noite também são resumidos ao público jovem que neste caso lhes é atribuído o papel de consumidores, os quais, como já vimos, consomem a noite, mas não sob as condições que escolhem. Estes jovens também são muito bem definidos como sendo brancos, de classe média, com perfil universitário. Assim, a conclusão final é de que as paisagens urbanas noturnas são produzidas como lugares da exclusão, do controle e do capital privado, e a noite aparece como um momento no qual não há interação social, mas segregação, motivada pela segmentação do mercado e por uma atitude passiva dos jovens consumidores.

Segundo este ponto de vista, os governos locais surgem como empreendedores que disputam os recursos advindos das corporações e, portanto, se tornam aliados dos operadores globais em detrimento dos interesses locais (CHATTERTON e HOLLANDS, 2003). Assim, as paisagens urbanas noturnas são esfaceladas em três segmentos – muito similares aos descritos por Cosgrove (2008): uma paisagem “*mainstream*”, ou seja, das corporações globais; uma paisagem residual, que resiste aos interesses hegemônicos e permanece enquanto rugosidade; e uma paisagem alternativa, criada pela aversão de grupos à beira da ilegalidade em *raves*, *squats* e zonas mal afamadas da cidade em relação ao poder hegemônico. Muito da criatividade dos agentes sociais, das discussões políticas com o governo local e das variadas e às vezes

<sup>16</sup>No original: “Young adults make their own nightlife, but not under conditions of their own choosing” (p. 8).

contraditórias ações das corporações ficam subtraídas em um enredo no qual toda ação corporativa atinge absoluto sucesso, excluindo a população local ou limitando sua escolha, visto que o governo local não atua na garantia dos seus interesses frente às corporações.

Para os autores da economia noturna, a segmentação da vida noturna segundo classes sociais é um dos elementos chaves para a compreensão do processo de gentrificação urbana. Aparentemente, o novo centro urbano teria absorvido as demandas da classe média, relegando a população de classe baixa às áreas depreciadas nas margens da cidade. Contudo, em cidades como Nova York ou São Francisco a população de pobres urbanos permanece não só resistindo, mas construindo a própria paisagem da área central, recuperando-se de um período no qual ocorreu uma redução no investimento nas áreas do entorno dos grandes projetos de revitalização urbana.

Áreas que foram deixadas de fora do planejamento da cidade se converteram em pontos turísticos, em virtude da manutenção de características valoradas como originais ou autênticas, e em detrimento das áreas gentrificadas, consideradas artificiais, como parece ser o exemplo das *Chinatown*s (Figura 8). A partir da década de 1980, as áreas centrais parecem atrair um grande número de iniciativas, sejam corporativas, como as ações da Disney nas cidades americanas ou dos bancos nas cidades brasileiras, sejam cooperativas, como as uniões de pequenos empresários ou de associações de moradores (ZUKIN, 1995). Para o centro convergem eventos comunitários, campanhas de multinacionais, trabalhadores em situação de rua, manifestações políticas, turistas internacionais, intervenções artísticas etc.

Acreditamos que ainda que a visibilidade de cada atividade seja diferencialmente apresentada segundo a capacidade de investimento de cada agente, o centro é um dos poucos lugares nas cidades que ainda consegue concentrar de alguma forma a diversidade social. Não é aleatório o fato de que áreas periféricas ao centro de negócios costumem ser o berço de movimentos políticos e culturais importantes. Isto se dá por muitas razões que podem ser resumidas na capacidade de reinvenção que as áreas centrais possuem. Os ciclos de abandono e revitalização do centro constituem o combustível para esta transformação. Talvez por não se constituir como um bairro exclusivo, mesclando classes, funções urbanas e ritmos ao longo do dia, o centro é ainda uma máquina que fabrica novidades para esses agentes sociais, sejam elas fruto do universo corporativo ou criações de um grupo social alternativo.



Figura 8: Antigos guetos étnicos se transformam em áreas de lazer e de compras em setores gentrificados de cidades como São Francisco, Estados Unidos. Fonte: Marcos Góis, 2013.

É bastante comum que a conversão de uma atividade original ou alternativa em um evento *mainstream* seja vista como parte do processo de gentrificação, no qual os conteúdos autênticos perdem seu valor por serem expostos como produtos para a cidade festiva. Acreditamos que esta visão tende a reduzir os ganhos dos movimentos sociais e seu papel na democratização dos espaços. Entendemos, ao contrário, que a ampliação do público de um dado movimento costuma produzir efeitos em cascata, o qual à montante é construído com a ocupação de espaços na cidade e à jusante com maior inserção desses grupos na política urbana.

Os estudos sobre a economia urbana tendem a simplificar o conflito existente entre os grupos sociais a partir da criação de uma dicotomia entre dominantes e subordinados, simulando uma união entre agentes sociais que, na maioria das vezes, lutam entre si. A reflexão se torna esquemática, colocando o problema no poderio econômico dos agentes envolvidos e ignorando, em parte, a disputa política pela cidade. Por exemplo, as mudanças ocorridas nas áreas centrais

tiveram relação com alterações mais gerais na forma de gestão, especialmente através de novas parcerias entre o setor público e a iniciativa privada (HOLLANDS E CHATTERTON, 2003). Sem dúvida, esta parceria provocou mudanças na forma urbana e setores da cidade foram reurbanizados seguindo o interesse corporativo, como é o caso das áreas portuárias de Baltimore, Barcelona e São Francisco. A crítica aos projetos tem sido duramente apresentada por autores como Smith (1996), Harvey (1994) e Miller (2002). Contudo, a atuação dos governos locais variou significativamente, expondo as reticências em relação a alguns projetos de requalificação urbana. Além disso, o discurso presente nas publicações desses autores acaba por reduzir o papel dos agentes locais e homogeneizar os processos que derivam da luta pela cidade.

O problema principal parece ser dado ao processo de transformação do centro em um *hub* de entretenimento. Este processo é visto pelos autores da *nighttime economy* como um momento no qual a lógica industrial (produtiva) foi substituída pela lógica de mercado apoiada na gestão empresarial do comércio e na prestação de serviços (HOBBS *et al*, 2000) ou em uma lógica pós-fordista (CHATTERTON E HOLLANDS, 2003).

As localizações industriais anteriormente fixadas nas áreas urbanas foram substituídas por atividades do terciário, o que possibilitou que os centros urbanos fossem novamente ocupados pelo interesse social, dotando áreas de infraestruturas que garantissem a segurança para a convivência ao longo do dia. A explicação para o reaparecimento vigoroso de uma economia noturna parece atravessar, portanto, nesses pontos principais:

- a) O acelerado processo de desindustrialização com realocação industrial fora do limites urbanos e dos países centrais a partir dos anos 1960;
- b) A revalorização dos centros urbanos e sua transformação em áreas mistas como centros de negócios durante o dia e centros de lazer durante a noite;
- c) A ideia de competitividade entre cidades e a concorrência entre elas para a captação de recursos estrangeiros através do turismo;
- d) A revalorização da ideia de cultura, com investimentos na história da cidade e na produção artística, especialmente com intervenções artísticas em áreas públicas "patrimonializadas";
- e) A criação de uma imagem de cidade vital, jovem e moderna, garantida através de um forte aparato de controle urbanístico e civil; e

- f) Finalmente, o uso do período noturno como nova fronteira para o planejamento, a economia urbana e a expansão da vida pública.

Em relação à população urbana que ocupa a noite, os autores da *nighttime economy* são ainda mais precisos em sua caracterização. Segundo os pontos de vista defendidos em boa parte dos estudos, a noite urbana – especialmente no centro – continuaria a ser majoritariamente composta por homens brancos e jovens de classe média (HAE, 2011). O aparato institucional teria sido criado para garantir o lazer dessas pessoas em detrimento de antigos usos que eram realizados nos centros urbanos nas décadas anteriores (ROBERTS, 2006). Ordem e lucro seriam as palavras chaves deste novo momento da economia urbana, no qual as atividades noturnas tradicionais teriam sido substituídas por atividades gentrificadas (CHATTERTON e HOLLANDS, 2003).

Em boa medida este novo regime de controle teria se baseado em algumas ações como, por exemplo, o estabelecimento das horas de funcionamento do comércio; as restrições ao consumo de drogas lícitas no espaço público; a repressão ao consumo das drogas ilícitas; a criação de sistemas de monitoramento por câmeras etc. (FYFE, 1998; PERHAM *et al*, 2007). No limite, para autores como Deborah Talbot (2006), a cidade noturna teria sido pensada segundo um modelo fordista de controle que pretendia expulsar classes, raças e gêneros indesejados da convivência urbana. O grau de sucesso dessa ação coordenada entre classe média, corporações e governo local variaria de acordo com os arranjos de cada cidade, ainda que prevalecesse sobre outros arranjos.

Para boa parte dos autores que discutem a *night-time economy* os agentes hegemônicos parecem ter um grande grau de coordenação interna, em um cenário de capitalismo monopolista. Assim, as classes empobrecidas e mitigadas seriam expulsas com pouco esforço e os comportamentos regulados pelo Estado em associação com a classe média urbana e os agentes do mercado de terras. Ainda que em parte este processo tenha se desenvolvido em metrópoles globais, este grau de coesão e associação está longe de ser um padrão que pode ser observado em todas as cidades, visto que o “retorno ao centro” adquiriu características diferentes em cada cidade, especialmente se levarmos em consideração o fato de que os centros não ficaram absolutamente vazios.

Segundo as indicações obtidas a partir das pesquisas sobre economia noturna, o modelo de articulação entre ofertas de entretenimento corporativo e o consumo pela classe média de uma

cidade festiva pode ser difundido com relativo sucesso em todo o mundo nos últimos trinta anos (CHATTERTON e HOLLANDS, 2003). Cidades europeias e americanas parecem ter compartilhado o modelo preservação-gentrificação, no qual a cidade "patrimonializada" se torna o lugar preferencial da gestão urbana, sendo reproduzido em cidades como Lisboa (ALVES, 2004), Coimbra (GAMA, 2008), Las Vegas (HANNIGAN, 1998), Buenos Aires (MARGULIS, 1997), entre outras. A história de cada cidade teria sido assim recomposta como mercadoria, ou melhor, como ambiente para o consumo urbano, segundo uma agenda neoliberal de incentivo público ao crescimento de atividades de lazer privadas (TALBOT e BOSE, 2007).

Em particular, apesar de a vida noturna ter sido historicamente um lugar para culturas 'outsider' (assim como de culturas étlicas dominantes), em Southview as forças combinadas da cultura, desenvolvimento econômico, licenciamento e policiamento são produtoras de uma economia noturna importada e não orgânica, a qual exemplifica as **forças sanitizadoras do consumismo de classe média** que domina a paisagem do centro da cidade (TALBOT, 2006, p.168 – grifo nosso)<sup>17</sup>.

Segundo este conjunto de autores, o centro noturno foi o lugar onde o comportamento transgressor teve maior visibilidade durante as décadas de recessão econômica, o momento em que o governo local e a classe média abandonaram o centro urbano em busca de soluções nas periferias das cidades (ROBERTS, 2006). A retomada do centro é um processo de retorno do interesse dos grupos políticos locais e da classe média e, portanto, um processo de expulsão das populações empobrecidas e de controle dos comportamentos transgressores que eram recorrentes no período anterior. Não é por acaso que a noite a partir da década de 1980 tenha sido deslocada paulatinamente da ideia de "um momento de transgressão para a idade adulta" para uma visão de "lazer para os jovens" (BIANCHINI, 1995).

Apesar das mudanças de perfil dos usuários, geógrafos e cientistas sociais parecem ter permanecido estáticos em relação aos lugares de observação (o centro urbano) e aos temas de interesse (consumo da noite por jovens e controle social). Ainda que esta visão seja um tanto quanto contestável, acreditamos que houve de fato uma mudança no perfil dos frequentadores da cidade noturna e, sem dúvida, a noite é povoada majoritariamente por jovens (MARGULIS, 1997). Isto não quer dizer, no entanto, que confundimos, assim como parecem fazer boa parte

<sup>17</sup> In particular, despite nightlife being historically a site for 'outsider' cultures (as well as of mainstream drinking cultures), in Southview the combined forces of culture, economic development, licensing and policing were productive of an imported, non-organic night-time economy, which exemplifies the sanitizing forces of middleclass consumerism that dominate the landscape of the inner city (TALBOT, 2006, p. 168).

dos autores da *night-time economy*, lugares ocupados por jovens com paisagens noturnas. A diversão jovem é parte desta paisagem e talvez tenha maior visibilidade, não só pelo volume e pelo movimento gerado, mas também pela sua expressividade manifestada através de uma atitude mais sujeita a dar visibilidade aos comportamentos transgressores. Ainda assim a noite não lhes é exclusiva e tampouco compõe por si só uma paisagem.

## A crítica da crítica ao urbanismo noturno contemporâneo

Há inúmeros trabalhos sobre a juventude e as práticas comuns a grupos de jovens<sup>18</sup>, mas surpreendentemente, quando se trata das atividades noturnas, há quatro temas recorrentes: consumo de drogas, sexo, música e violência (ver, por exemplo, HOLLANDS, 1995; 2002 e ROBINSON, 2012). Cada um desses temas possui internamente distinções e conflitos em relação às práticas e essa observação se trata obviamente de uma generalização. Sem entrar aqui nas minúcias dessas classificações, podemos dizer que são normalmente entendidos como atos de rebeldia ou de construção de uma identidade transgressora, firmada a partir de desvios em relação às restrições legais, como as idades para beber, frequentar casas de show, dirigir etc. (MASSEY, 1998).

Queremos com isso indicar que esses atos precisam também de lugares para se afirmar, espaços nos quais os jovens possam construir suas identidades, seja a partir de um estilo musical, uma forma de consumo ou uma atividade esportiva. Magnani (2005) traça alguns desses circuitos dos jovens urbanos na cidade de São Paulo e nota a relativa variação das formas de se vestir, de se comportar, dos estilos de música, das formas de expressão corporal, dos rituais, segundo os grupos de jovens. Mais do que isso, Magnani percebe que a manifestação das práticas de grupo encontra lugares na cidade em que a sua expressão não só “combina” com o ambiente dos lugares – transformados pelo uso dos grupos – mas que, além disso, estes lugares dão visibilidade ao grupo dentro da própria cidade. Neste caso, o lazer dos jovens paulistanos é menos uma conformação a um modelo corporativo de lazer do que um claro compromisso de cada grupo com os elementos que reificam as suas existências. Não parecem ser, acreditamos,

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, os números do *Journal of Youth Studies*, o qual possui uma série de estudos sobre as práticas noturnas de jovens.

apenas manifestações de resistência, mas formas criativas de construção da paisagem noturna. Esta variedade de personagens apresenta, ao mesmo tempo, uma variedade de lugares.

Ainda que os jovens possuam maior visibilidade na vida noturna e as suas práticas se inscrevam de forma mais nítida na paisagem, há outras formas de segmentação das práticas sociais, outros conteúdos ou posições sociais que influenciam a espacialidade da vida noturna. A crescente presença feminina na noite urbana, por exemplo, tem recebido grande atenção (SKELTON & VALENTINE, 1998), especialmente se comparada à sociabilidade das jovens mulheres no início do século XX (PEISS, 1986).

As pessoas que habitam as diversas cidades noturnas de que fala Luc Gwiazdzinski (zonas industriais, zonas residenciais, as periferias, os centros comerciais diurnos) recorrem também aos centros noturnos (que não são necessariamente no centro urbano ou histórico), à cidade que está viva a noite, para se divertir. A questão da etnia ou das relações entre etnia, classe social e lugar de moradia também parece demonstrar um conflito latente entre as representações da cidade (DWYER, 1998; PARKER, 1998). Paul Watt e Kevin Stenson (1998) demonstraram em seu estudo sobre uma cidade média do sudeste da Inglaterra que as disputas étnicas têm um papel crucial na negociação do uso do espaço público, sinalizando a complexidade das relações, até mesmo entre os jovens.

Cinco fatores parecem ter contribuído para que personagens relegados a papéis secundários na vida noturna conseguissem ganhar maior visibilidade na atualidade. Em primeiro lugar, a mobilização de grupos sociais organizados (raciais, étnicos, de gênero) garantiu a suspensão de leis segregacionistas, as quais excluía parte da população do direito de compartilhar (e de se misturar) a vida noturna. Em segundo lugar, a reabertura democrática e a pressão pelo reconhecimento dos direitos civis garantiram também uma politização das atividades de lazer, dando à noite um papel importante na política urbana. Em terceiro lugar, a expansão urbana e a formação de metrópoles induziram, ao mesmo tempo, o processo de descentralização, reorganizando com isso o zoneamento da cidade, estabelecendo centralidades noturnas com diferentes papéis na vida urbana. Em quarto lugar, a mobilidade urbana e a conexão entre as cidades dentro da cidade (policentrismo) tornou-se uma política de governo prioritária, constituindo uma arena de debates que inclui a acessibilidade como ponto estratégico para a inserção das áreas suburbanas no circuito da vida urbana noturna. Por fim, o papel da tecnologia e do planejamento da paisagem noturna tem reorientado as políticas de segurança, visibilidade e lazer dos espaços públicos durante a noite.

Segundo nosso ponto de vista, as paisagens noturnas urbanas são compostas na relação entre os lugares, os agentes e as práticas. Antes de serem o resultado de um plano mestre, elas são um trabalho de artesanato que possui uma organização provisória, refeita através do conflito e das negociações entre as partes que as compõem.

A revitalização urbana abriu o mercado urbano em franca decadência ao investimento privado, mas também criou a ambientação necessária que valorizou a história urbana e deu visibilidade a elementos que tinham sido relegados a um papel residual no passado. Os lugares da vida noturna não se limitam mais ao centro urbano; os usuários que compõem a noite na cidade (mesmo no centro da cidade) não são exclusivamente jovens de classe média; as corporações tampouco governam a vida noturna sem reações por parte da sociedade civil, do governo local ou mesmo por outras corporações; os usos da cidade noturna não se limitam ao consumo. A riqueza da paisagem urbana noturna está exatamente em sua variedade, ainda que esta diversidade não deva ser celebrada sem ser colocada como algo construído politicamente sobre conflitos sociais e espaciais.

Em resumo, não há forma de sociabilidade noturna sem a influência dos conteúdos sociais inerentes aos sujeitos. A posição social, dentro de um contexto de práticas e formas de consumo cultural que incluem outros fatores que não só a renda, desempenha um papel importante na configuração espacial dos encontros. Como diria Bourdieu (1995), é mais fácil que pessoas de semelhante posição social se encontrem e se relacionem do que pessoas que se encontram em posições sociais distintas. Isto porque há formas de organizar a interação - e o espaço para essa interação - que se constituem enquanto regras informais para os usuários, como sinais daquilo que será tolerado e daquilo que poderá ser reprimido. Decifrar estes indicadores pode ser crucial para a compreensão do que se pode ou não fazer e das formas em que estas regras podem ser negociadas e a entrada no jogo social pode ocorrer.

Mesmo nos espaços públicos há códigos informados pelos grupos que ocupam o espaço e o diálogo se estabelecerá segundo a negociação entre os indivíduos, em um jogo de reflexividade, no qual as posições sociais se estabelecem a partir do que poderia ser chamado de estatuto principal (BECKER, 2008), ou melhor, das concepções extraídas em relação ao aspecto físico do outro, uma forma de estereótipo, vital para a comunicabilidade entre as partes. Este estatuto não é, no entanto, permanente, mas situacional e pode ser rediscutido a partir do momento em que há interação entre os indivíduos.

Parece-nos que há, assim, sempre uma tensão material, quer diga respeito à posição social, quer se relacione ao lugar físico em que a interação ocorre. Queremos dizer que a materialidade possui um aspecto comunicativo, informações para os usuários, os quais podem decifrar atividades, formas de comportamento e características do público a partir da observação do aspecto formal dos lugares. Há assim predileções por lugares que tendem a reproduzir posições sociais ou gostos por determinados tipos de ambientes. Ao mesmo tempo, há lugares que permitem a transgressão dessa relação bastante direta entre formas físicas e práticas; ambientes que tendem a permitir o encontro e mesmo o conflito entre indivíduos e grupos de posições sociais diferentes. Queremos afirmar que a configuração física desses lugares colabora para a existência de práticas interacionais entre os seus usuários.

### Capítulo 3:

# As paisagens urbanas noturnas: uma proposta de pesquisa

Os geógrafos têm se dedicado há um bom tempo ao estudo das cidades, especialmente no que diz respeito à produção e organização do espaço urbano, sua dinâmica espacial e seus significados sociais. Como afirma Dan Stanislawski (1946), a geografia já possuía um interesse no urbano desde o final do século XIX, em particular com estudos sobre localização, sítio e anatomia urbana.

Economia e cultura urbana são também dimensões centrais da análise geográfica, especialmente no que se refere aos temas sociais ligados ao desenvolvimento contraditório da sociedade. As redes urbanas, os modelos de economia espacial, o estudo dos agentes sociais urbanos e da desigualdade sócio-espacial são alguns grandes temas na geografia urbana. Contudo, o estudo do urbano a partir do conceito de paisagem só tardiamente aparece na geografia. A geografia tradicional possuía outras preocupações e em raros momentos buscava na paisagem uma forma de explicação do fenômeno urbano. Além disso, as paisagens urbanas ficaram compartimentadas entre o interesse da geografia regional e o impacto da Nova Geografia, o que reduziu o seu poder explicativo nas pesquisas realizadas entre as décadas de 1940 e 1960<sup>19</sup>.

Desde os anos 1970, no entanto, notamos um crescimento de estudos sobre a paisagem urbana, primeiramente, através do tratamento da cultura material e posteriormente através do aprofundamento das análises a partir da discussão sobre os significados e sobre as bases ideológicas que compunham as paisagens. No Brasil, temos um número relevante de publicações e autores que revisitam o conceito para tratar do urbano (SANTOS, 1979; CORRÊA, 1989b; CARLOS, 1999), especialmente através da perspectiva marxista na

<sup>19</sup> Há sinais de que uma insipiente produção bibliográfica se firmava nos Estados Unidos, especialmente através das obras da revista *Landscape*, editada por J.B. Jackson nos anos 1950.

geografia. No entanto, a geografia das paisagens urbanas permaneceu silenciosa em relação à noite urbana. Muito pouco se escreveu sobre ela e poucos manuais de geografia urbana trataram o tema.

Há cerca de dez anos, Tuan (2004), tratando das tradições e das futuras perspectivas da geografia, ressaltou um aspecto da geografia cultural que até então parecia consenso: esta era praticamente uma geografia diurna. Muito esforço teria sido empreendido no que se refere ao estudo da conquista da natureza, da conversão das áreas florestais em campos de agricultura ou das transformações que o capitalismo tem inserido na organização e na produção do espaço urbano. Por outro lado, a noite permaneceu como um tema muito fechado a um círculo reduzido e desagregado de pesquisadores.

No capítulo anterior vimos que a noite urbana tem sido um tema relativamente bem explorado nas ciências sociais e que, além disso, houve na geografia um conjunto de trabalhos que explorou de formas diferentes as possibilidades de se interpretar espacialmente as atividades noturnas. A nossa intenção neste capítulo é avançar com a discussão dentro da geografia, defendendo, em primeiro lugar, um ponto de vista geográfico sobre um campo de pesquisas relativamente novo através do conceito de paisagem. Neste caso, buscaremos definições do conceito de paisagem que abarquem os elementos centrais para a sua reflexão na história do pensamento geográfico. Em segundo lugar, tentaremos recuperar as contribuições de historiadores, sociólogos e antropólogos para a compreensão dos processos sociais relacionados às paisagens. Deve-se notar, entretanto, que as etapas não foram construídas seguindo a sequência em que são apresentadas, mas reconstituídas pelas idas e vindas do processo de pesquisa.

## O conceito de paisagem e a tradição morfológica

O conceito de paisagem possui uma longa história na geografia e uma constante presença no vocabulário comum, sendo um cenário, uma vista, um panorama, uma pintura ou uma descrição (segundo o Oxford Dictionary<sup>20</sup> e a International Encyclopedia of Human Geography<sup>21</sup>). Em

<sup>20</sup> Versão online disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/landscape>. Acessado em: Outubro de 2013.

<sup>21</sup> KITCHIN, Rob; e THRIFT, Nigel. International Encyclopedia of Human Geography. Elsevier Science, 2009.

amplo sentido, a paisagem pode ser, ao mesmo tempo, o lugar, uma vista desse lugar e o ponto de observação. Tradicionalmente a geografia se ocupou dessa confusa profusão de paisagens.

A primeira frase do livro editado por Donald Meinig (1979a) anuncia o problema: “paisagem é um atrativo, importante e ambíguo termo”. Atrativo por imediatamente despertar um prazer estético; importante por agrupar um conjunto muito variado de definições e, como resultado, preocupações para a humanidade; e ambíguo porque possui tantas definições conflitantes que tornam o termo mais facilmente definível por aquilo que ele não é do que por aquilo que ele efetivamente delimita. Em outro capítulo no mesmo livro, Meinig (1979b) apresenta ainda dez versões sobre a mesma cena, onde, dependendo das distorções dos olhares, a mesma cena é apresentada segundo diferentes fatores.

O mesmo problema parece incomodar J.B. Jackson (1997) que afirma que a palavra paisagem (*landscape*) é bastante simples e de fácil assimilação, mas, ao que tudo indica, o seu significado não é facilmente compartilhado entre as pessoas. O vocábulo *land* teria uma definição que implicava um espaço definido por um recorte legal criado por um grupo; enquanto que o vocábulo *scape* representaria os aspectos coletivos de um ambiente. Em resumo, um espaço sintético criado pelo ser humano para dar ordem à natureza. Esta definição não parece estar muito distante da origem da palavra *landskip*: “[...] quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela, por exemplo” (CLAVAL, 2004, p. 13). Ou seja, a paisagem seria um recorte espacial, facilmente percebido e rigorosamente ordenado.

Mesmo Don Mitchell (2007) ao discutir o vocábulo paisagem (*landscape*) em uma perspectiva marxista retorna a esta primária definição ao indicar que a paisagem é uma morfologia construída, uma forma de representação, uma forma de arte, e um complexo sistema de significados. Apesar de adicionar as relações sociais, as relações de produção e os conteúdos ideológicos à paisagem, os fundamentos do conceito como uma morfologia, uma forma de ver e uma forma de organizar objetos no espaço permanecem. A sutil diferença é que as formas de criar, ver ou harmonizar o mundo em uma paisagem não são inocentes, mas construções ideológicas.

De modo bastante geral, o conceito de paisagem na geografia tendeu a migrar entre estes três aspectos: uma morfologia construída, uma espacialização visível e uma forma de organizar este mundo observado. Cada um dos aspectos deveria ser compreendido segundo os seus atributos

físicos ou materiais e simbólicos ou ideais, pois criar, ver ou organizar seriam tarefas intelectuais.

A história do conceito na geografia demonstra o diferente peso que materialidade e significado adquiriram para a definição da paisagem. Cada atributo incorporou um conjunto de temas, em geral, o primeiro tendeu a se concentrar sobre as técnicas, e o segundo sobre os valores sociais (CORRÊA, 1999).

A distância entre a geografia cultural e as paisagens simbólicas, no entanto, só se estreitou muito recentemente, incorporando o culturalismo de Carl Sauer e Vidal de La Blache às filosofias do significado e ao materialismo histórico dos anos 1970 (CORRÊA, 1999). Assim, a relação entre o conceito de paisagem e o mundo dos significados tem estado sob o foco de análise dos geógrafos culturais no final do século XX (MCDOWELL, 1996). Estes três aspectos possuem diferentes pesos dentro da história do conceito, mas tendem a ser recorrentes na discussão geográfica, assimilando as ideias de morfologia, imagem e prática como termos explicativos da relação entre materialidade e significados.

O conceito de paisagem possui fortes raízes na história do pensamento científico e artístico, com importantes desdobramentos para a geografia. A sua principal filiação remete ao Renascimento Italiano e a pintura Flamenca, o que já foi descrito por diversos autores (JACKSON, 1984; COSGROVE, 1984; COSGROVE & DANIELS, 1988; CLAVAL, 2004). A paisagem na definição cunhada por artistas e adotada posteriormente pelos geógrafos adquire a característica de ser uma cena enclausurada em um quadro e que possui os atributos da posição do artista em relação ao que ele observa. A redescoberta da perspectiva linear nos trabalhos de arquitetura de Filippo Brunelleschi (Figura 9), posteriormente adotado na pintura Flamenca, possibilitou a redução do *pays* ou da região ao conteúdo interno da moldura de um quadro, criando imagens mais próximas daquilo que era observado, substituindo o quadro celestial pelo quadro natural (GOMES, 2012).

Posteriormente, o significado do conceito de paisagem deixou de ser a pintura de uma área que foi observada para se tornar o ponto de vista em si ou a vista de algum lugar em geral (JACKSON, 1984). A centralidade da visão na definição do conceito de paisagem é, no entanto, uma persistente matriz na sua definição, mesmo nos dicionários de termos geográficos.

A importância da ideia de um quadro do mundo não reside, no entanto, apenas na criatividade artística ou em um movimento da pintura. Para os geógrafos a ideia de paisagem foi um instrumento de apresentação do mundo. Ainda que não tenha sido claramente um conceito no

sentido moderno do termo, os geógrafos, ou melhor, os naturalistas geógrafos dos séculos XVIII e XIX, em seus primeiros passos no Novo Mundo, se utilizaram da pintura de paisagens para reconstruir lugares como objetos científicos (PRATT, 1992).

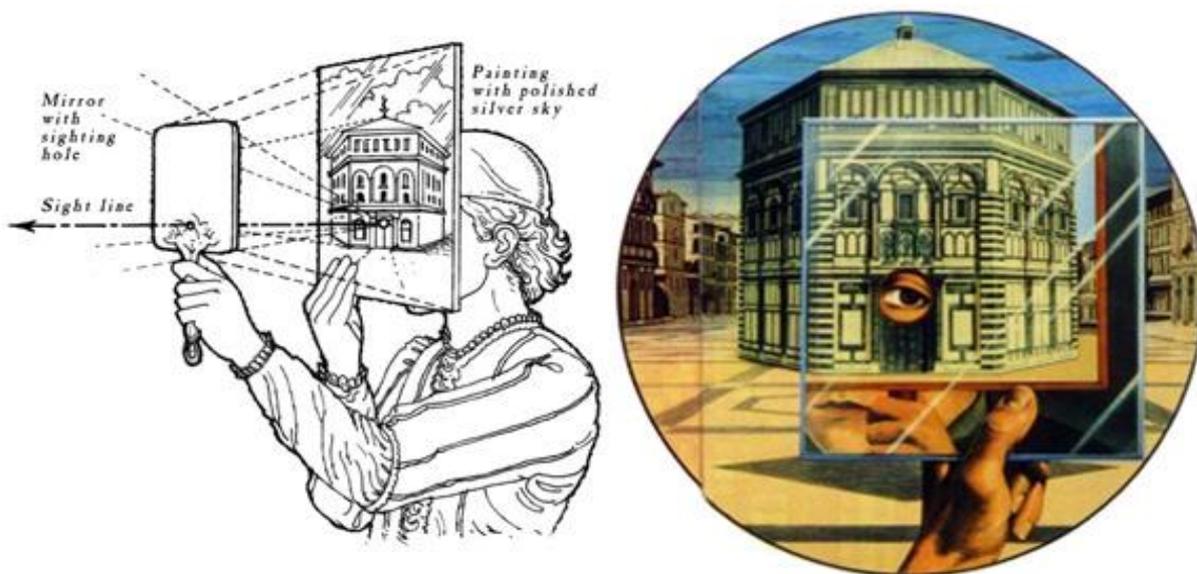


Figura 9: Perspectiva geométrica linear. Fonte: Site Leonardo's Apprentice. Disponível em: <http://leonardosapprentice.com/>. Acessado em: Setembro de 2014.

Alexander von Humboldt talvez tenha sido um dos primeiros a incorporar a paisagem como imagem do mundo na forma de uma pintura ou de uma cena, substituindo a narrativa heroica por uma narrativa científica, inspirada em Lineu, mas construída sobre a interpretação de uma narrativa local ainda pouco conhecida na Europa (PRATT, 1992). As pinturas são um aspecto fundamental para a compreensão da obra de Humboldt, especialmente se notarmos o seu posicionamento em relação ao observador, na qual ele nos convida a interpretação de seu próprio trabalho (Figura 10).

A estratégia não é inovadora para a história da pintura, visto que Jan van Eyck em *Arnolfini Portrait*, de 1434, já havia explorado o caminho e quase duzentos anos depois, Velazquez em *Las Meninas*, tornou ainda mais complexa a relação entre as posições de observação. Para a história da ciência tampouco o recurso era uma novidade, visto que a ciência experimental do século XVII (Figura 11) criou uma profusão de imagens desse tipo (SHAPIN & SCHAFFER, 1985). No entanto, o uso da pintura como expressão de uma ciência da natureza não teve antes maiores cuidados com a representação de um quadro natural. A paisagem é concebida como a

união harmônica dos termos da natureza em área (PRATT, 1992). Assim, a pintura é a apresentação de um espaço aberto e disponível para a penetração do olhar. Esta ideia de unidade da natureza se cristalizou no imaginário geográfico por um grande tempo.



*Figura 10: Pintura de Friedrich Georg Weitsch: Alexander von Humboldt und Aimé Bonpland am Fuß des Vulkans Chimborazo. 1810. Disponível em: [http://de.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Georg\\_Weitsch](http://de.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Georg_Weitsch). Acessado em: Março de 2013.*

Os geógrafos de forma bem geral assimilaram a ideia de paisagem de forma parecida, ou seja, um modo de descrever aquilo que se observa; um recorte de uma dada região a partir de um ponto de observação privilegiado; um produto da ação humana sobre a natureza. Neste caso, a paisagem como imagem incorpora os três aspectos: morfologia, visão e ordem.

A ideia de autoria e de posição são continuidades que a geografia incorporou da pintura e assimilou dos quadros naturais de Humboldt, ainda que a ideia de paisagem como imagem ou como objeto fixo tenha se deteriorado ao longo do tempo. A paisagem geográfica tornou-se a síntese entre os diversos pontos de vista escolhidos e os objetivos da observação (CLAVAL,

2004), mantendo preservado o estatuto do observador, mas dando movimento à observação, especialmente através da adoção da ideia de processo.



Figura 11: Imagem do livro de Sprat: *History of the Royal Society* (1667), na qual os instrumentos de trabalho são incorporados à vida cotidiana. Fonte: SHAPIN, Steven; e SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the Air Pump*. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

Na obra mais conhecida de Carl Sauer, *A Morfologia da paisagem*, podemos observar essa transformação no conceito de paisagem. Segundo Sauer: “... a área ou a paisagem é o campo da geografia, porque é uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível e não uma ideia sofisticada...” (SAUER, 2004, p.15). Nesse caso, a ênfase a ser dada não é em relação à ideia de que a paisagem guarda uma inocência ou harmonia natural, mas que ela pode ser apreendida por ser uma construção material, divisível pelo olhar do geógrafo. Este deveria

descobrir a ordem e a conexão dos fenômenos em área, notando que ocorrem transformações ao longo do tempo. A proposta de Sauer é, portanto, de uma geografia como relação corológica, especialmente dedicada à crítica ao determinismo e à construção de uma definição de paisagem diferente do modelo anterior que procurava explicações de processos sociais na natureza (PENN e LUKERMANN, 2003).

Não é por acaso que Sauer cria a distinção entre paisagens naturais e paisagens culturais, sendo a segunda o resultado nunca terminado da ação dos processos naturais e do trabalho humano ao longo do tempo sobre a primeira. O próprio Sauer fez questão de dissociar a ideia de imagem fixa ao conceito de paisagem: “No sentido aqui empregado, a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais” (SAUER, 2004, p.15).

No entanto, ainda que variem as cenas, o observador mantém a sua posição central, mesmo quando ciente – e Sauer demonstrou isso em suas pesquisas empíricas – das implicações de sua posição em relação à área de estudo:

O geógrafo está de fato exercendo continuamente a liberdade de escolha no que diz respeito aos materiais que ele inclui nas suas observações, mas ele está também continuamente tirando conclusões assim como estabelecendo suas relações; ele lida com sequências, embora ele possa não considerá-las como simples relações causais (SAUER, 2004, p.16).

A atenção aos aspectos físicos das paisagens e aos processos naturais e humanos que as transformam deve ser destacada como a chave para o entendimento do uso moderno do conceito de paisagem. O conceito aparece nesse momento desligado da ideia de imagem ou representação, mas mantém o conteúdo geral de uma cena observada, de um lugar ordenado pelo observador e de uma forma transformada pelo ser humano. Algo que já poderíamos encontrar em Vidal de La Blache em suas primeiras definições sobre o conceito de gêneros de vida ou mesmo em Hettner em uma aproximação de sua definição corológica do conceito de região (CRESSWELL, 2013).

O Carl Sauer tardio abordaria estes problemas e evidenciaria o papel da história na reconstituição da gênese das paisagens culturais e na formulação de teorias preditivas, com ênfase sobre os processos de difusão cultural e diferenciação de áreas. A forma da paisagem estaria, assim, associada aos hábitos e aos valores culturais em relação à natureza, os quais seriam transformados ao longo do tempo, exigindo do geógrafo uma reconstrução histórica

(SAUER, 1941), ou seja, o processo de construção da morfologia da paisagem auxiliaria na organização da observação.

Ao tratar das formas de se educar um geógrafo, Sauer (2000) sugere que os geógrafos devem não se limitar ao visualmente observável, buscando detalhes que compõem uma cena e confirmações através de entrevistas e de novos elementos que não são à primeira vista notados. Neste sentido, a observação direta é a forma de obtenção do conhecimento pelo geógrafo em campo, porém associada a comparações com outros estudos e com explicações sintéticas. A morfologia da paisagem permanece, com efeito, central para o estudo geográfico, mas sempre articulada com as funções e os processos que lhe dão sentido.

A continuidade dos trabalhos de Sauer se deu por outra via, vinculada ao que se passou a denominar de Escola de Berkeley. Um bom número de geógrafos desenvolveu as ideias de Sauer, especialmente se dedicando ao estudo de áreas agropastoris na América Latina (como Fred Kniffen e James Parsons). Contudo, até meados da década de 1950 muito pouco tinha sido falado sobre as paisagens urbanas, aparentemente pela inadequação do método morfológico de Sauer aos estudos de “sociedades complexas” (CLAVAL, 1999).

A Escola de Berkeley recebeu muitas críticas nas décadas de 1970 e 80, especialmente das novas posturas marxistas em relação à geografia cultural. A maior das críticas esteve direcionada à definição de cultura utilizada pela geografia cultural tradicional, especialmente pelo obscurantismo presente na ideia de cultura como entidade autônoma, externa ao indivíduo e como agente dos processos sociais (DUNCAN, 1980). Ainda assim, o nexos geográfico do conceito de paisagem permaneceu praticamente inalterado desde Sauer, mantendo os problemas da forma, da visão e do ordenamento como questões iniciais para os geógrafos.

Dentre os geógrafos americanos, J.B. Jackson foi talvez o primeiro a ter maior sucesso na compreensão das paisagens urbanas, especialmente se considerarmos a sua própria ideia de paisagem, derivada da leitura dos trabalhos dos geógrafos franceses produzidos no período entre guerras e do contato com o próprio Carl Sauer em Berkeley (HOROWITZ; JACKSON, 1997).

A aposta de J.B. Jackson na sua revista *Landscape* era deslocar o interesse da forma para o conteúdo social das paisagens, especialmente para as práticas do cotidiano. Os artigos, em boa parte assinados pelo próprio Jackson (a partir de pseudônimos), chamam a atenção para o planejamento urbano e rural, para as paisagens vernaculares, para a arquitetura e o ambiente construído, e para a antropologia do espaço (GROTH; WILSON, 2003). Em um de seus

primeiros artigos: *The Almost Perfect Town*, J.B. Jackson descreve a cidade fictícia de *Optimo* a partir das práticas comuns de um cidadão americano enquanto este dirige um veículo, anda pela cidade e observa a movimentação das pessoas ao longo do dia em uma cidade pequena (HOROWITZ; JACKSON, 1997).

Para Jackson, mais importante do que as formas físicas que observamos, são as estruturas que subjazem essas formas, as quais estão disponíveis para o olhar, mas que são ignoradas, pois fazem parte do cotidiano, sendo fruto das ações rotineiras dos indivíduos e grupos. Encobertos pela morfologia residem os significados atribuídos pelos indivíduos que vivem o cotidiano de uma dada área. A posição do observador, ainda é privilegiada, mas ela é mais interna ao quadro, ou melhor, não há mais quadro a ser pintado, mas somente práticas a serem descritas, pois são as práticas que produzem paisagens (CRESSWELL, 2003). E isto é parte fundamental da crítica de Jackson a um conceito geográfico de paisagem atrelado à definição da paisagem na pintura, o que o coloca ao lado de Sauer e em oposição à boa parte dos geógrafos da chamada *New Cultural Geography*, que o sucederam.

Talvez Sauer e Jackson tivessem concordado com Henri Lefebvre que, ao tratar de forma geral sobre o espaço, sugere que este não é produzido simplesmente para ser visto ou “traduzido”, mas para ser vivido pelas pessoas em seu contexto (MITCHELL, 2007). Assim, teria Henri Lefebvre (1999) contribuído para a discussão sobre o papel da forma na espacialização da sociedade ao contestar o papel acessório do espaço, tido como uma moldura neutra no movimento da história. Para Lefebvre o espaço é uma morfologia social concretizada a partir da experiência vivida, intimamente ligada a funções e estruturas.

As contribuições de Sauer e Jackson podem ser examinadas na síntese produzida por Milton Santos (1994, p. 61): “Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc.; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço”. Ainda que em Santos se observe uma problematização de matriz marxista, a organização das categorias e a busca da gênese dos processos morfológicos se mantêm. Ao buscar a criação de um modelo interpretativo sobre a totalidade social, Santos (1985) se aproxima ainda mais de Sauer ao apontar definições para as categorias espaciais de forma, função, estrutura e processo:

*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. [...] *Função* [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a

um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50).

Ao longo dos anos 1970 e 80, o conceito de paisagem é reformulado na geografia através de uma revitalização de sua abordagem, em primeiro lugar pelos geógrafos humanistas, e posteriormente pela “Nova Geografia Cultural”. O expoente da reflexão humanista é Yi-Fu Tuan. Em um breve artigo de 1979, Tuan define a paisagem como uma imagem ou uma construção mental (um sentimento), algo que em alguns momentos parece somente existir como consciência ou como forma de organização mental da existência no mundo. A confusa definição deriva do uso repetido da visão de artistas sobre a paisagem, especialmente de historiadores da arte como Bernard Berenson ou George Woodcock; e também do recurso etimológico como ponto de inflexão sobre a relação entre espetáculo, teoria e visão, que desloca qualquer materialidade para o plano do pensamento. Esse deslocamento da ideia de paisagem do plano material para o plano do pensamento traz consequências, especialmente ao se afastar cada vez mais da descrição morfológica para uma apreciação da subjetividade.

Em certo sentido, aumenta-se a distância para Sauer e para J.B. Jackson, ainda que o segundo esteja mais próximo de um humanismo de práxis ou uma prática que tenha em conta aspectos da materialidade que os geógrafos humanistas não negam, mas que reorganizam segundo consciência de algo. Espetáculo, visão e teoria, ainda que distanciados de qualquer tentativa de se estabelecer um vínculo material, mantêm, no entanto, a estrutura fundamental: uma cena construída, uma forma de ver e uma forma de dar ordem ao observado.

Não teria Meinig (1979) se distanciando muito de Tuan ao afirmar que cada paisagem é composta não somente daquilo que está à frente dos nossos olhos, mas daquilo que está nas nossas mentes. No mesmo livro, Tuan (1979) apresenta a paisagem segundo dois pontos de vista, um vertical, paisagem como domínio ou sistema, e um horizontal, paisagem como estética. As duas formas de ver (objetiva e subjetiva) seriam para ele construções mentais, ao mesmo tempo, realidade físicas e um sistema de símbolos.

A mudança definitiva se opera, no entanto, com a adoção do marxismo pela geografia e com a incursão dos estudos culturais no marxismo geográfico. A primeira e fundamental mudança que ocorre é a adoção da espacialidade pela teoria social, expressa por uma revisão dos trabalhos de Marx, principalmente inspirados pelo filósofo Henri Lefebvre (SOJA, 1989). A virada espacial na teoria social foi antecedida por uma virada cultural no marxismo, especialmente

pela adoção das ideias de ideologia de Althusser e de hegemonia emprestadas de Gramsci (DANIELS, 1989).

Raymond Williams foi uma das maiores referências do período, fornecendo algumas das bases definidoras da ideia de cultura para os geógrafos marxistas, base sobre a qual se solidificou o conceito de paisagem nos anos 1980. Williams, como observa Mitchell (2000), antes de estar propondo uma nova abordagem sobre cultura, desenvolve uma linha argumentativa similar a Sauer (especialmente o Sauer tardio) e J.B. Jackson, apoiando-se em uma cultura que se constrói no cotidiano. As semelhanças, no entanto, desaparecem quando se percebe a introdução da ideia de diferença e do conceito de classes sociais nas análises culturais. Algo que, diga-se de passagem, não estava descartado das análises de Sauer ou de J.B. Jackson, mas que ganhou extrema visibilidade nas obras de Williams e foi ainda mais compartimentado por Stuart Hall (MITCHELL, 2000).

De fato, a mudança significativa que se opera na concepção do conceito de paisagem pelos geógrafos reside na adoção da esfera dos significados expressos no espaço, ou ainda melhor, da adoção da ideia de que as paisagens são construções ideológicas tornadas “naturais” por uma hegemonia (COSGROVE, 1984). Trata-se de uma busca pela revelação da estrutura interna que organiza a divisão social em classes. Harvey (1989) teria colocado a paisagem como um reflexo das ações do tempo, do espaço e do dinheiro, mecanismos abstratos que definem as relações sociais no cotidiano. Essa mudança no eixo de interesse dos geógrafos foi justificada em razão das mudanças na sociedade através da globalização das técnicas e dos meios de trabalho, o que teria supostamente gerado um processo de homogeneização das formas (CLAVAL, 1999).

A uniformização das formas e das técnicas não teria gerado, no entanto, uma uniformização das ações, dos agentes e dos valores. Sob esta afirmação os geógrafos passaram então a se preocupar com os aspectos ideológicos da paisagem, ou seja, quem cria e que por motivo cria as paisagens sociais. A orientação anglo-saxônica, especialmente em Denis Cosgrove (2004) e James Duncan (1990), procurou compreender a interpretação simbólica que as classes sociais dão ao ambiente, as justificativas estéticas ou ideológicas que propõem e o impacto das representações sobre a vida coletiva.

No caso de Cosgrove (1984), a paisagem adquire estatuto de objeto fixo em uma imagem, ou seja, para ele a paisagem é proposta como fixa e natural para incutir a ideologia da classe dominante no cotidiano. As belas artes são o exemplo recorrente de seus trabalhos. Ainda que

em seu último livro de 2008 o tom marxista tenha sido mais contido do que em seu livro de 1984, a ideia de uma imagem que estrutura e dá ordem a um modo de ver o mundo permanece.

No caso de Duncan, especialmente em seu livro sobre o reino Kand (1990), a paisagem é interpretada como um texto geográfico, preenchido de metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem que ilustram o poder da classe governante em impor narrativas ao povo. Neste caso, a classe dominada é refém das estratégias culturais da classe dominante, sendo a última responsável pela escrita da história, e a primeira sendo apenas um agente que pode reescrevê-la, rabiscando um papiro antigo que não é de sua inteira propriedade.

Ainda que concordemos com a crítica de Cresswell (2003) sobre um conceito de paisagem que tem sido tradicionalmente visto como congelado em um quadro, deveríamos conceder esta posição somente a alguns casos, um pouco mais em relação à Cosgrove e Daniels, mas dificilmente em relação à Sauer, J.B. Jackson ou mesmo Duncan. Seja através das ideias de processo no caso de Sauer, de práticas sociais em Jackson ou de mudança ou de palimpsesto em Duncan, a paisagem não aparece como um objeto fixo. Aliás, a ideia de transformação é tão recorrente que atravessa o Atlântico e pode ser notada em geógrafos franceses como Claval (2004) e Berque (2004), os quais tentam em seus estudos enriquecer e integrar os trabalhos da geografia cultural clássica, notando a dupla performance da paisagem como palco e roteiro da vida social.

A paisagem como composição morfológica, visual ou intelectual permaneceu sem muitas interrupções sendo compreendida como um instante em movimento, menos como uma foto, segundo as definições de Santos (1979) e Carlos (1999), e mais como um filme, um roteiro ou um romance em progresso. Não por acaso muito esforço tem sido colocado ultimamente na geografia para se estudar as imagens e os textos geográficos, especialmente se dedicando à busca de significados escondidos e de aproximações com a realidade. De outro lado, também há um número substancial de pesquisas dedicadas ao esfacelamento da imagem como produtora da realidade, revelando os verdadeiros interesses das classes dominantes e do imperialismo moderno (DEBORD, 1997; JAMESON, 2006).

Em resumo, o marxismo na geografia introduziu uma nova forma de abordar o conceito de paisagem sem desfazer a tradição ou ainda a tornando mais influente. A morfologia continuou sendo um centro de interesse, agora reconfigurada como um produto das relações de produção. O modo de ver a paisagem deixou de ser um ponto de vista percebido em um piscar de olhos e se tornou parte de um sistema visual adotado como ideologia. A organização da cena passou de

uma metodologia de absorção da realidade para uma forma de pensar o mundo no intuito de modificá-lo.

Com a manutenção dos seus aspectos principais, a paisagem permanece como uma forma de expressão social, o resultado das práticas sociais que estariam estruturadas sobre uma ordem oculta. Para os marxistas esta ordem seria estabelecida pelas relações de produção. O estabelecimento de estruturas é, entretanto, mais tradicional na geografia das paisagens, pois o diálogo entre o mundo material e o mundo das representações parece ter sempre sofrido com estas preocupações, pela busca por estruturas internas organizadoras da paisagem.

A crítica mais contundente neste caso surgiu de Mitch Rose (2002), mas pode ser encontrada também em Whatmore (2006). Para Rose, a ideia de paisagem como realidade e representação é problemática, pois, ele se pergunta “Que mecanismo filosófico seguraria uma particular (socialmente e culturalmente informada) ‘visão’ do ambiente ao mesmo tempo no olho e no mundo?” (ROSE, 2002, p.456)<sup>22</sup>.

A questão se coloca claramente em relação à problemática mútua da reflexividade entre o espaço concreto e o espaço representado. Para Rose (2002), os estudos tradicionais da geografia focavam sobre as paisagens materiais, mas permaneciam em busca de estruturas culturais que governassem os processos espaciais. Os novos geógrafos culturais criticaram a ideia de uma cultura superorgânica estruturante da paisagem, enfatizando o agenciamento humano como fator central, o qual revelaria as camadas de significados atrelados às relações de poder. Para Rose trata-se de uma troca de estruturas: da cultura como um item geral a toda sociedade para uma cultura organizada em classes sociais, na qual a classe dominante dirige os interesses relativos à paisagem. Em ambos os casos há uma estrutura interna, algo que classifica e que dá ordem aos acontecimentos no tempo e no espaço. Algo do qual não se pode escapar e que não se pode muito fazer, pois a ação depende sempre da escrita anterior; estruturas tão fortes que inibem rotas alternativas, a menos que ocorra um rompimento revolucionário.

Em sua busca por paisagens como objetos não estruturados, Mitch Rose percorre os platôs de Deleuze e Guattari até encontrar um meio-termo nos labirintos de Bataille. A visão alternativa de Mitch Rose é tentadora já que “Neste sentido não há ordem oculta a ser encontrada, somente

<sup>22</sup> “What philosophical mechanism secures a particular (socially and culturally informed) ‘vision’ of the environment in both the eye and the world?” (Rose, 2002, p. 456).

labirintos para se perder (ROSE, 2002, p. 465)<sup>23</sup>. Porém, a crítica total às estruturas retira a própria beleza do cotidiano, das rotinas, da espiral do tempo, das ações mecânicas e da materialidade do espaço. Preferimos acreditar, usando as metáforas de Rose, em labirintos dentro de pirâmides. Caminhos difíceis de serem traçados, mas que ainda possuem uma organização social, ainda que não concentrada em uma divisão de classes estruturadora, pois podem existir termos mais evocativos que reconstruam a paisagem como as diferentes demandas ligadas ao gênero, idade, raça, religião ou escolaridade.

Assim, não acreditamos que a paisagem é uma imagem escondida ou que a paisagem é a escrita de uma classe dominante somente rabiscada pela resistência; ao contrário, achamos que as relações em sociedade (conflitos, acordos, negociações etc.) marcam a paisagem pela disputa cotidiana entre agentes sociais em posições diferenciadas, mas não pré-determinadas, pois a escritura não é definitiva. Preferimos, portanto, adotar um conceito de paisagem que integre o problema da forma às práticas sociais.

## As estruturas da paisagem e a relação entre formas e práticas

Podemos agora afirmar que a nossa intenção é retornar à materialidade dos lugares para entender a paisagem, mas não sem entender essa materialidade como um produto das práticas sociais, ou melhor, das relações entre os diferentes agentes sociais; do intercâmbio entre os agentes e o espaço físico; e das relações entre os objetos que compõem a paisagem. Assim, usaremos a tradição da geografia para reforçar o papel das práticas sociais na formação da paisagem; práticas que são, ao mesmo tempo, marcadas pelos arranjos sócio-espaciais que compõem as paisagens e matrizes para a sua organização.

A paisagem pode ser entendida como marca, expressão de uma civilização, e matriz da sociedade, pois participa dos esquemas de percepção e ação (BERQUE, 2004). A paisagem existiria, assim, na sua relação com a sociedade que a produziu e que a transforma, sendo, portanto, a expressão concreta desta sociedade. As formas concretas estariam ligadas às estruturas sociais, mas em um sentido menos definitivo, já que as relações entre paisagens e sociedades são plurimodais, resultando dos conflitos e dos acordos estabelecidos entre os

<sup>23</sup> “In this sense there is no hidden order to find, only labyrinths to get lost” (Rose, 2002, p. 465).

diferentes agentes sociais, e cointegradas, ou seja, mudanças em um aspecto provocam mudanças no outro.

Pierre Bourdieu<sup>24</sup> talvez seja um bom guia nesse percurso entre agenciamentos e estruturas. Um problema que Bourdieu traz para a sociologia, mas que é da mesma forma um problema para a geografia cultural e para o estudo das paisagens, como vimos. De um lado, a subjetividade é colocada como ponto de reflexão, tendo a consciência e o espírito adquirido a primazia do dado social; por outro lado, a objetividade, especialmente inspirada pela ideia de estrutura, organiza a compreensão do mundo, sendo este mundo constituído em termos de agrupamentos sociais ou de sujeitos coletivos.

Para Bourdieu (1990) o problema reside nessa divisão dos termos; sua solução é conceder aos dois postulados semelhante peso, ou seja, objetificar o sujeito e objetificar a objetificação. Nesse caso, permanecem as estruturas e os sujeitos, mas muda a relação entre eles, ou seja, não são regras que determinam ações ou comportamentos, mas o aprendizado adquirido ao longo de anos de prática. No entanto, as práticas não são ações aleatórias, inscritas apenas ao interesse do indivíduo, pelo contrário, as práticas ocorrem no que ele define como *doxa*, situações onde certas relações sociais são tomadas como evidentes e naturais, e, portanto, rotineiras e triviais (BOURDIEU, 1989).

O mecanismo pelo qual a *doxa* é produzida foi definido por Bourdieu como *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições internalizadas que levam as pessoas a agir e reagir de certas maneiras (STEVENS, 1998). Em razão disso, a obra de Bourdieu foi duramente criticada pelo hermetismo que subtrai a mudança, visto que estruturas reforçam práticas que reforçam estruturas (JENKINS, 1992). No entanto, acreditamos que em Bourdieu a ação no mundo leva a mudanças na estrutura, modificando a base sobre a qual serão sustentadas as novas práticas, especialmente porque Bourdieu não desconsidera a pertinência da formação de grupos ou classes sociais – ainda que não compreenda classes como entidades ontológicas, sendo o compartilhamento das estratégias, práticas e *habitus* um mecanismo de transformação social, ainda que bastante lento (BOURDIEU, 1985).

<sup>24</sup> Advertimos que a leitura da obra de Bourdieu se dá em uma terceira via, já que parte de versões entre as traduções brasileiras e norte-americanas das suas obras. Acredito, no entanto, que os aspectos que seleciono de sua obra são razoavelmente conhecidos, facilitando o percurso pelo labirinto.

Mas afinal, o que Bourdieu contribui para a compreensão de paisagens geográficas? A forma da paisagem, pensada aqui em sua relação com as funções e os processos sociais, torna-se então parte de uma estrutura estruturada por práticas sociais e, ao mesmo tempo, uma estrutura estruturante de práticas. Neste sentido, a forma se associa à ação e é transformada pelo uso social. Não há permanência, estabilidade ou mesmo fixidez. De forma similar e complementar, as práticas sociais são formas de agenciamento estruturadas pela morfologia da paisagem e, ao mesmo tempo, formas de agenciamento que estruturam a morfologia da paisagem.

O *habitus* para Bourdieu seria o meio pelo qual estas estruturas seriam internalizadas e manifestadas como formas de agenciamento. A ação no espaço repercutirá esta estruturação segundo os diferentes papéis dos agentes sociais. O que adicionamos ao modelo de Bourdieu é exatamente o papel do mundo construído na formação dessas práticas.

Tanto formas quanto práticas são elementos da vida social que tendem a ter certa duração, seja em termos de sua exposição material, seja em termos de seu simbolismo. A longevidade da forma é, aliás, muito conhecida pela geografia (SANTOS, 1985). Contudo, a permanência e a longevidade de formas e práticas têm sido reconhecidas em outras áreas de conhecimento, sendo um tema importante para a definição da relação entre o materialismo e o idealismo na filosofia, por exemplo (NETO, 2011).

Para além da escola das mentalidades e das formas de estruturalismo comuns na definição da história ou da cultura humana, o problema da relação entre uma realidade objetiva e a construção subjetiva da realidade encontrou outras formas de explicação. Erwin Panofsky (1999) ao discutir a conexão entre a arte gótica e a escolástica procura resolver o problema a partir da ideia de hábitos mentais adquiridos através da educação formal e difundidos culturalmente. Estes hábitos mentais seriam formas de organização dos princípios que regulam um ato como, por exemplo, a repetição de padrões da escrita ou a recorrência do uso da coluna grega na arquitetura. Assim, a vontade artística aparece como uma força completamente impessoal, envolta em um contexto do qual é parte voluntária e inconsciente, mas duradoura, se reproduzindo através dos artistas que, ao seu jeito, ajudam a constituir uma continuidade do processo a partir da difusão de ideias, fórmulas, técnicas, padrões etc.

Pierre Bourdieu (1989; 1990; 1992) se apropria da ideia de *habitus* para criar uma teoria da prática oposta àquela do materialismo positivista e ao estruturalismo à moda de Lévy-Strauss. Ponto fundamental de sua reflexão é a noção de que o conhecimento não é passivamente

adquirido, mas construído através do aprendizado. Neste sentido, a própria ideia de *habitus* repercute a definição de Panofsky (1999), ainda que com um maior grau de elaboração para a vida social:

Os condicionamentos associados a uma particular classe de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios que geram e organizam práticas e representações que podem ser objetivamente adaptados aos seus resultados sem pressupor um objetivo final consciente ou expressar um domínio das operações necessárias em ordem para atingi-lo (BOURDIEU, 1990, p. 53)<sup>25</sup>.

Em resumo, *habitus* são produzidos por ciclos constantes entre as estruturas sociais e as formas de agenciamento. Neste sentido, nossas experiências nos orientam em direção a reprodução de ideias consolidadas ou à criação de novas ideias, neste caso, uma estrutura estruturante. Ao mesmo tempo, as experiências anteriores são estruturadas pelo contexto espacial e temporal, os quais são as bases das relações em sociedade. Assim, o *habitus* é, ao mesmo tempo, estruturado e reproduzido em formas de agenciamento.

Em relação ao espaço, as propostas de Bourdieu – ainda que um tanto quanto pouco desenvolvidas – permitem compreender a forma pela qual morfologia e práticas se comunicam. Neste caso, avançamos nessa discussão informando que as formas de se educar o pensamento e a ação e de se manter os mecanismos de criação relativamente estáveis podem ser também construídas enquanto operações de educação geográfica ou espacial. Neste caso, uma educação do olhar seria auxiliada por uma educação instrumental, do fazer, e uma educação do organizar, de colocar ordem no mundo. Estas três perspectivas forneceriam aquilo que Sauer (2000 [1956]) propôs como a educação de um geógrafo, mas também poderiam ser parte da educação formal, construída no cotidiano.

A educação espacial é, inclusive, um dos centros da tese de Panofsky (1999), que sugere que uma visão de espaço pode ser compartilhada na configuração de uma pintura ou de um objeto arquitetônico. Antes de fazer parte de um esquema interno de um grupo de especialistas, esta

<sup>25</sup> The conditionings associated with a particular class of conditions of existence produce *habitus*, systems of durable, transposable dispositions, structured structures predisposed to function as structuring structures, that is, as principles which generate and organize practices and representations that can be objectively adapted to their outcomes without presupposing a conscious aiming at ends or an express mastery of the operations necessary in order to attain them (BOURDIEU, 1990, p. 53).

visão do espaço seria um hábito mental compartilhado dentro de um contexto social mais amplo.

A morfologia da paisagem, a herança de suas formas do passado em combinação com formas atuais, seria, de certa forma, um meio material de educação espacial ou uma forma de orientação das práticas sociais. Milton Santos (2008) diria que, dentro de um sistema de ações, qualquer ação necessita observar o contexto social, aprender a reconhecer os limites e as possibilidades disponíveis aos agentes sociais, sendo estes, veículos das ações no espaço.

A paisagem ganha o duplo significado exposto também por Berque (2004): marca e matriz social. Neste sentido, adaptando a teoria da prática de Bourdieu à teoria espacial de Berque, notamos que há uma interação geográfica e sociológica entre a morfologia da paisagem e as práticas sociais. A paisagem seria o resultado das práticas sociais em constante transformação, uma marca morfológica composta pela variada gama de ações no espaço. Ao mesmo tempo, a paisagem teria um papel educador, ela nos forneceria através da morfologia uma orientação para a ação, afetando, ao mesmo tempo, as estruturas e as formas de agenciamento social. Assim, veríamos que as estruturas sociais são, dentre outras variáveis, também estruturas espaciais, marcas das práticas no espaço que são internalizadas através do *habitus*, o qual, por sua vez, regularia ou orientaria estas práticas no espaço.

Esta relação entre *habitus* e espacialidade foi articulada pelo próprio Bourdieu, em uma conferência em Oslo, em 1995. Ao criticar o substancialismo das classificações que tendem a tornar as classes no papel em classes no real, Bourdieu sugere que os elementos de distinção são criados em um espaço social, ou melhor, que a diferença é uma forma de localização relativa em um espaço. Para Bourdieu as relações entre as diferentes posições sociais seriam invisíveis no espaço social, mas materializadas no espaço físico, como, por exemplo, as diferenças de localização e de padrão arquitetônico das residências em uma cidade. Dessa forma, o espaço físico seria organizado, pois o espaço social é também organizado segundo as diferentes posições sociais.

Esta organização espacial, ou ainda, as diferentes posições geográficas, além de refletir posições sociais, tenderiam a se traduzir em novas tomadas de posição, as quais tendem a reforçar a posição dentro de um espaço social e de um espaço físico. Neste sentido, estar em um lugar é estar em uma posição social, e este lugar ensina ou orienta o modo de pensar e de agir. Se a posição social em um espaço físico educa um indivíduo, ele o faz através do *habitus*, da reprodução cotidiana das práticas sociais no espaço. O espaço físico possui, assim, embutido,

as estruturas sociais e se transforma em espaço comunicador dessas estruturas através da materialidade, educando o olhar e a ação.

O papel atribuído ao espaço físico, à morfologia, por Bourdieu nos parece, no entanto, bastante acessório, não contribuindo de maneira importante na transformação da estrutura social e nas decisões relacionadas ao agenciamento dos indivíduos. Neste ponto gostaríamos de dizer que a espacialidade enquanto forma e localização preme de sentido social é um elemento fundamental para a negociação do cotidiano.

Bourdieu (1984) também sugere que as posições sociais são estruturas estruturantes das escolhas individuais por lugares e padrões de consumo cultural. Obviamente que a distribuição espacial dos elementos sociais nos informa sobre diferenças econômicas e culturais ou mesmo de diferentes padrões de gosto, posições de poder, filiações políticas, mecanismos de consumo etc. E que, além disso, estes padrões são também bastante comuns à vida noturna. Neste caso, os gostos também estão disponíveis em diferentes áreas, em busca de diferentes públicos, seguindo uma orientação relativa ao capital econômico e cultural.

A ordem social e espacial também é inscrita nos corpos e na sua qualificação social de pertencimento (BOURDIEU, 1995). Alguns lugares associam uma forma arquitetônica moderna e uma decoração despojada a formas de se vestir e de se comportar. As casas noturnas cariocas são extremamente criteriosas em relação aos frequentadores, estabelecendo, em geral, a beleza física, a fama ou o patrimônio econômico como critérios de aceitação.

Esta associação entre formas e valores ligada aos lugares e às pessoas é bem comum à vida noturna. A identificação dos cortes de cabelo *dreadlock* com o movimento rastafári e com o reggae tende a se desprender da formalidade de alguns lugares, se associando a lugares decorados com referências à Jamaica e às cores rastafári e a comportamentos internamente aceitos, como o uso de maconha. As áreas VIP's (*very important person*) são outra modulação desse fenômeno, no qual se tenta transportar a organização hierárquica no espaço social para o espaço físico de um ambiente privado. Estes exemplos ajudam também a entender que estas diferenças são simbólicas, construídas como valores sociais, e expressas tanto espacialmente quanto socialmente.

Contudo, os esquemas de Bourdieu (1984) parecem ser um tanto quanto inflexíveis, ao desconsiderarem a possibilidade de negociações das escolhas e a definição dos gostos pela possibilidade de interação com pessoas de posições sociais diferentes. Isto quer dizer que acreditamos que até mesmo a relação entre estrutura e agenciamento é negociada segundo o

contexto e que há lugares que permitem que esta negociação seja exposta e ganhe relevância na definição das escolhas pessoais.

A ideia de moda pode inclusive ser associada ao hábito, como uma forma de associação de grupo que tende, ao mesmo tempo, a manter certa unidade identitária interna, e um caráter distinto em relação a outros grupos. Simmel (1988) apresenta esta ideia assinalando que a moda não é meramente uma escolha pessoal, mas uma escolha dentro de um contexto no qual fazer parte do grupo ou se posicionar contrariamente a outros é parte fundamental da existência social. Assim, em alguns momentos fará sentido manter a coerência expressa por Bourdieu entre posição social e posição espacial, mas em outros a lógica recairá na escolha de atributos de locais que não se encaixam no modelo.

Geograficamente, poderíamos dizer que os lugares também podem fazer parte da moda, ou melhor, há lugares da moda, os quais permanecem durante um período de tempo seccionado por grupos. A noite mantém boa parte de sua vida a partir dos ciclos de lugares da moda; lugares que são também arranjados decorativamente e ocupados coletivamente por elementos de uma moda em seu contexto social, o que pode ser observado em manifestações mais latentes como, por exemplo, dos grupos de rastafáris, dos entusiastas do heavy metal ou dos frequentadores de baile funk, mas também nos grupos menos socialmente localizados como os estudantes universitários ou os frequentadores de teatro.

Com isso, uma última advertência deve ser feita: as divisões em classes ou em grupos é sempre temerária, pois resulta em uma homogeneização dos conteúdos simbólicos. Obviamente que estas classificações implicam em erros, visto que as pessoas pertencem a muitos grupos ao mesmo tempo e que cada grupo define regras de pertencimento e de exclusão (BECKER, 2008).

As pessoas também definem a sua opinião e as suas formas de aproximação e de interação com outras pessoas e grupos a partir de um ponto de vista, ou seja, a partir do seu lugar social. Este ponto de vista é organizado também pela leitura individual da sua posição em um espaço físico, um recorte limitado que indica os potenciais papéis que se pode desempenhar.

## Paisagens efêmeras: a noite e os seus cenários

A paisagem noturna de uma cidade é, ao mesmo tempo, constituída da materialidade ou da aparência dos elementos que dela fazem parte e das ações, práticas ou comportamentos dos

indivíduos e grupos que a desenvolvem. Como materialidade, a paisagem noturna possui visibilidade limitada, seletiva e temporária. Os ritmos da noite urbana são diferentes daqueles da cidade diurna, ainda que preservem a estrutura da vida urbana. Assim, um tipo de noite tende a ser efêmero em razão das mudanças rápidas que ocorrem na morfologia da cidade à noite. A iluminação artificial é o mecanismo responsável por criar a capa de luminosidade que nos permite observar a diversidade de situações que se colocam para o olhar.

Como criação da ação humana, a noite também é fragmentada, visto que está sujeita às flutuações da economia e da política urbana. Transformações no ritmo e no conteúdo da vida noturna ocorrem em razão de mudanças nas ações de regulação, planejamento, construção, obtenção de lucro, divulgação da cidade noturna, entre outros elementos. A paisagem noturna possui, assim, os mesmos atributos teóricos de qualquer outra paisagem: ela deriva das ideias organizadoras daqueles que a observam e que agem sobre ela, para os quais a paisagem possui significado e potencialidades de transformações (MEINIG, 1979). De forma mais clara, os agentes urbanos adquirem uma forma de ver e de agir sobre e com o espaço que dá forma a paisagem.

Um mapa da cidade noturna é sempre um mapa de um momento que passou, um retrato do passado da noite, em razão de sua característica de efemeridade. A rapidez das transformações na paisagem urbana descreve a ideia de uma paisagem aparentemente imóvel no tempo, retrato de um momento. Contudo, a paisagem é algo móvel, em constante renovação e mudança em relação aos diferentes ritmos que a mobilizam cotidianamente (CRESSWELL, 2003). A efemeridade da descrição é, na verdade, a maior força do conceito, como resultado nunca acabado das relações em sociedade, como diria Massey (1994) ao tratar do lugar e consequentemente da própria ideia de espacialidade.

A observação empírica ou o uso dos dados de campo tende a comprometer e mesmo a desestabilizar as possibilidades de leitura da cidade como imagem. Observar a cidade à noite exige a compreensão da diferenciada distribuição de luzes e de sombras e de seu valor para a constituição da sociabilidade (GÓIS, 2011a).

Normalmente, os estudos sobre a noite urbana tendem a dar grande ênfase aos lugares luminosos, com grande visibilidade e também publicidade. Os centros corporativos, os festivais, as áreas renovadas, as boates e os shopping centers tornam-se o centro da noite urbana. Estes espaços de grande visibilidade, no entanto, não encarnam necessariamente a vida pública de uma cidade. Neste sentido, a publicidade pode estar aliada à visibilidade externa de um

elemento da paisagem como uma fachada de um prédio, por exemplo. Espaços públicos podem, ao mesmo tempo, ser reduzidos a espaços vazios, isolados da vida social ou reorganizados para atividades ilegais.

Temporariamente, espaços cotidianos existem entre os usos passados e futuros, às vezes com um não-mais-porém-não-ainda-seu-próprio estatuto, em um estado de espera de que um dia os valores imobiliários cresçam. As atividades que temporariamente têm lugar ali também seguem padrões temporais distintos. Sem calendários fixos, elas produzem seus próprios ciclos, aparecendo, reaparecendo ou desaparecendo com os ritmos da vida cotidiana. **Uso e atividade variam de acordo com as estações, desaparecendo no inverno, nascendo novamente na primavera. Eles estão sujeitos a mudanças no tempo, dias da semana, e mesmo ao longo do dia** (CRAWFORD, 1995, p.29 – grifo nosso)<sup>26</sup>.

A cidade possui ritmos diferentes e cada área pública da cidade convive com a flutuação desses ritmos, acomodando mudanças ao longo do dia. Ao mesmo tempo, a cidade é uma criação a partir de rituais repetitivos e corriqueiros. Por mais que toda noite tenha conteúdos sociais diferenciados, quando reduzimos a escala e observamos de forma mais ampla a cidade, notamos que há padrões nos planos, estratégias e iniciativas dos agentes sociais. Ao mesmo tempo, estes planos são compostos por agenciamentos e formas de participação conflitantes. Estrutura e agenciamento estão em cada etapa do processo.

A paisagem urbana aparece como produto, meio e condição da vida em sociedade, podendo ser, ao mesmo tempo, objeto e produto de reivindicação ou de contestação social. Paulo Gomes (2008) elabora ainda mais o modelo teatral ao repensar a tensão entre formas e significados como cenário. Ao incorporar as definições da palavra em francês e em português, Gomes recria o seu sentido original, ou seja, o cenário como palco e enredo de uma trama. Aplicado à vida social o conceito se aproxima ainda mais das vertentes contemporâneas que procuram definir a paisagem como um roteiro em construção.

A ativação dos espaços de sociabilidade adquire, portanto, um enredo no qual a novidade é parte de um sistema no qual as atividades se repetem em ciclos diários de trabalho, lazer e descanso. As modificações na paisagem entre o dia e a noite são previsíveis ainda que em

<sup>26</sup> Temporally, everyday spaces exist in between past and future uses, often with a no-longer-but-not-yet-their-own status, in a holding pattern of real-estate values that might one day rise. The temporary activities that take place there also follow distinct temporal patterns. Without fixed schedules, they produce their own cycles, appearing, reappearing, or disappearing within the rhythms of everyday life. Use and activity vary according to the seasons, vanishing in winter, born again in the spring. They are subject to changes in the weather, days of the week, and even time of day (CRAWFORD, 1995, p. 29).

constante renovação, pois, mais uma vez, estruturas e agenciamentos compõem os ritmos da cidade.

O cotidiano está situado na interseção de dois modos de repetição: o cíclico, o qual predomina na natureza, e o linear, o qual predomina em processos conhecidos como 'racional'. O cotidiano implica de um lado ciclos, noites e dias, estações e safras, atividade e descanso, fome e satisfação, desejo e seu contentamento, vida e morte, e isto implica de outro modo em gestos repetitivos de trabalho e consumo (LEFEBVRE, 1987, p.10)<sup>27</sup>.

Ao pensarmos em cenários, buscamos a ordem espacial contida nas relações em sociedade. A ordem espacial seria exatamente a busca pelo sentido da distribuição das coisas no espaço (GOMES, 2008). Esta ordem não estaria dissociada de certa estruturação, mas seguramente também não ficaria alheia à diversidade de manifestações sociais que fazem da paisagem um complexo recorte espacial.

O mais importante é que esses cenários são ativados através da ação (e imaginação) social, resultando das relações dos agentes sociais no espaço (SOJA, 1996). Assim, iluminar um parque, colocar mais ônibus circulando durante a madrugada, criar um centro de vida noturna em torno de uma boate, inserir o problema da segurança noturna em um projeto urbano, são ações sociais que produzem, ao mesmo tempo, um diagnóstico sobre e uma futura marca na paisagem noturna.

Ao tratar de cenários para uma geografia interpretativa, Paulo Gomes (2008) aponta exatamente o papel da geografia na interpretação das culturas e também as limitações em seu uso para a vida social:

Todas e quaisquer referências espaciais devem ser analisadas, pois podem ser expressivas [...] e agregam significação à trama [...].

[Contudo], espetáculos da vida social se sobrepõem sem que necessariamente possuam coerência entre si, sendo múltiplos, variados. Os cenários são muitos, as possibilidades de leitura e interpretação, quase infinitas (GOMES, 2008, p. 204 e 206).

<sup>27</sup> The everyday is situated at the intersection of two modes of repetition: the cyclical, which dominates in nature, and the linear, which dominates in processes known as "rational." The everyday implies on the one hand cycles, nights and days, seasons and harvests, activity and rest, hunger and satisfaction, desire and its fulfillment, life and death, and it implies on the other hand the repetitive gestures of work and consumption. (LEFEBVRE, 1987, p.10).

As ilimitadas possibilidades de interpretação de uma paisagem não são, no entanto, um obstáculo, mas um fator importante que implica a construção de um desenho de pesquisa comprometido com os problemas inerentes ao fenômeno estudado. O maior desafio será encontrar instrumentos para a observação, descrição, análise e apresentação da paisagem noturna carioca e seus variados cenários.

## Capítulo 4:

# Métodos e níveis de análise da paisagem noturna

Ao definirmos o nosso interesse sobre a paisagem, o lugar de onde a observamos e como entendemos os elementos que a compõem, nos obrigamos também a explicar a forma pela qual iremos coletar e analisar os dados relacionados à noite urbana da cidade do Rio de Janeiro. Isto significa que em alguns casos entramos em caminhos ainda pouco explorados, muito em virtude da escassez de dados sobre a vida noturna e o rarefeito debate sobre o tema na geografia. Em virtude disso, nos vimos obrigados a adaptar métodos e construir instrumentos de pesquisa para o trabalho empírico.

No intuito de superar as dificuldades impostas pelo tema e de exibir o variado colorido do fenômeno, nos munimos de métodos qualitativos e quantitativos consagrados na geografia e nas ciências sociais, como a observação direta, a análise de correlação, a análise de discurso e até mesmo o recurso à reconstrução histórica. Os métodos combinados permitiram triangular as informações em busca da paisagem noturna carioca, especialmente no que se refere ao objetivo central de compreender a composição sócio-espacial da paisagem noturna carioca a partir dos padrões espaciais formados pelas práticas sociais e as maneiras pelas quais estes padrões ajudavam a estruturar estas práticas.

Este percurso será realizado, em primeiro lugar, para a morfologia da paisagem noturna e, posteriormente, para as práticas ligadas ao noturno. Cada dimensão absorverá um conjunto de variáveis, fontes, instrumentos, técnicas de análise e formas de apresentação, as quais serão ao longo do texto apresentadas dentro dos aspectos que concernem a cada dimensão. De maneira bem geral, tentamos percorrer um caminho entre as descrições e as interpretações das formas e das práticas sociais com o objetivo de relacionar as partes que compõem a paisagem noturna dentro de uma perspectiva geográfica.

## O problema das formas em relação às práticas

Descrever e interpretar a morfologia da paisagem noturna exige, em primeiro lugar, a compreensão dos elementos que constituem, mesmo que provisoriamente, os variados cenários que compõem esta paisagem. Nesse sentido, é fundamental que a partir da observação direta e das pesquisas sobre estes cenários em fontes secundárias sejam descritos esses elementos.

O primeiro passo em direção à sua interpretação é o estabelecimento de relação entre as formas construídas. Os relacionamentos entre as formas nos permite compreender a evolução dos cenários e as suas funções urbanas. Nessa fase croquis e mapas de uso do solo são fundamentais para compreender a organização espacial desses cenários. Até aqui, no entanto, o espaço aparece ainda como arquitetura, sem as práticas, mas com as ações progressas que lhe atribuíram forma.

O passo seguinte consiste em adicionar o problema das intervenções diretas no espaço físico desses cenários, especialmente buscando projetos, planos e legislações que ordenem ou indiquem o modo de construção da sua forma física. Nesse caso, as fontes oficiais são cruciais para a coleta de dados e seu tratamento a partir da análise discursiva. A evolução do processo de constituição legal dos cenários noturnos deve ser ainda completada pelas informações de intervenções particulares que podem adicionar elementos ao conjunto observado.

A iluminação é ainda um fator essencial, já que a visibilidade dos elementos é comprometida pela pouca disponibilidade de iluminação natural durante a noite e pela dependência da criação de dispositivos de iluminação artificial. Isto quer dizer que o que veremos é limitado por aquilo que é exposto momentaneamente durante a noite. Neste caso, as formas que vemos são aquelas que ganham visibilidade durante a noite, o que implica em um caráter seletivo da paisagem noturna e questões sobre as razões de se iluminar um determinado lugar. Os cenários noturnos podem e devem ser também entendidos como composições entre morfologias e maneiras de iluminá-las.

O estudo desse novo jogo de visibilidade exige que de um lado se recupere um pouco da história do planejamento tecnológico da noite e, por outro lado, que se busque o quadro atual no qual diversos cenários estão organizados. No primeiro caso, buscamos compreender o papel da iluminação pública a partir das fontes históricas que discorrem sobre o processo de urbanização da cidade. Neste sentido, o contexto social e político em que as intervenções luminosas surgem

é parte fundamental para o debate de sua espacialização histórica, os projetos, as marcas e os usos associados.

O desembrulhar do contexto da cidade do passado se deu segundo a leitura comparativa de informações em diferentes fontes como: os jornais O Globo, do Brasil e O Dia, especialmente para dois períodos (1940-1984 e 1984-2014); revistas como Fon-Fon, Kosmos e Careta para o período entre 1904 e 1940; a revista Cruzeiro para o período entre 1940 e 1975; e a revista Veja-Rio para o período entre 1990 e 2014. Além disso, foram revisadas leis e decretos relacionadas ao tema desde o ano de 1975, com o fim do estado da Guanabara. A massa documental corresponde a cerca de 60 decretos municipais, dois planos diretores, quatro planos estratégicos, quatro planos plurianuais, além de manuais e de diretrizes de zoneamento, planejamento e de constituição de projetos urbanos.

Para organizar as análises sobre os documentos foi elaborada uma ficha de projetos e de planos, a qual, em primeiro lugar, resgatou as ocorrências e as correlações entre as palavras-chave da pesquisa, ligadas à iluminação artificial dos espaços. Os primeiros resultados implicaram também em uma observação dos debates<sup>28</sup> acerca do problema da iluminação pública, o que foi processado na ficha a partir da definição de categorias, dentre elas: a localização, o período de execução das intervenções, os custos, os agentes envolvidos, os objetivos, as metas, as estratégias, as ações ligadas especificamente ao noturno, o padrão espacial e os conflitos.

Para discutir os processos atuais em relação ao passado da urbanização noturna decidimos optar por estruturar a investigação a partir das intervenções do governo local segundo os projetos urbanos a partir do início dos anos 1980. Três fases dos projetos urbanos foram investigadas: a fase de preparação e discussão do projeto, observada a partir dos diagnósticos criados pelos escritórios de arquitetura e pelas notícias em jornais; a fase de construção propriamente dita, vista a partir dos conflitos criados com a população e a partir das negociações com outros agentes sociais com a ajuda de matérias de jornais e relatórios de pesquisadores da prefeitura; e a fase de uso dos espaços reformulados pelos projetos, a qual foi observada de forma direta a partir de pesquisa de campo, com utilização de fichas de observação das áreas, incluindo fotografias, filmagens e entrevistas curtas e não estruturadas com os usuários.

<sup>28</sup> Os debates, as ações de intervenção e os planos foram, de outra forma, considerados também como práticas dos agentes.

A observação de campo foi a fase mais intensa da pesquisa. Nesta etapa pudemos notar as características gerais das intervenções estatais, as ações dos agentes privados, as formas de adaptação dos usuários e a condição geral do ambiente urbano. Também notamos a relação entre usos, formas construídas e luminosidade a partir de croquis e fichas descritivas dos lugares de concentração de usuários, tudo isso registrado também em fotografias e filmagens. Tratou-se de observações demoradas em cada área, com registros feitos em cadernetas de campo, as quais também foram apropriadas posteriormente para a análise dos comportamentos e das trajetórias dos usuários das áreas.

O uso social do espaço construído é fundamental para a compreensão dessa relação entre formas e práticas. Acreditamos que esta relação se apresenta em diversos níveis, dando visibilidade a fenômenos diferentes e, por isso, incorporando metodologias que geralmente não se comunicam, como, por exemplo, o estudo de centralidades da economia urbana, a *time-geography*, as pesquisas da relação ambiente construído e comportamento e as análises das interações sociais.

## O problema das práticas em relação às formas

O problema da prática pode ser associado geograficamente à maneira pela qual as ações são influenciadas pela organização dos objetos no espaço e influenciadoras dessa morfologia. No primeiro caso, dizemos que a forma tende a orientar os fluxos, os comportamentos, as localizações das ações, pois de alguma maneira ela indica possibilidades e limitações para as práticas. Observamos isso quando os projetos urbanos tendem a incorporar diagnósticos sobre os lugares que sofrerão intervenções. No segundo caso, notamos que há tentativas de recompor práticas a partir da criação de formas novas ou da reprodução de formas conhecidas. Também observamos isso em projetos que tentam traçar prognósticos sobre os usos.

Apesar do caráter aparentemente normativo, a intenção nos revela a tentativa de um diálogo entre passado e futuro das práticas nos lugares. Estas relações não são, no entanto, exclusivas de algumas escalas. Elas podem ser encontradas nas mais diversas maneiras de se intervir no espaço, afetando as práticas e as formas. Trataremos, assim, o problema da prática de uma maneira que se costuma tratar as formas, a partir de três níveis de observação do fenômeno: no espaço urbano, nas zonas, polos e centros noturnos e nos cenários noturnos.

No nível urbano que alcança, no caso do Rio de Janeiro, quase toda a sua área municipal, as práticas podem ser associadas às grandes intervenções urbanísticas, aos projetos urbanos e de requalificação e atualmente aos projetos olímpicos, além das medidas de zoneamento e de contenção do crescimento urbano. A paisagem noturna urbana, vista sob o prisma das práticas sociais, relaciona os debates políticos às ações de intervenção no espaço urbano. Nesse caso, as práticas sociais são entendidas como ações diretas sobre a infraestrutura do espaço urbano: obras de renovação, criação de polos comerciais, controle da verticalização, taxações diversas, deslocamento de tráfego, redirecionamento de funções etc.

Estas práticas tendem a se concentrar nos agentes urbanos tidos como aqueles com maior capacidade de mobilização de ações no espaço, como a prefeitura, o governo estadual, as empreiteiras, as corporações e os seus empresários, mas podem também ser parte de discussões de agentes sociais considerados, em geral, menos “poderosos”, como sindicatos, associações de moradores, câmaras de comércio, ambulantes etc. Eles participam do processo como propositores através do debate político e mesmo como público, sendo que suas práticas podem ser reconhecidas nas decisões sobre o que será criado e onde será fixado.

O mais comum é que as práticas dos agentes chamados “alternativos” sejam, por um lado, subdimensionadas a partir de um ponto de vista que lhes atribui somente um papel acessório, ou ainda, resiliente; e por outro lado, sobredimensionadas, valorizadas como a única forma legítima de promoção da vida social. Não acreditamos em nenhuma das duas proposições como sendo exclusivas, pelo contrário, achamos que os contextos podem, ora dar centralidade a uma, ora a outra, ou ainda gerar situações nas quais os agentes alternativos ou menores tenham precedência na situação.

Também temos bastantes problemas com as observações de que os agentes hegemônicos tenham uma leitura unilateral e organizada para um projeto único de cidade, e nesse caso, uma cidade noturna. As relações das práticas dos agentes sociais no espaço urbano carioca envolvem demandas específicas que reverberam em práticas em outros níveis. As solicitações por mais luz, por áreas de lazer, por arenas esportivas, por equipamentos culturais, por transporte público noturno, entre outras, são demandas localizadas que afetam o planejamento urbano e, por isso, não podem ser admitidas somente em uma observação totalizante do urbano.

Ao observarmos as práticas na área urbana, buscamos compreender as discussões em torno de projetos estatais, empresariais e comunitários, as formas como estas discussões afetaram o resultado ainda não acabado das intervenções e finalmente a dispersão das práticas na cidade e

o seu papel no desenho da paisagem atual. Aqui também foi fundamental a observação dos planos, projetos e propostas de intervenção em relação aos debates expostos em pesquisas de opinião, diagnósticos, relatórios de pesquisas acadêmicas e matérias de jornais e revistas sobre o tema.

Nas zonas, polos e centros noturnos, as práticas sócio-espaciais possuem uma visibilidade mais reconhecida, pois dialogam diretamente com os atores envolvidos, incluindo de maneira mais direta pequenos empresários, artistas, ambulantes e outros agentes que em pequenas associações promovem mudanças para a cidade como um todo. Neste nível é que usualmente se estabelecem os diálogos sobre as práticas, os debates sobre as normas e as autorizações e os conflitos pelo espaço e pelas práticas e, por isso, os centros noturnos precisam ser também uma forma de comunicação entre cenários e o todo urbano.

Com o urbano se estabelece uma relação dupla: de demandas do tipo *bottom-up*, dos agentes menores para as grandes decisões sobre as intervenções estatais, por mudanças específicas (onde se colocará lâmpadas, que ruas serão fechadas, até que horas funcionarão os estabelecimentos etc.); e de demandas do tipo *top-down* por adaptações a interesses mais globais (localização de bares, legislação trabalhista, regulação do uso de energia etc.).

Com os cenários noturnos se estabelecem relações de complementaridade. De um lado, os eventos e as atividades específicas de um determinado lugar orientam as decisões (aumento do número de policiais na zona, maior número de licenciamentos para o comércio informal na região, proliferação de bares e restaurantes em um polo etc.). Por outro lado, a organização das práticas nos centros de vida noturna acaba por reorganizar as decisões nos cenários (adoção de preços tabelados, diversificação da oferta de serviço, adoção de câmeras de vigilância, uso das calçadas como espaço comercial, escolha de meios de transporte etc.).

Dentro das áreas dos polos de lazer noturno as estratégias de espacialização das práticas são fundamentais e para isso, se unem os dados obtidos no nível urbano (municipal) com os dados dos cenários, coerentes com as observações de campo, o exame de croquis, os mapas de trajetórias e as cartas das áreas de concentrações. De forma complementar são também realizadas entrevistas e longas observações de lugares específicos (cenários), em busca de padrões de comportamentos e formas de negociações. Para a produção desse material foram realizados 76 trabalhos de campo em diferentes áreas da cidade (Figura 12).

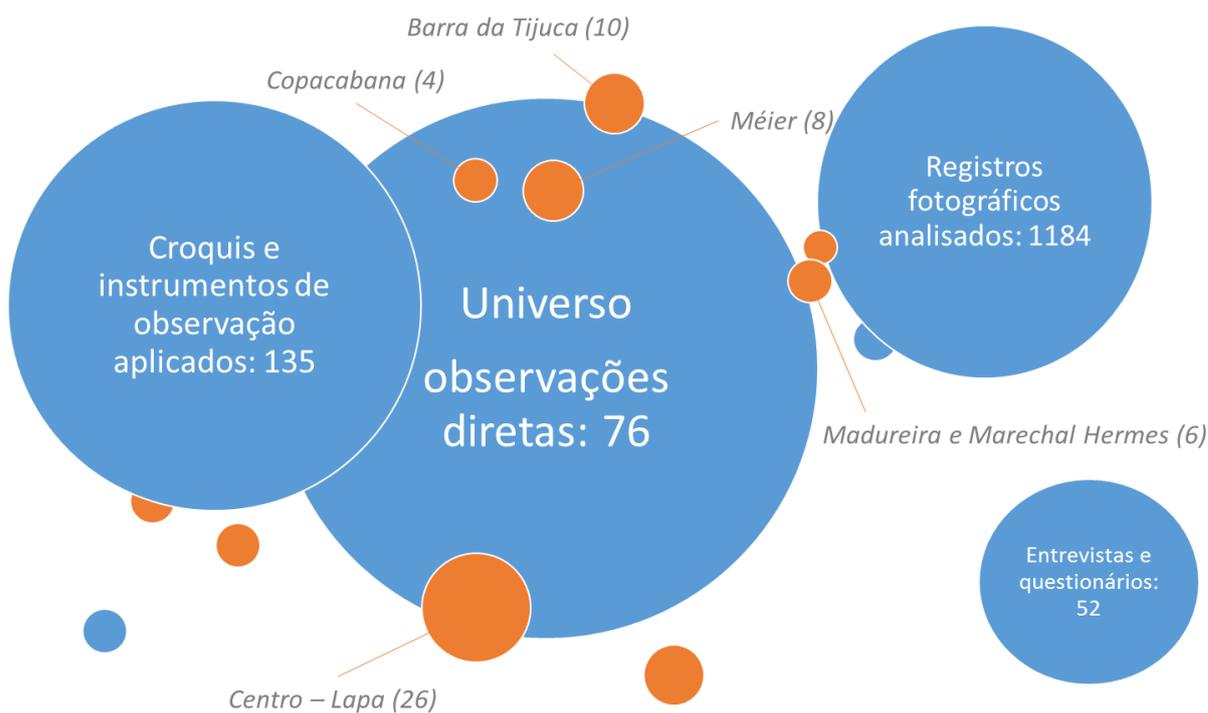


Figura 12: Universo de observações realizadas durante a fase de pesquisa empírica da tese, entre os anos de 2011 e de 2015.

Nos cenários noturnos, onde as práticas de grupos e de indivíduos têm maior visibilidade, buscamos, enquanto parte da pesquisa da morfologia em sua relação com os comportamentos, em primeiro lugar, as orientações de John Zeisel (1984), o qual sugere que o estudo dos traços físicos deixados pelos usuários de um determinado lugar pode nos indicar as práticas do espaço. O método seria especialmente importante para os geógrafos ao buscar a relação entre a forma e a prática dos lugares.

Em situações nas quais as entrevistas são bem difíceis de serem conduzidas, por diversas razões, e tendem a exigir a inserção do pesquisador em uma rede dentro de alguns grupos, a observação dos traços permite uma aproximação mais geral do uso dos lugares, desvinculando-os dos interesses subjetivos dos usuários. Neste caso, nos afastamos de uma etnografia ou mesmo de uma observação participante com maior inserção do pesquisador em virtude do distanciamento que este método possui em relação ao problema definido nessa pesquisa.

Quando a inserção em um contexto foi ainda mais limitada, adotamos também a postura de William Whyte (1980) para a observação dos lugares de vida noturna, especialmente quando esta vida ocorria nos espaços públicos. Neste sentido, a busca por padrões recorrentes,

repetições e rotinas se torna o centro de interesse e uma forma de comunicação com padrões presentes em outras escalas. Por isso, os casos excepcionais, as variações de caráter pessoal ou as práticas específicas de certos grupos não encontram espaço nesses casos, ainda que possam ser incorporadas aos padrões.

Assim como Whyte (1980) tentamos observar como os lugares são usados, de que maneira eles contribuem para as práticas dos usuários e de que forma estes usuários em sua prática recorrente ajudam a dar sentido à existência daqueles lugares. A única diferença aqui é que não temos a pretensão de sugerir nenhuma mudança nestas práticas ou na produção de espaços para a vida noturna, como propôs Whyte e sua equipe.

Em busca de um caminho que possibilitasse maiores comparações e o uso de métodos menos invasivos que fossem capazes de absorver os comportamentos recorrentes em relação aos lugares, encontramos na metodologia de estudo dos traços físicos e dos comportamentos um recinto metodológico. A pesquisa da associação entre o ambiente construído e os comportamentos permitiria a compreensão das formas de adaptação do espaço para o uso, da manifestação dos interesses de seus usuários e das transmissões de mensagens a partir do seu uso. As marcas deixadas no espaço são, portanto, produzidas pela prática cotidiana do lugar. No nosso caso são ainda mais especiais as práticas durante a noite. As perguntas que regem este problema estão associadas às formas como estas práticas se relacionam entre si espacialmente e como estas relações espaciais afetam os seus participantes.

Em busca de regularidades nos comportamentos, definimos também diversas estratégias de abordagem no campo, adotando diferentes lugares de observação, sendo em alguns momentos um outsider reconhecido e, em outros, um observador participante em uma posição marginal (ZEISEL, 1984). No primeiro caso, manifestamos claramente que éramos pesquisadores de uma universidade, explicamos a pesquisa e pedimos permissão para aplicar nossos instrumentos. No segundo caso, não informávamos o nosso interesse e buscávamos nos incluir no contexto de um determinado lugar, assumindo o papel de clientes em restaurantes, *clubbers* em boates ou mesmo meros usuários do espaço público. Cada estratégia adotada possibilitou que diferentes instrumentos de pesquisa fossem utilizados, levando a resultados que puderam ser posteriormente comparados com os dados secundários ou aqueles adquiridos a partir das pesquisas bibliográficas e hemerográfica.

Quando o acesso aos lugares se deu de forma mais facilitada, sendo um observador marginal inserido no contexto, se preferiu pensar junto com Erving Goffman (2010) nas formas de

interação face a face. Nestes casos, a compreensão da ordem formada pelos grupos quando presentes em um ajuntamento, em um espaço social determinado, nos permitiu compreender as práticas em seu contexto, os possíveis ajustes entre a ordem criada em um lugar e as ações dos indivíduos. Para isso tivemos que repensar a categoria de interação social, central na obra de Goffman, para estabelecer o papel de uma organização do espaço na organização dos ajuntamentos.

Ainda que o próprio Goffman tenha sido bastante sensível aos contextos ou aos lugares de apresentação dos indivíduos em público, a sua preocupação estava depositada em como os ajuntamentos se dispunham em uma situação, a qual teria um lugar para acontecer, sendo situada, mas também um variado número de papéis ou, portanto, posições situacionais. Ao estudar os comportamentos nos lugares públicos, Goffman (2010) busca evidenciar formas de interação focadas e desfocadas que de alguma forma ocorrem nestes lugares que tem por característica apresentar a copresença de dois ou mais indivíduos em um ambiente de comportamento que a acessibilidade tende a ser ilimitada e, portanto, ampla em seu conteúdo social.

Três ideias de Goffman (2009; 2010) foram intensamente exploradas em campo: a ideia de regras de conduta (e de transgressão); a ideia de ocasião social (em relação à ideia de cenário); e a ideia de região de fachada (e bastidores). Elas foram úteis principalmente por estabelecerem uma sensível ligação entre as práticas dos usuários e os lugares em que estavam interagindo socialmente.

As regras de conduta são parte do problema fundamental das pesquisas de Goffman (2010) e para ele, estas são fundamentais para que se compreenda as formas mais difusas de organização social. Em virtude disso, as sociedades também criam muitas regras de transgressão ou mecanismos de privação do acesso dos indivíduos a um lugar. O próprio Goffman (2010) cita um conjunto dessas regras, curiosamente, quase todas ligadas ao noturno. As regras seriam as formas pelas quais se criariam os ambientes de comportamento, regulando as práticas.

A ocasião social seria um evento social limitado no tempo e no espaço facilitado pela disposição de equipamentos fixos que sinalizam a sua existência momentânea em dado lugar (GOFFMAN, 2010). Seria o contexto no qual os ajuntamentos encontrariam uma situação para se realizarem. A ideia de cenário (GOFFMAN, 2009) parece também reforçar a ideia de ocasião social, pois está impregnada de sentidos e busca correlacionar a aparência dos lugares à aparência dos seus

usuários, ainda que não esteja sob efeito de uma ligação direta, mas como uma sugestão aberta à negociação.

Por fim, a ideia de região de fachada abarca todas as ideias anteriores segundo uma perspectiva que pode ser facilmente adaptada ao interesse geográfico. Seria uma forma de classificação dos papéis sociais em relação aos lugares e às funções exercidas em um determinado ajuntamento social (GOFFMAN, 2009). As regiões de fachada seriam aquelas nas quais a polidez e o decoro prevaleceriam, enquanto que os bastidores seriam lugares de maior informalidade. Cada região teria graus diferentes de formalidade, mas apresentariam como característica comum o fato de terem uma extensão física e uma duração que ajudam a construir a significação dos ajuntamentos.

A principal contribuição de Goffman está no exame detalhado da interação social. Nesse ponto, regras de conduta, ocasiões sociais e regiões de fachada ajudam a formular um ambiente social de interação entre indivíduos. O espaço físico, no entanto, aparece com um papel acessório, pouco discutido nas análises de Goffman e, assim, procuramos relacionar as formas de interação ajustadas ao problema do espaço físico, de maneira semelhante àquela discutida por Gomes (2008). Nesse sentido, orientamos a nossa metodologia de observação dos usos, guiados pelas práticas e preocupados com a forma, ou ainda, em busca das composições sócio-espaciais dos cenários da vida noturna.

A busca por padrões, processos e relações sócio-espaciais cobrou a delimitação de formas de se adquirir os dados em campo. A observação direta recebeu, assim, a colaboração de dados secundários de diversas fontes. Se no caso das formas exibimos três esforços intelectuais perante a noite (especificar, sintetizar e relacionar) comuns ao estudo das práticas; no caso das práticas buscamos o exercício oposto: ver como elas possuem e participam de três diferentes níveis de observação da paisagem noturna (a cidade, os centros e os cenários). O conjunto de metodologias emprestadas das ciências sociais em sua interface com a geografia humana foi esmiuçado durante as etapas da pesquisa segundo as duas dimensões centrais de análise (forma e prática), instrumentos de pesquisa de campo, variáveis de estudo, fontes e formas de tratamento:

QUADRO 1: Instrumentos Metodológicos

Dimensões	Variáveis	Fontes e instrumentos	Tratamentos
1- A forma	Visibilidade da forma (iluminação artificial)	Observação empírica de lugares de vida noturna na cidade. Plano Diretor de Iluminação Pública de 1993 Dados da Light SA Dados da Rio LUZ	Análise das descrições presentes nas fichas de observação de áreas: - Descrição geral; Tipo de logradouro; Sítio; Divisões internas da área; Situação geográfica; Atividades no entorno; Densidade predial; Elementos do mobiliário urbano; Material iluminante; Superfícies de reflexão (pavimentos e fachadas); Croqui; Concentrações de equipamentos. - Análise do conteúdo do diagnóstico e das metas do plano diretor através de ficha descritiva. - Análise regressiva e de correlação entre os dados de consumo por região administrativa e os dados populacionais: população total, renda, área territorial, densidade demográfica e anos de estudo. - Criação de mapas de dispersão no Arcgis.
	Condicionantes históricos e processos sócio-espaciais	Matérias de jornal e de revistas; Bibliografia sobre a história do Rio de Janeiro, da iluminação pública e da vida noturna na cidade.	Análise hemerográfica, contextual, com análise de conteúdo textual e imagético, segundo categorias e palavras-chave. Análise de conteúdo dos textos e referência à criação de uma cartografia geo-histórica dos lugares e dos processos ligados à vida noturna do Rio de Janeiro.
	Projetos e planos para a noite urbana	Planos: - Planos Diretores (1992 e 2011) - Planos Estratégicos (2001, 2009, 2013) - Estatuto da Cidade (2001) - Constituição de 1988 Projetos: - Corredor Cultural - Rio Orla - Rio Cidade - Rio Ruas Comerciais - Lapa Legal Projeto-base, documentos anexos, pesquisas acadêmicas e matérias em jornais e revistas sobre os projetos, os conflitos e as negociações.	- Análise de conteúdo, inicialmente categorial, para determinar a quantidade em que os termos associados ao tema da tese aparecem nos instrumentos. - Posteriormente, uma análise de correlação qualitativa, em busca das preocupações e relações criadas no texto entre os elementos do planejamento urbano e os termos associados à noite na cidade. - Análise do conteúdo textual e imagético dos projetos a partir de categorias discriminadas em uma ficha descritiva: 1- Caracterização geral 2- Agentes envolvidos 3- Objetivos, metas e estratégias 4- Localização das intervenções 5- Relação com a vida noturna - Análise hemerográfica de matérias que evidenciem o conflito relacionado ao projeto e às atividades noturnas nas áreas dos projetos.
	Uso social	Observações de campo Entrevistas não estruturadas	Uso de cadernetas de campo com observação das práticas e das formas de uso dos elementos do espaço físico. Apresentação das atividades através de croquis, mapas e fotografias.

			Análise espacial dos usos e das frequências dos lugares.
2- A prática	Dispersão das atividades de lazer	Dados da prefeitura sobre equipamentos culturais e áreas livres. Dados do cadastro de empresas para as atividades comerciais: bares, restaurantes e casas noturnas. Dados dos estabelecimentos.	- Análise regressiva e cruzamento de cada dado com as variáveis: renda, escolaridade, área e população total por bairro. - Análise através do Coeficiente Linear de Pearson. - Criação de um índice de centralidade da atividade noturna baseado na TLC de Christaller e no modelo do IDH, com 27 indicadores. - Análise dos mapas de centralidade criados no Arcgis para definir através de quebras naturais as áreas de observação empírica que serão exemplo do trabalho.
	Concentrações noturnas	Observação empírica das áreas selecionadas.	- Análise das concentrações segundo padrões descritos em croquis, com discriminação dos grupos e das atividades realizadas. - Análise de imagens obtidas em campo.
	Práticas noturnas e padrões sócio-espaciais	Observação empírica das áreas selecionadas.	Observação dos comportamentos, das formas de apresentação em público e das relações com os lugares.
	Estratégias para a vida noturna	Entrevistas com usuários do local, com entrevistas semi-estruturadas.	Análise das práticas relatadas pelos usuários dos lugares.

## Capítulo 5:

# A noite entra nos planos da cidade

A gestão da noite não é um tema comum da política urbana e tampouco consta nos manuais e nos planos de governo como uma diretriz específica para o planejamento da cidade. Apesar disso, foram criadas normas, intervenções, códigos e mecanismos de ordenamento da vida noturna desde o Brasil colonial, importando esquemas e sistemas de iluminação e os adaptando às necessidades de um território ainda muito pouco conhecido. A condução de medidas de ordenamento dos usos noturnos tendeu a acompanhar as ações de reconfiguração do espaço físico e da iluminação artificial da cidade.

Neste capítulo discutiremos os grandes projetos que pensaram a vida social noturna da cidade do Rio de Janeiro. Começamos a partir de um longo retorno aos primórdios do planejamento noturno, evidenciando o seu papel na espacialização das atividades sociais. Em um segundo momento apresentamos a situação nos últimos trinta anos, com a introdução do tema da noite nos planos e nos projetos para a cidade. O objetivo é demonstrar como as mudanças no espaço físico, nas regulações e na iluminação da cidade acabaram promovendo novas práticas e novos cenários noturnos.

## Os primórdios do planejamento noturno carioca

A primeira forma de gestão da noite na cidade do Rio de Janeiro se dá com a definição da cidade como capital da colônia na segunda metade do século XVIII. Essa posição no cenário político colonial trará importantes mudanças para a cidade, especialmente no que se refere ao papel social que a noite apresentará a partir de então, o que possui importantes consequências para a transformação da paisagem noturna da cidade, especialmente no que se refere à visibilidade das formas construídas.

A partir de 1763 a cidade do Rio de Janeiro passa por um processo de crescimento populacional que impulsiona a criação de melhorias urbanas e áreas destinadas para o lazer da população.

Novos equipamentos públicos como a Praça do Carmo (atual Praça XV) e o Passeio Público são criados para conter a vida pública e administrativa da cidade. São também inventados sistemas de abastecimento de água, mecanismos de limpeza das ruas e formas de administração do problema da segurança urbana (ABREU, 2006). A transformação do estatuto político da cidade parece ter impulsionado o processo de transformação da paisagem urbana, criando novos mecanismos tecnológicos que expandiram os limites civilizatórios e as atividades sociais.

A assimilação de práticas, modismos, trejeitos e a expansão da vida urbana a partir do saneamento, abertura de novas áreas e criação de infraestrutura começa a remodelar também uma noite que era considerada perigosa e na qual poucos cidadãos “se aventuravam” (DUNLOP, 2008). A paisagem noturna era vista como mal iluminada, tendo em vista que a iluminação se resumia aos lampadários e oratórios (MENDONÇA, 2004). Estes suportes para a luz eram acesos para cerimônias religiosas ou em noites em que não havia lua cheia e resultavam basicamente da iniciativa de moradores da cidade, podendo ser a luz oriunda da queima do óleo de baleia ou de velas de cera (FERREIRA, 2009).

A partir da mudança jurídica do estatuto da cidade, o Estado passa a ser o agente responsável por pensar a cidade à noite e tem como uma de suas primeiras ações públicas a iluminação das ruas da urbe carioca. Essa ação foi realizada no final do século XVIII pelo então Vice-Rei Conde de Resende, e era composta de pouco mais de cem lampiões com candeieiros de azeite de peixe, localizados entre a Rua Direita (atual 1º de Março) e o Campo de Santana (FERREIRA, 2009). Este número chegaria a cerca de quinhentos até 1820 (LESSA, 2005).

Durante muito tempo a obrigação de instalação e fiscalização das condições da iluminação pública esteve a cargo da polícia colonial, o que aponta que a iluminação em sua origem foi financiada por questão de segurança, como também foram os casos de grandes cidades europeias como Paris e Londres alguns anos antes (SCHIVELBUSCH, 1995). A ação de iluminar as ruas da cidade esteve, assim, associada ao problema da ordem urbana, ainda que bem localizada em poucas ruas do centro administrativo colonial.

O material iluminante instalado era basicamente composto por grandes lampiões suspensos por varões de ferro e mantida através do trabalho escravo (DUNLOP, 2008 – Figura 13). A luminosidade gerada parece ter sido pouco útil para a iluminação pública, pois a chama oriunda de tais materiais produzia luz turva e de cor avermelhada que possui pouca serventia para iluminar caminhos (FERREIRA, 2009).

A cena pública do Rio colonial era composta por um espaço físico precário, com “[...] ruas estreitas, irregulares, cheias de pó ou de lama, conforme o tempo, [que] ficavam à noite quase às escuras, pois as raras lâmpadas de azeite, mortijas, bruxuleantes, pareciam mais destacar a escuridão do que iluminar a cidade” (DUNLOP, 2008, p.30). As cenas relatadas parecem corroborar relatos em outras cidades, nas quais a falta de uma adequada iluminação tendia a gerar distúrbios sociais (WILLIAMS, 2008).

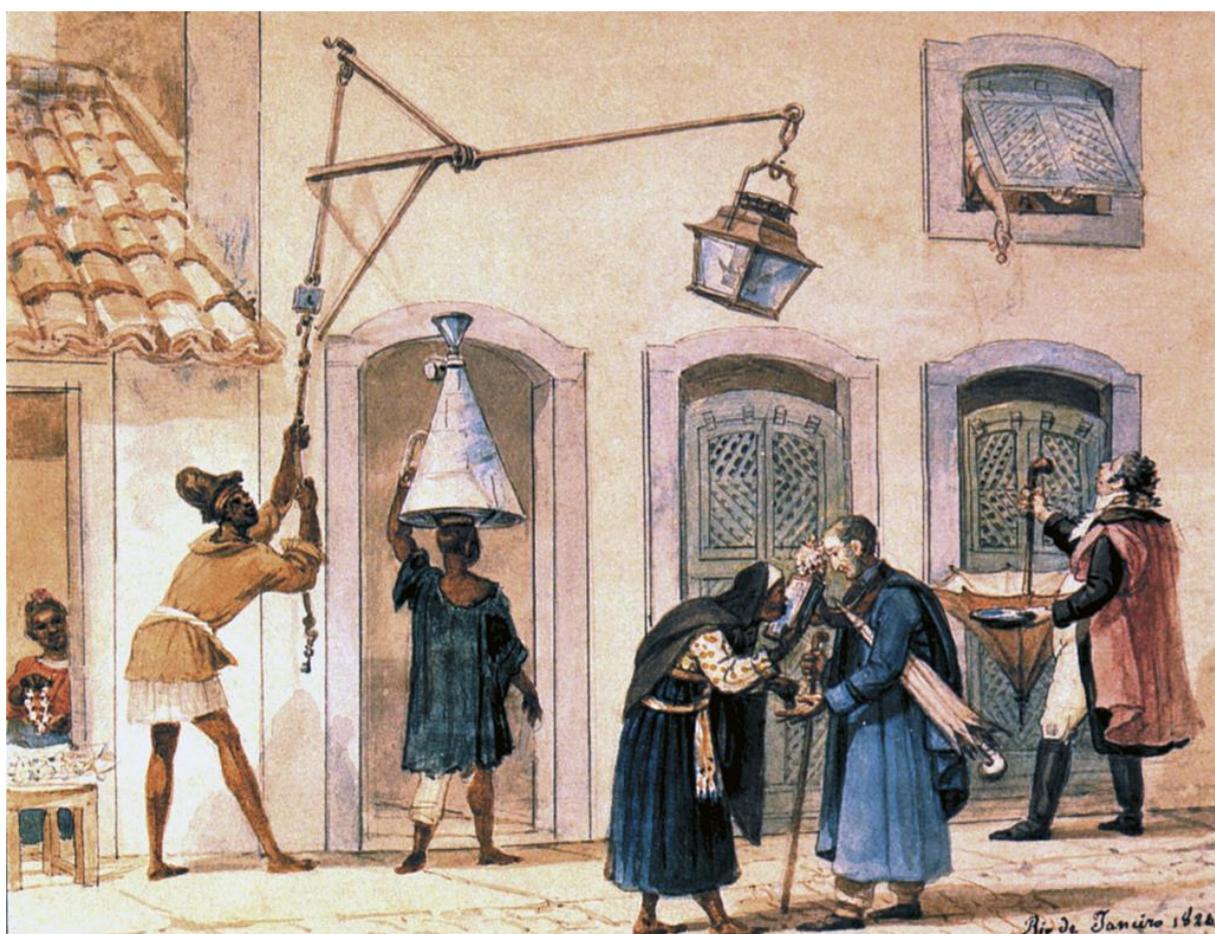


Figura 13: Aquarela de Jean Baptiste Debret (Rio de Janeiro, 1826). Troca do azeite dos lampiões. Disponível em: <http://memoriadaeletricidade.com.br>. Acesso em: Janeiro de 2014.

É provável que uma vida agitada tenha existido nas tavernas e em alguns prostíbulos da cidade, mas poucos dados nos chegaram até o presente e esta geografia histórica é relativamente desconhecida. O que sabemos é que, sem dúvida, a chegada da corte portuguesa produziu efeitos duradouros na vida urbana do Rio. Em primeiro lugar, uma onda de crescimento

demográfico, estimulada inicialmente pela vinda de cerca de quinhentos membros da corte portuguesa e, posteriormente, pelo fluxo crescente de migrantes europeus e africanos<sup>29</sup>. Em segundo lugar, a vinda da burocracia portuguesa ao Brasil promoveu um crescimento das funções e um rearranjo das hierarquias sociais no Rio de Janeiro. Por fim, economia e cultura foram afetadas pela complexificação do sistema de trocas, sendo influenciadas pelas nações aliadas à corte portuguesa (LESSA, 2005).

Após a chegada triunfal também foram criados mecanismos de ordenamento urbano que ajudaram a ampliar a vida social na cidade. A iluminação passou a ser custeada pela coroa portuguesa, seja para os cerimoniais, seja para a segurança pública. A ordem urbana seria incumbência transmitida à Intendência Geral da Corte, responsável, ao mesmo tempo, pela segurança e pelas obras na cidade (MENDONÇA, 2004). Assim como a obrigação de instalar mecanismos de iluminação para as noites, a Intendência construiu ruas e largos na cidade, bem como espaços cênicos, como o Teatro São João, tornando-se um dos meios pelos quais a vida urbana se pronunciava (LIMA, 2000), aliando segurança ao lazer e espaço físico à vida social.

Neste período inicia-se a gestação da cidade como uma capital com diversas influências culturais que se materializavam no modo de vida local. A noite ainda parecia ser acanhadamente absorvida pela população e os registros oficiais omitem boa parte dessa história e geografia dos lugares que festejavam a vida urbana durante a noite. Parece-nos interessante notar que, mesmo acanhada, a cidade pode incorporar modelos de vida social e de tecnologia, adaptando-os aos interesses locais, recriando-os segundo um sincretismo cultural e modulando-os aos problemas de uma capital de colônia.

A partir de 1840 há um significativo incremento demográfico na cidade do Rio de Janeiro. Dos pouco mais de cinquenta mil habitantes no início do século XIX chega-se a mais de quinhentos mil habitantes em 1890, sendo cerca de 1/4 de imigrantes estrangeiros (LESSA, 2005). Este momento também é marcado pelas primeiras iniciativas de modernização do país e pela preeminência do Rio de Janeiro como capital cultural nacional, o lugar onde as experiências urbanas são primeiramente testadas.

<sup>29</sup> Segundo Nireu Cavalcanti (2004) as estimativas da historiografia nacional de que quinze mil cortesãos teriam chegado à Baía de Guanabara é de certo modo equivocada, sendo esse número incoerente com relação aos dados dos navios e os seus passageiros registrados entre os anos de 1808 e 1809. Assim, o número de quinhentos parece mais condizente com o evento e o número de quinze mil mais apropriado para o período de permanência da corte no Brasil, entre 1808 e 1823.

Como laboratório, o Rio de Janeiro é a primeira cidade do país a realizar a utilização do gás de hulha, assim como o surgimento de linhas de bonde e de ferrovias para a circulação urbana. Além disso, começa a se operar uma mudança no hábito do carioca e novas formas de sociabilidade durante a noite começam a aparecer. Mais uma vez mudanças no espaço físico (incluindo a tecnologia e as obras) e no espaço social (incluindo as práticas e as normas) se relacionam.

Ainda assim, o cenário colonial persistiu, mesmo no centro da cidade, até meados do século XIX, quando as inovações tecnológicas tornaram possível a criação de um sistema de iluminação pública. Isto se deu com o início da construção do gasômetro e a instalação dos encanamentos de gás em 1853. A inauguração do serviço, conduzido pelo seu idealizador, o Barão de Mauá, se deu em 1854, iluminando as principais ruas do centro da cidade, sendo o Rio, a primeira cidade do país a ter um sistema de iluminação pública a gás (FERREIRA, 2009).

O Rio de Janeiro destaca-se entre todas as capitais pela sua magnífica iluminação a gás que circula por toda a cidade (...) Quando certas nuvens pairam por cima da cidade (...), elas são tão vivamente iluminadas pela reverberação dos inumeráveis bicos de gás que fazem do Rio de Janeiro uma das cidades mais bem iluminadas do mundo (MOUCHEZ, 1864 *apud* MENDONÇA, 2004, p. 31).

Os relatos do período parecem indicar que a instalação dos bicos de gás nos logradouros públicos permitiu uma evolução na vida noturna da cidade em relação ao período colonial. Até então, aparentemente, só a parte central da cidade, onde se localizavam os prédios administrativos da corte, mostravam alguma vida noturna. Com a ampliação do sistema de iluminação pública novas freguesias passariam a também ter logradouros iluminados.

A ampliação da iluminação parece ter gerado uma ampliação dos tempos sociais. Os primeiros cafés, restaurantes e teatros teriam começado a funcionar para além da hora usual de passeios, após às 22 horas, o que teria sido acompanhado de um crescente movimento nas ruas à noite, garantido também pela disponibilidade dos serviços de bondes. Isto permitiu não somente a segurança para a circulação nas ruas da cidade, mas também que a vida social se estendesse para a noite, que as casas de espetáculos, teatros e restaurantes se tornassem mais seguros, substituindo as velas de cera pelo gás, e que fossem facilitados os afazeres domiciliares.

Era êsse [sic] um grande passo que se dava contra as contradições coloniais. O movimento no centro urbano à noite aumentou como que instantaneamente [sic]: cafés, restaurantes, teatros, entraram em plena atividade, e a vida da 'Côrte' começou a tomar uns ares novos, como de cidade moderna (DUNLOP, 2008, p.42).

Além do desenvolvimento da iluminação a gás, a melhoria e a expansão dos sistemas de transportes foram cruciais para a criação de atrações no centro da cidade, em especial atividades criadas para o uso noturno. A partir de 1858 as Estradas de Ferro ocupariam um papel importante na ampliação da área urbana para a Zona Norte e a Zona Oeste da cidade. A partir de 1868 os bondes teriam o mesmo papel para a ocupação da Zona Sul. De tal forma que esta divisão passaria também a representar a segmentação social e econômica que a cidade até hoje mantém (ABREU, 2006).

A associação com os bondes teria permitido também que a elite carioca pudesse gozar de maior proximidade com os equipamentos culturais de então. As linhas de bonde ligavam os bairros da Zona Sul e da Tijuca aos principais teatros e restaurantes da cidade, os quais se localizavam no entorno do Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes). A ligação dos bondes a essas áreas e um novo cenário urbano iluminado pelo gás acabou provocando o florescimento de uma vida noturna insipiente desde a década de 1870 (FEIJÓ e WAGNER, 2014).

O início do XX pode ser considerado o princípio de um período de transição tecnológica fundamental para a história da cidade do Rio de Janeiro e mesmo para a sociedade brasileira. A invenção de novos mecanismos de comunicação, entretenimento e transporte teria mudado a vida social urbana e contribuído para a diversificação das atividades ligadas à vida noturna (MCQUIRE, 2004). Não somente as invenções ligadas aos meios de transporte e comunicação, mas também os novos aparatos de entretenimento foram cruciais para o desenvolvimento de uma vida pública noturna.

Uma das importantes inovações do período foi a invenção da lâmpada incandescente por Thomas Edison em 1878 e as descobertas relacionadas ao uso da energia elétrica ainda na segunda metade do século XIX (DUNLOP, 2008). As duas invenções parecem ter transformado a maneira como vemos e como vivemos a vida noturna nas cidades.

No caso da cidade do Rio de Janeiro a iluminação elétrica foi utilizada na consolidação de um projeto modernista para a cidade a partir da construção da represa de Ribeirão das Lajes em 1905. O período é, inclusive, caracterizado pelas transformações urbanísticas promovidas pela Reforma Passos, o que incluía a iluminação pública elétrica na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco (BENCHIMOL, 1990).

De forma bastante geral, a iluminação elétrica estava vinculada à estética moderna que se queria criar na cidade (Figura 14). As áreas dotadas de nova tecnologia luminosa representariam o futuro e se ligariam às tentativas de regulação da ordem urbana; enquanto que as áreas

próximas, relegadas à escuridão, aludiriam ao passado colonial, ao atraso, o que teria servido para reforçar ainda mais as disparidades sócio-espaciais na cidade (MENDONÇA, 2004).



*Figura 14: Imagem da Av. Central em dia de carnaval. Os primeiros pontos de iluminação pública abastecidos por eletricidade estão suspensos nos postes desta foto. Fonte: Revista Kosmos, fevereiro de 1907, p. 20.*

Isto nos revela já nesta época um forte sentido de hierarquização urbana. O moderno (novo, iluminado e civilizado) em contraposição ao atraso (ultrapassado, escuro e bárbaro). Nesse caso, a iluminação simplesmente fez repercutir as consequências da reforma urbana durante as noites da cidade, dando visibilidade aos vícios e virtudes do Rio de Janeiro durante a república velha.

A introdução de novos equipamentos de iluminação elétrica por toda a cidade possibilitou a diversificação do uso da luz no espaço público. As luminárias, os postes, a direção e as cores das luzes na iluminação a gás eram restritas ao modelo mais funcional com postes tipo coluna

e bicos direcionados para cima. As lâmpadas elétricas, ao contrário, eram muito mais flexíveis e isto permitiu que não somente novos tipos de lâmpadas fossem utilizados na iluminação pública, como também todo o material que compunha o conjunto pode ser pensado também para o uso estético (MENDONÇA, 2004).

A iluminação decorativa pode, especialmente a partir da década de 1920, fazer parte da paisagem carioca ao iluminar feiras, monumentos e prédios importantes. No fim desta década já havia no Brasil condições para formas criativas de iluminação, como profissionais capacitados, manuais traduzidos, equipamentos de boa procedência, novas técnicas e um sistema de distribuição de energia eficiente (FERREIRA, 2009). Junto com a tecnologia vieram as técnicas e a formação de especialistas.

A evolução do sistema de iluminação pública acompanhou, em geral, melhorias na forma urbana e a abertura da cidade colonial para outros avanços da modernidade. As atividades de entretenimento também foram beneficiadas com a adoção de nova iluminação em teatros, o uso de cinematógrafos em teatros de variedades como, por exemplo, O Moulin Rouge na Praça Tiradentes e até mesmo *machinas* de música que acompanhavam *crooners* em cafés cantantes no centro da cidade (LIMA, 2000). Essas inovações trouxeram, ao mesmo tempo, maior diversificação das atividades e maior segurança para os usuários.

Às tecnologias para iluminar e para entreter foram adicionadas formas de regular e de ordenar o uso do espaço urbano. A partir da Reforma Passos, lugares de sociabilidade e de boemia foram lentamente sendo desalojados, como os quiosques na área central, que abasteciam os trabalhadores da cidade com bebidas baratas (FEIJÓ e WAGNER, 2014). A perseguição aos vadios e aos pobres é, inclusive, anterior, pois legalmente foi construída no início da República, especialmente a partir do Código Penal de 1890, que previa a prisão de membros ociosos da sociedade carioca, vistos como vadios (MATTOS, 1991)<sup>30</sup>.

O combate aos comportamentos indesejados ajudou também a construir cenários que descrevessem a transição para a modernidade. Nesse contexto, a Cinelândia talvez tenha sido aquela que mais rapidamente construiu um lugar para a vida noturna na cidade após a Reforma Passos, com novos prédios que acolheram as atividades modernas de lazer e de entretenimento (BENCHIMOL, 1990). O Theatro Municipal, desde 1909, abrigou o que de mais nobre

<sup>30</sup> Segundo Marcelo Badaró Mattos (1991), a perseguição à vadiagem e aos jogos de azar foi bem comum desde meados do século XIX.

estivesse vinculado à ideia de uma cultura civil e o Restaurante Assyrio produziu um lugar para a elite carioca se encontrar na cidade. Eles foram os palcos da vida intelectual carioca dos anos pós Reforma Passos.

Para outros lugares migraram aqueles que tinham práticas não desejadas. Durante o período entre guerras, áreas como a Lapa, a Gamboa e a Cidade Nova pareciam viver sob um clima de euforia e clandestinidade. Relegadas a funções pouco afamadas e perseguidas como guetos da prostituição e do crime, estas áreas foram também absorvidas por artistas e intelectuais (COSTA, 1993). Bares e restaurantes como o Capela, o Cosmopolita e o Bar Alemão (atual Bar Brasil) dividiam os becos com prostíbulos e áreas de consumo de cocaína (MATTOS, 2011). A dualidade desta relação manteve durante mais de duas décadas a centralidade da Lapa como lugar da vida boêmia carioca, à moda de Montmartre, absorvendo a efervescência da vida noturna da Praça Tiradentes, fazendo pela boêmia o mesmo processo de deslocamento da centralidade da vida noturna que tinha ocorrido com a Cinelândia através das artes.

A Era Vargas (entre 1930 e 1945) e a crise econômica da década de 1930 parecem ter reduzido a vida noturna no centro da cidade e especialmente na Lapa, a qual se tornou alvo das políticas de ordenamento e moralização da cidade (FEIJÓ e WAGNER, 2014). Além disso, a II Guerra Mundial diminuiu ainda mais o interesse na promoção de uma vida noturna na cidade. Ainda no início da década de 1930, o Rio de Janeiro começa a ser descrito como uma cidade pacata durante a noite, pois pouco se ouvia, muito menos se via.

Si [sic] não houvesse outros argumentos a demonstrar o inconveniente dessa letargia [sic] em que vive o Rio depois das 22 horas, bastaria aquelle [sic] que nos recorda a tristeza que representa para os turistas uma cidade profusamente iluminada mas com os seus habitantes todos dormindo... (Jornal O Globo, Geral, “Por que o Rio dorme tão cedo?”, p.1, 17 de Outubro de 1936).

A redução da vida noturna no centro, pelos motivos citados, acabou beneficiando outras áreas e outras atividades que aderiram a um cenário mais alheio em relação à vida boêmia. Novamente mudanças técnicas, legais, políticas, de modos de vida social implicaram em realocações físicas e transformações das práticas.

A abertura dos túneis para a Zona Sul da cidade possibilitou aos poucos o deslocamento da população para os novos lotes em bairros como Botafogo, Copacabana e Ipanema. O avanço da ocupação populacional parece ter também incentivado o surgimento de estabelecimentos comerciais básicos, como padarias, mercados, bares, armazéns etc. Da mesma forma as

atividades noturnas foram em busca de novas áreas de expansão, reproduzindo em boa medida as formas de lazer comuns a outras áreas da cidade em bairros como Bonsucesso, Méier, Penha e Bangu.

A partir da década de 1940, a cidade do Rio de Janeiro, já densamente povoada, tinha outro conjunto de preocupações que pareciam diferir daquelas do início do século. Em primeiro lugar, buscava o Rio criar uma imagem própria e não mais derivada dos países europeus; não queria o Rio continuar sendo a Paris dos Trópicos ou a Cidade Luz das Américas (LESSA, 2005). Em segundo lugar, a assimilação dos avanços tecnológicos seria feita através da incorporação carioca do jeito cosmopolita, talvez inspirado no cinema americano, mas com trejeitos próprios. Em terceiro lugar, a Era Vargas representaria um retorno a um espírito moralista e conservador para a cidade, o qual reduziria a vida boêmia, ainda que investindo nos jogos de azar (FEIJÓ e WAGNER, 2014). Por fim, os veículos automotores motivaram o crescimento urbano da cidade, a qual expande o seu parque industrial e leva à explosão metropolitana para os subúrbios (ABREU, 2004).

Todas essas transformações viriam a modificar a vida noturna na cidade. Primeiro, com os avanços adquiridos a partir da década de 1920, a iluminação pública ganhava o corpo da cidade. A fase pioneira, consagrada na Exposição de Artes Decorativas de Paris, em 1925, sob o conceito de arquitetura luminosa, começava a se expandir a partir da década de 1930 no Rio de Janeiro, com postes ornamentais, lâmpadas modernas e um sistema complexo de fornecimento energético.

A iluminação do Rio atingia seu período áureo. Aos olhos dos visitantes, os contornos da baía, pontilhado de luzes, lhe deram a alcunha de “O colar de pérolas da Guanabara”, e a metrópole haveria de se tornar conhecida como a cidade-luz sul-americana. E por muito tempo assim foi chamada (FERREIRA, 2009, p. 158).

Nesse período a cidade ficou marcada não somente pelos belos cenários noturnos, os quais foram criados no entorno das grandes obras monumentais construídas na República Velha. Além das luzes cênicas, foram criadas luzes funcionais que buscaram incentivar a vida noturna através do ordenamento urbano, o que se relaciona a ideia de que mais luzes trariam maior segurança para a população carioca. A iluminação possuía um atributo fundamental na manutenção da ordem urbana: assegurar que os “pontos escuros” da cidade não se tornassem locais de vadiagem e de condutas ilegais.

Havia também uma crescente preocupação com o deslocamento dos veículos pela urbe carioca em razão da ampliação do uso de automóveis e o aumento da velocidade de rodagem (MENDONÇA, 2004). A iluminação ordinária passou então a representar o escopo de muitas medidas do Estado, que reincorporou em suas ações o sentido original da iluminação pública como meio de assegurar o deslocamento e a permanência das pessoas nos espaços públicos da cidade.

O sistema de iluminação pública assumiu grande importância, perdendo sua simplicidade primitiva e adequando-se às necessidades emergentes. A arborização, a distribuição assimétrica de luz e a iluminação especial de monumentos, túneis e pontes, passaram a ser cuidadosamente estudadas. A iluminação, então, se tornou fator primordial de segurança especificamente para o tráfego noturno (MENDONÇA, 2004, p. 81).

Além de novas demandas por iluminação na cidade há um processo de expansão urbana, seguindo as linhas das novas estradas de rodagem, abertas ao longo da década de 1940, como a Avenida Brasil e a Avenida Presidente Vargas, e a densificação da Zona Sul da cidade, especialmente em Botafogo e Copacabana. O crescimento tentacular da cidade em direção à Zona Oeste e à Zona Norte da cidade estava já nesta época esboçando o processo de metropolização do Rio de Janeiro (ABREU, 2006). Isto seguramente criou dificuldades para o governo local que deveria dotar estas áreas com novos equipamentos que garantissem a ordem urbana e a segurança do tráfego.

Os problemas com a iluminação pública se desdobraram também no uso dos espaços públicos durante a noite. A remoção de parte do bairro da Lapa ainda no Estado Novo, a repressão policial à vadiagem e o estímulo ao jogo de azar foram algumas das medidas que aos poucos modificaram a vida noturna da cidade. Assim, o Centro é aos poucos abandonado ao uso administrativo e o lazer passa, paulatinamente, para a orla da cidade e para os rincões de lazer de bairro, especialmente na Grande Tijuca. Ainda que esta vida noturna tivesse muitos lugares, os Anos Dourados celebraram Copacabana como o lugar do glamour noturno.

O *glamour* de Copacabana dá origem a uma lenda carioca e brasileira. É o lugar mágico que permite combinar o banho de mar desinibido, o estar ao sol ou praticar jogos na areia com a sofisticação das roupas a rigor dos *night-clubs* ou com o jantar à luz de velas em restaurantes – obviamente para quem tem altas rendas (LESSA, 2005, p.245).

Ao mesmo tempo em que Copacabana se consagrava como centro da vida social carioca, definhava o Centro e se expandia o subúrbio carioca a partir da criação das vias arteriais que conectaram o Rio de Janeiro ao Sul e ao Nordeste. Esta expansão da indústria carioca criou um imenso aglomerado urbano e motivou a extensão de subcentros como Madureira, Méier e Bonsucesso (ABREU, 2006). Na área central a vida noturna restrita seguia em direção aos bairros de Santa Teresa, Glória e Botafogo; nos subúrbios os clubes e as escolas de samba promoviam seus primeiros ensaios abertos à comunidade. A vida noturna apesar de centralizada na orla, crescia timidamente também no interior da cidade.

Os Anos Dourados foram importantes para o surgimento de uma elite carioca, a qual poderia se beneficiar das novidades ligadas ao lazer na cidade. Ao mesmo tempo, este período é marcado por uma retração dos gastos com infraestrutura, especialmente na periferia da cidade, o que levou a uma séria crise habitacional (MENDONÇA, 2004). Ao fim da Era de Ouro este processo seria ratificado, sendo que a noite da cidade se afastaria cada vez mais do Centro, indo em direção aos eixos norte e sul.

A perda da centralidade política e administrativa teve importantes consequências para a paisagem e a vida noturna da cidade. A crise fiscal decorrente da mudança da capital e a realocização das indústrias foram os dois primeiros passos em direção à decadência da economia carioca. As grandes iniciativas de industrialização das décadas anteriores resultaram em falências durante a década de 1980 e de privatizações a partir de 1990.

As mudanças dos níveis federativos – de capital da república, ao estado da Guanabara e por fim município do Rio de Janeiro – reduziram aos poucos a receita do governo local, limitado em sua capacidade de investimento público. Além disso, o Rio de Janeiro, que possuía uma situação tributária favorável enquanto capital, passou, a partir da instalação do regime militar, a ter sua parcela de participação reduzida, dentro de um processo de centralização fiscal que só seria revertido com a Constituição de 1988 (LESSA, 2005).

Nos anos que sucederam a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília houve uma retração no processo de ampliação e melhoramento da vida noturna na cidade. A iluminação pública também sofreu com um período de acentuada crise nos investimentos e estagnação do material iluminante, dando-se a impressão de que a cidade era “[...] mal iluminada, com áreas e ruas totalmente às escuras ou insuficientemente providas de iluminação” (MENDONÇA, 2004, p. 115). A estagnação do investimento a partir da década de 1960 levou

também a conflitos de atribuições entre a Comissão Municipal de Energia, a Light S.A. e o Departamento de Estradas e Rodagem, os quais não providenciaram a padronização do serviço. Os ares da democracia parecem mesmo ter feito muito pela noite carioca. Não somente cresciam as casas de show, como também surgiam novos bares, restaurantes e danceterias em toda a cidade. A partir da década de 1980, as escolas de samba passam a ter quadras maiores e a hospedar shows, apresentações, feijoadas entre outras atividades que promovem um grande fluxo noturno para subcentros comerciais periféricos e comunidades.

Os anos 1980 inauguram também a retomada da expansão da iluminação pública<sup>31</sup>, o que foi reforçado ao longo dos anos 1990 com novos projetos da prefeitura da cidade e de colaboradores privados. Tais ações promoveram o embelezamento da paisagem noturna, com novas luzes sobre monumentos, patrimônios urbanos históricos e espaços públicos de algumas áreas da cidade. A nova paisagem noturna criou uma cena urbana muito diversificada com lugares preenchidos de iluminação intensa (MENDONÇA, 2004).

Indicadores da efervescência cultural carioca no limiar do século XX podem ser encontradas nas referências hemerográficas do período. Fala-se de uma vida noturna para todos os gostos em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca, ainda controlada por empresários amadores, mas com direito a festas, shows de chorinho e forró (O Globo, Jornais de Bairro, 31 de Maio de 1984, p. 8). Em matéria de 20 de Março de 1986 divulga-se que “a vida noturna ferve na Praça Seca”, com shows românticos e churrascarias (O Globo, Jornais de Bairro, p.18). Em 1987 fala-se de “uma vida noturna para ninguém botar defeito”, com casas de samba e danceterias do “baixo underground carioca”, em pleno bairro de Madureira (O Globo, Jornais de Bairro, 20 de Março de 1987, p. 8). No mesmo ano a boemia no Baixo Gávea parecia incomodar os moradores devido ao barulho dos frequentadores (O Globo, Jornais de Bairro, 18 de Maio de 1987, p. 12). O bairro do Méier aos poucos começa a desenvolver a fama de seu baixo a partir de uma “noite tranquila de um bairro agitado, onde “bares e restaurantes preenchem a lacuna deixada pela inexistência de casas de show” (O Globo, Jornais de Bairro, 04 de Julho de 1990, p. 20).

Em tempos de efervescência cultural, os agentes privados impulsionaram a vida noturna criando novas formas de sociabilidade e de atividades de entretenimento, como foi comum no final do

<sup>31</sup> Marcello Alencar, ex-prefeito da cidade, anos depois afirmou que “A cidade ganhou novos parques [...]. A reforma incluiu ainda a colocação de novos postes de iluminação [...] O carioca voltou a passear e a se encontrar nas praças e jardins, como no tempo em que eram uma extensão do ambiente familiar” (*apud* MENDONÇA, 2004, p.125).

século XIX no Rio. O poder local se articula imediatamente para conter a desordem e regular as atividades, criando novas formas de vida social, como no caso dos teatros, dos prostíbulos e dos cassinos. Desse jogo se promove uma expansão espacial das atividades, as quais tendem a absorver as novas áreas da cidade, seguindo o modelo de fronteiras de expansão, como são os casos da Lapa e da Cinelândia a partir de 1900, de Copacabana a partir de 1940, e da Barra a partir de 1980.

Esta expansão tende a criar novas formas de estruturar o espaço urbano através da tecnologia e também tende a estimular o surgimento de novas práticas sociais como é o caso dos cordões, do maxixe, do samba e do funk. Após serem contestados, estes movimentos serão assimilados pela cidade e deixarão de ser identificados exclusivamente com um lugar para se tornarem dispersos e se confundirem com as identidades dos cidadãos. Este processo articula o privado e o público; o elitizado e o popular; o *mainstream* e o alternativo; a orla, o centro e o subúrbio.

Sempre houve centros da vida noturna na cidade do Rio de Janeiro: a Praça Tiradentes entre 1840 e 1910; a Lapa e a Cinelândia entre 1910 e 1940; Copacabana entre 1940 e 1980; e de novo a Lapa desde 1990. O que muda significativamente é a popularização da noite que hoje recobre todos os lugares da cidade com novas formas de diversão. As práticas sociais, as iniciativas de empresários da noite, o processo histórico de ocupação urbana do município, as políticas urbanas e os projetos urbanos são algumas pistas da evolução deste processo.

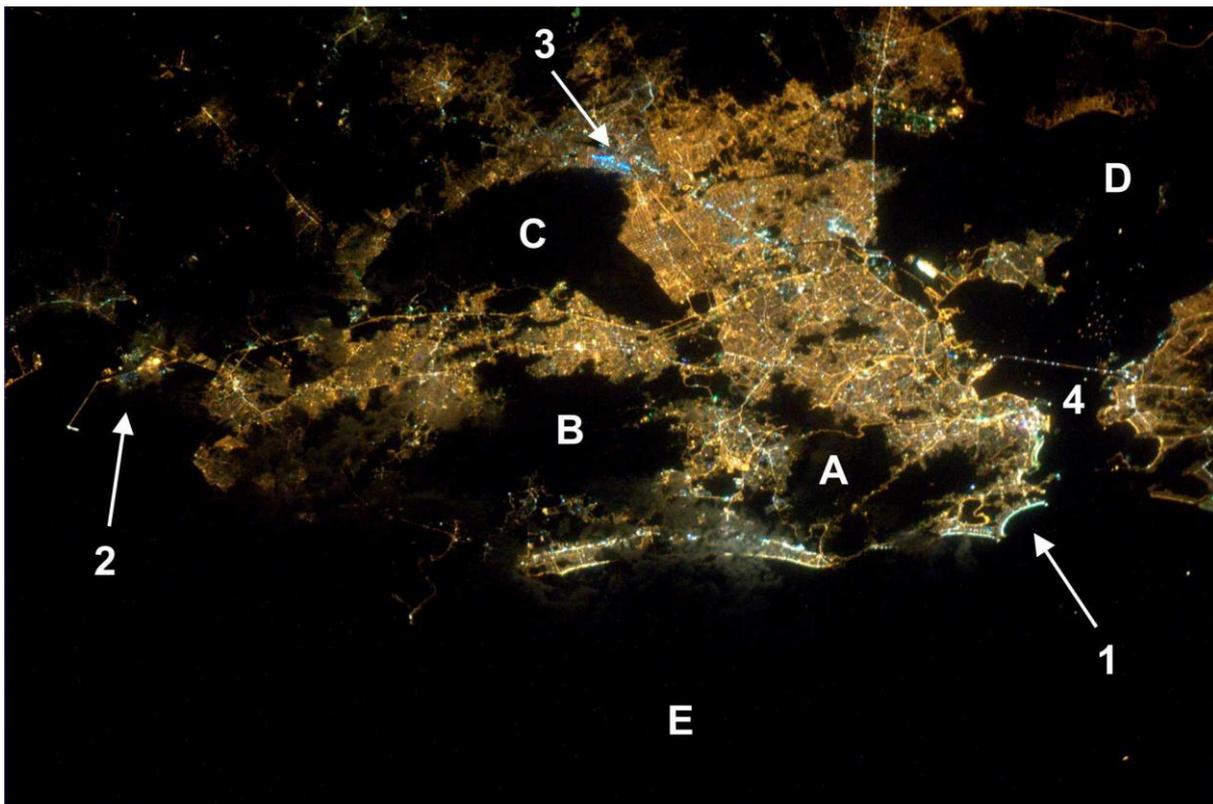
## Os planos urbanos para a noite carioca

A história do processo de gestão da noite carioca possui uma estreita relação com o desenvolvimento de medidas para iluminar artificialmente a cidade, ordenar as práticas sociais e estimular o uso noturno da cidade. O desenvolvimento desse processo pode ser observado na atualidade a partir dos planos, projetos e legislações criados para gerir a cidade durante o período noturno. Ao mesmo tempo, as ações de planejamento e gestão da noite se combinam com a própria estrutura urbana, o que permite que a morfologia seja visível durante a noite e as práticas sociais incorporadas na vida da cidade. No espaço urbano notamos o papel do passado nas marcas deixadas na paisagem.

Podemos observar as marcas desse planejamento a partir de uma fotografia aérea da região metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 15), na qual os contornos delimitam a área urbana

metropolitana e os desenhos o ordenamento interno. Essa ordem urbana pode ser vislumbrada pelas linhas que sinalizam a expansão do urbano a partir das principais estradas (Avenida Brasil, a Via Dutra, a Linha Amarela, a Linha Vermelha e a Ponte Rio-Niterói). Elas apontam a extrapolação do urbano para além dos limites municipais, dirigem o nosso olhar para as futuras áreas de ocupação e guiam nossa percepção em direção aos limites estabelecidos entre a ocupação urbana e as áreas naturais.

A configuração da malha urbana, extraída da observação da imagem noturna da cidade, parece também delinear os conteúdos dos processos de gestão urbana do passado. Ao observá-la tendo em conta as ações realizadas no passado, entendemos a importância da luminosidade para a vida urbana e as funções da iluminação artificial para a segurança, o ordenamento e a economia da cidade. Na escala urbana a iluminação artificial adquire um papel crucial também para o zoneamento, a organização das atividades e o embelezamento. Sua descrição nos permite entrever as fases de ocupação e os caminhos futuros para a evolução urbana. Nesse sentido, olhamos as ações atuais em relação ao passado. Buscamos compreender a paisagem noturna carioca de hoje com a preocupação de olhar o papel de ações do passado como fontes de entendimento da organização noturna atual.



Fotografia aérea da área da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro.  
A- Maciço da Tijuca; B- Maciço da Pedra Branca; C- Maciço do Gericinó; D- Baía de Guanabara; E- Oceano Atlântico;  
1- Praia de Copacabana; 2- Porto de Itaguai; 3- Rodovia Presidente Dutra (altura de Nova Iguaçu); 4- Ponte Rio-Niterói.  
Fonte: International Space Station, NASA, 2014.

Figura 15: Fotografia aérea da região da Baía de Guanabara, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: International Space Station - National Aeronautics and Space Administration, 2014.

## O planejamento da noite em seu estágio preliminar

A ideia de se pensar a noite dentro de um plano estratégico para a cidade é muito recente e está vinculada ao surgimento de uma linha de atuação no urbanismo, que ocorreu na década de 1980, e que teve repercussões no planejamento urbano. A ideia de um urbanismo luminoso surgiu nesse contexto, especialmente para as cidades europeias. Como já falamos anteriormente, o modelo francês de *urbanisme lumière* teve grande repercussão ao repensar o papel da luminosidade na paisagem noturna urbana. Este modelo teve relativo sucesso, especialmente com a idealização de planos diretores de iluminação artificial e zoneamentos noturnos.

Na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de urbanismo luminoso foi adotado pela prefeitura nas gestões de Cesar Maia (1993-1996) e Luiz Paulo Conde (1997-2000), através da empresa responsável pela manutenção do sistema de iluminação pública carioca, a Rio Luz (MIGUEZ,

2001). Durante este período, o arquiteto José Canosa Miguez assumiu a diretoria de projetos da Rio Luz, sendo diretamente influenciado pelas novas ideias surgidas do urbanismo luminoso de Roger Narboni. Os manuais, as diretrizes e as pesquisas realizadas neste período ainda são as bases para os projetos atuais da prefeitura, incorporando parte do modelo francês de gestão da noite urbana no atual governo de Eduardo Paes (2009-2016).

Ainda que não possamos encerrar a ideia de gestão da cidade às atividades do governo local, estas medidas possuem, em geral, maior abrangência e fornecem alguns indicadores necessários para a composição da paisagem noturna. A década de 1990 parece ser, em virtude disso, um novo momento no qual a noite começa a participar da vida global da cidade de forma mais clara a partir de planos, leis e projetos. Da mesma forma, a noite na cidade passou a ter maior visibilidade na promoção da urbe carioca como centro de entretenimento. Esse momento, no qual a noite passou a figurar mais intensamente na política urbana, tanto quantitativa quanto qualitativamente<sup>32</sup>, parece iniciar um novo ciclo para a gestão da noite carioca.

Em um primeiro momento podemos sugerir que a iluminação pública ganhou espaço nos planos, sendo vinculada especialmente às ideias de infraestrutura, junto com outros elementos importantes, como o saneamento, a drenagem, o abastecimento de água, a segurança e a cobertura asfáltica, sendo um mecanismo vinculado à ideia de desenvolvimento urbano. A iluminação aparece assim como um dentre tantos outros elementos que deveriam constar nos projetos de urbanização para a cidade. A revisão dos planos para a cidade do Rio de Janeiro nos forneceu uma repetida confirmação dessa afirmação.

O contexto político parece também ter sido fundamental para a abertura e o estreitamento do debate sobre as intervenções urbanas, especialmente pelo novo peso atribuído às municipalidades. A aprovação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, foi um marco na história da democracia no país e afetou diretamente o papel do poder público local na definição dos parâmetros urbanos e fundiários. Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, dedicados à política urbana, são especialmente importantes para a definição de uma forma de gestão do espaço urbano após a década de 1990, pois atribuem à municipalidade o papel de desenvolver

<sup>32</sup> Veremos ao longo do capítulo que novas diretrizes nas escalas nacional e municipal foram criadas a partir dos anos 1990 com o intuito de inserir a noite nos planos e projetos para a urbe carioca, algo que pareceu fragmentado nas propostas anteriores, como vimos no capítulo anterior. Além disso, o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 inaugura também novos modelos de urbanismo que procuram pensar a noite como parte do planejamento das cidades, incluindo, por exemplo, um zoneamento noturno.

a política urbana e garantir o bem-estar da população através do estímulo às funções sociais da cidade:

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Em virtude das mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988, os municípios com mais de vinte mil habitantes foram obrigados a discutir um plano global para os seus territórios, incluindo o debate com a sociedade. Inicialmente, os planos diretores foram promovidos em caráter limitado, seguindo uma visão mais tradicional do modelo modernista de zoneamento urbano, revelando ainda o despreparo em relação aos novos parâmetros construídos pela Constituição (FELDMAN, 2011).

Os planos de governo dos dois primeiros períodos da administração do prefeito Cesar Maia são indicadores da repetição do modelo anterior, com a definição de regiões de desenvolvimento e a criação de setores de planejamento voltados para a confecção de um zoneamento urbano baseado nas funções sociais de áreas da cidade.

A reprodução de um modelo modernista não teve, no entanto, profundas repercussões no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992<sup>33</sup>, o qual é constituído por medidas de ajuste para o planejamento da cidade, com demandas específicas para a pesquisa, o ordenamento e a consecução de obras no espaço urbano. O artigo décimo é ilustrativo das etapas do planejamento e aponta a centralidade dos estudos e da definição dos limites de uso e ocupação do solo para o ordenamento urbano:

Art. 10: Leis específicas estabelecerão normas gerais e de detalhamento do planejamento urbano relativas às seguintes matérias, observadas as diretrizes fixadas nesta Lei.

<sup>33</sup> O Plano Diretor Municipal foi aprovado ainda na gestão do prefeito Marcello Alencar, mas seus desdobramentos repercutiram com maior intensidade nas gestões seguintes de Cesar Maia e Luiz Paulo Conde.

Complementar:

I – parcelamento do solo urbano;

II – uso e ocupação do solo;

III- zoneamento e perímetro urbano;

IV- obras de construções e edificações;

V- licenciamento e fiscalização de obras e edificações;

VI- licenciamento e fiscalização de atividades econômicas e posturas municipais;

VII- regulamento do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;

VIII – Plano Municipal Integrado de Transportes e regulamento do sistema de transporte público de passageiros.

De forma bastante geral, o Plano Diretor se tornou um instrumento de ordenamento urbano, com grande preocupação em relação ao crescimento e à expansão da cidade. Sua orientação deu grande peso ao problema da infraestrutura urbana, o que possui estreita relação com melhorias na qualidade de vida da população carioca em diversos níveis, incluindo, nesse caso, a iluminação pública.

No Plano Diretor carioca a questão da vida noturna fica praticamente subsumida dentro de um planejamento global da cidade, estabelecendo apenas em alguns momentos o papel da iluminação pública segundo as áreas de planejamento da cidade. Assim, será através do problema da infraestrutura luminosa que o poder local abordará a vida noturna. A iluminação, por exemplo, é mencionada em cinco momentos dentro do Plano Diretor:

- 1) Como parte dos equipamentos urbanos a serem instalados para a recuperação da área da Cidade Nova (Art. 62-II);
- 2) Como estrutura de valorização turística da área da Baía de Sepetiba (Art.71- § 1º);
- 3) Como parte do índice urbanístico para edificações (Art.108- § 3º);
- 4) Como mecanismo de complementação à urbanização (Art. 152- § 3º);
- 5) E, por fim, para o “estabelecimento de critérios para implantação e melhoria dos serviços de iluminação pública, considerando-se a hierarquia das vias, a população beneficiada e a precariedade dos equipamentos instalados” (Art. 189-X).

Em nenhum dos casos, entretanto, há qualquer detalhamento ou mesmo caracterização do papel da iluminação para as áreas consideradas, o que é condizente com o modelo mais geral de apresentação das diretrizes no Plano Diretor. Cabe dizer que apesar de ter tido um tratamento secundário, a iluminação torna-se nessa época um mecanismo para a gestão da infraestrutura urbana, algo relegado, ou aos agentes de policiamento, ou aos agentes privados em contratos com o Estado.

A aproximação do governo local de um planejamento noturno se deu mais propriamente através do Plano Diretor de Iluminação Pública. Este Plano, criado em 1993, buscou seguir alguns dos princípios do Plano Diretor Municipal, especialmente no que se refere a um planejamento regional, especificando medidas a serem tomadas em toda a cidade, e em busca da redução das disparidades de oferta dos serviços. O Plano Diretor de Iluminação Pública se tornou o instrumento responsável pela organização espacial da cidade para o período noturno através do estabelecimento de metas centrais:

- a) Iluminar todos os logradouros habitados da cidade;
- b) Adequar a iluminação às funções urbanas dos logradouros;
- c) Reduzir o consumo de energia;
- d) Reduzir os custos de operação e de manutenção.

Tais metas visavam alcançar também alguns objetivos mais gerais, como a promoção de conforto e segurança para as atividades noturnas; a distribuição espacial mais justa dos investimentos; e a expansão da área de cobertura do sistema em toda a cidade. Para se alcançar tais objetivos, foram criadas estratégias de atuação como, por exemplo, a padronização dos serviços, dos equipamentos, dos materiais empregados e o treinamento de pessoal dentro de uma modelo de gestão considerado “moderno”, que deveria ser implantado com a consolidação da Rio Luz como autarquia responsável pela iluminação pública do município<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Em 1960, com a transferência da capital do Estado Brasileiro para Brasília, o DNIG é transformado em Coordenação dos Serviços de Energia Elétrica (CEE), o qual foi novamente alterado para Comissão Municipal de Energia (CME) em 1975 com a fusão do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro. A partir do decreto nº 9553, de agosto de 1990, no qual é criada a Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RioLuz, esta assumiu as reponsabilidades das autarquias anteriores e ainda absorveu o papel que a Light possuía na construção de postes e de manutenção da rede.

A criação da Rio Luz se estabeleceu através de um discurso tecnológico relacionado aos materiais e também à gestão, com a adoção de modelos modernos, atuação na escala humana, mas com visão em escala regional, criação de uma *expertise* local e a definição de um plano de metas. Neste caso, através do Plano Diretor de Iluminação Pública, o governo local tentou, pela primeira vez, criar uma geografia da iluminação artificial do Rio de Janeiro, especialmente ao criar um diagnóstico da dispersão da iluminação pública na cidade (Figura 16).

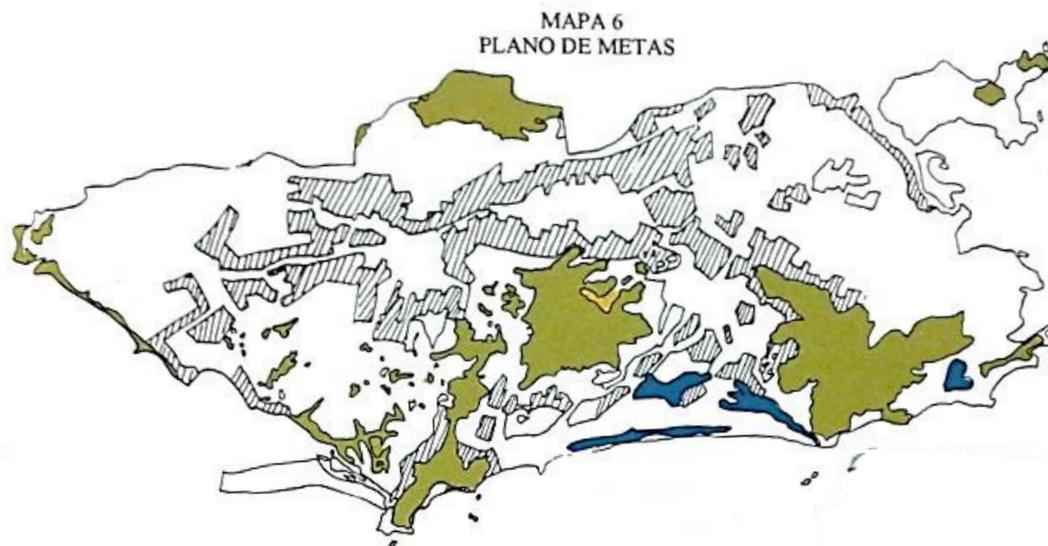


Figura 16: Plano de metas da Rio Luz. As áreas hachuradas seriam prioridades para as intervenções da Rio Luz. Fonte: Rio Luz: Plano Diretor de Iluminação Pública, 1993, p. 33.

Uma das primeiras ações da Rio Luz foi o levantamento de um quadro da distribuição da iluminação pública em toda a cidade do Rio de Janeiro. O resultado desse levantamento estabeleceu os parâmetros de atuação da empresa para os dez anos seguintes (1993-2002), quando um novo Plano Diretor deveria ter sido criado. Dentre os resultados, se destaca a desigual distribuição espacial do serviço de iluminação pública da cidade. As áreas de expansão urbana acelerada – áreas de planejamento 4 e 5, Zona Oeste – sofriam com a carência de equipamentos de iluminação nos seus principais bairros. Bairros como Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Guaratiba tinham até 1993 menos de 50% de seus logradouros cobertos por iluminação pública.

A área da atual região administrativa da Barra da Tijuca, no entanto, recebeu grande investimento em infraestrutura urbana ao longo dos anos 1980, o que reduziria a sua demanda para a década seguinte, segundo as estimativas do plano de 1993. A Zona Norte também

receberia atenção especial no Plano, muito em razão da decadência e da falta de manutenção da iluminação pública nos subúrbios. Estas duas áreas deveriam estar sob o foco dos investimentos entre 1993 e 2003, concentrando cerca de 70% do capital investido pela Rio Luz (Figura 16).

No entanto, durante os últimos vinte anos, houve um incremento populacional na Zona Oeste da cidade que superou as estimativas traçadas pelos criadores do Plano Diretor de Iluminação Pública do município. Entre 1991 e 2000 a população da área de planejamento 4 (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e outros bairros) cresceu de 525 mil para 682 mil habitantes; enquanto que a população da área de planejamento 5 (Campo Grande, Santa Cruz e outros bairros) aumentou de 1.290 mil para 1.550 mil habitantes; entre 2000 e 2010 a AP4 viu a sua população chegar a mais de 900 mil habitantes e a AP5 a mais de 1.700 mil habitantes (Figura 17). Em resumo, em toda região cerca de 800 mil pessoas passaram a ocupar novos logradouros ou antigas áreas em pouco menos de vinte anos.

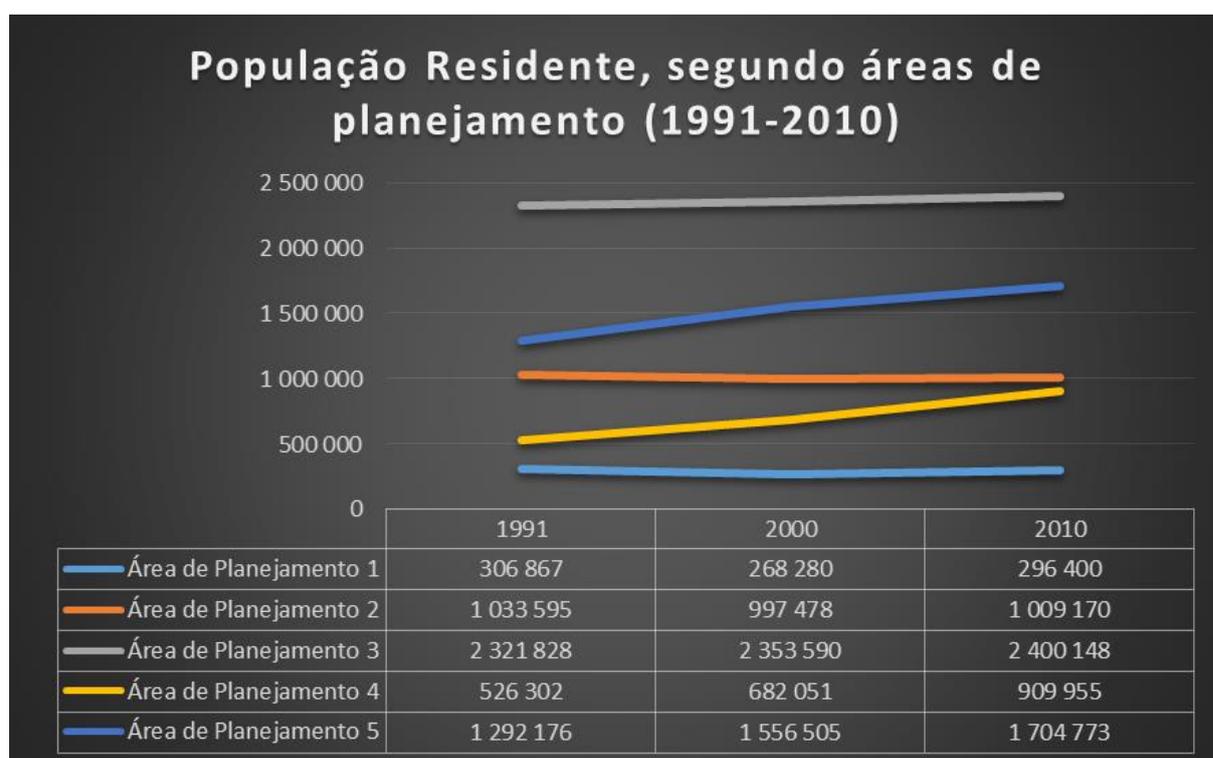


Figura 17: População residente segundo áreas de planejamento entre os anos de 1991 e 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ).

A ampliação da demanda certamente teve impacto na qualidade do serviço e deve ter gerado ao mesmo tempo uma expansão do problema da iluminação para toda a cidade. Observada a expansão urbana e os processos espaciais resultantes dessa expansão, atuaria o governo local

como um agente importante, não somente na iluminação da paisagem do Rio de Janeiro, mas como promotor da vida noturna, ao mesmo tempo, promovendo novos lugares de sociabilidade e ordenando as práticas no espaço.

## O avanço do debate e o novo papel da noite nos planos da cidade

A partir de 2001, com o decreto do Estatuto da Cidade, algumas diretrizes para a gestão urbana são modificadas, algo alcançado a partir de um amplo debate nacional sobre os problemas endêmicos da expansão urbana e da desigual partição do território urbano (SOUZA, 2003). Alguns pontos do Estatuto da Cidade são fundamentais para compreender o novo papel que os planos diretores adquiriram na gestão da cidade: a) maior participação da população nos processos decisórios e gestão democrática da cidade; b) viabilização das operações urbanas consorciadas (intervenções coordenadas pelo poder público com a participação de proprietários e investidores privados); c) criação de estudo de impacto de vizinhança (EIV) – licenças de construção e operação; e d) centralidade do plano diretor na definição dos outros instrumentos de política urbana. Para o planejamento municipal os principais instrumentos seriam: o plano diretor; a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; o zoneamento ambiental; o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias e orçamento anual; a gestão orçamentária participativa; os planos, programas e projetos setoriais; e os planos de desenvolvimento econômico e social.

Todas as sugestões de mudanças anunciadas pelo Estatuto prometiam oferecer melhorias qualitativas para a gestão participativa da cidade. Muitas sugestões, no entanto, tiveram dificuldades para serem inseridas nos Planos Diretores e nas práticas estatais. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, dentre outras razões, houve um grande atraso na votação do Plano Diretor, o que ocorreu somente em 2011, em virtude do debate em relação às novas diretrizes trazidas pelo Estatuto da Cidade

O novo Plano Diretor propõe, dentre suas principais ideias, a gestão democrática, o desenvolvimento sustentável e a universalização do acesso aos bens urbanos. As preocupações com as qualidades paisagísticas da cidade também são realçadas e a preservação do patrimônio natural e cultural da cidade recebem destaque no plano:

§1º A ocupação urbana é condicionada à preservação dos maciços e morros; das florestas e demais áreas com cobertura vegetal; da orla marítima e sua vegetação de

restinga; dos corpos hídricos, complexos lagunares e suas faixas marginais; dos manguezais; dos marcos referenciais e da paisagem da Cidade.

§ 2º Todas as diretrizes, objetivos, instrumentos, políticas públicas, bem como suas metas e ações, no âmbito deste plano diretor, devem contemplar o entrecruzamento de forma matricial da variável ambiental e paisagística nos diversos processos de planejamento vinculados ao sistema integrado de planejamento e gestão urbana, objetivando garantir o desenvolvimento sustentável da Cidade.

§ 3º Entende-se por paisagem, a interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humanas.

§ 4º A paisagem da Cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso bem da Cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda.

§ 5º Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares.

O novo Plano Diretor foi diretamente influenciado pelas demandas do momento, como o projeto olímpico e a inclusão da cidade como patrimônio cultural da humanidade. Ainda que o Plano Diretor tenha a função de ser o instrumento orientador dos outros planos, encontramos, uma troca de funções, como em um jogo de espelhos no qual cada instrumento orienta a produção do outro, ou seja, os grandes projetos criaram novas demandas para o Plano. Alguns elementos foram discutidos como, por exemplo, a participação popular na discussão dos projetos, a preservação natural com desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, as medidas de contenção da ocupação de áreas etc.

Sobre a paisagem noturna, alguns avanços foram propostos, ainda que não claramente pensados como uma forma diferente de organização. Observamos que a proteção patrimonial e o incentivo ao turismo podem ser elementos passíveis de serem relacionados à vida noturna, assim como as diretrizes de estímulo a funções comerciais em certas áreas ou a instituição de Polos de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Sustentável – PADES, especialmente quando relacionados a espaços públicos.

Em relação à iluminação pública, notamos que o novo Plano Diretor apresentou um desenvolvimento importante da questão. O termo iluminação aparece relacionado a nove artigos do plano, sendo que um deles, o artigo 229, trata exclusivamente das ações relacionadas à iluminação pública. Neste caso, parece que a noite urbana começa a receber um tratamento diferenciado em relação ao interesse mais geral apresentado pelo plano sobre a cidade:

Art. 229. São ações estruturantes relativas à iluminação pública:

- I. ampliar a cobertura de atendimento, iluminando os pontos escuros da Cidade e eliminando a existência de ruas sem iluminação pública;
- II. implementar planos de manutenção corretiva e preventiva;
- III. elaborar o cadastro da rede de iluminação pública do Município;
- IV. auditar e monitorar periodicamente as concessionárias de distribuição de energia que atuam na Cidade;
- V. criar um programa para aprimorar a iluminação em pontos turísticos, monumentos, obras e edificações culturais e históricas;
- VI. estudar em conjunto com o órgão central do sistema de gestão ambiental, tipos de iluminação mais apropriados para Unidades de Conservação da Natureza, que utilizem espectros não impactantes para fauna.

Todos os quatro primeiros pontos do artigo não são, no entanto, novidades. O Plano Diretor de Iluminação Pública de 1993 já apresentava as mesmas preocupações. Contudo, os dois últimos pontos do artigo são novas visões sobre dois elementos centrais do novo Plano Diretor: a gestão do patrimônio e a gestão ambiental.

A iluminação é incorporada como elemento de valorização do conjunto paisagístico carioca, sendo um elemento de ambientação para a prática do turismo urbano. Ao mesmo tempo, os problemas da poluição luminosa são contemplados pela primeira vez, realçando um caráter muito recente das discussões em torno da iluminação artificial urbana. Assim, a qualidade, durabilidade, eficiência e impactos da iluminação passam a fazer parte do debate sobre onde e como os equipamentos serão instalados na cidade. Além disso, permanece o papel de infraestrutura urbana para a iluminação pública, sendo um elemento no processo de expansão urbana, especialmente nas Áreas de Planejamento 4 e 5, na Zona Oeste da cidade, lugares que representam os principais desafios para a expansão das atividades noturnas na cidade.

Dentro do mesmo contexto, uma comparação entre os dois planos estratégicos do governo municipal do prefeito Eduardo Paes mostrou uma mudança na forma e na intensidade com a qual se lida com o problema da iluminação. Nos dois casos o termo noite não aparece, mas o termo iluminação cresce substancialmente. As imagens noturnas também aparecem mais no novo plano do que no anterior, destacando a paisagem noturna como elemento que compõe o álbum de apresentação da cidade (Figura 18).

Os principais projetos de infraestrutura do novo plano estratégico possuem em alguma parte uma preocupação com a iluminação pública; enquanto que no plano anterior esta preocupação

era secundária, absorvendo poucos projetos de governo. No novo plano, inclusive, há uma parte exclusivamente dedicada à modernização da rede de iluminação pública, incluindo a proposta de criação de um plano diretor de iluminação pública para o ano de 2013 (ainda não lançado) e o investimento de 1.373 milhões de reais no setor até 2016. Parece que com isso, a atual gestão da prefeitura considera a iluminação um elemento estruturante de seus projetos, concedendo um lugar especial para sua análise.



A adoção de melhores práticas na administração pública foi um dos principais focos da Prefeitura do Rio no período de 2009 a 2012 e, como destacou o Prefeito, o lançamento do primeiro Plano Estratégico foi um marco importante. Para este novo período, de 2013 a 2016, busca-se um patamar ainda mais elevado, em termos de qualidade e eficiência, no planejamento e acompanhamento das metas e das iniciativas estratégicas da Prefeitura.

Para o desenvolvimento deste novo Plano contamos com o auxílio de uma renomada empresa global de consultoria estratégica, a McKinsey & Company, que acompanhou a equipe da Casa Civil da Prefeitura ao longo dos sete meses de trabalho. Entre setembro de 2011 e Março de 2012 as equipes da Prefeitura e da McKinsey cumpriram as atividades de uma metodologia comprovada de visão e planejamento, buscando elaborar propostas verdadeiramente ambiciosas para nossa cidade.

Não poupamos esforços e aproveitamos toda a experiência adquirida pela Administração nestes últimos 3 anos de execução do Plano Estratégico. Foram mais de 2.000 horas investidas em reuniões de trabalho com os gestores da Prefeitura, coleta e análise de informações de referência (benchmarks) em diversas capitais do País e do exterior, entrevistas com especialistas em serviços públicos, condução de quatro grandes oficinas de trabalho, envolvimento de mais de 100 servidores no diagnóstico e proposição de ações, realização de uma pesquisa popular com mais de 1.000 cidadãos cariocas e a estruturação do Conselho da Cidade, um fórum consultivo de alto nível.

Ao mesmo tempo, as informações coletadas pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) e o cumprimento de metas provenientes do bem-sucedido "Acordo de Resultados" proporcionaram um salto de qualidade no processo de planejamento.

A motivação demonstrada pelos atores e colaboradores neste trabalho aliada à robustez da metodologia empregada transmitiram forte confiança a todos. Podemos afirmar, mais uma vez, nossa inteira convicção no sucesso deste novo Plano.

PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA  
Chefe da Casa Civil e Coordenador Geral do Plano Estratégico

Plano Estratégico  
da Prefeitura do Rio de Janeiro

Figura 18: Imagens do Rio de Janeiro à noite passam a figurar na apresentação dos planos da cidade. Fonte: Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013-2016.

Com o novo Plano Diretor e as mudanças nos discursos sobre a noite e a iluminação artificial que vem ocorrendo desde o fim da década de 1970, nos parece que há uma evolução do debate e uma maior centralidade do tema para a gestão urbana. Além disso, a concentração da gestão da vida noturna nas mãos do governo local e a criação de especialistas em uma autarquia estatal parecem indicar que pela primeira vez há uma coordenação criada para manter um planejamento em longo prazo. Finalmente, a inclusão da iluminação artificial ao quadro da infraestrutura urbana nos permite afirmar que a partir dos Planos Diretores a cidade passou a ter uma diretriz para a organização da vida e da paisagem noturna.

## Os planos que tomam forma

Ainda que a exposição do tema da noite e da iluminação pública tenha tido alguma repercussão no passado, a sua inclusão nos planos da cidade é de certa maneira uma novidade. As ações do governo local promoveram mudanças na vida noturna, especialmente quando, a partir da redemocratização, o poder público municipal ganhou mais autonomia na alocação de recursos na cidade. Além disso, os planos diretores permitiram também que uma visão global do município fosse combinada com ações estratégicas em diferentes áreas da cidade. Duas grandes estratégias nortearam estas ações: a primeira esteve relacionada a novas formas de gestão da energia elétrica nas cidades e foi promovida pelo governo federal; a segunda dizia respeito à adoção de novos modelos de urbanismo noturno, encaminhados a partir de projetos urbanos, mas orientados pelo Plano Diretor de Iluminação Pública criado pela Rio Luz.

As ações do governo federal refletiriam de alguma maneira questões mais gerais criadas no contexto dos debates sobre o desenvolvimento sustentável e o uso racional da energia, os quais emergiram desde meados da década de 1970. A iluminação artificial antes vista como símbolo da modernidade e da genialidade humana passou a ser interpretada a partir da década de 1970 por ambientalistas e técnicos como um elemento poluidor do ambiente. A poluição luminosa começou a ser identificada com a decadência urbana, com a fragmentação dos ciclos naturais e como um elemento de ofuscamento do espetáculo celestial (BOGARD, 2008). Arquitetos, urbanistas e planejadores aos poucos assimilaram as críticas ao fetiche da luminosidade (a luz artificial deveria produzir a continuidade entre o dia e a noite). Os manuais de arquitetura e design luminoso passaram a dedicar uma parte inteiramente a este problema (ver, por exemplo, SANTEN, 2006). A eficiência luminosa deveria, ao mesmo tempo, evitar o desperdício de energia e limitar a influência da luz artificial nos ciclos da natureza (KIRSCHBAUM, 2006).

O governo brasileiro incorporou esta discussão ainda na década de 1980 através do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL)<sup>35</sup>. O Procel se filia a uma preocupação recorrente a partir da década de 1980 de melhoria na gestão da energia elétrica nacional, com a proteção dos recursos ambientais. Assim, novas formas de produção, consumo e de aparelhos eficientes deveriam garantir a redução dos gastos com a energia e o melhor aproveitamento dos

<sup>35</sup> Atualmente o programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energias e executado pelas secretarias das prefeituras municipais e dos governos estaduais. Os projetos aprovados contam com 75% de recursos providos pela Eletrobrás e 25% como contrapartida dos entes federativos.

recursos. Trata-se, na verdade, de um grande programa que inclui a gestão de prédios públicos, indústrias de máquinas e eletrodomésticos, de equipamentos, entre outros. O Procel Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes), criado em 2000, aliou-se a esses outros programas em busca da melhoria da eficiência dos serviços públicos ligados ao uso da energia elétrica, bem como a valorização noturna dos espaços públicos urbanos (PROCEL, 2005).

Havia a expectativa de que o programa gerasse mudanças significativas na paisagem e na vida noturna dos municípios filiados ao programa. Os benefícios esperados incluíam: a contribuição à segurança pública, especialmente nos aspectos relacionados à proteção da população urbana, à segurança do tráfego viário e à melhoria da qualidade de vida; a melhoria da imagem das cidades e das condições noturnas de uso dos espaços públicos, em atividades de turismo, comércio, esporte e lazer; a melhoria da qualidade da iluminação pública; e a iluminação de obras e monumentos de valor artísticos, cultural e ambiental, bem como de praias públicas de grande circulação, associando a luz a um processo educativo de valorização de bens referenciais para o município e a comunidade.

No caso do Rio de Janeiro, o Procel Reluz foi um importante veículo para a redução dos custos e aceleração do cumprimento das metas estipuladas pela Rio Luz em 1993. Com o investimento de cerca de 75% do valor total dos projetos, a Eletrobrás desonerou os custos para o governo local e promoveu o equilíbrio das contas da Rio Luz entre 2000 e 2008. Soma-se a isso o crescimento do espaço urbano da cidade para as Áreas de Planejamento 4 e 5, multiplicando o número de logradouros públicos e, conseqüentemente, a demanda por pontos de luz (Figura 19). O Procel Reluz conseguiu atingir sua principal meta, melhorando a eficiência energética através da adoção de materiais modernos na iluminação pública (Figura 20).

Em segundo lugar, os projetos urbanos foram, em boa medida, a maneira pela qual o poder público e a sociedade local abordaram o problema da expansão urbana e da crise econômica na cidade. Durante a década de noventa os projetos urbanos receberam uma grande acolhida pelas municipalidades em detrimento dos grandes planos que orientaram a política precedente de reformas urbanas. Ainda que tenham sido questionados pela falta de uma visão mais articulada de cidade e sejam vistos como instrumentos complementários, conjuntamente com os planos de ordenamento, os planos diretores e os planos para áreas especiais, os projetos urbanos podem articular demandas políticas, incorporando os interesses ao longo de um processo (PINSON, 1999).

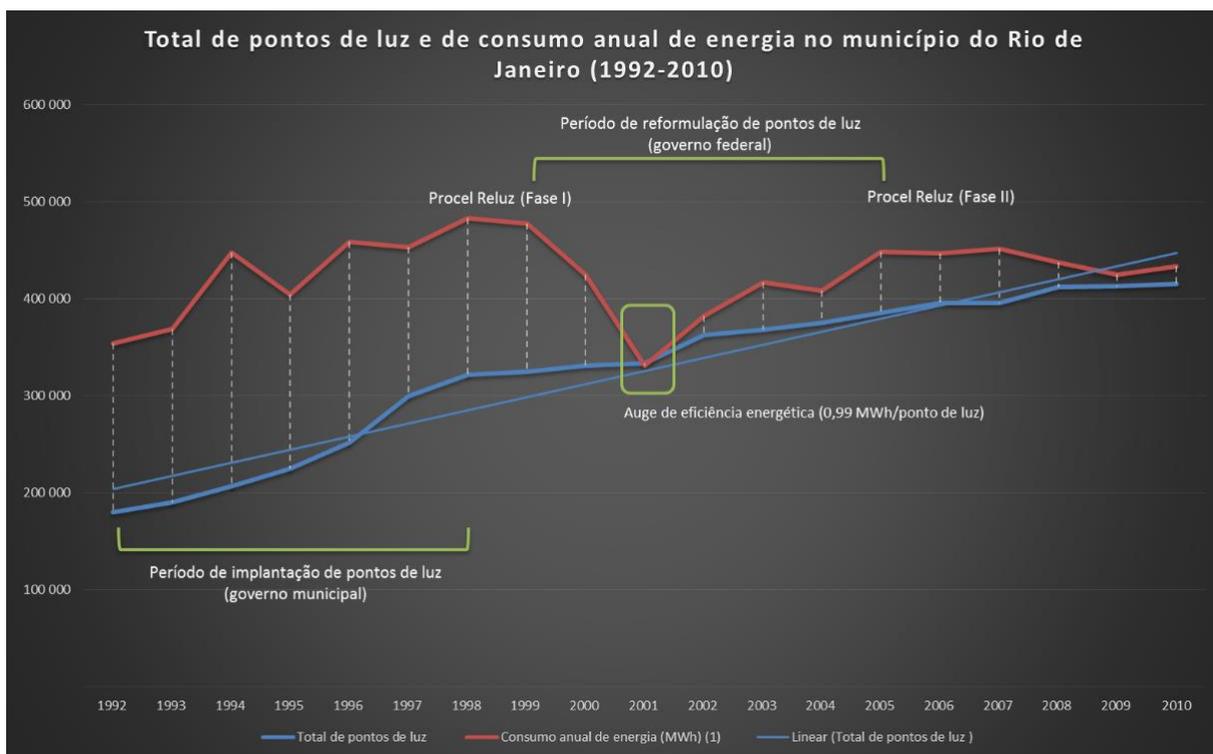


Figura 19: Gráfico de correlação entre número de pontos de luz e total de consumo de energia elétrica no município do Rio de Janeiro entre os anos de 1992 e 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ).

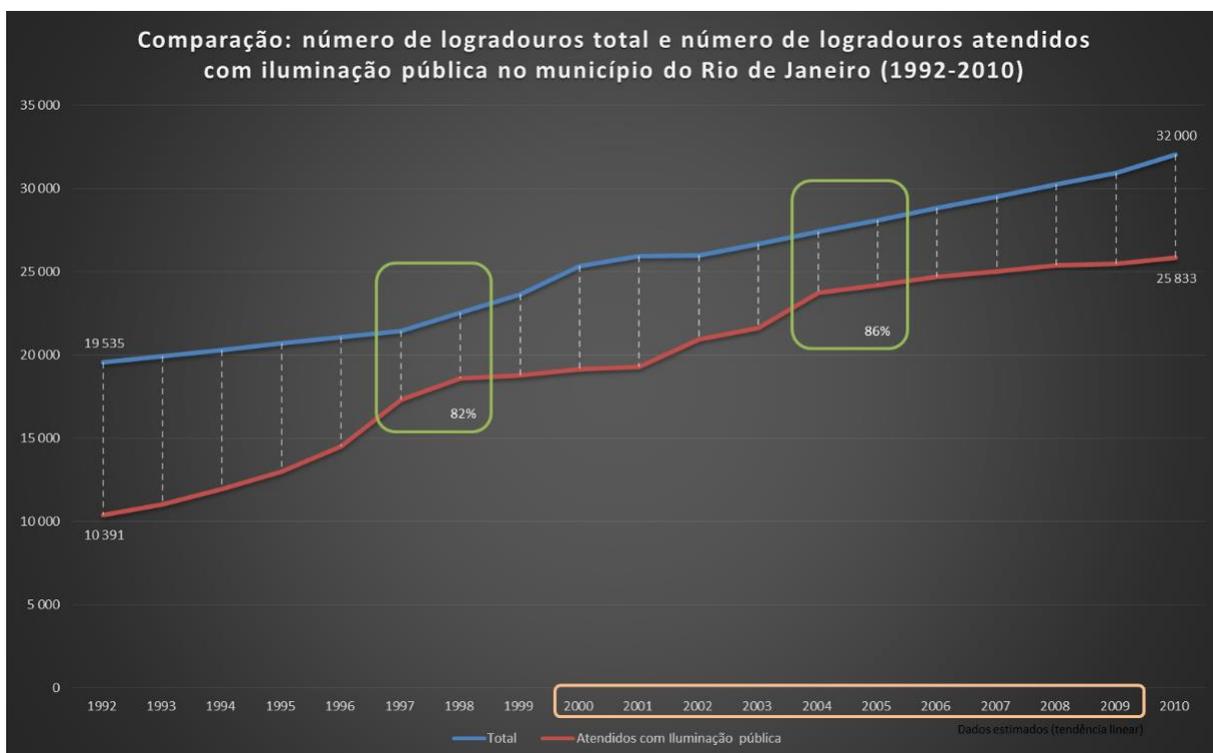


Figura 20: Gráfico comparativo entre o número de logradouros total e os atendidos por iluminação pública entre 1992 e 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ).

Desde o início da década de 1990, o uso dos espaços públicos durante a noite tem sido um tema que percorre os projetos e as plantas das intervenções na cidade. Ainda que não tenha sido uma revolução em termos de inovação no planejamento da noite, os novos projetos construíam a ideia de crise (urbana, econômica, social) como argumento para a readequação dos usos noturnos. Neste sentido, os projetos urbanos e as diretrizes de intervenção no espaço público são de alguma forma novas formas de ver a cidade, sua paisagem e suas práticas ligadas ao noturno.

Boa parte das melhorias na iluminação pública da cidade foi conquistada a partir desses projetos. O diagnóstico presente no Plano Diretor de Iluminação Pública de 1993 demonstrou que a decadência da iluminação pública era um problema desde a década de 1960. Não só estava o município pouco iluminado, como também desigualmente se distribuíam as luzes da cidade, problemas que como vimos repercutiram na vida social noturna da cidade (MENDONÇA, 2004). Projetos urbanos foram a primeira solução para afinar os objetivos da Rio Luz com os interesses da Prefeitura Municipal.

Nas ruas e calçadas, de áreas comerciais, em bairros com ocupação consolidada e renovados pelo programa Rio Cidade, por exemplo, foram criadas iniciativas para resolver o problema das noites através da instalação de postes e de material iluminante novo (Figura 21), produzido pela empresa Rio Luz e seguindo um rígido modelo de construção e de manutenção que deveria ser garantido pela municipalidade (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1993).

Para as áreas de expansão da cidade e para as áreas residenciais dos bairros com ocupação consolidada optou-se pelo uso mais tradicional dos postes de energia da empresa LIGHT S.A., com a instalação de braços com luminárias nas pontas (Figura 22) e incorporados aos projetos de reurbanização que foram criados pela prefeitura da cidade (MIGUEZ, 2001). Nas principais avenidas e ruas da cidade, especialmente em áreas de grande fluxo de veículos, foram adotadas luminárias tipo pétala, com lâmpadas de vapor de sódio mais potentes (Figura 24).

Em espaços públicos e áreas livres como, por exemplo, praças, jardins e parques optou-se pelo uso misto de luminárias comuns, luminárias decorativas e projetores. Monumentos e fachadas ficariam a cargo dos projetos especiais elaborados pela prefeitura e pelos proprietários particulares (Figura 25). Finalmente, nas praias haveria um novo padrão de iluminação, se aproveitando das mudanças recentes decorrentes do projeto Rio Orla, integrando o uso de projetores sobre a faixa de areia ao uso de luminárias para os calçadões (Figura 23). Em boa

parte dos casos o estímulo à vida noturna e à utilização dos espaços públicos foram reforçados pela criação de projetos que valorizaram os centros de bairro como locais comerciais e as áreas residenciais como áreas nas quais a iluminação possuía função de segurança e orientação.

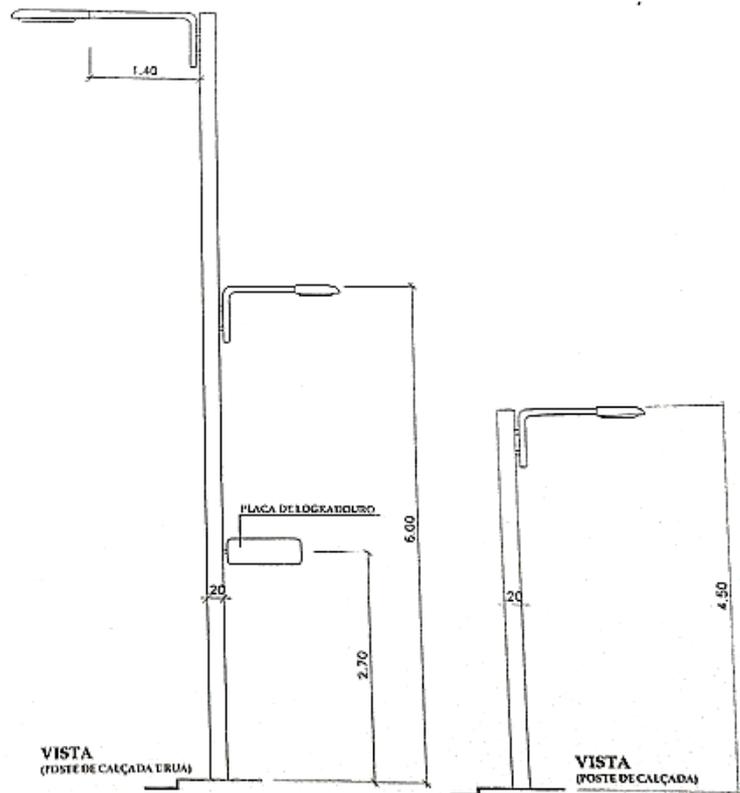


Figura 21: Modelos de postes do Programa Rio Cidade para os bairros de Bonsucesso, Madureira, Tijuca e Botafogo. Fonte: Manual de Orientação de Projetos: IplanRio, 1997.



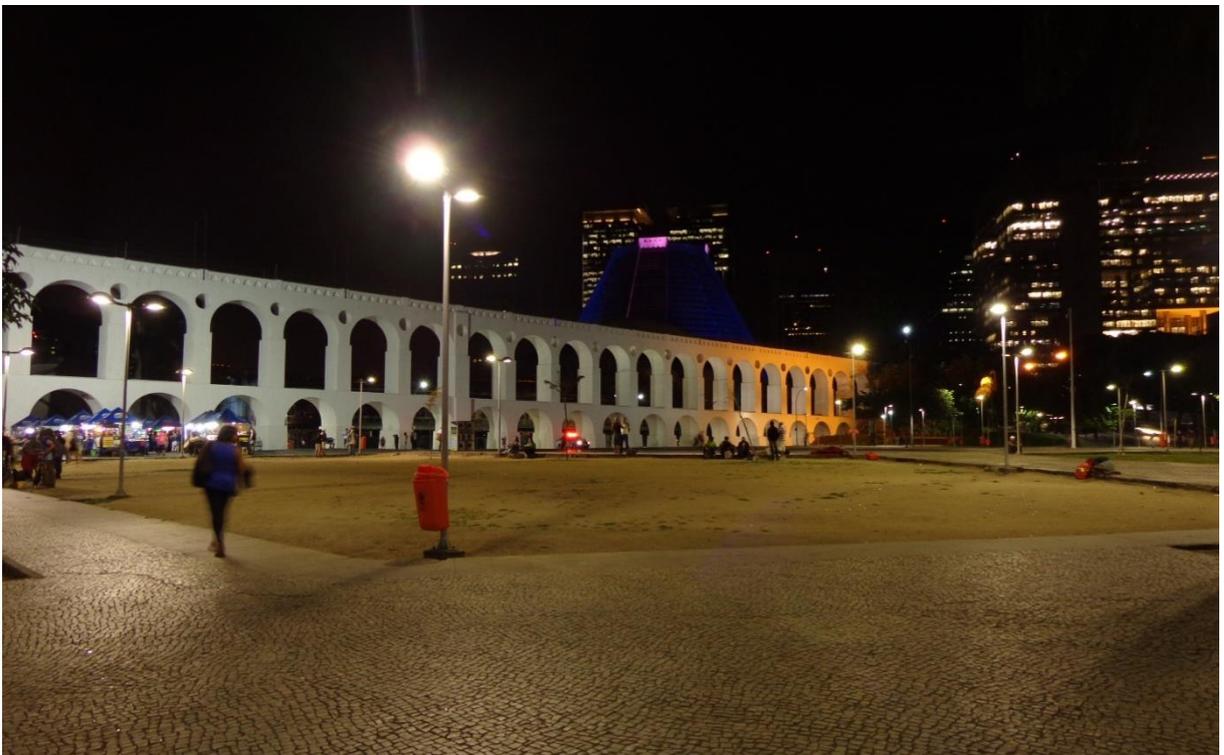
Figura 22: Vista parcial de uma rua no bairro de Guadalupe, Zona Norte do Rio de Janeiro. Neste caso, os postes tradicionais sustentam a fiação elétrica e os braços de iluminação pública. Fonte: Marcos Góis, 2014.



Figura 23: Vista da Praia da Barra da Tijuca, próximo à Praça do Ó, Zona Oeste. Nota-se a reforma do calçadão, a faixa da ciclovia, os quiosques e o novo posteamento instalados no quadro do projeto Rio Orla. Fonte: Marcos Góis, 2013.



*Figura 24: Vista da Avenida República do Chile, bairro do Centro. As luminárias tipo pétala foram soluções comuns para as grandes avenidas. Fonte: Marcos Góis, 2011.*



*Figura 25: Vista dos Arcos da Lapa, Centro. Em primeiro plano as novas luzes da praça e a iluminação dos Arcos, criados no projeto Lapa Legal. Ao fundo, a iluminação cênica da Catedral Metropolitana. Fonte: Marcos Góis, 2014.*

De todo modo, as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos promoveram um zoneamento noturno da cidade, no qual os centros comerciais tiveram seus equipamentos de iluminação e mobiliário urbano recriados segundo um aparato técnico e discursivo que incorporou a ideia de modernização. Novos padrões também foram adotados com a reurbanização das favelas, no programa Favela Bairro. Ainda assim, o consumo de energia e a distribuição dos pontos de luz continuam concentrados na AP1 – Centro, em virtude da concentração de equipamentos públicos, instituições do terceiro setor e áreas patrimoniais. Nas outras áreas da cidade prevalece a concentração da luminosidade em polos gastronômicos e clusters de lazer e entretenimento (Figura 26).

A sensibilidade da população em relação ao problema da iluminação pública também ajuda a reforçar a ideia de uma distribuição desequilibrada do serviço. Em pesquisa realizada em 2011 pela organização “Rio Como Vamos” notou-se que 46% da população considerou que houve melhora nos serviços de iluminação pública, sendo que esta percepção foi mais comum entre os entrevistados que moram na Barra da Tijuca e na Zona Sul, áreas nobres da cidade.

Em pesquisa realizada no ano de 2012, também pela organização “Rio Como Vamos”, a preocupação com a melhoria da iluminação pública foi considerada, junto com o aumento do policiamento, o principal serviço a ser melhorado na vizinhança. Os moradores das Áreas de Planejamento 3 e 5 (Zona Norte e Zona Oeste, respectivamente) foram aqueles mais descontentes com a qualidade da iluminação em suas ruas, citando o problema em 50% e 56% dos casos, respectivamente. Para a AP-5, Zona Oeste, a iluminação pública seria, inclusive, o maior problema relacionado ao ambiente urbano da vizinhança. Em 2013, a pesquisa da organização “Rio Como Vamos” ainda situou a falta de iluminação pública como um dos principais problemas relacionados à segurança, com números expressivos nas AP-3 e 5 e um crescimento desta preocupação também na AP-1 (Centro).

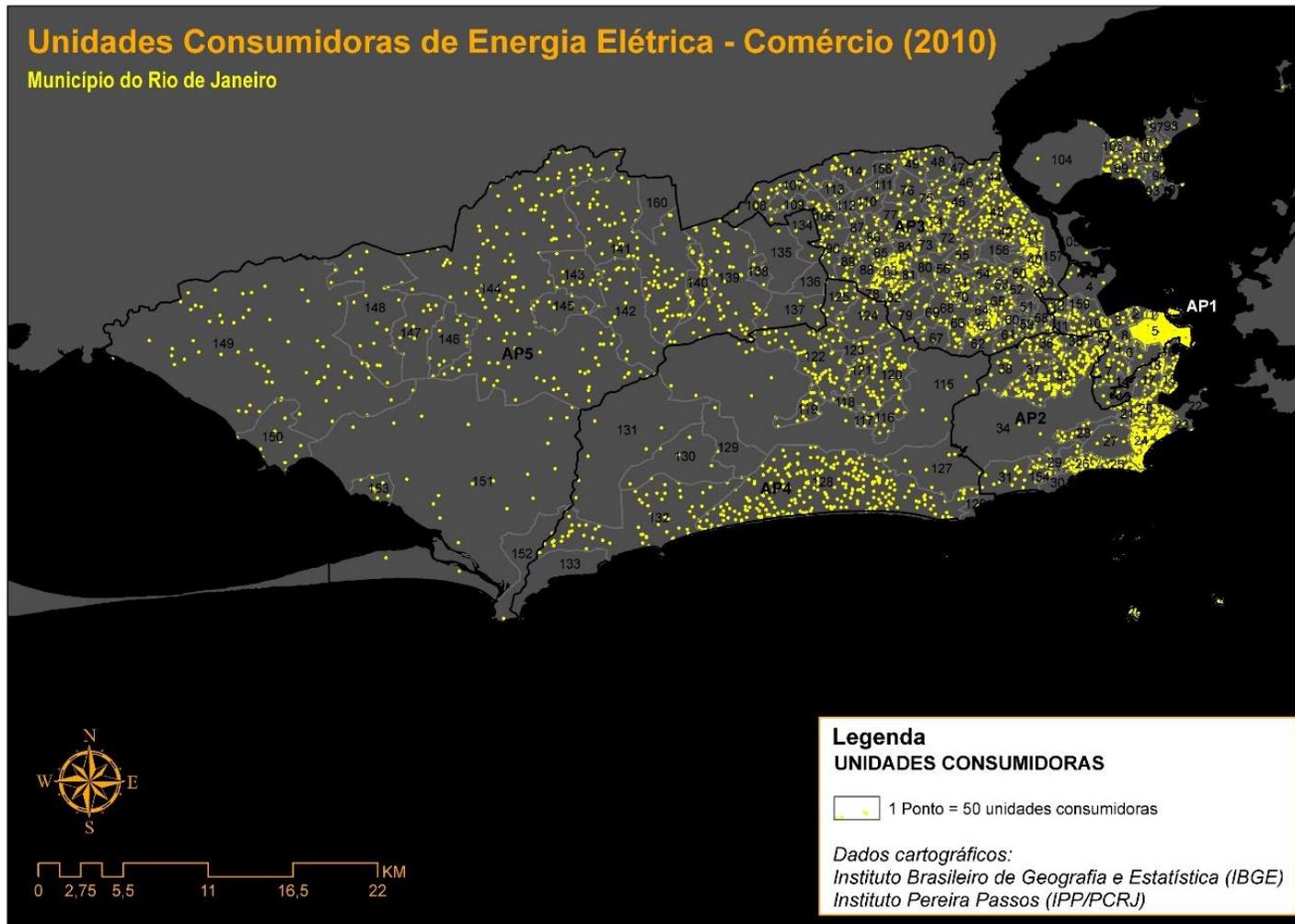


Figura 26: Concentração de unidades consumidoras de energia elétrica no município do Rio de Janeiro para o ano de 2010. Note-se a grande concentração no bairro do Centro. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ).

Não há dados suficientes que nos permitam relacionar as ações e as percepções sobre a iluminação pública com o uso dos espaços públicos. Contudo, a concentração de ações e a melhor percepção sobre o serviço nas Áreas de Planejamento 1, 2 e 4 (Centro, Zona Sul e Barra da Tijuca, respectivamente) indicam que nestas áreas o espaço público tende a ter maior visibilidade, em razão principalmente da criação de dispositivos visuais como holofotes, sinalizações e projetores. Enquanto que os espaços públicos das Áreas de Planejamento 3 e 5 (Zona Norte e Zona Oeste, respectivamente) tendem a possuir menor visibilidade noturna, ainda que conceitos e materiais modernos de iluminação tenham sido instalados nos últimos vinte anos.

Em todo caso, a relação entre estabelecimentos de lazer e cultura e uso do espaço público parece ter se fortalecido, especialmente se compararmos com os dados do Plano Diretor de Iluminação Pública de 1993. Esta dispersão espacial da iluminação urbana encontra também razões locais nos espaços públicos e na intersecção com os espaços de lazer privados: no Centro pelo uso das casas de show e de bares; no Subúrbio e no interior dos bairros da Zona Sul pela apropriação dos espaços públicos pelos usuários de bares, restaurantes, barracas e trailers. E na faixa litorânea pelo uso esportivo e gastronômico à beira-mar.

Ainda que de forma bastante esquemática, gostaríamos de destacar que a discussão e a exibição da paisagem noturna da cidade deixaram de constar apenas nos manuais e trabalhos internos das secretarias para se tornarem objetos públicos de ordenação e de divulgação da cidade. A noite tornou-se mais um entre tantos temas de discussão pública da política urbana, o que afetou a forma de pensar e de gerir a cidade em algum sentido<sup>36</sup>. Além disso, a mudança nas formas de atuação do governo local influenciou de alguma maneira as práticas sociais dos cidadãos e, conseqüentemente, a morfologia da paisagem. A organização visual da paisagem noturna carioca é, em parte, o resultado não acabado destas intervenções, mesclando a funcionalidade das ações dos agentes públicos e a especificidade das ações de agentes privados. A visibilidade da cidade se exhibe, assim, segundo a intervenção provisória desses agentes, o que veremos em outras níveis de observação nos capítulos a seguir.

<sup>36</sup> Isto não quer dizer que ignoramos o papel dos agentes públicos nos períodos anteriores no planejamento da noite carioca, mas, seguramente, os papéis adotados a partir dos anos 1990 se ampliaram, indo bem além de somente iluminar para garantir a segurança dos cidadãos.

## Capítulo 6:

# Processos sócio-espaciais e projetos para a vida noturna carioca

A intenção presente neste capítulo é observar os processos sócio-espaciais, suas características morfológicas, políticas e sociais, no intuito de compreender as formas de estruturação das práticas ligadas ao noturno e as negociações decorrentes das interações entre os agentes sociais. Para isso analisaremos as ações dos agentes a partir dos projetos urbanos, aqui entendidos como mecanismos de debate entre o Estado e outros agentes sociais.

Neste sentido, admitimos que os processos sócio-espaciais adquirem importante visibilidade para as políticas oficiais e também para os agentes privados. Para os primeiros, é importante notar a cidade como um todo no qual as potencialidades econômicas devem ser exploradas para gerar sustentabilidade econômica do meio urbano. Para os outros, a lógica locacional é fundamental para adquirir vantagens competitivas, incluindo a busca por amenidades em outros lugares, como, por exemplo, preços de imóveis mais baixos, pequena concorrência ou economias de escala. Para os usuários isto significa, ao mesmo tempo, mudanças em termos morfológicos, locacionais e simbólicos, implicando em transformações nas práticas cotidianas relacionadas à noite.

Ao utilizarmos a ideia de processos sócio-espaciais para o estudo da paisagem urbana noturna nos filiamos a uma das grandes tradições da geografia. Roberto Corrêa (2005), por exemplo, distingue seis diferentes processos, tendo em vista o papel dos agentes sociais e a fragmentação do tecido sócio-espacial metropolitano: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia são estes processos. Cada um teria conteúdos sociais e espaciais diferenciados, remetendo a formas e a funções distintas. Os processos sócio-espaciais aparecem então como resultados provisórios da desigual distribuição dos recursos e das ofertas sobre o espaço e, mais do que isso, da variada valorização desses lugares pelos agentes sociais.

No que diz respeito mais propriamente aos processos relacionados à vida noturna, temos no trabalho de Armengaud (2013) uma tentativa de expor os processos de polarização e anti-polarização como representações geográficas das intensidades das vidas noturnas de Paris. Processos alternativos teriam, assim, a capacidade de descentralizar a vida noturna, criando novos centros nas margens da cidade, estimulando, ao mesmo tempo, uma nova reelaboração das áreas centrais tradicionais.

Luc Gwiazdzinski (2005) propõe também uma classificação dos lugares de vida noturna, mas prefere observá-los a partir das atividades, embutindo os processos sócio-espaciais em sua definição de noites que dormem, noites que trabalham, noites que abastecem e noites que se divertem. A articulação entre as funções na cidade criaria uma espécie de rede das atividades noturnas, relocalizando as práticas e as associando a partir de circuitos em variadas escalas.

As tentativas de classificação dos processos sócio-espaciais podem ser uma primeira forma de nos aproximarmos de uma interpretação sobre as morfologias urbanas criadas a partir das práticas sociais da noite. As práticas sociais possuem lugares na cidade, formas que estabelecem relações com as funções sociais pelas quais foram criadas. Os processos espaciais decorrentes indicam como algumas práticas tendem a se associar no tempo a alguns lugares. Eles também nos permitem compreender a articulação e a concorrência entre atividades, seus movimentos no espaço urbano e as estratégias de seus agentes principais. Assim, discutiremos dois processos que parecem ser, ao mesmo tempo, complementares e antagônicos: o “retorno” da vida noturna ao centro e a descentralização da vida noturna.

## O “retorno” da vida noturna ao Centro

O retorno ao centro é um dos temas recorrentes dos estudos sobre a vida noturna contemporânea (HANNIGAN, 1998), estando em boa medida ligado ao fenômeno da gentrificação (SMITH, 1996). A ideia de retorno possui, no entanto, uma bem clara associação com um público, neste caso trata-se do retorno da classe média urbana ao centro. A construção do modelo retrata, portanto, um processo no qual, em primeiro lugar, o centro era o lócus da vida pública urbana no início do século XX, em suas diversas matizes sociais, sendo posteriormente “esvaziado” pelo escapismo das elites e mesmo dos trabalhadores que seguem em direção às áreas periféricas do centro, para em um último momento voltar este centro a ser ocupado pelas classes médias urbanas.

O processo de retorno ao centro se apresenta muito bem descrito para as metrópoles americanas e para algumas cidades europeias, e de certa forma também começam a surgir trabalhos sobre os centros urbanos de cidades sul-americanas e asiáticas. No entanto, ainda que o conteúdo social em cada país varie imensamente, parece que as respostas encontradas tendem a se concentrar em torno de fenômenos parecidos: criação de áreas para o entretenimento de turistas e habitantes de classe média, os quais compartilham um novo centro moderno que recupera o patrimônio como símbolo da história urbana. Com isso dois problemas são ativados. Em primeiro lugar, a ideia de que há um esvaziamento do centro passa a obscurecer as práticas dos grupos que aí permaneceram durante o período de “decadência”. Em segundo lugar, obscurece também o papel desses mesmos grupos no processo de “retorno ao centro”. Os dois problemas juntos acabam por centralizar toda a discussão em torno da classe média urbana, dando a outros agentes apenas um papel de resistência, ignorando suas ações no processo de retorno ao centro.

No caso das cidades brasileiras, o processo de retorno ao centro é bastante recente e bem menos comum do que em outros países. As cidades portuárias tendem a representar um papel central neste processo, especialmente nas metrópoles nacionais e regionais que conservaram parte do seu patrimônio arquitetônico de meados do século XIX. Talvez este seja o caso de cidades como Salvador, Belém e Fortaleza<sup>37</sup>. De forma geral, no entanto, os casos brasileiros parecem não ter os componentes sociais e espaciais tratados nas pesquisas sobre as cidades norte-americanas e europeias: uma classe média consolidada e articulada, um empresariado urbano atuante, um mercado imobiliário competitivo, uma legislação patrimonial flexível, um processo segregacionista bastante marcado espacialmente e diferenciado etnicamente etc. Acreditamos, assim, que no caso brasileiro o retorno ao centro aparece como sendo um processo gradual, lento e contraditório, pouco afeito às generalizações comuns ao tema: homogeneização, controle e gentrificação.

No Rio de Janeiro, em particular, parece que estas questões relativas ao retorno ao centro surgem com maior recorrência, especialmente em relação ao bairro da Lapa. Ou seja, o termo gentrificação é usualmente utilizado para explicar o caso do retorno ao centro no Rio de Janeiro<sup>38</sup>. Achamos que não só o termo é exagerado, pois ignora aspectos como a mudança no

<sup>37</sup> A vida noturna de São Paulo, ao contrário, parece ter uma relação menos próxima com o centro da cidade, preferindo criar polarizações em sua área periférica.

<sup>38</sup> Um exemplo de como é central a preocupação com a caracterização do bairro da Lapa como uma área gentrificada pode ser encontrado na dissertação de Mayra Mosciaro (2012).

padrão das habitações, a sucessão da população habitante e a expulsão de formas de relações comerciais anteriores, como também é observado a partir de um ponto de vista puramente economicista: a população é definida dentro de seu papel em uma sociedade dividida em classes econômicas e as atividades são classificadas segundo o seu papel hegemônico ou de resistência<sup>39</sup>. Qualquer outra forma de diferenciação social ou das atividades que não tenha esta relação dialética entre dominantes e dominados é sumariamente ignorada. Em virtude disso, o cenário de crise e de esvaziamento é denunciado como sendo uma forma de reprodução da desigualdade. Estado e empresários ignoraram a zona periférica do centro em oposição a uma população residente e resistente que ali vivia:

Esses dados apontam para uma área densa, porém não atrativa, o que faz com que o poder público não invista em infraestrutura, se remetendo diretamente ao discurso da “estagnação”. Entretanto, ajudam a “desconstruir” a ideia de que a área era esvaziada (não tinha vitalidade), na verdade, é possível se concluir que ela não tinha “atratividade” para novos negócios (GUTERMAN, 2012, p. 47).

Concordamos com a crítica de que a zona periférica do centro esteve esvaziada ou mesmo estagnada entre as décadas de 1940 e 1990, mas acreditamos, também, que esta mesma população residente teve papel direto na retomada dos investimentos privados, sendo incorporada nas práticas comerciais e no debate dos projetos, ainda que o discurso da revitalização tentasse retomar a Lapa do início do século. Propomos, assim, observar os papéis dos agentes sociais como produtores de práticas e de espacialidades, ou seja, a sua atuação no processo de retorno ao centro, discutindo as formas segundo as quais estes criam e significam a área, recuperando o passado, mas recriando-o sob uma nova forma de composição da paisagem do centro.

Como já foi dito, o retorno ao centro carioca costuma ser associado ao regresso da vida noturna na Lapa. É bem comum que esta associação seja estabelecida através de um breve histórico da área, o qual elege o sucesso da Lapa ao esforço dos empreendedores privados. Há em outros lugares esta visão mais geral sobre o papel da iniciativa privada, das associações comerciais e das famílias tradicionais no desenvolvimento do processo. Recentemente um interessante trabalho sobre a Lapa resultou na tese de Rodrigo Rosa (2014), na qual a transformação do

<sup>39</sup> Três trabalhos recentes, além do citado acima, apresentam limitações na sua caracterização das mudanças ocorridas na Lapa, ignorando, por exemplo, as transformações na conjuntura econômica do país e do município em suas análises: Porto Silva, 2010; Santos, 2011; e Guterman, 2012.

imaginário do passado em espetáculo urbano associou as intervenções desse conjunto de agentes sociais:

Associar a Lapa a uma imagem socialmente prestigiosa de lugar e com isso fazer render frutos – maior venda de apartamentos, maior circulação de pessoas e consumidores passa por um processo de vinculação de determinados valores e bens culturais à forma como o bairro é publicitariamente construído para ser apresentado como mercadoria de consumo (ROSA, 2014, p. 65).

Queremos aqui contar uma história um pouco diferente, na qual os projetos urbanos tiveram um papel central na volta ao centro e nas mudanças na composição da paisagem noturna. Obviamente que não estamos aqui contestando o papel dos agentes privados, mas dando a eles um novo lugar na explicação, indicando que as medidas estatais antecedentes tiveram importante papel na localização desses agentes na área do centro e que estas medidas foram criadas tendo em vista as práticas já comuns à vida comercial e social da cidade e também derivadas dos debates e dos conflitos entre os agentes sociais, incluindo aí os empresários, mas não somente eles.

As práticas do poder público local e da sociedade civil organizada se inserem em um contexto de muitas mudanças na política nacional<sup>40</sup>. O retorno ao centro do Rio de Janeiro parece, portanto, ser um pouco anterior, ocorrendo ao longo dos anos 1970 a partir da mudança do estatuto político-administrativo carioca em 1975 e do fim das obras de reestruturação viária na periferia do centro.

Podemos dizer que a volta ao centro foi de certa forma um retorno às origens da primeira república, uma forma de reencantar o Rio de Janeiro do início do século XX através da conservação patrimonial em voga desde os anos 1950. A recuperação da imagem da cidade se tornou nesse período uma importante política de governo, buscando superar a crise fiscal dos anos precedentes.

Na década de 1970, as áreas periféricas do centro de negócios carioca – Avenida Rio Branco – se apresentavam como lugares degradados pelo tempo e desassistidos pelo poder público. Pelo

<sup>40</sup> Frederico Irias (2007) observa estas transformações para o caso da Lapa a partir do mercado imobiliário, mas demonstra o papel do Estado neste processo de uma forma pelo menos diferente do que a bibliografia sobre o centro costuma fazer.

menos esta era a forma pela qual surgiam notícias nos jornais locais, indicando uma vida noturna quase ausente ou bastante reduzida:

Francisco Clisanto Braga de Andrade, 22 anos, cearense, entregador de jornal, mora em uma das ruas mais movimentadas do Centro; a Rua da Alfândega, no número 159. Uma pensão.

Em torno dele, durante o dia, as vozes nasaladas dos vendedores de lojas: “Entra Madama, é baratinho”. E muita gente entra e sai, engrossando um movimento infernal, permanente.

- Na rua é uma gritaria até escurecer. Depois é a solidão. A gente conhece uma pessoa um dia e nunca mais a encontra. Não me acostumo com isso, pois vim do Ceará, onde tinha família, descanso e carinho. (Jornal O Globo, “A Vida dos que Moram no Centro da Cidade”, 09-09-1979).

Ainda que sejamos críticos ao “esvaziamento” do centro, devemos considerar que vida social noturna é outra coisa. Bairros como a Lapa dos anos 1970 eram, sem dúvida, locais de moradia, mas não centros de vida noturna<sup>41</sup>. A solidão das noites no centro do Rio repercutia a quase ausência de atividades culturais e de lazer na área: a decadência dos cinemas da Cinelândia era evidente desde o fim da década de 1960; a boemia da Lapa tinha sido removida durante a Era Vargas ainda nos anos 1940; o antigo largo do Rocio se mantinha vivo pela prática da prostituição, mas com poucas casas desde os anos 1930; as áreas próximas ao Saara permaneciam como um centro varejista exclusivamente diurno; a Praça XV tinha sido condenada pela passagem do Viaduto da Perimetral nos anos 1970; Gamboa, Saúde e Santo Cristo sofreram do mesmo destino; e nem mesmo a Avenida Presidente Vargas conseguiu mobilizar qualquer forma de atividade recreativa ou cultural. A cidade noturna migrou para a Zona Sul entre as décadas de 1930 e 1980, ainda que exceções possam ser citadas, como no caso dos centros de bairros como Tijuca, Madureira, Bonsucesso ou Jacarepaguá.

### ***Projeto Corredor Cultural: revitalização da forma e reinvenção das práticas sociais***

A iniciativa de retorno da “vida divertida” ao centro do Rio envolveu variados agentes sociais, em boa parte composta por uma mescla de intelectuais e funcionários da prefeitura do Rio de

<sup>41</sup> Podemos comparar com bairros atuais que mesmo tendo uma considerável população habitante não possuem quase nenhuma atividade durante a noite: Cosme Velho, Recreio dos Bandeirantes, Rocha Miranda ou Santíssimo seriam exemplos, em zonas diferentes, dessa situação na atualidade. Mesmo o bairro do Estácio, na periferia do centro apresenta hoje situação semelhante.

Janeiro<sup>42</sup>. O diagnóstico criado por este grupo foi de um centro moribundo e fadado ao esquecimento. Recuperar a história, a imagem e a arquitetura do Rio do passado era parte de um projeto mais audacioso de recuperação econômica da área central. A apresentação do projeto Corredor Cultural Carioca foi o ato que inaugurou este processo:

Com a presença de escritores, artistas, cronistas e outras classes ligadas à área cultural da cidade, o secretário municipal de Planejamento, Matheus Schnaider, apresentou ontem à imprensa, no Bar Luiz, na Rua da Carioca, o projeto do Corredor Cultural. Com ele a Prefeitura pretende revitalizar o lazer no Centro da cidade e preservar e recuperar áreas desde a Lapa (Sala Cecília Meirelles) até o Campo de Santana, passando pelo Passeio Público, Cinelândia, Largo da Carioca, Rua da Carioca, Largo de São Francisco, Praça Tiradentes e Saara. (Jornal O Globo, “Rio Apresenta Projeto do Corredor Cultural”, 13-12-1979).

O Corredor Cultural carioca é talvez o projeto urbano de mais longa duração na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi idealizado no fim da década de 1970 e revisado extensivamente durante a década de 1980, através da atuação integrada entre arquitetos, historiadores, geógrafos, urbanistas, sociólogos, comerciantes, moradores, políticos locais entre outros. O centro de interesse do projeto era o desenvolvimento da função cultural da área central, incentivando, assim, o uso dos locais para o lazer e a cultura. Para isso havia três linhas mestras de ação: a preservação e revitalização patrimonial; a recuperação dos espaços públicos e do ambiente urbano; e o incentivo às atividades fornecedoras de bens e serviços ligadas ao lazer e à cultura<sup>43</sup>.

A primeira linha de atuação visava promover o tombamento, a reforma e o uso econômico do conjunto paisagístico formado pelo antigo casario da área central e da zona periférica do centro (Praça XV, Saara e Lapa). A ideia central era fornecer benefícios fiscais aos proprietários dos imóveis com a contrapartida da reforma do prédio e da valorização da fachada (Lei 1139 de 16 de Dezembro de 1987). A melhoria estética dos prédios habilitaria a área para o uso social e comercial, incentivando o turismo e estimulando o “retorno do investimento ao centro”.

A segunda linha estaria ligada às mudanças no traçado das ruas, o fechamento de vias para uso exclusivo de pedestres, a melhoria na iluminação pública, a criação de iluminação cênica, a

<sup>42</sup> Dentre os intelectuais podemos citar o arquiteto Augusto Pinheiro, autor do projeto do Corredor Cultural; o advogado Aníbal Martins Alonso; o historiador Emmanuel Hasselmann; o também historiador Waldyr Ricardo da Costa e outros que ingressaram no corpo do projeto na prefeitura, como a escritora Rachel Jardim e o arquiteto Ítalo Campofiorito.

<sup>43</sup> Projeto Corredor Cultural Carioca de 1984. RIOARTE. Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

arborização, a criação de praças e de lugares de descanso, etc. Essas medidas visavam melhorar as condições ambientais das áreas, reduzindo a sensação de insegurança e de abandono.

A terceira linha de atuação previa ocupar as ruas do centro à noite, como consequência da melhoria estética e do surgimento de atividades de lazer e de entretenimento, especialmente vinculada a centros culturais e restaurantes. Haveria também o estímulo à ocupação das calçadas por mesas e cadeiras de bares, assim como o fechamento de ruas para a expansão da área de comércio. Estas três estratégias contribuiriam para a melhoria de quatro aspectos considerados particularmente importantes para a área no período:

**Do ponto de vista social**, o Projeto Corredor Cultural provou ser sensível a diversos grupos populacionais, respeitando seus interesses e os envolvendo no processo de tomada de decisões. **Do ponto de vista econômico**, ele tentou manter a dinâmica e a diversidade das atividades comerciais de pequena escala, valorizando-as em detrimento aos usos comerciais de grande escala e realçando a qualidade desses espaços. **Do ponto de vista ideológico**, ele se diferenciou das abordagens totalitaristas/higienistas dos planos anteriores, enfatizando o valor simbólico dos prédios, espaços e atividades existentes – os quais eram anteriormente vistos como ‘atrasados.’ E, **do ponto de vista cultural**, ele procurou recapturar o papel simbólico do passado, o qual já vinha sendo revalorizado por sua habilidade de transformar conhecimento e informar as futuras gerações (PINHEIRO E DEL RIO, 1993, p. 54 – grifo nosso)<sup>44</sup>.

Nota-se que o projeto tentou, pelo menos em linhas gerais, ser inclusivo das práticas já existentes nas áreas, mas dando um novo valor ao casario do fim do século XIX, às atividades comerciais de pequena escala e aos grupos populacionais ali localizados. Para isso houve uma integração institucional entre os agentes urbanos. Dentre os agentes que participaram do projeto, os principais foram a Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro (SEDREPAHC) que elaborou o projeto; o Grupo Executivo do Corredor Cultural em parceria com os proprietários que executam as obras de reforma; a Secretaria Municipal de Educação e

<sup>44</sup> From the social point of view, the Projeto Corredor Cultural proved to be sensitive to several population groups, respecting their interests and involving them in the decision-making process. From the economic point of view, it has tried to maintain the dynamics and diversity of small-scale commercial activities, valuing them against larger-scale uses and enhancing the quality of their spaces. From the ideological point of view, it has differed from the totalitarian/public-health approaches of preceding plans in that it has emphasized the symbolic value of existing buildings, spaces and activities - all of which were previously regarded as "backward." And, from the cultural point of view, it has aimed at recapturing the symbolic role of the past, which was already being reevaluated for its ability to transform knowledge and inform future generations (PINHEIRO E DEL RIO, 1993, p. 54).

Cultura que avalia o andamento dos projetos; e a Secretaria Municipal de Obras que é responsável pela manutenção do projeto.

Os projetos correspondem a uma área de cerca de 1,3 quilômetros quadrados, com cerca de três mil imóveis, em sua maioria do final do século XIX e início do século XX, todos dentro da Região Administrativa do Centro (Figura 27). O decreto 4141 de 1983 definiu os limites territoriais do Corredor Cultural e a Lei 506 de 1984 criou a Zona Especial do Corredor Cultural, abrindo os imóveis contidos na delimitação de 1983.

A estratégia adotada pelos agentes locais misturou modelos de preservação da arquitetura com medidas de modernização dos espaços públicos e do interior dos prédios. Assim, um conjunto de *experts* foi mobilizado, atuando em um conselho consultivo do Corredor Cultural, no qual os padrões técnicos e a narrativa histórica sobre o lugar foram afinados em uma perspectiva de planejamento adotada pela prefeitura, mas dirigida pelo grupo executivo do Corredor Cultural:

Os prédios que forem reconhecidos como de valor cultural ficarão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, da Taxa de Serviços Diversos e da Taxa de Iluminação Pública. Em relação ao Imposto Sobre Serviços (ISS), só deixarão de pagá-lo os proprietários que, ao realizar obras nos imóveis, tiverem que contratar mão de obra. Também será dispensado o pagamento da Taxa de Licença para Execução de Obras quando os prédios precisarem de reformas que assegurem a sua preservação. (Jornal O Globo, “Isenção de Impostos a Prédios de Valor Histórico no Centro”, 18-02-1981).

A isenção de impostos foi um dos maiores incentivos ao investimento privado, ainda que o furor do retorno ao centro tivesse que aguardar um contexto político e econômico mais agradável para se estabelecer. Em primeiro lugar, o processo de redemocratização permitiu que o debate sobre o projeto ganhasse a participação popular. A Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (SAARA), por exemplo, esteve diretamente envolvida na discussão dos PPAA's (Projetos de Alinhamento). Ao mesmo tempo, a Associação dos Moradores do Centro precisou dialogar com empresários do setor comercial e estabelecer parcerias com empresas do setor cultural como a Fundação Roberto Marinho (Jornal O Globo, “Em Debate, Projetos do Corredor Cultural”, 27-01-1983).

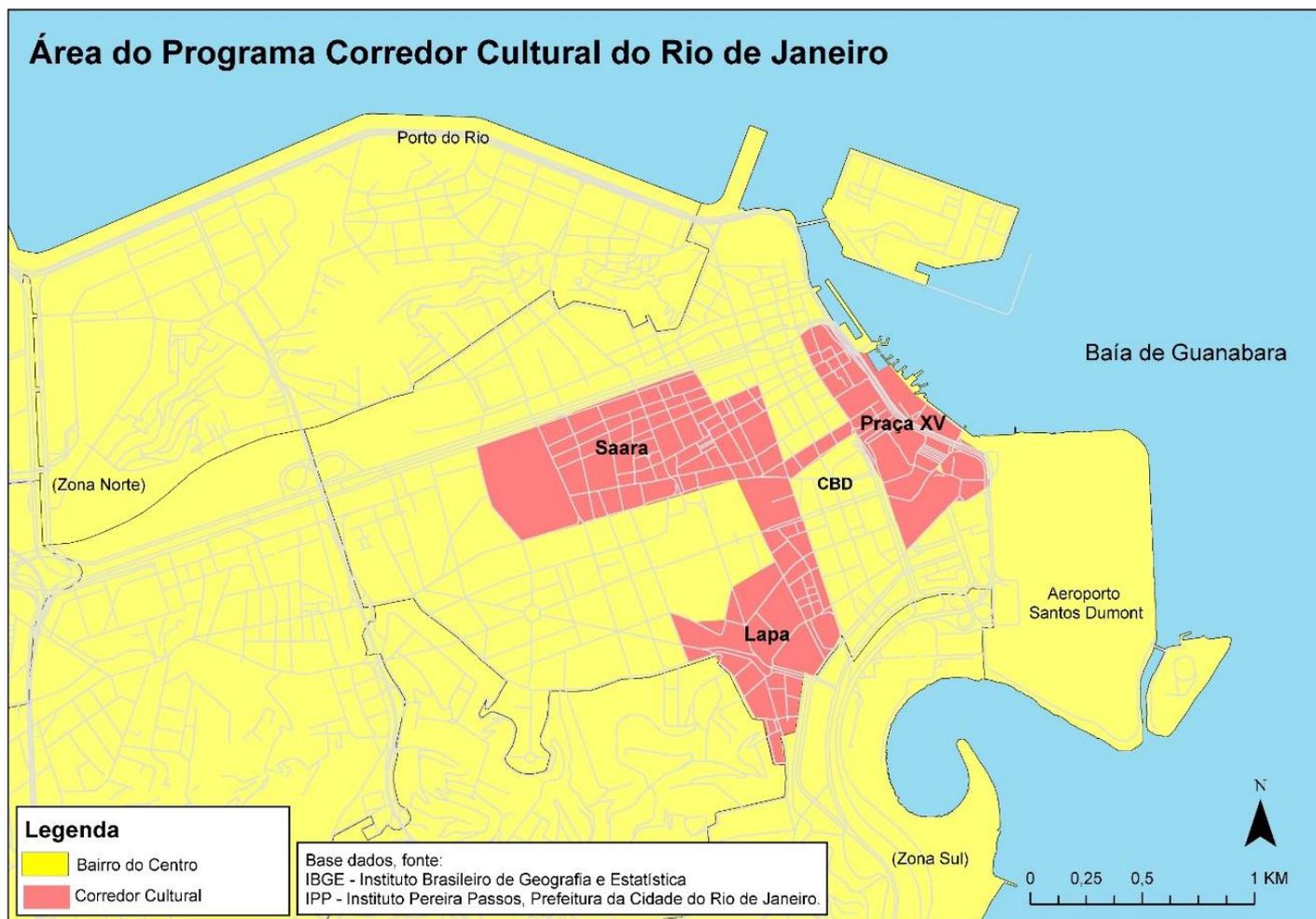


Figura 27: Programa Corredor Cultural Carioca. As áreas em destaque correspondem aos limites do Programa definidos em 1983: Saara, Praça XV e Lapa. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, não só o processo de redemocratização, mas também os debates sobre a preservação e o tombamento do patrimônio histórico e cultural passaram a ser o centro do interesse dos agentes públicos e privados. O debate sobre o que seria preservado e a forma de sua revitalização abrange os diversos agentes sociais que possuem interesses na área central (MAGALHÃES, 2002).

A primeira forma de apresentação dessa discussão se deu através da definição dos parâmetros de preservação das fachadas e da refuncionalização dos prédios, com a definição de gabaritos, treinamento de técnicos e de funcionários e o estabelecimento dos prédios que seriam tombados. Inicialmente, os prédios oficiais e com clara referência ao passado político carioca foram tombados, mas paulatinamente também foram incorporadas áreas populares, antigos casarios que serviam como cortiços, por exemplo (LIMA, 2007).

A segunda forma de discussão que teve repercussão na paisagem do centro se deu a partir da revalorização das calçadas e das esquinas como ambiente para a vida urbana recreativa. Nesse caso, a ideia central era a de que os hábitos contemporâneos pudessem aderir às formas do passado, reconstruindo as práticas sociais e recuperando a estética pretérita, como parece sugerir Ítalo Campofiorito, diretor do Departamento de Cultura do Rio de Janeiro e o responsável pela implantação do Corredor Cultural, em 1986:

Quando a gente usa como exemplo para o trabalho do projeto Corredor Cultural coisas como a Casa Cavé ou a Colombo, a gente está se lembrando de um tempo em que essa função de centro da cidade se exercia, mas o que a gente quer agora é que ela se exerça de maneira contemporânea. O que eu preciso é de gente se encontrando no centro da cidade, mas não é uma Disneylândia, ninguém vai ficar andando de tilburi. É preciso fazer isso de uma maneira contemporânea. Descobrir uma maneira contemporânea de ser urbano, de ser cidadão. (Jornal O Globo, “Memórias de um Rio Pouco Tradicional”, 21-08-1986).

O retorno às imagens do passado, destituídas de suas práticas antigas, mas evocadas pela arquitetura dos casarios, trouxe a zona periférica para o centro da vida noturna do Rio. E por mais que alguns participantes do projeto tentassem estabelecer “uma maneira contemporânea de ser urbano”, as atividades privilegiadas – beber, comer e se entreter – eram a bastante tempo comuns à vida do carioca, bastando recordar as casas de chopp, os restaurantes e os teatros rápidos do fim do século XIX (LESSA, 2005).

O processo de reconquista da boemia foi incentivado, novamente, a partir de duas estratégias principais: a criação ou a renovação do espaço construído, incluindo reurbanização e revitalização arquitetônica, mas tendo a iluminação uma centralidade especial, visto que os

problemas de segurança e de invisibilidade do patrimônio eram entendidos como barreiras para a expansão das atividades sociais à noite; e, em consequência, o surgimento de atividades de lazer, cultura e entretenimento noturno nos prédios tombados e no entorno das praças (dos Arcos e XV).

As fachadas e as estruturas internas do casario antigo teriam que ser renovadas para mudar o aspecto de degradação associado a eles. Esta transformação deveria ser útil e visível durante o dia e a noite. Neste caso, a produção de luzes ficaria a cargo, nas áreas públicas, da *expertise* da Rio Luz, a qual seria o agente responsável pela conservação e modernização da iluminação da área. As luzes das fachadas e das áreas internas seriam planejadas pelos proprietários dos imóveis, os quais poderiam criar projetos de iluminação específicos ou em colaboração com outros proprietários, em associações de comércio (Figura 28). A ideia era que a iluminação ajudasse a valorizar o patrimônio histórico e a estética dos prédios, atraindo consumidores para a área.



Figura 28: Vista noturna de prédios na Rua do Lavradio, Lapa, Centro do Rio. Fonte: Marcos Góis, 2010.

Além das luzes nas fachadas e da decoração luminosa no interior dos prédios, as funções comerciais foram continuamente sendo substituídas. Especialmente nas áreas da Praça XV e da Lapa houve incentivos para a criação de atividades noturnas, como bares, restaurantes, boates e centros culturais (Figura 29). Segundo Macedo (2004, p. 13): “Para que as atividades na rua se estendessem após o horário comercial foi apresentado um projeto de iluminação, apropriado à escala da rua, e projeto para instalação de toldos nos imóveis para eventual proteção do usuário”.

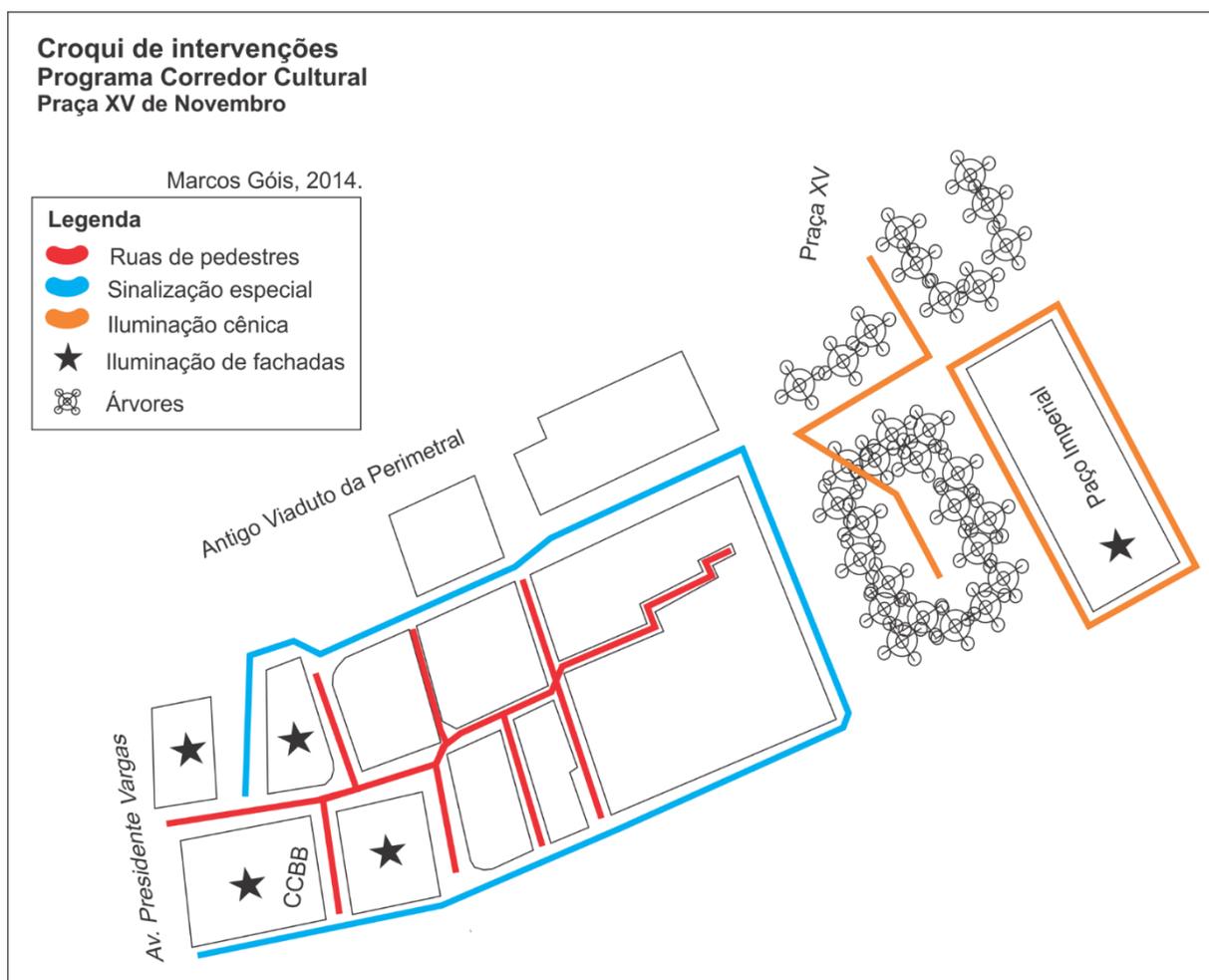


Figura 29: Croqui da Praça XV de Novembro, Centro do Rio. As marcações sinalizam as intervenções ocorridas na área a partir da ação pública. Fonte: Elaboração própria.

O objetivo principal do projeto era permitir através de uma reforma urbana e arquitetônica que os usuários se apropriassem dessas áreas em horários não comerciais. As atividades nas áreas da praça XV e da Lapa se aproveitaram então de uma demanda retraída dos trabalhadores do

centro por diversão: o que se costuma chamar de “*happy hour*” e de “esquenta do fim de semana”.

A área da Lapa, entre a Rua do Lavradio e a Avenida Mem de Sá, é aquela que melhor retrata o processo de consolidação do projeto Corredor Cultural. Na Rua do Lavradio, por exemplo, um conjunto de prédios antigamente ocupados por lojas de móveis e antiquários (alguns ainda ativos) foi adquirido por empresários da área, que se uniram através da Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo e Amigos (ACCRA) na metade da década de 1990 (FEIJÓ e WAGNER, 2014). A consolidação do projeto contou com o apoio da prefeitura que incluiu a área dentro das diretrizes do Corredor Cultural, reduzindo os impostos e reurbanizando a área, incluindo o fechamento parcial da rua no trecho de maior concentração de atividades. Assim como a área da praça XV, a Rua do Lavradio tornou-se um “*point*” para os trabalhadores do centro e passou a ocupar uma posição importante na vida noturna da cidade com a construção de casas de show e restaurantes voltados para o tema da boêmia carioca (LIMA, 2007).

A ideia de uma maneira contemporânea de ser urbano parece repercutir uma dupla preocupação sobre as práticas e as formas urbanas. O centro da cidade deveria ser o lugar no qual a revitalização dos prédios e dos espaços públicos espelhasse, de certa forma, a revitalização das formas de sociabilidade do passado, sendo que, em ambos os casos, a nova vida urbana deveria ganhar contornos próprios, evitando a imitação e reproduzindo o interesse atual dos cariocas. Assim, o passado boêmio da Lapa, por exemplo, é reintroduzido, mas sem os opiários, os cabarés e os malandros. A boemia seria decomposta de sua materialidade, reproduzindo a imagem como evocação de um passado, mas a reproduzindo segundo novas práticas sociais.

De fato, cada área do Corredor Cultural foi redesenhada para preencher algumas funções históricas. Na área da Praça XV, por exemplo, antigos prédios do final do século XIX foram ocupados por centros culturais, em geral, devotados ao princípio da preservação da história da cidade e, ao mesmo tempo, como centros evocativos da arte. Nessa área, os centros culturais foram combinados com cafés, bares, restaurantes e boates, os quais absorveram a demanda dos trabalhadores do centro da cidade por serviços exclusivos, como pode ser notado, por exemplo, no Centro Cultural Banco do Brasil. Nas bordas do Corredor Cultural<sup>45</sup> há, por exemplo, casas

<sup>45</sup> A área da Praça XV possui um funcionamento diferenciado durante a semana e nos finais de semana, visto que o seu maior público, os trabalhadores do CBD carioca, tende a ocupar as noites nos bares durante a semana, enquanto que nos sábados prevalecem as atividades no fim da tarde, especialmente promovidas por eventos extraordinários, como o Samba da Ouvidor, um evento que foi durante algum tempo patrocinado pelos bares e restaurante do local.

noturnas exclusivamente orientadas para a diversão de advogados e servidores do Estado (Figura 30).

**TODAS AS QUARTAS 18h**

**SMIRNOFFICE**  
A NOITE TODA.

**PROMOÇÃO DE COMBOS.** *buffet liberado*  
A NOITE TODA. 18H30 ÀS 22H30.

COM O FLYER/ LISTA ATÉ ÀS 21H.

<b>Mulheres:</b> VIP + 1drink (saída após 22h)	<b>Homens:</b> R\$ 15 (entrada) R\$ 45 (revertido em bônus bar)
---	---

SEM LISTA/ APÓS ÀS 21H.

<b>Mulheres:</b> R\$ 10 (entrada) R\$ 20 (revertido em bônus bar)	<b>Homens:</b> R\$ 20 (entrada) R\$ 50 (revertido em bônus bar)
---	---

**OAB/ Estagiário** (APRESENTANDO CARTEIRA OU CRACHÁ)

<b>Mulheres:</b> VIP + 1drink (saída após 22h)	<b>Homens:</b> VIP (saída após 22h)
---	--

**PROMOÇÃO EXCLUSIVA PARA ANIVERSARIANTES**  
Aniversariante e todos os convidados VIPs  
(com nome na lista até 21h).

Realização: **tanadôo**

**www.symbolclub.com.br**  
Av. Almirante Barroso, 139 - Centro. Tel: 21 2131.0292 / 7836-6666  
Evento proibido para menores de 18 anos. Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio.  
Proibida entrada de bermuda, camiseta e chinelo.

Figura 30: Propaganda da “Noite dos Solteiros e dos Advogados” na casa noturna Symbol Club, no Centro do Rio. Fonte: Site da Symbol Club. Divulgação. Disponível em: <http://www.symbolclub.com.br>. Acesso em: Fevereiro de 2014.

A área da Lapa, no entanto, possui não só um enredo como um público diferenciado. Ainda que os trabalhadores do CBD carioca também frequentem a área, o público é mais variado e as horas de efervescência do lugar são outras. Ainda no início da década de 1980, a abertura da casa de shows Circo Voador proporcionou a primeira mudança de público em uma área que estava fadada ao fracasso, como teria dito Arthur da Távola (Jornal O Globo, “Deixada ao léu Copacabana vai acabar como a Lapa”, 07-05-1984). Desde então, novas casas de show e boates foram inauguradas, ocupando os prédios em fase de decadência física em torno dos Arcos da Lapa, como é o caso, por exemplo, da Fundação Progresso e do Rio Scenarium. As novas ofertas de lazer estimularam a vinda de um público mais jovem oriundo de áreas mais distantes da

cidade. A presença de estudantes universitários é, nesse caso, emblemática da mudança do perfil dos usuários ao longo da década de 1990.

A vida noturna acabou se tornando um negócio muito lucrativo para os empreendedores do setor, os quais viram no incentivo estatal e no relativo baixo custo dos imóveis uma forma de obter lucro rapidamente. Os pequenos e médios empresários foram acompanhados desde o início por trabalhadores informais, barraqueiros e ambulantes, os quais ocuparam as grandes áreas abertas nas praças e largos do Centro para se instalarem provisoriamente durante o período noturno. Este duplo circuito da economia urbana, detalhadamente esmiuçado por Milton Santos (1979), é uma característica que persistiu apesar dos planos de ordenamento urbano promovidos no Corredor Cultural e nos projetos que seguiram a orientação de renovação do centro da cidade do Rio de Janeiro.

As novas formas de lazer noturno asseguraram, assim, a manutenção do passado pela preservação e reforma dos prédios do final do século XIX. No entanto, as práticas foram reformuladas, tendo as funções dos prédios e dos espaços públicos se adaptado ao interesse público. O crescimento da vida noturna no centro mobilizou o surgimento de novas morfologias e funções urbanas, as quais acompanharam o processo geral de retorno ao centro. Os projetos do poder público também procuraram incentivar este crescimento, dando novas diretrizes ao processo que vinha sendo impulsionado pelos agentes privados. Da ênfase sobre a recuperação da forma do passado, se passa, a partir do início da década 2000, a um interesse mais concentrado sobre o controle dos comportamentos e a regulação das práticas.

### ***Projeto Lapa Legal: ordenamento, informalidade e negociações da ordem***

As atividades informais, as práticas do comércio ambulante e a população empobrecida são usualmente entendidos como agentes urbanos que resistem à ação dos agentes hegemônicos, preservando suas atividades como forma de permanência no lugar (CHATTERTON e HOLLANDS, 2003). No Rio de Janeiro, as práticas destes agentes tendem a possuir grande repercussão e visibilidade na cidade, ocupando os centros comerciais e estando ligados às áreas “formais” da cidade. Há um imenso debate sobre este tema, o qual absorve na geografia a discussão sobre desigualdade sócio-espacial. Sem querer discutir particularmente o tema, podemos apresentar pelo menos uma versão na qual a ideia de resistência possa ser substituída

por outra, na qual o papel dos agentes informais seja menos acessório e mais central para a vida noturna no centro do Rio.

A presença dos trabalhadores informais foi um problema desde o princípio do processo de “retorno ao centro”. Em 1983, a Federação de Comércio Varejista do Rio de Janeiro e o Clube dos Diretores Lojistas, por exemplo, pressionavam a Prefeitura do Rio para o cumprimento de medidas de regulação e limitação do comércio informal de rua no centro da cidade. As associações de comércio passaram, inclusive, a contratar seguranças particulares para expulsar os camelôs das calçadas (Jornal O Globo, “Comerciantes pedem a Jamil mais rigor com os camelôs”, 24-11-1983). A tensão com a presença de camelôs parece ter sido adquirida dos anos anteriores, quando a fiscalização do poder público foi reduzida no centro. O retorno do interesse na área, especialmente a partir da criação do Corredor Cultural, motivou também a criação do decreto 4121, de 1983, que regulava a atividade do comércio ambulante e, conseqüentemente, a organização dos comerciantes locais.

Entretanto, por mais que o comércio ambulante tenha sido combatido, ele ainda permanece como parte da vida social carioca. Esteve ele presente nas ruas do centro no fim do século XIX, na vida noturna da Lapa nos anos 1930, nas portas das boates desde os anos 1950 e nem mesmo durante as gestões dos prefeitos Cesar Maia e Luiz Paulo Conde o comércio ambulante foi desarticulado. Este parece ser, aliás, um dos segmentos do comércio com maior longevidade na cidade e também um dos mais combatidos. Quando o poder público agiu para a sua extinção, o comércio ambulante tomou outra estratégia e se reinventou para permanecer na paisagem carioca. Hoje, ele não é só um movimento de resistência, mas parte fundamental das práticas contemporâneas e do cotidiano carioca, o qual, apesar de repreendido, é costumeiramente incorporado à política urbana. Há, inclusive, um planejamento público da distribuição desses comerciantes na cidade, uma geografia das autorizações que legaliza a ação desses agentes e as práticas correlacionadas.

A vida noturna possui muitos personagens emprestados do comércio informal e as práticas contemporâneas de lazer e cultura incluem a informalidade em seus quadros da paisagem noturna. No bairro da Lapa esses personagens possuem não só um lugar como uma grande centralidade, pois articulam os espaços privados dos bares, restaurantes e casas noturnas com o espaço público dos largos, praças, esquinas e calçadas. O incentivo da manutenção de uma forma de lazer associada à rua, especialmente com o consumo sendo realizado nas calçadas,

permitiu que o vínculo entre os segmentos comerciais se estabelecesse no limite entre as duas áreas.

Formalmente os ambulantes também puderam se aproveitar do período chamado hoje de *pré-night*, ou seja, o momento de espera e de encontro dos usuários da noite antes de entrar nos estabelecimentos privados. Ainda que não seja uma exclusividade da Lapa, neste bairro da cidade do Rio de Janeiro os ambulantes ganharam lugares fixos nos principais logradouros do bairro.

Este processo de assimilação do comércio ambulante não se deu, no entanto, sem tentativas de eliminação pela prefeitura da cidade. A regulação se inicia em 1983 e começa a ser implementada a partir do governo de Marcello Alencar (1983-1986) e depois com o projeto Rio Orla em seu segundo mandato (1989-1993). O prefeito Cesar Maia também tentou remover o comércio informal de rua e “devolver a cidade aos cidadãos” com o projeto Rio Cidade (1994-1997). O conflito foi, inclusive, explicado como sendo uma luta contra a informalidade e a ilegalidade, repercutindo em ações da guarda municipal (Jornal O Globo, “Camelôs estão de volta às ruas”, 20-02-1997).

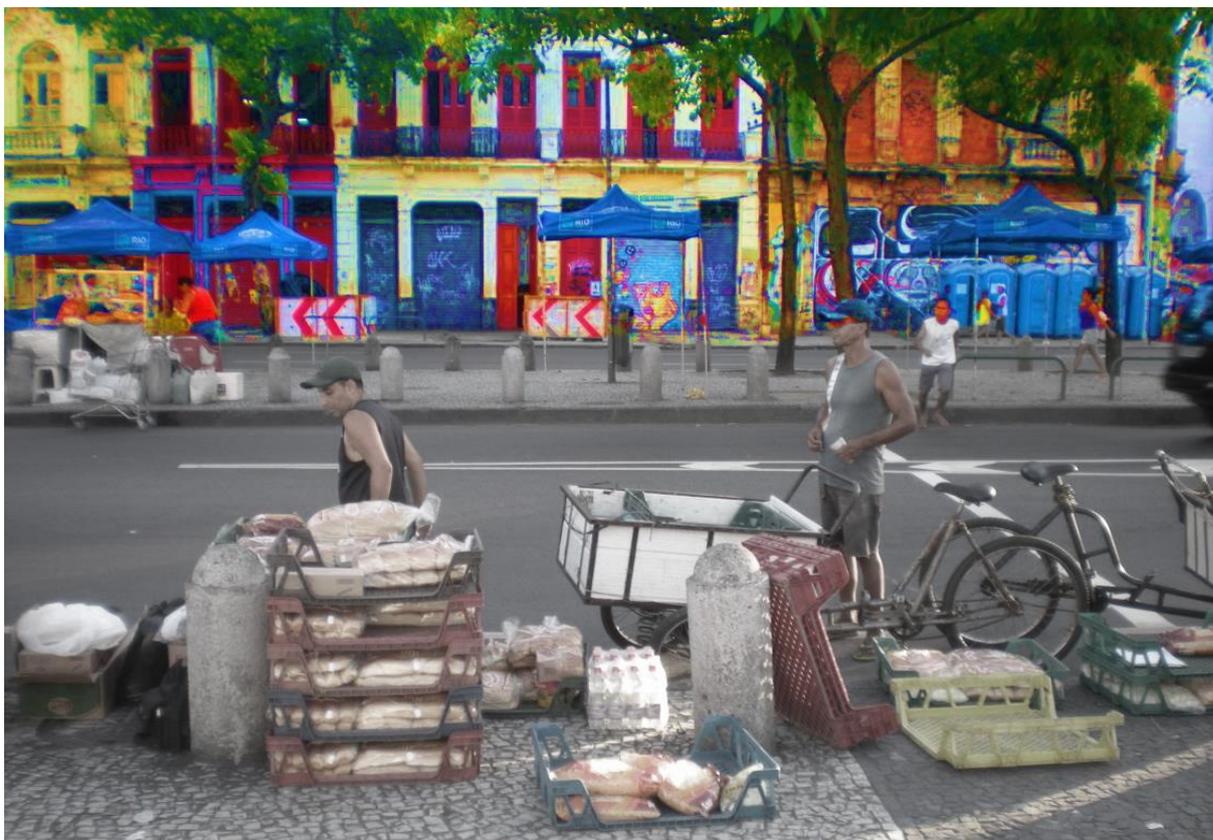
O município do Rio de Janeiro manteve por quase duas décadas certa estabilidade política e continuidade na gestão urbana, aplicando medidas de controle urbano. Marcello Alencar, Cesar Maia e Luiz Paulo Conde possuíam similares origens partidárias e formas de atuação na política urbana. Em ambos os casos, os prefeitos e suas equipes procuraram recuperar o espaço físico da cidade e promover a cidadania e o turismo através da regulação do uso comercial do espaço público.

A eleição de Eduardo Paes em 2009, antes de ser uma ruptura política, é uma continuidade, visto que o atual prefeito participou do projeto Rio Orla, foi Subprefeito da Zona Oeste I (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá) durante a primeira gestão de Cesar Maia e secretário do Meio Ambiente na segunda. Apesar disto, durante o seu mandato a política urbana do município mudou de rumo, se dirigindo para as áreas periféricas da cidade e criando uma nova forma de atuação nas áreas centrais. No primeiro caso, a expansão da cidade para a Zona Oeste foi impulsionada ainda mais pela candidatura (e escolha) da cidade como sede das Olimpíadas de 2016, o que gerou demandas por novas obras na Barra da Tijuca e na Zona Portuária, incluindo um audacioso plano de mobilidade através de metrô e BRT's (*bus rapid transit*). No segundo caso, as grandes obras de reurbanização foram substituídas por ações de fiscalização e de manutenção da ordem urbana. Nesse sentido, o projeto Lapa Legal produziu

pequenas intervenções físicas, mas grandes operações de fiscalização na área central e na orla da cidade.

O projeto Lapa Legal é talvez o mais amplo projeto quase que exclusivamente voltado para a regulação da vida noturna em uma área da cidade, ainda que não seja o primeiro projeto a se preocupar com a área da Lapa. O projeto Corredor Cultural, como vimos, foi o primeiro a delimitar áreas nas quais as ações da prefeitura e dos proprietários dos casarios seriam formalizadas em um padrão urbano. Os critérios de revitalização constam na Lei nº506 de 17 de Janeiro de 1984 e fazem parte do PA 10290 (Projeto de Alinhamento) e o PAL 38871 (Projeto Aprovado de Loteamento).

Ainda durante a administração do governador Leonel Brizolla (1990-1993), o projeto Quadra Cultural tentou dar uso social aos casarios que vinham sendo apropriados pela iniciativa privada, criando espaços de cultura administrados por organizações sociais como, por exemplo, o Centro Teatro do Oprimido, o Grupo de Teatro Tá na Rua e o Grupo Hombu de Teatro, os quais permanecem ainda hoje na Avenida Mem de Sá (Figura 31).



*Figura 31: Avenida Mem de Sá, Lapa, Centro do Rio. À frente da imagem se observa vendedores ambulantes arrumando as barracas. Ao fundo estão os prédios preservados e doados aos centros de cultura popular. Fonte: Marcos Góis, 2012.*

O projeto do governo do estado foi ampliado em 2000, com o nome de Distrito Cultural da Lapa e procurou definir os limites da atuação do estado na área, o que ficou decidido como participação na reforma dos casarios e manutenção dos acervos que pertencem às entidades. O Instituto do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) atuou na recuperação do Museu da Imagem e do Som, da Federação de Blocos Afros e Afoxés do Estado do Rio de Janeiro e da Casa Brasil-Nigéria, todos os imóveis na Avenida Mem de Sá (MAGALHÃES, 2002).

Ainda no início do ano de 2001, a prefeitura do Rio de Janeiro instituiu a Área de Proteção do Ambiente Cultural da Lapa que procurou preservar a paisagem cultural da área, especialmente os elementos do entorno dos Arcos da Lapa, como o Circo Voador. Esta foi uma medida de cautela pela preservação do Circo Voador, o qual foi fechado e demolido em 1996 pela prefeitura na administração de Cesar Maia. A Lei nº3188 de 19 de Março de 2001 forçou a prefeitura a reconstruir o espaço, o qual foi reaberto em 2004.

Ao examinarmos o histórico de “retorno ao centro” e mais especialmente à Lapa notamos que atividades normalmente vistas como resilientes e oprimidas ganharam localizações centrais: comércio ambulante, grupos mitigados, formas de expressão étnicas, casas de show formadas por pequenos empresários estão nos endereços com maior visibilidade no bairro. Essas atividades se apropriaram legalmente de espaços com grande carga simbólica e deram ainda maior visibilidade em virtude da valorização dessas atividades pelo público que se dirige à Lapa. Obviamente se trata de um processo de debates, mas o papel desses agentes não pode ser reduzido no contexto atual, no qual há um nítido avanço na discussão sobre os direitos sociais à cidade.

Com o início do mandato de Eduardo Paes, a área da Lapa, que já tinha recebido demasiada atenção pelos gestores da cidade, passa a adquirir uma função paradigmática para a gestão do prefeito. A Lapa seria o laboratório das ações da prefeitura, especialmente no que diz respeito ao controle das práticas e à adequação às normas de construção (ROSA, 2014), o que afetaria desde os comerciantes em barracas até às casas de shows e grandes restaurantes. A forma e as práticas passariam por mais um estágio de regulação.

As operações da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) através das ações chamadas “Choque de Ordem” sustentaram o projeto Lapa Legal através de intervenções para o controle de atividades, comportamentos e usos ilegais dos espaços públicos. A Lapa foi uma das áreas que esteve mais diretamente sob o foco das ações da SEOP, especialmente na regulação do

comércio ambulante e na administração dos conflitos entre usuários do espaço (Decreto nº 30798 de 10 de Junho de 2009). A incorporação de algumas das medidas do Choque de Ordem ao projeto Lapa Legal deve-se a uma política de atuação mais incisiva para a implementação de uma ordem urbana em áreas consideradas prioritárias para o planejamento da cidade. Os centros turísticos e as áreas comerciais foram aqueles que mais diretamente sofreram o impacto das ações, o que coloca novamente a Lapa como um centro do processo, como pode ser percebido a partir de um conjunto de preocupações como o uso econômico dos espaços públicos:

A operação Lapa Legal realizada por agentes da Secretaria Municipal da Ordem Pública (Seop), com o apoio de guardas municipais, neste fim de semana (16-17 Nov), **multou nove barraqueiros da Feira Noturna Lapa Legal por não fixar tabela de preços, utilização de recipientes de vidro entre outras irregularidades. Durante a ação, quatro bares foram autuados por fiscais de Atividades Econômicas por ocupação irregular das calçadas com mesas e cadeiras e outras irregularidades.** Na fiscalização, 34 veículos foram multados e sete rebocados por estacionamento em local proibido. A ação de ordenamento tem como objetivo coibir o comércio de ambulantes não autorizados e o estacionamento em local proibido (Jornal do Brasil, “Seop realiza ação de ordenamento na Lapa neste fim de semana, 12-12-2013 – grifo nosso).

A área do atual bairro da Lapa foi, aliás, centro das discussões ainda durante o período eleitoral. Os candidatos foram convidados a discutir suas “propostas para reduzir a desordem urbana na Lapa” (O Globo. 18 de Julho de 2008). Na época, Eduardo Paes afirmou que apresentaria propostas para o reordenamento da Lapa, mas “[...] sem tirar a espontaneidade dessa região. Vamos agir com contundência. Será tolerância zero contra a desordem” (O Globo. Ibid). A promessa se confirmou ainda na primeira semana de mandato com a criação do Grupo de Trabalho destinado à elaboração do projeto “Lapa Legal” (Decreto nº30382 de 02 de Janeiro de 2009). As diretrizes e metas apresentadas no decreto foram:

- I – aproveitamento do potencial cultural e turístico da região, com respeito à multiculturalidade da população carioca;
- II – ordenamento público e regularização urbana da região e da área de seu entorno;
- III – preservação do patrimônio arquitetônico do Rio Antigo, bem como formulação de intervenções urbanísticas que o alinhem ao Rio contemporâneo;
- IV – fomento à captação de recursos e investimentos da iniciativa privada, com vistas à dinamização das atividades culturais e à geração de empregos;

Devemos salientar que esta primeira orientação dos planos para a Lapa é ainda bem similar e concordante com os projetos anteriores para a área. A preservação do patrimônio, o

investimento em atividades culturais, o estímulo ao turismo e o incentivo a parcerias público-privadas já constam nas medidas anteriores. O ordenamento público e a regularização urbana, ainda que não sejam novidades, surgem como metas oriundas da demanda pública pela regulação das atividades comerciais. A criação da Feira Noturna Lapa Legal (Decreto n° 30798 de 10 de Junho de 2009) dá ainda maior centralidade à segunda diretriz ao colocar sua regulamentação à Secretaria Especial da Ordem Urbana (SEOP).

A primeira medida efetiva foi deliberada em relação ao uso econômico do espaço da Feira Noturna Lapa Legal (Figura 32). Trata-se de uma medida de regulação dos feirantes e dos produtos comercializados. Assim, realizou-se um sorteio público para a definição dos feirantes participantes e uma seleção pública<sup>46</sup> para a contratação da empresa de bebidas. A empresa selecionada, neste caso a AmBev, através da marca Antártica, teria seus produtos expostos à venda pelos feirantes e seria, ao mesmo tempo, “[...] responsável pela limpeza do local, pela colocação de banheiros químicos, pelo fornecimento das barracas, pelo armazenamento dos materiais utilizados, inclusive da barraca e produtos, além de oferecer todo o apoio logístico aos feirantes” (D.O. RIO, n° 59, 16/06/2009, p. 3).



Figura 32: Vista dos Arcos da Lapa, Centro do Rio. Notamos a presença das barraquinhas de bebidas e comidas, ordenadas segundo as normas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Marcos Góis, 2014.

<sup>46</sup> No Decreto n° 37868 de 16 de Outubro de 2013 muda-se a redação de seleção pública para firmção de convênio com entidade.

Assim, o arranjo espacial dos comerciantes foi ordenado e o serviço de controle dos padrões ficou a cargo de uma empresa privada, sob o regime de observação da SEOP, a qual regularmente promove fiscalizações dentro do marco do Choque de Ordem, apreendendo mercadorias e repreendendo comportamentos não autorizados (Jornal do Brasil. Seop apreende 422 bebidas com ambulantes irregulares na Lapa. 11 de Março de 2012; O Globo. Choque de Ordem na Lapa acolhe 110 moradores de rua no fim de semana. 19 de Junho de 2011).

O projeto Lapa Legal possuía também propostas de transformação física da paisagem da Lapa. As intervenções previam um conjunto de ações de melhoria da acessibilidade e da circulação dos cidadãos, além de garantir ordenamento do uso comercial do espaço público, com a definição de localizações e de abrangência das áreas comerciais no bairro. O projeto previa, além disso, mudanças na organização da segurança e do fluxo de transportes, com fechamento de ruas em horários de concentração de usuários (Figura 33).

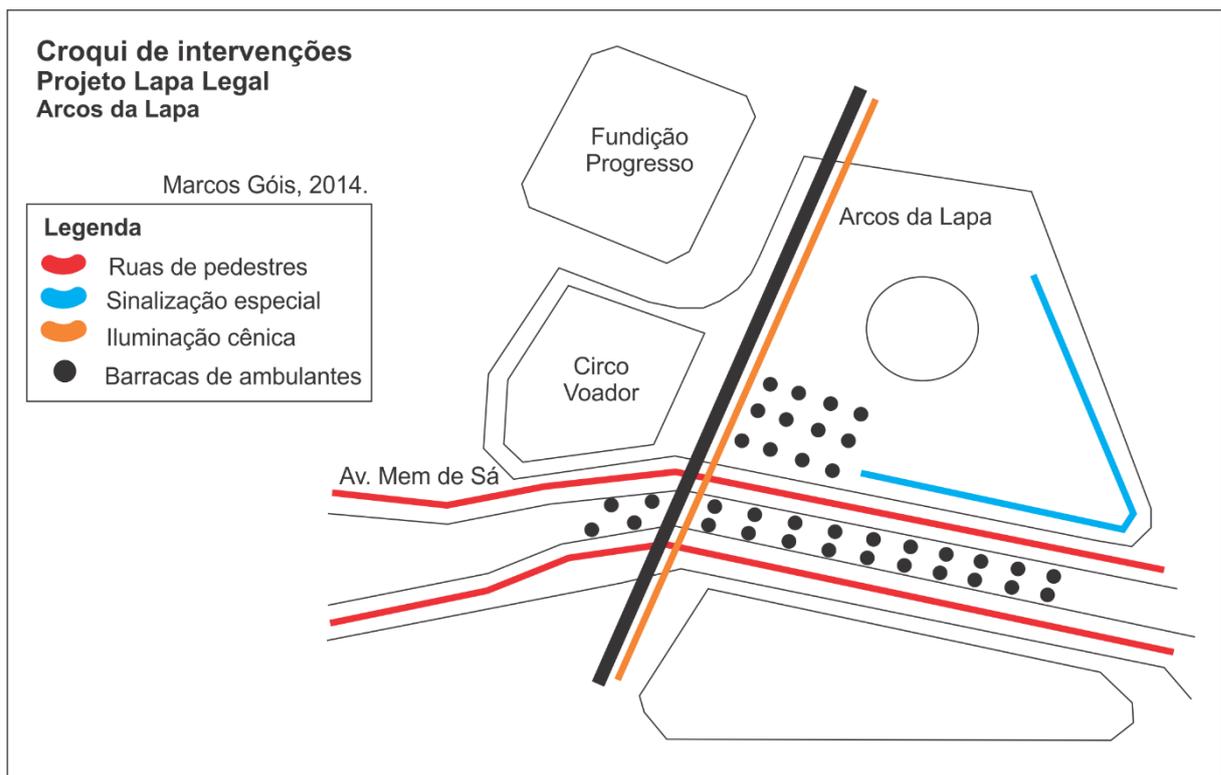


Figura 33: Croqui parcial da área de intervenção do Projeto Lapa Legal. Fonte: Elaboração própria.

Dentro do conjunto de intervenções do período, a operação chamada de Fim de Semana Lapa Legal realizou a interdição de trechos das Avenidas Mem de Sá e Gomes Freire e da Rua do Riachuelo às sextas e sábados, entre às 22 h. e às 5 h. da manhã. Além disso, aos comerciantes foi permitida a utilização das calçadas para a expansão das áreas de acomodação de clientes (O Globo. Interdição do entorno da Lapa para a boemia começa nesse fim de semana. 14 de Julho de 2010).

Estas medidas visavam a melhor acomodação do público no uso dos espaços públicos e das áreas dos estabelecimentos privados. Estas mudanças foram revogadas em março de 2013, muito em razão das queixas de moradores e de comerciantes do bairro que reclamavam do excesso de barulho durante as noites do final de semana e das dificuldades de acesso às suas residências (O Globo. Ruas da Lapa deixarão de ser fechadas nos fins de semana. 14 de Março de 2013).

A Subprefeitura do Centro lança em fevereiro o PSIU (Programa de Silêncio Urbano) nas áreas do Lapa Legal – que tem como objetivo coibir a poluição sonora nos estabelecimentos do bairro. Uma força-tarefa será montada para percorrer os locais que são alvos de reclamações de ruído (Portal R7. “Subprefeitura do Centro lança Programa de Silêncio Urbano na Lapa”. 26-01-2011).

As recorrentes alterações no espaço físico, nas regulações dos comportamentos e na orientação aos comerciantes revelam o processo conflituoso que caracteriza a composição desse cenário. Essas mudanças não surgiram sem contestação por parte dos agentes sociais, pelo contrário, as alterações na forma e no conteúdo da sociabilidade na noite da Lapa receberam críticas e a política urbana esteve fortemente associada ao lazer noturno nos últimos anos.

O projeto Lapa Legal tinha como objetivo inicial regular as atividades comerciais e o fluxo do tráfego na área da Lapa. À esta medida inicial foram acrescentadas novas metas, especialmente organizadas em torno de um projeto de revitalização de toda a área do recém-denominado bairro da Lapa (Decreto n° 5407 de 2012). A criação do bairro pode ser entendida como uma atitude frente à centralidade na discussão política dessa porção do território municipal, o qual passou a ser o palco da cultura urbana carioca a partir das imagens do seu passado boêmio.

As memórias do passado nos ajudam a entrever que o desinteresse público e privado sobre a Lapa no período pós-segunda guerra não criou aquilo que se pode chamar de atividades comerciais espontâneas, mas atividades resilientes, restos do passado, fragmentados pelas políticas de renovação urbana nos anos 1960 e 1970, mas que resistiram em meio às forças

contrárias. Em 1969 (O Globo. Boêmios começam a subir a rua, em busca da seresta. 15 de Setembro de 1969), por exemplo, destaca-se o fato de que os bares e cabarés da Lapa começavam a migrar para a Zona Portuária (O Globo. De dia, trabalho duro; à noite, a vida boêmia. 20 de Julho de 1980) e para Santa Teresa (O Globo. A noite descontraída de Santa Teresa. 09 de Agosto de 1983), onde alguns ainda permanecem.

A vinda do Circo Voador, em 1982, para a Lapa é um dos primeiros sinais da revitalização, a qual, no entanto, só se consolida com a criação das isenções de impostos do projeto Corredor Cultural e dos financiamentos propostos pelos projetos Quadra da Cultura, Rio Ruas Comerciais e Lapa Legal. Neste caso, desde o princípio, a Lapa é um projeto de parcerias público-privadas – e isto em um sentido bem abrangente da ideia de privado – e não parte de um processo de apropriação empresarial de uma vida noturna vibrante e espontânea, a qual parece ter “morrido” para os cronistas da década de 1970:

A Lapa morreu. E com ela o encanto boêmio do centro da cidade. A Praça Mauá é o único local que ainda mantém a sua tradição mundana. Os bares e inferninhos continuam cheios. Nas calçadas, os motoristas de táxi reúnem para discutir futebol, enquanto aguardam “um gringo para fazer uma corrida e receber em dólar”. Nas praças, os bancos dos namorados agora são ocupados por velhos amigos para um papo de recordação ou por alguém que espera a noite passar (Revista O Cruzeiro. Enquanto a cidade dorme. Abril de 1973).

A revitalização da Lapa e o retorno ao centro é um processo que foi desenvolvido a partir da recomposição das formas e da conversão das práticas sociais do passado em narrativas do lugar, agora transformado em cenário. Assim, a boemia é decomposta em fragmentos e evocada na decoração dos bares, nas propagandas das casas noturnas ou nos espetáculos públicos. Hoje se evoca uma Lapa onde no passado desfilavam grandes artistas e intelectuais e onde existia uma relativa liberdade de uma sociabilidade despojada de formalidades.

Esta recomposição do passado trouxe esta sociabilidade para as ruas da Lapa e deixou de lado as casas de prostituição, os cabarés e os opiários. O fato de que a Lapa de antigamente se sustentava nos espaços privados foi abandonado para recriar uma nova Lapa nos espaços públicos. A preocupação dos projetos para o centro da cidade estava voltada para a criação de uma nova vida durante o período noturno, mas sem que isso reencenasse as práticas da Lapa dos anos 1920. A ideia de controle não pode ser dissociada aqui de uma nova ação de ordenamento social a partir de uma recomposição física. A malandragem seria transformada em cenário.

Ainda que a ideia de controle estivesse latente com a volta ao centro, a ação dos agentes privados – especialmente os empresários e os comerciantes da vida noturna – seguiu o seu curso na criação das cenas noturnas da área. Os empresários da noite foram aos poucos construindo uma identidade local, criando associações e investindo na melhoria de suas casas. Em muitos casos, a refuncionalização da forma foi a ação adotada, com a conversão dos casarios antigos em empreendimentos para o noturno, como o caso dos antiquários da Rua do Lavradio que se tornaram bares e casas de show.

Os espaços públicos foram adotados pelos bares, depósitos de bebidas, barracas, paraquedas e cavaletes de ambulantes (Figura 34). A sua ostensiva permanência e relevância para a vida noturna no centro acabou por formalizá-los como parte da cena noturna. Os empresários – pequenos, médios, associados, filiados, desagregados – da noite foram os responsáveis por dar o ar contemporâneo ao novo centro, contando as histórias do passado nas fachadas e na decoração, mas recriando as práticas sociais, ou melhor mantendo um modo de ser, um meio caminho entre o público e o privado, o provisório e o permanente, o passado e o futuro.

Cabe dizer finalmente que o “projeto” de “retorno” ao centro foi extensivamente negociado desde a década de 1980, algo que ocorreu em um intenso debate político, um constante choque de interesses econômicos e uma grande criatividade cultural. Ao mesmo tempo, parece que o processo de “re-centralização” da vida noturna é acompanhado por um processo de descentralização, o qual ganha novos conteúdos a partir da década de 1990. Estes projetos públicos, privados e particulares de reurbanização, regulação e descentralização da vida urbana noturna produziram formas e práticas especiais que compõem a atual paisagem noturna da cidade do Rio de Janeiro em lugares em que pesquisadores não costumam olhar para encontrar vida à noite.

A relativa decadência do centro auxiliou no processo de criação de novos centros desde os anos 1940, mas seguramente foi o crescimento da vida noturna no centro que estimulou o desenvolvimento de novos polos nas áreas periféricas. De alguma forma, a noite passou a ganhar mais importância para a vida econômica, social e política do carioca. Os agentes públicos e privados buscaram reproduzir atividades, formas e práticas em outras áreas, reativando vocações ou recriando novos contextos para a vida noturna.



*Figura 34: Cena de um depósito de bebidas no bairro da Lapa, Centro do Rio. Os depósitos de bebidas se tornaram um importante lugar da vida noturna no Centro. Fonte: Marcos Góis, 2014.*

## A descentralização da vida noturna

As medidas de descentralização e criação de novos polos urbanos têm sido bastante comuns em metrópoles que têm como desafio o crescimento e a concentração populacional. Das diversas soluções pensadas pelo poder público e pelos agentes privados, uma das que ganhou mais visibilidade foi o estímulo ao comércio nos centros de bairros residenciais. Estas áreas foram tradicionalmente lugares de transição entre a área central e o interior do município, articulando-se através de ligações de meios de transporte como o trem e o bonde (ABREU, 2006). Mais recentemente se transformaram em grandes polos do comércio varejista, como o caso de bairros como Tijuca, Bonsucesso, Méier, Penha, Madureira e Bangu nas zonas Norte e Oeste; e bairros da Zona Sul como Botafogo, Copacabana e Ipanema.

Os centros de bairro aparecem raramente citados como lugares de sociabilidade noturna ou cenários de apresentação da cidade durante a noite. Em boa medida, os centros de bairro são lembrados pelas boates, casas de show ou restaurantes que de alguma forma garantiam a

presença de pessoas nas ruas da cidade à noite. Em virtude disso, acreditamos que a insipiente vida noturna em outros centros tem sido valorizada no período atual como forma de descentralização da economia noturna em fronteiras de expansão para as atividades.

A descentralização da vida noturna é, portanto, um processo contemporâneo, ainda em fase de construção. Sem necessariamente tentarmos estabelecer um modelo, podemos dizer que se trata de um jogo de interpretações sobre o passado dos lugares e suas futuras vocações. Nesse sentido, a atuação do poder público vem incorporar formas e práticas já existentes dentro de um novo contexto. Para isso, Estados e investidores discursam em prol da revitalização dos centros de bairro, denunciam o seu abandono e promovem reformas urbanísticas e regulações das práticas. Ao fazerem isso, criam uma nova forma de estruturação para ser negociada: que tributos serão pagos e quais terão isenção? Onde se localizarão as atividades? Que ruas serão fechadas? Até que horário poderão funcionar? Deverão os lojistas contratar seguranças, instalar câmeras ou o Estado proverá segurança? Quem cuida da iluminação? Como será abordada a prostituição? Que papel terão os moradores de rua? Etc.

Para debater estas idas e vindas escolhemos dois projetos que tiveram, ao mesmo tempo, um importante papel na reconfiguração morfológica dos centros de bairro e nas transformações das práticas e dos perfis dos usuários da vida noturna. Primeiramente trataremos do programa Rio Cidade, que foi criado durante a gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996) e continuado por Luiz Paulo Conde (1997-2000). Posteriormente trataremos do projeto Rio Ruas Comerciais, atual Polos do Rio, criado na segunda gestão de Cesar Maia (2001-2008) e reformulado na atual gestão de Eduardo Paes (2009-2016). Veremos como em ambos os casos mudanças na morfologia e nas práticas sociais inseriram os centros de bairro nos roteiros da vida social noturna carioca.

### ***Programa Rio Cidade: mudar a forma e desenvolver os espaços públicos***

O programa Rio Cidade previa realizar reformas urbanas nos centros de bairros na Zona Norte, Sul e Oeste da cidade, com o intuito de desenvolver o comércio local e valorizar o uso dos espaços públicos nestas áreas (Figura 35). O objetivo central do projeto era reinstaurar a ordem urbana em um cenário de relativo descaso em relação ao bem público municipal. A promoção da ordem foi desenvolvida em torno da criação de equipes técnicas e de consultorias a arquitetos

e urbanistas na confecção das diretrizes dos projetos, os quais previam reconstruir a dimensão pública do espaço urbano (PCRJ, 1996).

Inspirado em projetos urbanos europeus construídos ao longo das décadas de 1980, especialmente o modelo da cidade de Barcelona, a ideia central era reinstaurar a ordem urbana. Pontos estratégicos da cidade - centros comerciais populares tradicionais - foram escolhidos por equipes técnicas, escritórios de arquitetura e urbanistas (SARTOR, 2000). No marco dos projetos e nas diretrizes de intervenção em cada área foram idealizados planos de melhoria das condições ambientais dos espaços públicos, com o intuito de “devolvê-los aos cidadãos cariocas” (PULICI, 2006).

Os estudos preliminares do programa Rio Cidade foram produzidos por escritórios de arquitetura, sendo específicos para cada área, mas em geral reproduziam as mesmas preocupações: a definição de um diagnóstico do quadro físico da área (espaço público, iluminação e mobiliário urbano); e um conjunto de propostas de requalificação urbana (do sistema viário, do paisagismo, da iluminação e do mobiliário urbano). Novos conjuntos de mobiliários poderiam permitir o melhor uso da área durante a noite, algo que se relacionava à proposta do Plano Diretor de Iluminação Pública (1993), voltado especialmente para as áreas comerciais dos bairros.

Interessante notar que dentro da descrição geral do programa e mesmo nos projetos de reurbanização de cada área, a noite aparece como um momento a ser valorizado pelas intervenções. Diagnósticos, propostas e estratégias sobre a vida social noturna são exibidos para, em primeiro lugar, demonstrar a decadência da situação diagnosticada, propor a sua recuperação e finalmente agir sobre isto a partir da introdução de uma nova morfologia nos centros de bairro.

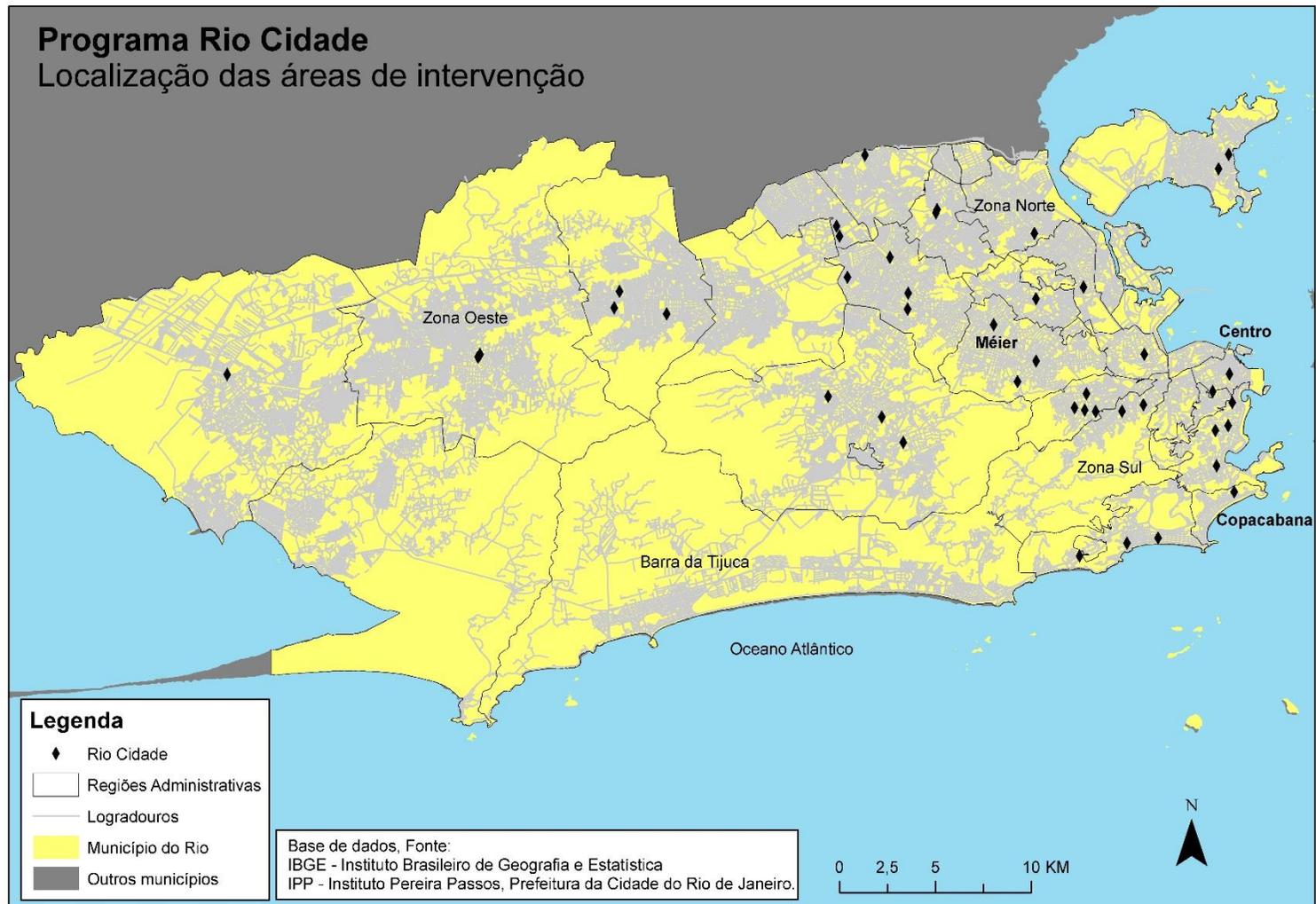


Figura 35: Mapa de localização dos projetos do Programa Rio Cidade. Nota-se a concentração de intervenções na Zona Norte e Sul da cidade, em geral no centro comercial de cada bairro. Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados produzida por Ardila Pinto (2011).

Dois casos podem ser bastante ilustrativos desse modelo de atuação da prefeitura. No caso do projeto urbanístico para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, desenvolvido pelo escritório L.A. Rangel & Cláudio Cavalcanti, tanto o diagnóstico quanto as propostas apresentavam grande interesse sobre o espaço público em sua dimensão física, especialmente em relação à iluminação do espaço:

DIAGNÓSTICO:

“A iluminação da Av. N.S. de Copacabana é absolutamente insuficiente do ponto de vista luminotécnico, tanto quanto desagradável, quando analisada pelas questões de estética e da segurança dos seus usuários” (L.A. RANGEL, 1994, p.8).

PROPOSTAS:

“Garantir o uso pleno e seguro da avenida por parte da população; [...] Valorizar e enriquecer os espaços ora estudados, tanto do ponto de vista da iluminação como dos elementos geradores de luz; [...]” (L.A. RANGEL, 1994, p.27).

O diagnóstico das condições de luminosidade da Avenida Nossa Senhora de Copacabana revela o interesse em relação à estética e à segurança no bairro, dois pontos estratégicos no programa Rio Cidade. Assim, a iluminação e as considerações sobre a noite na cidade, ausentes nos grandes planos urbanos e nas diretrizes dos programas de urbanismo, aparecem como um elemento central na definição das etapas de trabalho nos projetos urbanos:

“[...] o aumento da violência urbana tem afastado pedestres das ruas no período noturno, tanto quanto obrigado aos comerciantes a inclusão de proteção mais efetiva, como as portas metálicas pantográficas. Tal fato contribui para o aumento de áreas escuras na adjacência das calçadas que, antigamente, eram iluminadas, em grande parte, pelas vitrines das lojas” (L.A. RANGEL, 1994, p.8).

Os projetos se utilizam da associação mitológica que descrevemos no primeiro capítulo entre sombras e violência para justificar mudanças no espaço físico e na iluminação. Este recurso parece ser bastante eficiente na promoção dos projetos, visto que toda Avenida foi reorganizada tendo em conta a localização dos postes de iluminação pública, valorizando especialmente os usos das calçadas, buscando interligar o centro do bairro à orla, a qual já havia sido reformulada no projeto Rio Orla, na gestão de Marcello Alencar.

O mesmo tipo de observação aparece também no diagnóstico para o projeto no bairro do Méier, subúrbio da cidade. No qual se descreve o aspecto do entorno da Rua Dias da Cruz, orientando as reformas que deveriam ser realizadas na fase posterior, mas também construindo uma imagem sobre o que existia até então:

[DIAGNÓSTICO:]

[...] à noite a iluminação é fraca, comprometendo a segurança dos percursos e inibindo atividades de lazer noturno, o que vem se intensificando na área. Além disto, o tipo de iluminação tende a ser homogêneo e não é diferenciado de acordo com suas funções, o que prejudica a segurança e o uso das calçadas, com zonas de sombreamento ou pouca luminosidade.

[ESTRATÉGIA:]

[...] há de se privilegiar as atividades de lazer noturno que tragam dinamismo e segurança à área, merecendo tratamento paisagístico adequado. Como exemplo, podemos destacar a atratividade do Imperator e dos pontos de encontro da Rua Lopes da Cruz e do Shopping Center do Méier.

[PROPOSTAS:]

Pedestrianização e capacitação da Rua Tenente Cerqueira Leite, incentivando a sua apropriação pelos bares e restaurantes que ali se localizam, como vem sendo feito informalmente nas noites dos fins-de-semana (Meyerhofer & Toledo, 1993).

Nota-se que o diagnóstico sobre a situação do bairro no início da década de 1990 mostra conclusões similares à Copacabana, ou seja, a iluminação é um aspecto fundamental para garantir a segurança. No caso do Méier, além da segurança, firma-se o interesse sobre os usos e as funções. Uma nova iluminação, planejada segundo as diferentes funções do centro do bairro poderia realçar atrações que já existiam como, por exemplo, a casa de shows Imperator – que fechou logo após as obras da prefeitura em 1996 e reabriu em 2012 – e o Shopping Center do Méier. Não se trata, portanto, de obra nova, abertura de um novo polo, mas da consolidação de uma área central para a vida noturna, mas definida como um espaço informal. A formalização viria a partir da reconfiguração do espaço físico e da delimitação de novas práticas.

No caso da Rua Tenente Cerqueira Leite, área conhecida atualmente como o “Baixo Méier”, as intervenções programadas procuravam incentivar o uso comercial dos espaços públicos pelos bares e restaurantes, algo que antes já era realizado pelos comerciantes de maneira “informal”. Assim, as ideias de reforçar vocações locais e ampliar o comércio, o lazer e o entretenimento para os espaços públicos, presente nas linhas gerais do programa Rio Cidade, são mantidas em cada projeto de área e em cada aspecto relacionado à vida noturna.

Apesar de ter alcançado um sucesso considerável, as mudanças não geraram de fato os efeitos esperados, como no caso do Méier, onde, de um lado, houve a expansão do Baixo Méier, mas que, por outro, não conseguiu dinamizar outras áreas, como o entorno do Imperator. Somente com a recente incorporação do teatro ao conjunto de equipamentos culturais da prefeitura conseguiu a área se integrar ao contexto do Baixo Méier, o que revela o caráter precário da associação empresariado e Estado.

Como proposta de alteração do espaço físico dos bairros, os projetos do Rio Cidade eram complementados por plantas nas quais a sinalização e a iluminação pública tinham centralidade na representação. A Prefeitura do Rio de Janeiro através da Diretoria de Projeto (DPR) do IplanRio (Empresa Municipal de Informática e Planejamento) criou em 1997 um conjunto de manuais temáticos de orientação de projetos para o programa Rio Cidade. Estes manuais contemplaram temas como o mobiliário urbano, a iluminação, a sinalização e o paisagismo. Cada manual foi produzido pelas equipes responsáveis por seu planejamento, instalação e manutenção<sup>47</sup>. O conjunto desses manuais compõe a visão sobre o espaço físico da cidade que prevaleceu nas ações de programas como o Rio Cidade. A base técnica do planejamento, as minúcias das decisões sobre tamanho, proporção, efeito, cor, distância e interferência tratam a cidade em suas variações de luminosidade e de ocupação social, efeitos que parecem subsumidos ou mesmo ignorados se observássemos somente os planos diretores e a visão global do programa.

O programa também não esteve alheio aos conflitos sociais provocados. A remoção de agentes econômicos informais recebeu algumas críticas, mas foi apoiada pela maioria da população (DOMINGUES, 1999). Subúrbios deprimidos na Zona Norte e Oeste da cidade, como Campo Grande, Madureira e Méier, foram remodelados e, em muitos casos, suas áreas comerciais cresceram. Bairros de classe média, como Botafogo, Flamengo e Tijuca, nos arredores da área central, presenciaram o surgimento de centros comerciais e a expansão da vida pública (Jornal O Globo, “Pesquisa mostra expansão do comércio depois do Rio Cidade”. 20 de Maio de 1997, p.15), com valorização dos imóveis (Figura 36). Um novo discurso técnico e intelectual moldou o projeto, reduzindo as críticas e realçando as características culturais dos bairros, assimilando em boa medida as demandas locais e realçando as potencialidades comerciais (ARDILA, 2011).

Durante as obras, e mesmo após a conclusão destas, os cidadãos se queixaram sobre a política orientada para o design do lugar, afirmando que a remodelação foi comprometida com fins estéticos em vez de sociais. Obeliscos foram considerados desnecessários, ruas pintadas não pareceram agradáveis aos olhos dos moradores, pavimentos de calçada foram superfaturados e passarelas inúteis foram considerados um desperdício de dinheiro público (Jornal O Globo, “Os postes de ouro do Rio Cidade”, 16 de Maio de 1996, p. 12).

<sup>47</sup> Rio Luz, Cet-Rio, Fundação Parques e Jardins e Comlurb.

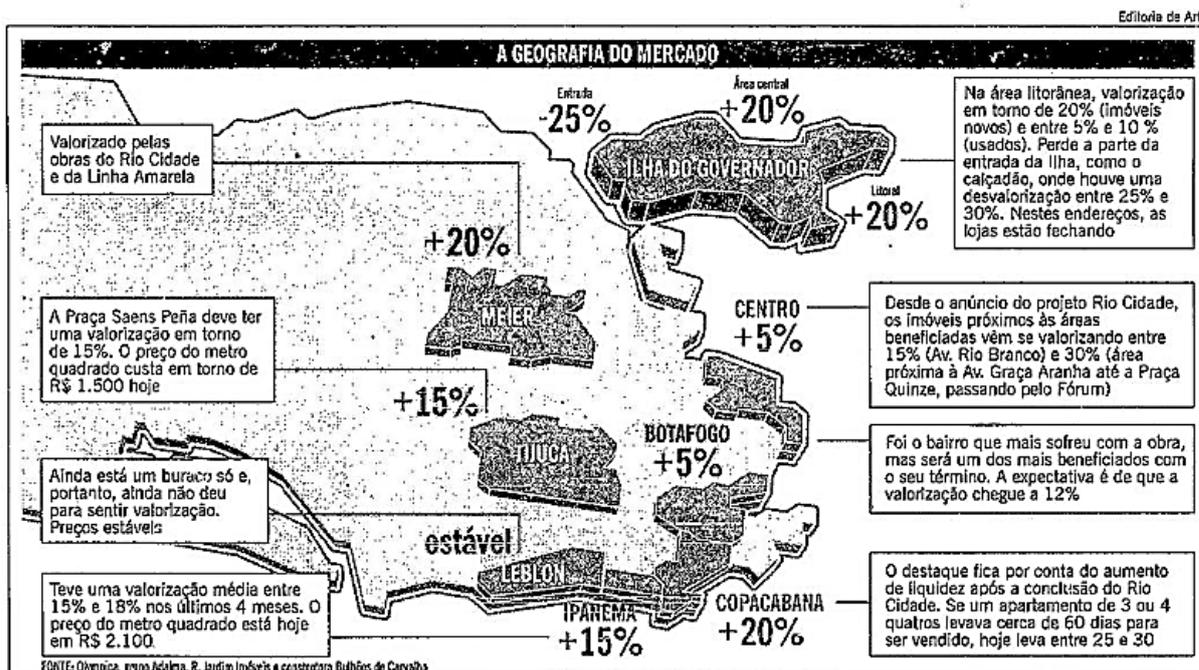


Figura 36: A geografia do mercado de imóveis após as obras do Rio Cidade nos centros dos bairros. Em geral, o programa aumentou o valor dos imóveis residenciais. Fonte: Jornal O Globo, “Preços dos imóveis sobem e descem com Rio Cidade, 11 de Agosto de 1996, p. 44.

Todo este debate também repercutiu nos usos dos espaços públicos à noite. A decadência do Baixo Leblon passou a ser associada às obras do Rio Cidade no bairro, especialmente por causa dos engarrafamentos e do barulho das obras (Jornal O Globo, “Depois da polêmica todos vão gostar”, 30 de Dezembro de 1995, p. 7). As obras também geraram receio por parte dos lojistas, que acreditaram que elas poderiam gerar prejuízos e o afastamento dos clientes (Jornal O Globo, “Rio-Cidade preocupa lojistas”, 02 de Novembro de 1995, p.7). As luzes feéricas no centro de Ipanema também parecem ter causado problemas para os residentes do bairro, os quais questionaram o valor das intervenções para a vida cotidiana (Jornal O Globo, “Luzes do obelisco tiram o sono em Ipanema”, 17 de Agosto de 1996).

O governo local conseguiu alterar ou promover práticas sociais através da construção de espaços públicos e da reformulação do ambiente para a vida noturna. Os ambientes sociais da vida noturna do passado tentaram ser reproduzidos, especialmente a ideia de uma vida social das calçadas e esquinas. A perda dessa forma de sociabilidade espontânea foi um dos elementos discursivos fundamentais para as intervenções físicas. De certa forma, se acreditava que ao se melhorar as condições ambientais isto geraria mudanças nos usos.

Os técnicos do Rio Cidade se apoiaram no diagnóstico de centros de bairro violentos e degradados para promover o programa e reinvestir em áreas suburbanas, onde as calçadas em frente de restaurantes, bares, pizzarias, botecos, trailers ou barracas são agora ocupadas pelos moradores dos bairros (Figura 37). A vida noturna deveria ser concentrada no centro comercial de bairro, especialmente com a abertura de espaços públicos como calçadas, esquinas e praças para o uso noturno.



*Figura 37: Uma cena da vida noturna no Baixo Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro. Trata-se de uma área com intenso uso diurno ligado especialmente ao comércio varejista e que é reorganizada para a vida noturna. Fonte: Marcos Góis, 2013.*

Os anos 2000 marcam um período de mudanças na forma de atuação do governo local carioca na gestão urbana. Os imensos canteiros de obras que simbolizaram os governos de Marcello Alencar, Cesar Maia e Luiz Paulo Conde são paulatinamente substituídos por obras pontuais e medidas de promoção da cidade (Jornal O Globo, “4 anos em 12. A Era Cesar Maia”, 14 de Dezembro de 2008, caderno especial, Rio).

Os grandes programas da prefeitura – Rio Cidade e Favela Bairro – passam por um período de crise e de descontinuidade. A nova versão do Rio Cidade, chamada de Urbe Cidade, continua os esforços de reorganização dos espaços públicos, atuando mais diretamente na Zona Norte e Oeste da cidade. Contudo, o período entre 2001 e 2008 é marcado pela retomada das parcerias público-privadas e pela atuação do governo local em relativo isolamento político, o que acarretou em menores investimentos nos grandes projetos e na tentativa de se criar grandes obras, como a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Estádio João Havelange, em Engenho de Dentro.

De qualquer forma, o programa Rio Cidade foi responsável por uma considerável mudança na morfologia dos centros de bairro. Todos os postes e os materiais iluminantes foram reformulados a partir do modelo do urbanismo luminoso, respeitando e sugerindo usos. Os espaços públicos foram reformados e novos mobiliários tentaram garantir a presença dos indivíduos nas áreas. O comércio ganhou a centralidade das ações, promovendo novos espaços para a expansão da área de acomodação de clientes.

As reformas do programa recuperaram, produziram e modificaram também algumas práticas. Recuperaram porque através da regulação dos estabelecimentos se conseguiu formalizar as atividades de consumo, especialmente voltadas para os bares e restaurantes. As mesmas práticas de consumo foram, ao mesmo tempo, modificadas, pois houve a realocação de espaços comerciais e sua associação com a expansão de áreas livres e espaços públicos. Novas práticas também foram incentivadas pela construção de pontos comerciais, por regulações de horários e mecanismos de restrição de práticas tidas como inconvenientes ao ambiente noturno, como a mendicância e a prostituição.

A fase seguinte, nos anos 2000, previa ainda a manutenção das intervenções que tinham ocorrido nos anos anteriores. Se a noite nos centros de bairro parecia se expandir, o cuidado com o mobiliário era reduzido (Jornal O Globo, “Rio Cidade mostra efeitos de má-conservação”, 24 de Junho de 2004, p. 18).

As novas áreas reurbanizadas tiveram ainda que lidar com a redução dos investimentos e a das pretensões dos projetos. Casos como os centros de bairro de Rocha Miranda, Bangu e Irajá parecem demonstrar que a nova fase do Rio Cidade se comprometeu menos com o desenvolvimento da vida noturna. Parece mais evidente que a prefeitura teve que arcar com o controle dos comportamentos e do uso econômico do espaço, combatendo a informalidade nos

centros que tinham sido reformados na década de 1990 e reproduzindo soluções anteriores nas intervenções da década de 2000.

O governo local aos poucos abandonou o papel de promotor da vida noturna para o de parceiro-regulador das atividades comerciais. Com estímulos ligados à redução de impostos, ao combate à informalidade e à recuperação do entorno, a prefeitura criou a possibilidade para que os empresários ocupassem as áreas reurbanizadas e reconstruíssem a lógica espacial e social dos centros. A forma mais explícita dessa relação se conformou na vida noturna a partir do projeto Rio Ruas Comerciais, em 2004.

### ***Rio Ruas Comerciais: polos comerciais e novas práticas para o noturno***

O programa Rio Ruas Comerciais foi uma iniciativa política com fins econômicos criada na gestão do prefeito Cesar Maia, no ano de 2004, e que previa, com a participação dos comerciantes locais, a promoção de centros comerciais em áreas da cidade que demonstrassem vocação para atrair consumidores. Parte desta nova estratégia visava a retomada econômica a partir do uso noturno em polos gastronômicos.

A busca por parcerias com a iniciativa privada possuía diferentes frentes, atuando em conjunto com grandes parceiros econômicos, os quais investiam na recuperação de espaços públicos, e também com microempresários, reunidos através de polos comerciais. O marco do processo estava instalado, portanto, desde o início dos anos 1990, no marco do Plano Diretor carioca, e reformulado em 2001 a partir do Estatuto da Cidade.

A forma urbana e a estruturação dos centros de vida noturna já vinham sendo também remodelados nos últimos anos. Projetos como o Rio Cidade, o Corredor Cultural e o Rio Orla tinham se destacado na reurbanização de centros comerciais em toda a cidade. O Rio Ruas Comerciais surge, portanto, no contexto político, econômico e espacial de expansão das ações dos agentes sociais em relação à noite.

Na verdade, os polos existiam informalmente, criados ao longo do tempo através de parcerias entre os empresários locais em torno de uma mesma área, no que ficou popularmente conhecido como “baixos” ou polos gastronômicos. Trata-se de uma estratégia econômica comum na escala

regional, tradicionalmente ligada ao setor industrial, mas que tem sido aplicada ao espaço urbano como alternativa para o arrefecimento da economia em tempos de crise<sup>48</sup>.

Os polos comerciais são iniciativas especialmente dedicadas ao setor terciário para a promoção da cidade e o desenvolvimento de potencialidades locais. No entanto, são também medidas simples de oficialização do processo de coesão espacial (CORRÊA, 1989b), no qual a localização de empresas de um mesmo subsetor da economia em uma área reduzida gera ganhos pela concentração de consumidores. Este é o caso, por exemplo, do polo de Benfica (especializado em lustres) e do polo da Estrada Intendente Magalhães (especializado em venda de automóveis usados), certamente dedicados a atividades ligadas ao diurno.

No caso do Rio Ruas Comerciais, a prefeitura teria o papel de ser o agente planejador das áreas públicas do entorno do centro comercial, atuando em alguns momentos em parceria com os agentes privados através dos termos de um convênio entre as partes (RODRIGUES, 2012). Obras de requalificação e reurbanização poderiam ser adotadas caso a área estivesse degradada, podendo incluir, dependendo do projeto: a configuração dos logradouros; a drenagem de águas pluviais; as obras de redes de infraestrutura aérea e subterrânea; os serviços de pavimentação de via e calçada; a instalação de mobiliário urbano; a instalação de equipamentos urbanos; a iluminação pública; a limpeza urbana; a adequação da sinalização viária; a adequação de trânsito e transporte; o paisagismo; o ordenamento do uso do espaço público; a adequação de propaganda e fachadas do comércio; e a recuperação do patrimônio histórico (Decreto 24608 de 09 de Setembro de 2004). As obras internas ficariam sob a responsabilidade dos proprietários, os quais deveriam reportar à Comissão de Implementação do Programa Rio Ruas Comerciais sobre as intervenções e contratar empresas credenciadas pela prefeitura para realizá-las, seguindo o modelo que já tinha sido adotado para o Corredor Cultural Carioca.

Inicialmente o Programa Rio Ruas Comerciais se instalou em áreas que já possuíam algum sucesso enquanto polos comerciais, especialmente relacionados aos serviços de alimentação e ao turismo (Figura 38). A área central foi a primeira a ser observada pelo projeto. O polo cultural e gastronômico do Novo Rio Antigo, que compreende quase a totalidade do atual bairro da Lapa, foi o primeiro a ser criado em 2006. A relevância da concentração de atividades no local pode ser observada pelo realce dado à “[...] concentração e variedade de centros culturais, bares,

<sup>48</sup> Durante o Plano Collor, com o congelamento das poupanças, o empresariado ligado ao certo de gastronomia teve que se unir em torno de associações para manter os pagamentos em dia e solucionar o problema do enjugamento do capital de giro.

botequins, restaurantes, academias de dança, salas de música, teatros, cafés, hotéis, confeitarias e edificações históricas existentes, importante reduto da boemia e da cultura carioca, localizada no Centro Antigo” (Decreto nº 26200, de 27 de janeiro de 2006). Até o ano de 2010 o polo possuía 59 associados, sendo que 68% dos estabelecimentos estavam ligados ao setor de entretenimento e gastronomia (POLOS DO RIO, 2011).

O segundo polo, criado na mesma data do polo Novo Rio Antigo, chama-se Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV. Neste caso, foi dada relevância ao papel cultural da área e de sua importância enquanto marco identitário para a cidade. A potencialidade econômica da área seria produzida pela “[...] concentração de edificações históricas, museus, galerias de artes, equipamentos culturais e de entretenimento, restaurantes, bares, botequins, cafés, confeitarias [...]” (Decreto nº 26201, de 27 de Janeiro de 2006). Em 2010, o polo possuía 22 associados, sendo 75% ligados ao setor de serviços de alojamento e de alimentação (POLOS DO RIO, 2011).

Em ambos os casos, a evolução do comércio local desde a década de 1980 foi reforçada pelas imagens de centros da boemia do início do século XX e da cultura urbana carioca. A história urbana, recomposta com os significados da cultural do entretenimento atual, foi um elemento facilitador do processo de coesão espacial, o qual a prefeitura reforçou, especialmente ao criar os dois primeiros polos nas áreas delimitadas pelo programa Corredor Cultural, na área central, vinte anos antes. Com a consolidação do projeto na área central, os polos passam a ser também um mecanismo de ajuda à descentralização das atividades em outras regiões do município, especialmente entre 2006 e 2007, com a criação de polos no Humaitá, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca, Bangu e Campo Grande.

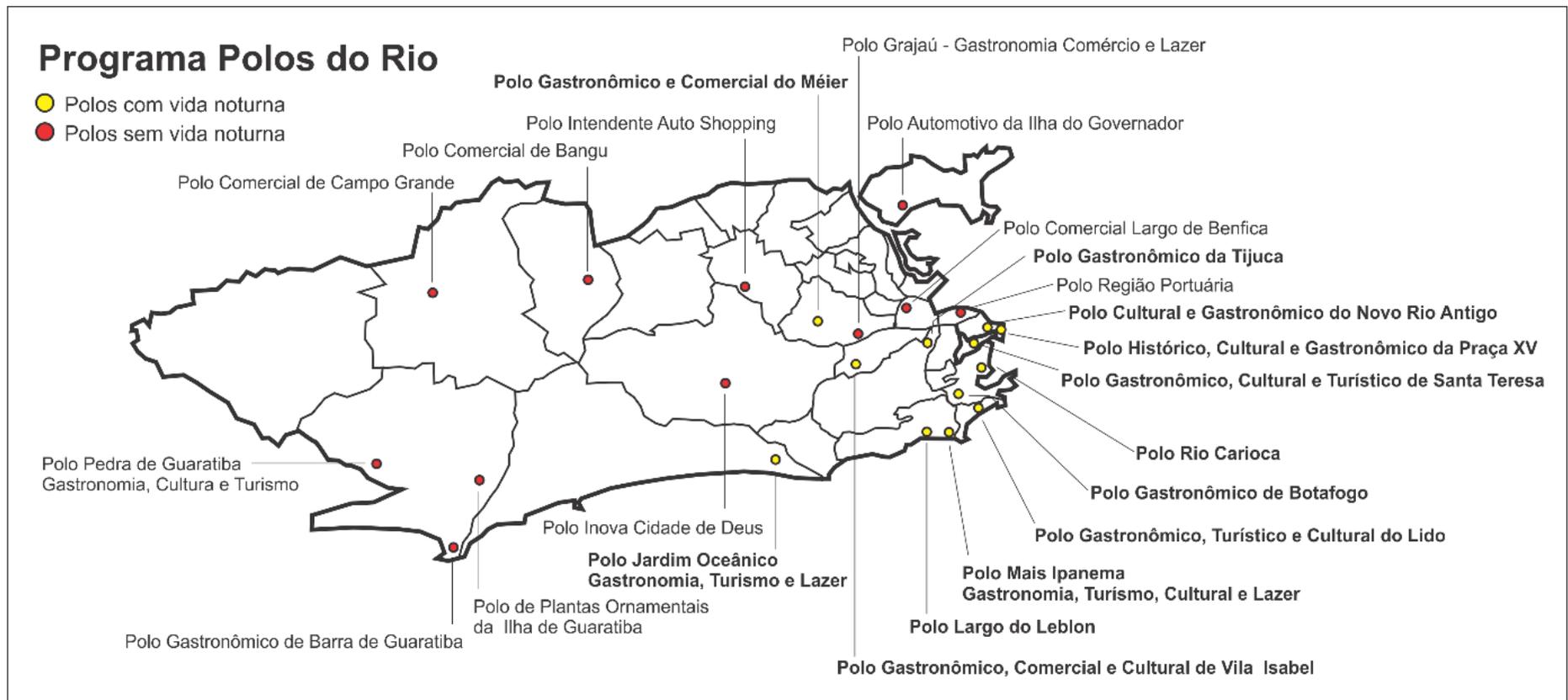


Figura 38: Localização espacial dos Polos no município do Rio de Janeiro. Os pontos amarelos são os polos definidos como centros de vida noturna, especialmente ligados ao ramo gastronômico. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEDES (2013).

O organograma do programa Polos do Rio envolve atualmente agentes de diferentes esferas e escalas de atuação. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) é a representante da prefeitura no tratamento e no controle das ações empreendidas pelos agentes privados; o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ) atua na capacitação dos empresários; o Banco do Brasil tem o papel de credor e autoriza linhas de financiamento para o desenvolvimento das empresas; o Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro (SINDRIO) oferece assistência jurídica e administrativa; e a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro atua no setor de pesquisas e divulgação para os polos. Esta medida procurou descentralizar o problema da administração e coordenação dos polos, deixando os empresários com maiores responsabilidades e a prefeitura apenas como intermediária no processo.

Os polos que nitidamente possuem atividades noturnas e que movimentam a economia urbana para este período são nove dentre os vinte e cinco: Jardim Oceânico – Gastronomia, Turismo e Lazer, na Barra da Tijuca; Gastronômico e Comercial do Méier; Gastronômico da Tijuca; Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV; Cultural e Gastronômico do Novo Rio Antigo; Gastronômico, Cultural e Turístico de Santa Teresa; Gastronômico de Botafogo; Mais Ipanema Gastronomia, Turismo, Cultural e Lazer; e Gastronômico, Turístico e Cultural do Lido. Os polos de gastronomia, cultura e turismo tendem a se concentrar nos bairros de classe média da Zona Sul e Norte da cidade e na área do centro histórico do Rio de Janeiro. As suas localizações tendem a reforçar a centralidade econômica de alguns bairros a partir também do uso noturno.

Em Dezembro de 2009, na gestão do prefeito Eduardo Paes, o programa passa a ser denominado “Polos do Rio” e novos critérios de inclusão de empresas privadas passam a ser estabelecidos, assim como novas formas de regulação das atividades comerciais.

Art. 2º Nas condições previstas no presente decreto, grupos empresariais integrarão o Programa, desde que atendidos os seguintes pré-requisitos:

- I - sejam formados por, no mínimo, doze empresas constituídas na forma da lei;
- II - demonstrem capacidade associativa, mobilização e poderes de participação e organização, por meio de entidade representativa específica;
- III - exerçam as suas atividades em estabelecimentos situados em logradouros públicos circunscritos em um mesmo perímetro. (Decreto nº 31473 de 07 de Dezembro de 2009).

Ainda que os critérios pareçam ter certo grau de imprecisão (por que o número mínimo de doze? O que seria esta capacidade associativa? Que limites definem um perímetro?), podemos interpretar o decreto como uma tentativa de dar ênfase à capacidade associativa das empresas na elaboração de estratégias de coesão espacial. Neste caso, a adesão de setores diferentes como, por exemplo, centros de entretenimento que se situem próximos a centros gastronômicos, é incentivada.

Com o desenvolvimento dessa forma de atuação, muda-se o papel da prefeitura, a qual atua menos diretamente na reurbanização das áreas do entorno dos polos e mais diretamente na fiscalização e no ordenamento dos espaços públicos e das ações dos empresários. Este ponto é crucial, pois, as áreas que receberam o tratamento de urbanização e os incentivos fiscais da fase anterior (projetos do Rio Cidade) – Tijuca, Botafogo, Ipanema, Leblon, Bangu, Campo Grande – agora passarão a ser fiscalizadas, dentro do plano de choque de ordem da prefeitura.

O ponto central do caso que estamos analisando é a mudança dos significados atribuídos ao papel dos agentes sociais. Se antes a prefeitura buscava reurbanizar, revitalizar ou reformar o espaço físico; agora ela busca fiscalizar, controlar ou ordenar as práticas. O mesmo ocorreu no caso dos projetos relacionados ao centro. A ênfase na forma vai sendo substituída ou suplantada aos poucos pelo interesse nas práticas sociais, na contenção dos comportamentos e das ações ilegais ou informais e na abertura dos espaços públicos para atividades organizadas e manifestações autorizadas. Não se tenta mais conter a informalidade com a sua extinção, mas com a sua (parcial) inclusão na vida noturna, como no caso dos ambulantes da Lapa.

Os agentes privados, especialmente o empresariado, mantêm o papel de promotores da noite, criando atividades, estimulando práticas, reformando os prédios. Porém, passam também a ser parceiros do poder público local, negociando intervenções nos espaços públicos, financiando e apoiando projetos culturais e investindo em pequenas empresas. Neste sentido, parece ser menos comum ao caso do Rio de Janeiro o processo descrito para os Estados Unidos e a Inglaterra de comodificação ou de monopólio corporativo. Devido à crise econômica no início dos anos 1990, os empresários cariocas tiveram que formar um grupo de associações que mantêm um mercado ainda não afeito às intervenções de caráter monopolista.

Para os usuários as mudanças na vida noturna provocaram também um novo papel, menos concentrado em algumas atividades e mais autônomo, no sentido de que eles passam a ser os agentes responsáveis pela seleção dos lugares e sua organização para a vida noturna. Um grupo de usuários da noite pode, inclusive, se reunir em torno de uma ideia e promover a noite nos

lugares públicos desses centros de bairro. Há inúmeros exemplos como os bailes e shows no Castelo (Centro), na Praça São Salvador (Laranjeiras), na Praça Montese (Marechal Hermes) ou na Praça Agripino Grieco (Méier). A capacidade de associação e de negociação está, portanto, em todos os agentes que envolvem a noite.

Outras áreas da cidade que de forma “espontânea” se organizaram em torno de polos costumam ser denominadas de “baixos”, no qual clusters de bares e restaurantes se formam no entorno de uma vizinhança. Os baixos são parte do processo de expansão da cidade, agregando em perímetros relativamente pequenos e geralmente em esquinas um conjunto de atividades ligadas ao noturno. O surgimento dos baixos pode ser comparado ao momento atual como a forma tradicional de coesão espacial motivada pelos empresários do setor. As ações diretas dos usuários na criação de lugares de encontros em espaços públicos parece ser a nova fase desse processo de descentralização.

A mudança nas formas e nos lugares de diversão noturna parece também acompanhar às mudanças no perfil do público. Por exemplo, o Baixo Méier, que por anos foi conhecido por ser um reduto do lazer noturno familiar (O Globo. A Noite Tranquila de um Bairro Agitado. 04 de Julho de 1990), foi remodelado pelo projeto Rio Cidade em 1997, o qual ajudou a mudar o público do local, concentrando não somente as famílias, mas também grupos de adolescentes, jovens casais, torcedores de futebol e mesmo grupos específicos como motoqueiros (Figura 39 e Figura 40).

Além das mudanças no espaço físico, nas práticas e nos frequentadores, o conjunto de manobras sociais (novos códigos, decretos, obras, negociações) foram importantes para mudanças no perfil dos empresários. Ainda no caso do Baixo Méier, a promessa de mudanças urbanas no bairro atraiu empresários da região, como Antônio Washington Cardoso, um pequeno comerciante que abriu o Bar Reza Forte em 1996 e o Botequim do Zé em 2002, ambos na Rua Tenente Cerqueira Leite. Outros comerciantes aderiram ao local após 1997, remodelando a forma de lazer noturno da área a partir da promoção de eventos para jovens adultos, como shows, festas e eventos esportivos (Jornal O Globo, “Subúrbio Emergente”, Rio, p.14, 17-04-2013).



Figura 39: Uma reportagem do Jornal O Globo destaca o Méier como um bairro com vida noturna pacata, ligada aos jantares em família. Fonte: Jornal O Globo, “De Bacalhau Mesmo”, Jornais de Bairro, p. 28, 27 de Janeiro de 1988.

A criação (ou conversão) do baixo em polo gastronômico, cultural e recreativo pelo Decreto nº 5298 de 02 de Setembro de 2011 somente confirmou o sucesso do processo. Atualmente, o “Baixo Méier” tem sido procurado por empresários da vida noturna como Leo Feijó, produtor e empreendedor vinculado à muitas das intervenções na “noite carioca”, o qual em parceria com outros empresários do setor tem procurado investir na área *off-zona sul*.

A ideia é estimular uma rede de produtores locais. Você passa na 24 de Maio e vê casas antigas enormes, mal cuidadas. São imóveis com aluguéis acessíveis, à espera de quem os ocupe com iniciativas culturais. Essas condições já se deram em Manchester, na Lapa, em Botafogo. Agora é ali [no Grande Méier] (Jornal O Globo. Produtores Apostam em Bairros como Tijuca e Méier para eventos Culturais. 24 de Março de 2014).

Neste sentido, o programa de renovação urbana Rio Cidade não somente teria “devolvido os espaços públicos aos cidadãos”, mas também reorganizado as atividades comerciais que tinham sido informalmente construídas ao longo das décadas passadas. Removendo a informalidade das áreas públicas, legalizando a participação das pequenas empresas comerciais e remodelando o traçado urbano das áreas, o programa abriu as áreas periféricas ao mercado da noite urbana. Os empresários especializados no setor ressurgiram e formaram alianças de empreendedores, capitalizando a demanda por entretenimento noturno.



*Figura 40: Vista de um trailer de lanches no Baixo Méier. Atualmente o Baixo Méier concentra um grande número de jovens. Fonte: Marcos Góis, 2014.*

## O diálogo entre os dois processos e as marcas na paisagem

O projeto de estímulo aos polos comerciais surge quando os empresários cariocas, e neste caso os empresários da noite urbana, já estão bastante organizados em torno de seus clusters. A criação dos polos segue, inclusive, o próprio movimento dos empreendedores cariocas, iniciando no Centro da cidade, indo em direção à Zona Sul e finalmente se desdobrando para a Zona Norte da cidade.

O crescimento das atividades noturnas, a expansão do uso dos espaços públicos à noite e a revitalização dos centros de bairros através da renovação urbana são resultados de um processo que se iniciou, na década de 1980, com o Corredor Cultural, e na década de 1990, com o projeto Rio Orla, os quais foram, no entanto, levados para fora do eixo Centro – Zona Sul através do programa Rio Cidade. O Rio Ruas Comerciais foi o passo na consolidação do processo, formalizando uma renovação da vida noturna iniciada por estes outros projetos. Nos últimos anos, a mudança na direção do Rio Ruas Comerciais para o Polos do Rio e a criação do projeto Lapa Legal reintroduziram o tema da noite urbana, mas em um tom diferente, preocupado em regular e fiscalizar as atividades comerciais. Medidas que foram adotadas tanto no processo de recentralização quanto no processo de descentralização.

Este duplo processo parece ter produzido um quadro diverso de situações, com novas localizações de centros de vida noturna, baseadas em padrões sócio-espaciais que reproduzem de uma maneira geral as práticas da vida noturna dos cidadãos cariocas. Ainda assim, as especificidades dos processos, dos projetos e das intervenções colaboraram para o surgimento de novos empresários, novos públicos, novas formas de atuação do poder público e, finalmente, novas práticas sócio-espaciais.

Há no Centro uma chamada para a vida boêmia, para o turismo e para a valorização do passado em um jogo social contemporâneo. Mas, além disso, há também um apelo à diversão cultural, aos cinemas, teatros e museus, formas mais tradicionais de inserção na vida noturna. Esta dupla associação entre boemia e cultura é menos óbvia em outros lugares da cidade. Seguramente o discurso sobre o passado tem menos referentes em bairros das Zonas Sul, Norte e Oeste, ainda que apareçam em lugares como a Feira Nordestina, em São Cristóvão, o Beco das Garrafas em Copacabana, ou mesmo nas quadras de escolas de samba.

Os desdobramentos da vida noturna em uma vida cultural só recentemente têm se consolidado a partir de projetos da prefeitura como as Lonas Culturais, que foram construídas com a realocação das estruturas da ECO-92 e se transformaram em espaços culturais no subúrbio; projetos financiados por empresas públicas como os cinemas digitais, apoiados pela Petrobras; ou pela iniciativa empresarial na construção de shopping centers, os quais são hoje os centros que reúnem salas de cinema, espaços cênicos e até mesmo galerias de arte. Estas iniciativas serão mais bem abordadas no próximo capítulo.

Finalmente, afirmamos que a expressão da espacialidade da vida noturna, discutida entre os projetos oficiais e as ações dos agentes sociais, acaba por se constituir em um quadro de dispersão das atividades no espaço urbano. O duplo processo que relatamos acima acaba, assim, criando uma marca na paisagem noturna da cidade, uma composição colorida pelas tintas das múltiplas atividades que forma aquilo que chamamos de paisagem noturna. Buscamos compreender esta espacialidade a partir da ideia de centralidade e da construção de um índice de centralidade das atividades noturnas.

Se até agora falamos dos processos, passaremos então agora aos resultados para a configuração da paisagem noturna atual. Depois veremos como esta organização espacial da paisagem noturna tem produzido práticas e formas negociadas no cotidiano.

## Capítulo 7:

# Centralidades da noite carioca

Ao identificarmos os processos sócio-espaciais que configuram a paisagem noturna carioca notamos que as atividades e os serviços ligados ao noturno tinham uma grande importância para a vida social do carioca. Poderíamos ir ainda mais adiante e afirmar que as atividades seriam as formas concretas de realização das práticas sociais. Concretas, pois precisam de uma localização e de formas construídas nesses lugares para existir.

Neste capítulo trataremos das localizações e das concentrações das atividades, no intuito de descobrir os significados dessas localizações e os seus papéis na vida noturna contemporânea, ou seja, nas práticas sociais ligadas ao noturno. As formas construídas e a sua relação com os comportamentos dos usuários serão observadas no capítulo seguinte. Para agora cabe finalmente dizer que esta discussão sobre o lugar das atividades ligadas ao noturno é inédita para a cidade do Rio de Janeiro e quem sabe até mesmo para as cidades brasileiras. Não há quase informação sobre a espacialidade do fenômeno noturno e o tipo de análise de centralidade apresentado neste capítulo tem o intuito de fornecer um modelo de aproximação da distribuição espacial das atividades noturnas.

Acreditamos que dita análise, realizada a partir do cálculo de um índice de concentração poderá iluminar um pouco a nossa reflexão sobre as práticas sociais e suas implicações para a vida noturna na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, queremos exhibir como o variado colorido da vida noturna é proporcionado por estes centros de vida noturna. Adotamos como base metodológica as teorias da economia espacial em suas mais recentes revisões, no intuito de compreender a concentração de atividades a partir da ideia de centralidades. Posteriormente veremos como que para algumas atividades se estabelecem relações com o perfil empresarial e com o histórico dos processos relatados nos capítulos anteriores.

## Geografia e centralidades para a noite

A forma como abordamos o problema das centralidades é, de certa forma, apoiada na releitura de alguns dos clássicos da economia espacial, especialmente a partir de modelos espaciais como a Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966 [1933]) e Losch (1962 [1940]), a regra de ordem-tamanho de Zipf (1949) ou mesmo a teoria de localização de cidades de Ullman (1941). Apesar de bastante criticados, estes modelos foram responsáveis pelas primeiras grandes proposições sobre as implicações espaciais do capitalismo na formação de redes urbanas e pelo surgimento de metrópoles regionais.

Reduzidas as suas pretensões, os modelos podem servir como base teórica e metodológica para a apreensão de outros fenômenos sociais que têm a cidade como o lugar de sua manifestação. Por isso, buscamos retomar a ideia de centralidade resumindo-a aos interesses da pesquisa sobre as atividades do terciário ligadas à vida noturna. Isto implica em diversos ajustes e até mesmo contradições em relação ao modelo sem que, no entanto, se percam as ideias gerais que os sustentam. Desse processo resultou aquilo que denominamos inicialmente de Índice de Concentração das Atividades Noturnas (ICAN)<sup>49</sup>.

O primeiro ponto de aproximação reside na definição propriamente dita de centralidades. Nesse caso, todo núcleo urbano é considerado uma localidade central, independentemente de sua área, população, renda, padrão espacial ou densidade. Todo núcleo possui funções centrais que, de alguma maneira, desempenham um papel da rede de localidades a partir da oferta de bens e serviços. Assim, cada localidade possui uma região de influência, ou melhor, uma área e um contingente populacional que mantêm a sua oferta de bens e serviços (CHRISTALLER, 1966). Essa premissa parece adequada para a escala e para as atividades ligadas ao noturno, visto que o princípio fundamental de dispersão espacial desigual das atividades permanece.

O segundo ponto diz respeito aos níveis de centralidade de cada localidade. Assim, a partir o modelo christalleriano, quanto maior for o número de funções centrais, maior será a região de influência de uma dada localidade, bem como o número de pessoas atendidas e, portanto, a sua centralidade. Quanto maior o número de atividades, maior a centralidade. Além disso, as localidades “mais centrais” também concentram as atividades que são consumidas com menor frequência ou que são ofertadas com menor frequência. Assim, poucas localidades ofertam estes

<sup>49</sup> Pretende-se no futuro criar um índice de centralidade das atividades noturnas a partir da definição da hinterlândia das atividades. Nesse momento somente apresentamos a concentração de bens e serviços ligados ao noturno.

tipos de bens e serviços e elas tendem a estar no topo da hierarquia urbana (CORRÊA, 1989a). Enquanto os centros com posição hierárquica inferior concentram atividades mais comuns, como, por exemplo, bares, os centros de maior nível hierárquico mantêm as atividades banais, em maior número, e também as atividades mais eventuais, como, por exemplo, os shows internacionais ou as intervenções artísticas em espaços públicos. Em resumo:

Uma primeira observação conclusiva se impõe: a hierarquia das localidades centrais expressa um padrão hierárquico sistemático e acumulativo de funções centrais: à medida que se eleva o nível de hierarquia verifica-se um acúmulo, em cada nível, das funções centrais dos níveis inferiores mais algumas que definem o nível hierárquico em consideração (CORRÊA, 1989a, p. 24).

Os conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo de Christaller são fundamentais para a compreensão deste ponto. No primeiro caso, trata-se da distância pela qual os consumidores estão dispostos a se deslocar para obter os bens e serviços ofertados em dada localidade. Já o alcance espacial mínimo diz respeito à área que engloba o número mínimo de consumidores que sustentam a existência de uma dada atividade em uma localidade central (CORRÊA, 1989a).

Os bens e serviços banais, de consumo cotidiano ou bastante frequente como, por exemplo, aqueles adquiridos em padarias, supermercados ou feiras, necessitam de um alcance espacial mínimo reduzido, às vezes recobrando uma população relativamente pequena. Bens e serviços especializados ou raros, ao contrário, necessitam de um maior alcance espacial mínimo e, conseqüentemente, um contingente populacional relativamente grande.

Segundo as proposições de Christaller, no caso do alcance espacial máximo, este seria afetado pelos custos de transporte ou de deslocamento. Esse fator seria essencial para a decisão sobre a localização das atividades e sobre as trajetórias dos consumidores. A oferta e o consumo de bens e serviços raros poderiam arcar com estes custos, o que os bens e serviços banais não (BROWN, 1993).

Duas implicações para o estudo da centralidade noturna em uma metrópole se impõem. A primeira se relaciona aos custos de deslocamento. Ainda que os custos sejam critérios para a decisão da localização, atualmente eles podem ser negligenciáveis, seguramente no caso da oferta e temerariamente no caso da demanda de bens e serviços.

A população consumidora dos bens e serviços relacionados à noite é efetivamente influenciada em suas formas de consumo pelos transportes, mas ainda mais imperioso do que os custos são

o tempo de deslocamento e as alternativas de transporte. Isto porque na escala metropolitana há diversos empecilhos para o deslocamento como, por exemplo, a distância física, a oferta de serviços de transporte público, a disponibilidade de estacionamentos para veículos particulares, a existência de pedágios, rodízios, blitz policiais ou fiscalizações da “Lei Seca”, entre outros. Todos estes elementos podem não só encarecer como retardar o deslocamento, representando fatores limitadores para a circulação, como pode ser observado nas pesquisas de Hagerstrand (PRED, 1977), por exemplo. À noite esses problemas tendem a se ampliar já que podem ser adicionadas também a redução ou mesmo suspensão dos serviços de transporte público, o aumento da sensação de perigo, o reforço das fiscalizações e o encarecimento dos serviços de táxi.

A segunda implicação para a vida noturna diz respeito ao alcance espacial máximo de uma atividade. Neste caso há diferenças importantes, ou ainda fatores que influenciam na localização das atividades comerciais ligadas ao noturno. As atividades ligadas ao entretenimento e ao lazer apresentam diferenciadas estratégias de atração de um público consumidor, o que possui relação com formas de consumo cultural. São esses elementos ausentes na perspectiva economicista que gostaríamos de acrescentar.

As relações de pertencimento ou o compartilhamento de um código social comum influenciam na escolha de um lugar ou de um pedaço, como sugere Magnani (2002). O consumo de bens específicos por um dado grupo tende a se firmar como uma forma de criação de um capital cultural compartilhado por seus membros como forma de distinção ou de comunicação entre os iniciados, algo defendido por Bourdieu (1984). Estas escolhas fogem ao modelo, mesmo em relação à oferta de bens e serviços regulares, demonstrando que para o entendimento de sua espacialidade deve se criar uma análise sócio-espacial das escolhas, o que estará mais bem discutido no capítulo seguinte.

Além dos problemas em relação às escolhas dos lugares de vida noturna, implicando em uma variação (limitação) do modelo christalleriano, há que se ter também uma digressão histórica para entender o processo espacial de criação de centralidades noturnas em perspectiva. Certamente as heranças do passado têm um papel a cumprir na localização atual dos centros de vida noturna, o que tentamos exibir nos capítulos anteriores.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, vimos que a localização dos centros de vida noturna se deu através de um processo histórico ainda em andamento, com fases de ocupação que tenderam a se manter na área central. As localidades com maior nível na hierarquia de lugares

centrais não estão distanciadas entre si, mas concentradas, em virtude, principalmente das funções adquiridas ao longo do tempo, constituindo economias de aglomeração em torno de atividades rotineiras e, ao mesmo tempo, centros de exceção, ao concentrarem os principais eventos noturnos da cidade.

Para entender a expressão desses processos na paisagem urbana da noite carioca tentamos montar um índice de concentração que agrega um conjunto de atividades expressivas para a vida noturna. Acreditamos que com o índice de concentração das atividades noturnas teremos a possibilidade de interpretar os significados das localizações, além de identificar alguns padrões de dispersão das atividades no município.

## O índice de concentração das atividades noturnas - ICAN

No intuito de compreender as características e os significados dos centros da vida noturna da cidade do Rio de Janeiro e buscando ao mesmo tempo fornecer um modelo de classificação espacial dos lugares em relação à economia urbana, criamos um Índice de Concentração das Atividades Noturnas. O índice se baseia na definição das ofertas de bens e de serviços relacionados à vida noturna e a classificação que a partir dele estabelecemos permite identificar tanto centros tradicionais como novos cenários de sociabilidade noturna nas cidades. Os resultados podem permitir que se compreenda a diversidade de localizações e de práticas que se apresentam em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro.

A criação do índice compreendeu um conjunto de etapas nas quais se buscou estabelecer os parâmetros que determinariam a abrangência de atividades incorporadas e o peso de cada atividade na definição da sensibilidade do índice para indicar os centros de vida noturna. Cada uma das duas etapas preliminares foi ainda subdividida em fases e se estruturou a partir do modelo do Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento a partir das pesquisas de Mahbub ul Haq (1995). Trata-se, na verdade, de uma adaptação do modelo do IDH ao nosso interesse sobre as atividades noturnas, por isso o aspecto mais importante extraído do modelo foi a definição do cálculo dos pesos de cada indicador.

O modelo do Índice de Desenvolvimento Humano se baseia na divisão em dimensões (ou categorias) como renda, escolaridade e longevidade. Cada dimensão é ainda dividida segundo

indicadores, como no caso da escolaridade, com a taxa de alfabetização e a taxa de frequência à escola. Para cada indicador é estabelecido um peso, segundo critérios que tentam de alguma forma se aproximar o máximo possível da situação real. É neste aspecto que o índice é recuperado, modificado e ampliado.

O uso do modelo do IDH apresenta, ao mesmo tempo, potencialidades e problemas para a sua aplicação. Em primeiro lugar, ele nos oferece a possibilidade de relacionar atividades e categorias que, em geral, são observadas separadamente. Consequentemente, há perda de singularidade. Em segundo lugar, a atribuição de diferentes pesos permite que os dados se aproximem dos seus conteúdos sócio-espaciais, revelando a importância para a vida noturna de algumas atividades em detrimento de outras. O problema nessa fase é que a determinação dos pesos, apesar de seguir o modelo do IDH, precisou ser estabelecida integralmente, com a escolha das atividades e a determinação dos horários de seu funcionamento.

#### *A definição das atividades ligadas à vida noturna*

A definição das atividades que seriam incorporadas passou por algumas fases preliminares nas quais se tentou estabelecer critérios mais abertos e menos localizados. Queremos dizer que a definição das atividades respeitou, dentro das limitações, características e definições universais de atividades que são representativas da vida noturna em outras cidades que não somente o Rio de Janeiro. Isto habilitaria o índice para a sua reprodução em outros casos e permitiria até mesmo estudos comparativos.

O primeiro passo para a definição do índice foi realizado a partir do levantamento de dados sobre “o que as pessoas fazem à noite”, ou seja, as práticas mais comuns ligadas ao estar na noite. Este levantamento teve em conta não somente a história da vida noturna na cidade do Rio de Janeiro, mas considerou também as pesquisas realizadas em outras cidades brasileiras e metrópoles globais.

Este levantamento incluiu artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos. No total foram 76 artigos que tratavam diretamente do tema “vida noturna” (nightlife, vida noturna, vie de nuit) e palavras-chave derivadas como “paisagem noturna”, “economia noturna”, “cultura da noite”, “noite urbana” e “cidade noturna”, tanto em português, quanto em inglês, espanhol e francês. A contagem de palavras encontrou quase cinco mil relacionamentos entre os termos,

especialmente entre as palavras noite e cidade, o que parece ser bem representativo da relação entre os textos e o tema.

Os 76 artigos foram resumidos e analisados qualitativamente, sendo parcialmente incorporados nos dois primeiros capítulos da tese. Para cada texto foi realizada análise do conteúdo e das correlações entre as principais ideias expressas pelos autores em relação às práticas sociais ligadas à vida noturna. Posteriormente, os artigos foram analisados através do software Atlas.ti a partir de um método de contagem de palavras. O resultado deste exame foi em um segundo momento associado às análises qualitativas de conteúdo no intuito de se obter uma massa de termos (ligados a ações) que possuíam não só maior recorrência, mas também correlação com as descrições dos autores sobre a vida noturna.

O primeiro resultado apresentou grande importância da correlação entre noite e consumo de álcool: o verbo beber, por exemplo, surgiu em 862 momentos, relacionado aos bens consumidos: álcool, cerveja e vinho; e também aos lugares das práticas: pubs, tavernas, bares, restaurantes e clubes noturnos. O verbo dançar teve menor aparição, surgindo em 145 momentos, ligado à palavra entretenimento e a lugares como clubes noturnos ou clubes de dança. Outras atividades e práticas tiveram relativa relevância, como cinemas, teatros e museus, que apareceram associados a cerca de 90 termos. As atividades esportivas e os jogos apareceram em 107 momentos e as atividades ligas a práticas sexuais em 239 momentos.

Concluimos a partir dos resultados que as atividades mais centrais para a vida noturna estavam ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas e de alimentos em estabelecimentos como bares, restaurantes, adegas, lanchonetes, cafés, entre outros. Ao lado dessas atividades estavam aquelas ligadas ao entretenimento dançante ou ao ato de ouvir música: boates, casas noturnas, casas de show e lugares ligados à interação sexual, como motéis e termas. A presença de termos associados ao entretenimento esportivo também foi incorporada, incluindo estabelecimentos como clubes, parques, quadras de jogos e parques de diversão, apesar de sua menor expressividade. Os termos associados ao lazer cultural apareceram ligados às galerias de arte, cinemas, museus, teatros e centros culturais.

As associações mais comuns observadas em relação às atividades buscavam discutir os seus papéis no mundo do consumo noturno e os conflitos com a vida pública. Neste caso, o problema da ordem urbana se destacou, evidenciando o interesse pelas formas de controle da violência urbana, pelos mecanismos de orientação dos comportamentos durante a noite e pela criação de uma ambiência para as noites. Porém, os textos tendem a concentrar grande interesse sobre

estabelecimentos privados, como bares, tavernas e restaurantes, especialmente quando se trata de textos sobre a economia noturna e sobre a vida noturna e estratégias de jovens.

Quadro 2: Atividades do índice de centralidade das atividades noturnas

<b>Categorias</b>	<b>Atividades</b>
COMER E BEBER	Padarias e confeitarias
	Bares e Choperias
	Restaurantes
	Adegas
	Cafés e Cafeterias
	Churrascarias
	Fast Food
	Lanchonetes
	Pizzarias
ARTE E CULTURA	Galerias de Arte
	Museus
	Centros Culturais
	Salas de Cinema
	Teatros
	Bens Tombados
ESPORTE E LAZER	Boliches
	Sinucas
	Patinação no Gelo
	Paintball
	Parque de Diversões ou Circos
	Clubes, Associações Desportivas e Sociais
	Praças, Largos, Jardins e Parques Urbanos
SEXO E MÚSICA	Casas de Massagem
	Motéis
	Saunas
	Termas
	Boates e Casas Noturnas
	Casas de Espetáculos

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Telelistas.

Ainda que as atividades escolhidas possam variar de lugar a lugar, acreditamos que o conjunto formado por estas 28 atividades agrupadas em 4 categorias (cultura e arte, esporte e lazer, gastronomia e sexo e música) podem apresentar uma visão global do problema da distribuição espacial da vida noturna em uma cidade. Ainda que os critérios de escolha das atividades

tenham buscado dar uma orientação universal, incorporando elementos que não são culturalmente localizados, ajustes deverão ser feitos por outros pesquisadores para adaptar o índice aos contextos de suas cidades.

Para o caso do Rio de Janeiro foram encontrados alguns problemas. Os dados absolutos para as atividades não estão sistematizados pelos órgãos de pesquisa, tanto em nível municipal quanto estadual. As informações adquiridas através da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se encontravam defasados, o que limitava a capacidade de correlacionar cada categoria, pois, os anos de referência não eram os mesmos. Assim, procuramos cruzar as informações da Prefeitura com os dados de cadastramento geral de empresas e com os números de divulgação das empresas na Lista Digital Telelistas<sup>50</sup>. A atualização dos dados nos permitiu trabalhar com informações para o ano de 2013 (o quadro completo com os dados de 28 atividades por bairro encontra-se no anexo desta tese).

Após a estruturação da base de dados com as informações por bairro de cada atividade, procuramos definir a relevância de cada atividade para o conjunto da vida social noturna. Isto significa que tivemos que definir pesos para as atividades para calcular a sensibilidade do índice para a compreensão dos centros das atividades noturnas.

### ***A definição dos pesos para cada categoria***

A segunda grande etapa tratou da definição dos pesos e a sua classificação segundo as categorias. Além da análise do conteúdo dos artigos científicos e a pesquisa dos termos que mais se repetiam e tinham maior relação, estudos de campo e pesquisas nos sites das empresas foram realizados para definir as médias horárias de funcionamento das atividades selecionadas.

Os artigos analisados não tiveram, em geral, uma preocupação com a definição e a caracterização das atividades noturnas, especialmente em termos de seus horários de funcionamento e funções relacionadas às áreas. Em virtude disso, os pesos refletem muito mais as características da cidade do Rio de Janeiro. Outras cidades têm o seu próprio regime de horários noturnos, o que altera o cronotopos (relógios que indicam o horário de funcionamento) das atividades noturnas e possivelmente o seu peso na definição do índice. Há cidades que

<sup>50</sup> A Telelistas é uma lista telefônica online para a pesquisa de endereços e telefones de empresas brasileiras. Ela trabalha com a classificação nacional de atividades econômicas (CNAE), desenvolvida pela Receita Federal e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

possuem regulações que limitam os horários de funcionamento de algumas atividades e há mesmo atividades que sequer possuem representatividade para a vida noturna, mas que são centrais para outras. A definição dos pesos deverá ser feita tendo em conta este problema.

Como é praticamente impossível, com os recursos que temos, estabelecer os horários de funcionamento para as atividades que escolhemos, decidimos fazer uma análise amostral aleatória. Isto foi bastante útil para atividades que possuem um montante populacional muito grande, como bares e restaurantes. Neste caso, buscamos informações de 375 estabelecimentos da categoria comer e beber (gastronomia); 300 da categoria arte e cultura; 330 da categoria esporte e lazer; e 210 da categoria sexo e música. Para cada categoria foi definido um cálculo amostral com nível de confiança de 95%, ou seja, em 95% dos casos os resultados ficariam dentro da média observada. Assim, do montante total de 21,512 estabelecimentos escolhemos aleatoriamente 1,215 para definir as médias dos horários de funcionamento das atividades.

O resultado final obtido a partir do cálculo dos horários médios de abertura e fechamento dos estabelecimentos de cada atividade foi agrupado em uma tabela seguindo a classificação estabelecida anteriormente segundo as 4 categorias. As *cronotopias* são, portanto, uma generalização dos horários de funcionamento das atividades para toda a cidade (Figura 41, 42, 43, 44). O modelo gráfico das *cronotopias* foi diretamente inspirado pela criação artística e acadêmica dirigida por Marc Armengaud e a plataforma AWP de Paris para a exposição Paris La Nuit (2013).

As *cronotopias* mudam segundo diversos fatores: época do ano, dias da semana, eventos especiais, localização, posição etc. Assim, ignoramos horários especiais, épocas com eventos como o carnaval e o natal, a posição relativa a outras atividades e definimos a sexta-feira como o dia padrão para a observação dos horários, em razão de sua reconhecida centralidade para as atividades noturnas. Aquilo que ignoramos o fizemos para efeitos de simplificação e a definição de sexta-feira se baseou, mais uma vez, na interpretação da literatura sobre o tema, hegemonicamente ligada às atividades de sexta-feira à noite.

A *cronotopia* da Figura 45 apresenta os dados agregados em práticas sociais mais comuns ligadas à noite, o que refletem as categorias definidas anteriormente: sexo e música, comer e beber, cultura e arte, e esportes e lazer. As médias atribuídas a cada conjunto de atividades revelou que o horário médio para sexo e música seria entre 20h e 5h; para comer e beber entre 12h e 23h; para cultura e arte entre 13h e 22h; e para esportes e lazer entre 13h e 21h. A média geral das atividades noturnas situou as práticas entre os horários de 14:30 e 23:45.

Cada categoria de atividades recebeu diferentes pesos em relação à faixa de horários que estava inserida. Para isso foram definidos valores unitários para cada hora e valores de multiplicação para cada quartil da cronotopia. Assim, cada hora recebeu o valor de 1 unidade de tempo. Cada quartil de cronotopia equivaleria também a um dígito multiplicador. O quartil entre 6h e 12h tinha valor igual a zero; o quartil entre 12h e 18h tinha valor igual a 1; o quartil entre 18h e 0h tinha valor igual a 2; e o quartil entre 0h e 6h tinha o valor igual a 3.

Logo, o conjunto de unidades horárias seria somado e depois multiplicado pelo valor multiplicador do quartil, por exemplo: se uma categoria de atividades possui horário de funcionamento médio entre 13h e 21h, ela possui 5 unidades de hora no quartil 12h-18h e 3 unidades de hora no quartil 18h-0h. O cálculo simplificado será:  $5 \times 1 + 3 \times 2 = 11$ . O resultado final será um número absoluto que servirá como parâmetro de cálculo dos pesos de cada categoria na definição do índice. Neste caso, os valores observados foram de 11 para esporte e lazer; 13 para cultura e arte; 16 para comer e beber; e 23 para sexo e música.

Finalmente, os pesos foram calculados segundo a proporcionalidade que os seus valores unitários possuíam no montante calculado. O universo de valores obtido foi 63. As porcentagens encontradas foram de 17% para esportes; 20% para cultura; 25% para gastronomia; e 37% para sexo e música. Através de aproximação decimal os valores finais dos pesos ficaram dessa forma:  $3/20$  para esportes;  $4/20$  para cultura;  $5/20$  para gastronomia; e  $8/20$  para dança e música.

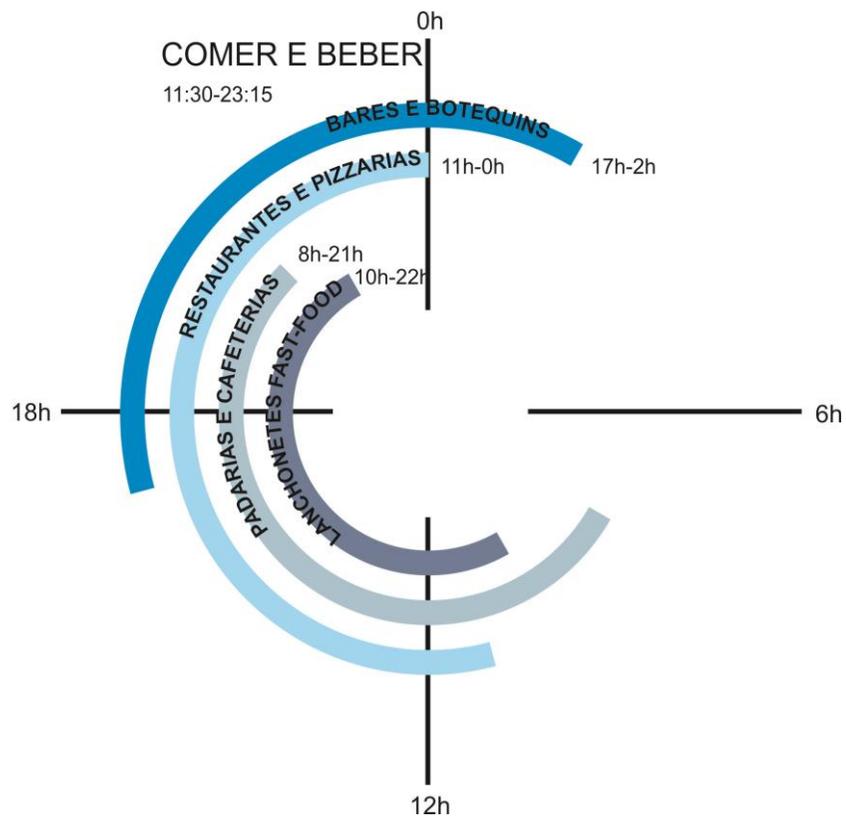


Figura 41: Cronotopia das atividades de gastronomia. Comer e Beber. Fonte: Elaboração própria.

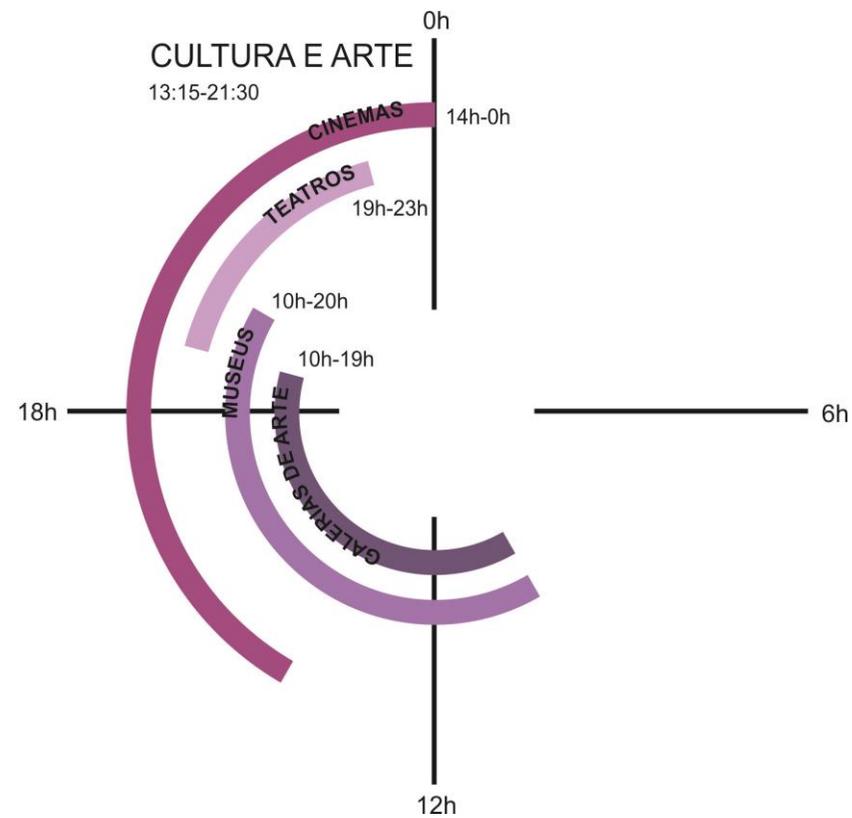


Figura 42: Cronotopia das atividades culturais. Fonte: Elaboração própria.

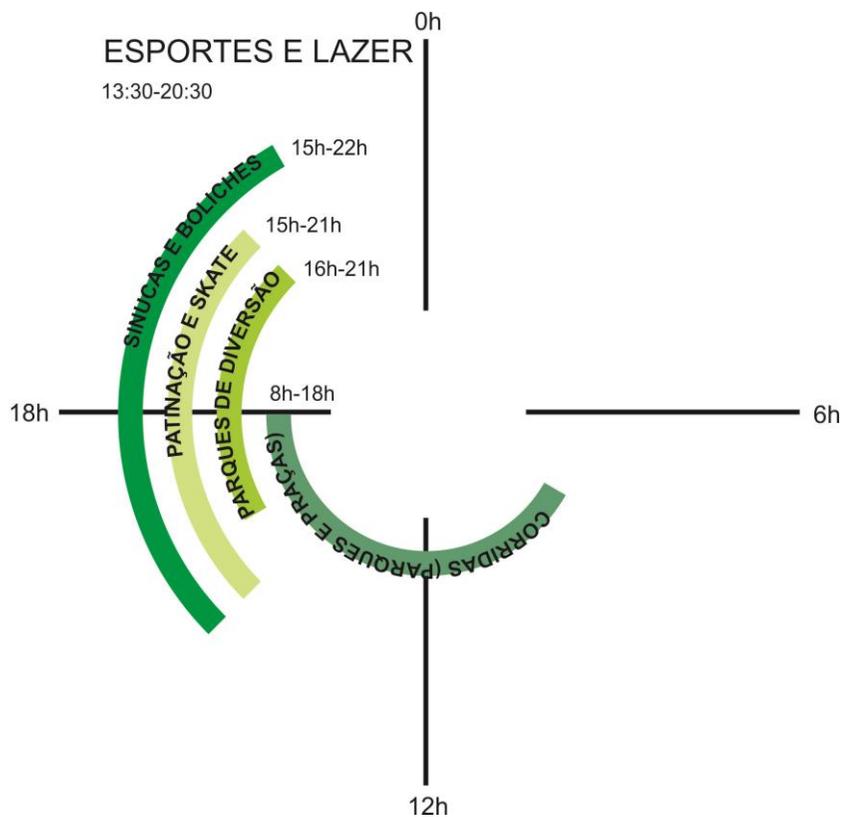


Figura 43: Cronotopia das atividades de esporte e lazer. Fonte: Elaboração própria.

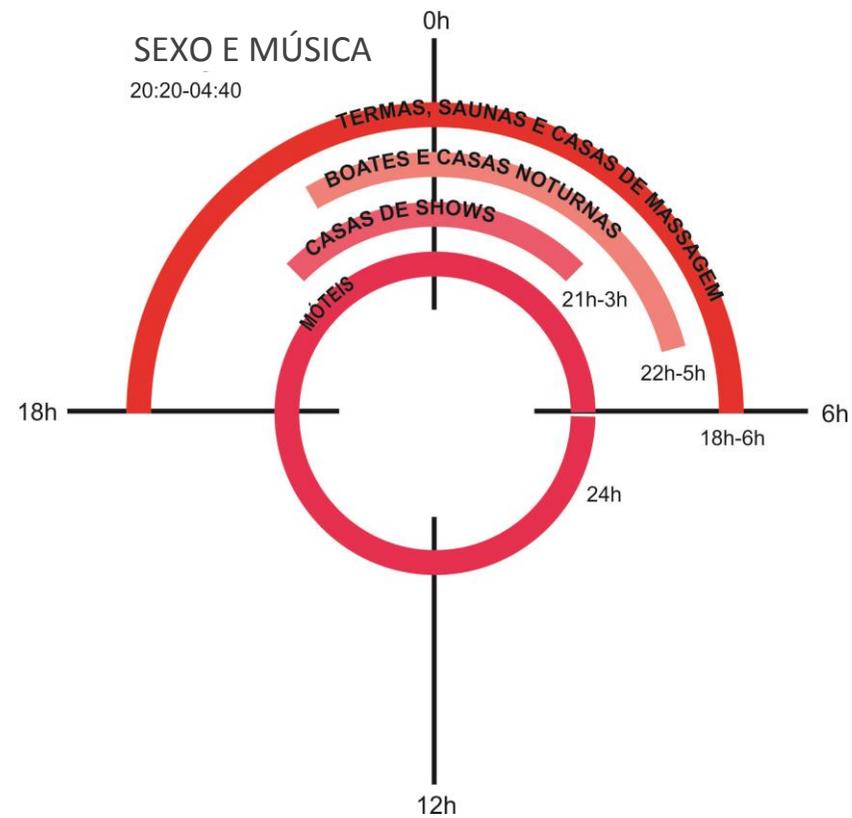


Figura 44: Cronotopia das atividades noturnas ligadas à sexo e música. Fonte: Elaboração própria.

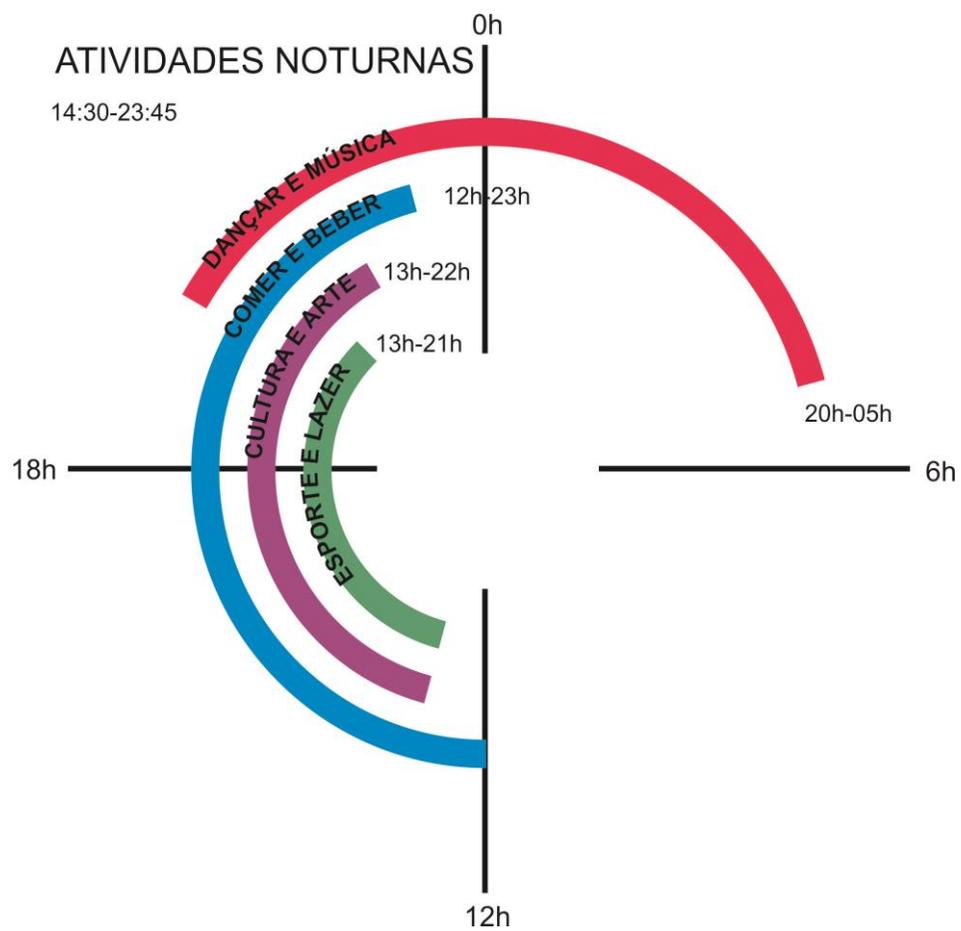


Figura 45: Cronotopia combinada com todas as categorias de atividades. Fonte: Elaboração própria.

### ***O cálculo do índice de concentração das atividades noturnas***

Após a definição das atividades e do estabelecimento dos pesos de cada categoria para o conjunto total do índice, buscamos estabelecer a base de cálculo e definir os elementos de centralidade que viriam a compor o mapa do índice de concentração das atividades noturnas. As quatro categorias ficaram assim denominadas: atividades esportivas (esporte e lazer); atividades artísticas e culturais (cultura e arte); atividades gastronômicas (comer e beber); e atividades festivas (sexo e música). Para cada categoria foi construído um índice, respectivamente: Índice de Atividades Esportivas (IAE); Índice de Atividades Artísticas e Culturais (IAAC); Índice de Atividades Gastronômicas (IAG); e Índice de Atividades Festivas (IAF). Cada índice foi calculado segundo a seguinte fórmula:

$$I_{ij} = \frac{X_{ij} - \min(X_{ik})}{\max(X_{ik}) - \min(X_{ik})}$$

Neste caso, ( $X_{ij}$ ) é o valor efetivo do indicador em um recorte espacial específico – neste caso o município do Rio de Janeiro –, ou seja, o número de aparições do indicador no universo da pesquisa; ( $\min(X_{ik})$ ) é o valor mínimo observado no universo amostral; e ( $\max(X_{ik})$ ) é o valor máximo encontrado também no universo amostral. O resultado do cálculo de cada indicador é posteriormente somado tendo em conta os pesos definidos dentro de cada dimensão.

O cálculo do Índice de Concentração das Atividades Noturnas (ICAN) é produzido através da associação dos quatro índices através da seguinte fórmula, respeitando os diferentes pesos atribuídos a cada um:

$$I_{can} = \frac{3}{20} \sum_{i=1}^6 I_{ae} + \frac{4}{20} \sum_{i=1}^3 I_{aac} + \frac{5}{20} \sum_{i=1}^2 I_{ag} + \frac{8}{20} \sum_{i=1}^2 I_{af}$$

Além das escolhas das atividades e a definição de pesos que as definiriam como atividades noturnas, precisamos também pensar em na transformação espacial. A primeira transformação foi realizada com a localização dos dados de cada bairro e o georreferenciamento da área. Assim, os valores finais do índice puderam ser associados a classes. O segundo estágio da construção do índice consistiu na criação de uma classificação dos bairros segundo o cálculo de quebras naturais (*natural breaks*), produzido pelo *software* ArcGis 10. Neste caso, as quebras naturais foram utilizadas para valorizar a separação por tamanho de intervalo, evitando a

manutenção de valores em cada classe, na forma de intervalos geométricos, valorizando a definição de uma hierarquia.

A hierarquia de bairros centrais da noite se baseou nos dados do número de estabelecimentos de um conjunto de 28 atividades para cada bairro do município. As atividades foram agrupadas em 4 categorias e cada categoria recebeu um peso relativo ao seu período de funcionamento em relação ao noturno. Por fim, os dados do índice foram classificados hierarquicamente segundo 4 grandes grupos de centros da vida noturna. As localidades que obtiveram um índice entre 0,00 e 0,04 (muito baixa concentração) foram definidas como Centros Noturnos Locais; as localidades com valor de índice entre 0,05 e 0,16 (baixa concentração) foram denominadas como Centros Noturnos de Zona; as localidades que obtiveram um índice entre 0,17 e 0,55 (moderada concentração) foram caracterizadas como Centros Noturnos Metropolitanos; e as localidades que tiveram valores entre 0,56 e 1,00 foram definidas como Centros Noturnos Regionais (grande concentração).

Os diferentes níveis de concentração de atividades definem o nível hierárquico dos bairros dentro do conjunto do município. Centros Noturnos Regionais dispõem tanto de uma quantidade grande de atividades em geral, quanto de atividades intimamente relacionadas ao noturno. Poderiam ser considerados também centros nacionais, nos quais a vida noturna desempenha um papel fundamental no imaginário sobre a cidade.

Centros Noturnos Metropolitanos possuem grande quantidade de atividades afins, mas em menor quantidade que os centros regionais. São centros que tendem a estar ligados à vida social através de atividades intimamente relacionadas ao noturno. Esses centros desempenham um papel articulador entre os centros de maior e menor nível hierárquico. Podem atuar ao mesmo tempo como atrativos locais e regionais.

Centros Noturnos de Zona possuem uma menor oferta de serviços e usualmente não têm uma muito reconhecida vida noturna, ainda que atividades específicas possam dar fama ao lugar. Subcentros comerciais diurnos costumam abrigar também estes centros de zona, os quais têm maior apelo aos moradores de bairros próximos, sendo raramente reconhecidos por moradores de outras cidades.

Centros Noturnos Locais são aqueles de mais baixo nível na hierarquia de lugares centrais. Poucas atividades noturnas se encontram dentro dos seus limites territoriais e, em geral, não há atividades exclusivamente noturnas. Isto não impede, no entanto, que o centro alcance relativa

fama em virtude da formação de um cluster de lazer noturno, porém, usualmente sua vida noturna é restrita aos moradores do bairro.

Os centros noturnos apresentam, a partir da sua posição no nível hierárquico, a organização das ofertas de serviços noturnos em uma área. A ordem da distribuição dos centros nos indica a espacialidade do fenômeno e nos fornece pistas sobre as modalidades de práticas existentes em cada centro. Acompanhados de referentes históricos, políticos e sociais, o índice nos permite entender e interpretar os processos sócio-espaciais, suas estruturas formadoras e os resultados na morfologia da paisagem. Finalmente, o índice fornece um caminho entre a cidade, os centros e os cenários noturnos.

## Os centros noturnos do Rio de Janeiro

Aplicado ao município do Rio de Janeiro, o mapa de concentração das atividades noturnas (Figura 46) apresentou um maior agrupamento no bairro do Centro, o qual obteve os valores máximos em todos os índices das quatro categorias, colocando-o como o único Centro Noturno Regional da cidade. Os bairros da Tijuca, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca também obtiveram valores que os definiram como Centros Noturnos Metropolitanos, especialmente pela grande concentração de atividades gastronômicas e artísticas. Bairros como Jacarepaguá, Campo Grande, Méier, Madureira, Recreio dos Bandeirantes e Leblon foram classificados como Centros Noturnos de Zona pela moderada oferta de atividades gastronômicas e esportivas. No entanto, em todos os três tipos de centros foram encontrados alguma atividade ligada ao uso festivo, seja pela música, seja pela oferta de espaços para a dança. Já nos Centros Noturnos Locais há pouca oferta de qualquer serviço ligado às atividades esportivas, artísticas ou gastronômicas e carência de atividades de entretenimento noturno, como boates e casas de show.

De certo modo os resultados expressam a desigual distribuição dos serviços em toda a cidade, mas também evidenciam novas polarizações importantes. A primeira delas está relacionada ao papel do bairro da Barra da Tijuca no conjunto do município. Um bairro que até meados da década de 1980 era ainda uma fronteira de ocupação urbana e que é hoje um dos centros comerciais mais importantes da cidade. Para a vida noturna, a Barra da Tijuca é um dos pontos com maior número de boates (38) e casas de shows (8), além de uma profusão de restaurantes (1434), especialmente localizados nos shopping centers do bairro.

Dois centros mais antigos também ganham relevância: Tijuca e Copacabana. Em ambos os casos vemos a consolidação de centros comerciais tradicionais como centros metropolitanos de vida noturna. A Tijuca se destaca principalmente pelo número de restaurantes (559) e lanchonetes (103), o que relaciona a sua centralidade à oferta gastronômica do bairro. Copacabana que já foi o maior centro de casas noturnas do Rio nas décadas de 1960 e 70, tem hoje a sua posição hierárquica definida pelos restaurantes (803), bares (142) e lanchonetes (127). As casas noturnas (30) ainda têm importante papel na vida noturna do bairro, mas relativamente menor em relação à Barra da Tijuca (38) e ao Centro (65).

Outros bairros considerados como subcentros e já bastante comentados na geografia do passado da noite da cidade se mantêm enquanto polos da vida noturna, como Bonsucesso, Madureira, Méier e Bangu. O papel desses centros de zona parece ser o de concentrar a maioria das atividades do seu entorno, especialmente o Méier com 127 restaurantes e Madureira com 118. Além disso, esses bairros também acumulam a função de centros de cultura nas Zonas Norte e Oeste, devido, especialmente, à presença de cinemas, teatros e salas de espetáculos em shopping centers, lonas culturais e arenas.

Ainda que as novas polarizações da noite estejam abrindo frentes pioneiras no espaço urbano carioca, elas estão se estabelecendo sobre áreas consolidadas, subcentros comerciais tradicionais da cidade que receberam investimentos públicos e privados nos últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, o bairro do Centro ainda é majoritariamente o lugar da vida noturna carioca, sendo um Centro Noturno Regional. Essa centralidade advém de muitos lados: bares (283), restaurantes (1653), lanchonetes (298), centros culturais (16), teatros (32), clubes (24), termas (17), casas noturnas (65) e casas de espetáculos (25). No bairro do Centro há diversidade de atividades e, em virtude disso, maiores possibilidades de eventos extraordinários. Em geral, o bairro do Centro concentra a ideia de vida na noite da cidade.

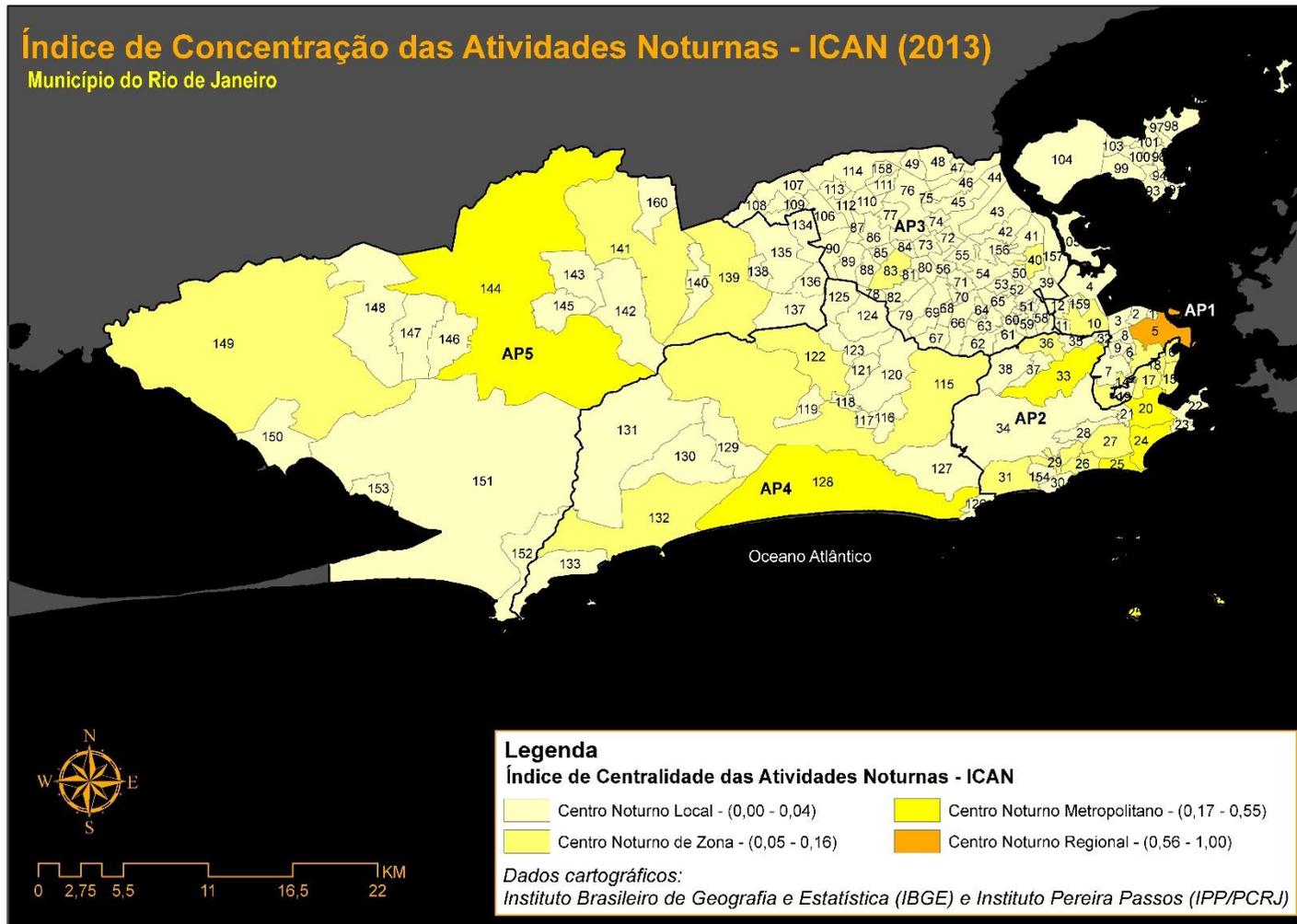


Figura 46: Mapa do Índice de Concentração das Atividades Noturnas aplicado ao Rio de Janeiro. Fonte: Elaboração própria a partir de um conjunto de 28 dados de atividades ligadas ao noturno.

Os resultados indicam, portanto, uma orientação espacial das concentrações de estabelecimentos ligados à vida noturna em áreas de ocupação urbana consolidada, com forte peso para o bairro do Centro e para os bairros da orla carioca (Botafogo, Copacabana e Ipanema). Além disso, bairros com vocações comerciais, incluindo os subúrbios, tenderam a absorver boa parte das atividades dentro de sua Região Administrativa, como parece ser o caso de bairros como Méier, Madureira, Tijuca, Bonsucesso, Bangu, Barra da Tijuca e Campo Grande.

Os resultados nos levam a crer que boa parte do lazer noturno na Zona Norte da cidade esteja concentrado em apenas três bairros: Bonsucesso, Madureira e Méier. Da mesma forma que na Zona Oeste (AP-5) os bairros de Campo Grande e Bangu devem ter grande relevância para a vida noturna na região. Além disso, a importância do Centro e dos bairros da Orla deve promover de alguma forma um elevado fluxo de moradores para essas duas áreas.

Em recente estudo sobre a centralidade da sociabilidade noturna no bairro da Lapa, André Felix de Souza (2014), demonstra que a demanda por vida noturna no centro da cidade é bastante elevada, atraindo pessoas de bairros distantes da cidade e tendo grande influência também na Zona Norte e na Zona Sul próxima. O mapa de centralidade do bairro da Lapa (Figura 47) é bastante esclarecedor dessa relação espacial, especialmente se pensarmos na ideia de alcance espacial mínimo e de zona de influência do bairro. Neste caso, parece que a distância do bairro do Centro é um fator limitante para os moradores de bairros da Zona Oeste da cidade. Isto demonstra, talvez, certa imobilidade noturna, mas também sugere que estas áreas possuem um grande potencial de criação de um novo centro noturno regional, o que neste caso oferece ao bairro da Barra da Tijuca um papel inequívoco para o futuro.

Parece que os processos de descentralização e recentralização conduziram a duas tendências para a noite carioca. Em primeiro lugar, uma participação crescente do bairro do Centro, o que inclui não só os limites do recém-criado bairro da Lapa, mas também as futuras mudanças na área portuária, desde a localidade do Castelo até os limites dos bairros da Gamboa e Saúde, incluindo as noites animadas na localidade da Praça XV. Neste caso, a concentração das atividades noturnas no Centro tende a se expandir espacialmente, penetrando em áreas que ainda são de alguma forma fronteiras noturnas.

## Origem dos frequentadores Bairro da Lapa

Sexta/sábado 23:30 - 02:00 - 11/10/2013. (213)

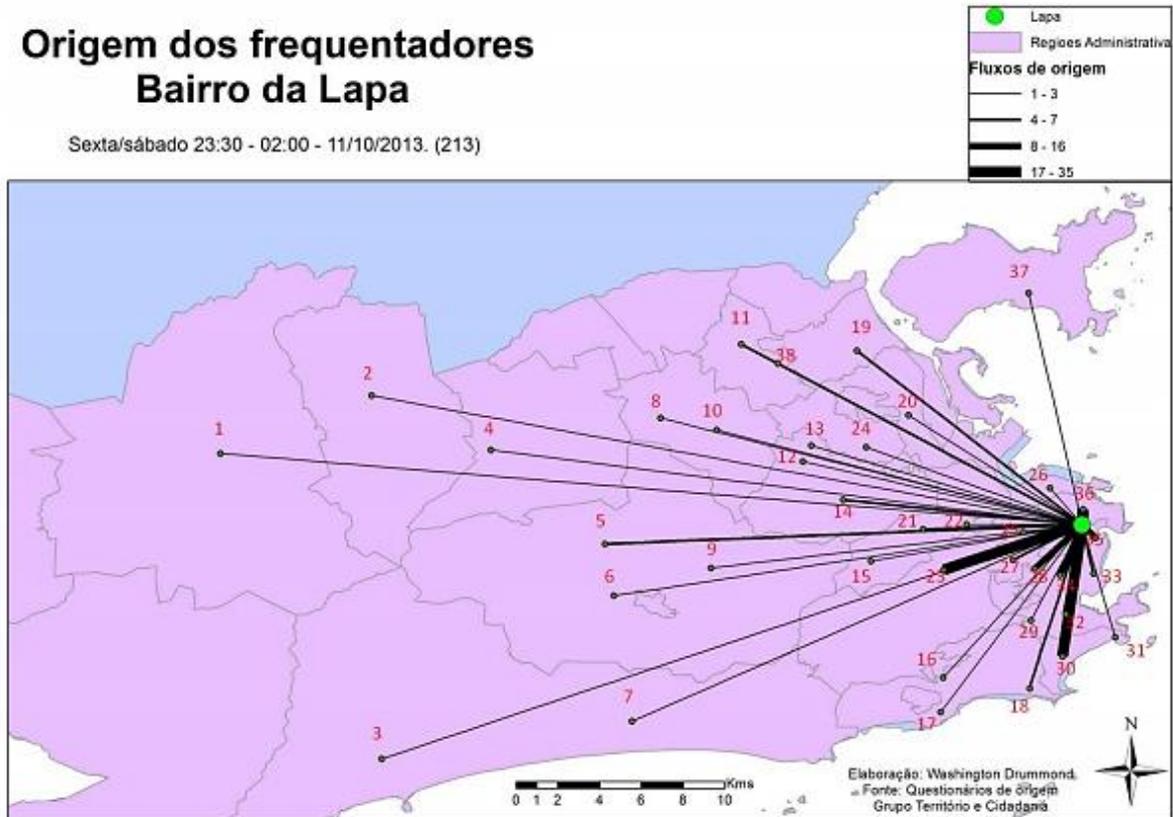


Figura 47: Mapa de origem dos frequentadores do bairro da Lapa, centro do Rio (n=213). Nota-se que a grande maioria dos frequentadores é oriunda do entorno do bairro do Centro, especialmente da Tijuca e dos bairros da Zona Sul próximos. Fonte: André Felix de Souza (2014).

Em segundo lugar, novos centros de vida noturna existem em bairros periféricos. Alguns são bastante antigos, como nos bairros de Copacabana, Botafogo e Tijuca; outros são relativamente recentes e se desenvolveram com a expansão da cidade para a Zona Oeste, como é o caso de bairros como Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca; outros são subcentros tradicionais do subúrbio e que ganharam sua fama em razão do comércio varejista diurno, como Méier, Bonsucesso, São Cristóvão e Madureira; por fim, há também centros de vida noturna bem recentes, localizados nos núcleos de bairros residenciais como Marechal Hermes, Vila Valqueire, Realengo ou Jacarepaguá, verdadeiras frentes pioneiras em direção ao oeste.

Os processos observados com o passar do tempo e a conquista da cidade pela noite parecem demonstrar que ao mesmo tempo em que o centro volta a ser um lugar central da vida noturna da cidade, ele agora o faz em relação a uma rede mais complexa de atividades e práticas em

toda a cidade. Ainda que a Lapa deva ser celebrada como centro noturno de grande magnitude, a sua área de influência efetiva é bastante reduzida, sendo atrativa especialmente para os bairros mais próximos da Zona Norte e Zona Sul da cidade.

Ao longo dos anos 1980 e 1990 surgiram outros centros da vida noturna com a expansão do comércio na Zona Oeste e na Zona Norte. Especialmente na Barra da Tijuca surgiram circuitos da noite urbana<sup>51</sup> associados aos bares da moda e as novas casas noturnas e de espetáculos, como, por exemplo, o Metropolitan (atual Citibank Hall) inaugurado em 1994 e o Barra Music inaugurado em 2011. Tudo indica que a Barra será em poucos anos um centro noturno com a magnitude do bairro do Centro. Atualmente já observamos a sua polaridade em relação à Zona Oeste, especialmente à baixada de Jacarepaguá e aos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, algo que foi fortalecido com a inauguração das linhas de BRT.

Os dois processos ocorrem paralelamente e parecem gerar a multiplicação de opções de lazer e de trabalho noturno na cidade. Ainda que os dados desse desenvolvimento não estejam sistematizados em uma série histórica, há indícios de que o investimento público e privado tem aumentado significativamente nas três grandes áreas. Parecem se formar assim dois corredores, os quais saem do centro e seguem em direção ao interior, pela orla e ao longo das linhas férreas. Ao mesmo tempo, surgem três grandes órbitas. A primeira influenciada pela área central; a segunda pela nova centralidade da Barra da Tijuca; e uma terceira que fica a meio caminho das outras duas (Figura 48).

A descentralização da vida noturna tem, em geral, acompanhado a própria expansão urbana em direção ao oeste. Por isso que na primeira metade do século XX observamos a noite se deslocando lentamente em direção à Zona Sul e se expandindo com os bailes nos bairros proletários. Nos anos 1970 novas áreas se abrem para as vidas urbana e noturna, incluído a baixada de Jacarepaguá e a Barra da Tijuca. Os anos 1990 veriam nascer o que pode ser chamado de um duplo processo, no qual a recentralização é acompanhada pela expansão dos centros de vida noturna em outros lugares da cidade que não o centro.

Mas ainda que este duplo processo possa ser observado diretamente, notamos também que as atividades seguiram caminhos próprios ou microprocessos especializados. Estes processos teriam maior afinidade com as características das próprias atividades, suas estratégias

<sup>51</sup> Os circuitos dos jovens nessa área da cidade foram detalhadamente estudados em Almeida e Tracy (2003).

empresariais, possíveis entraves sócio-espaciais e a busca por amenidades em outras áreas. Veremos como se desdobram estes problemas em relação a três das quatro grandes categorias de atividade no intuito de compreender o desenvolvimento de novos centros de vida noturna dentro dos macroprocessos de recentralização e descentralização.

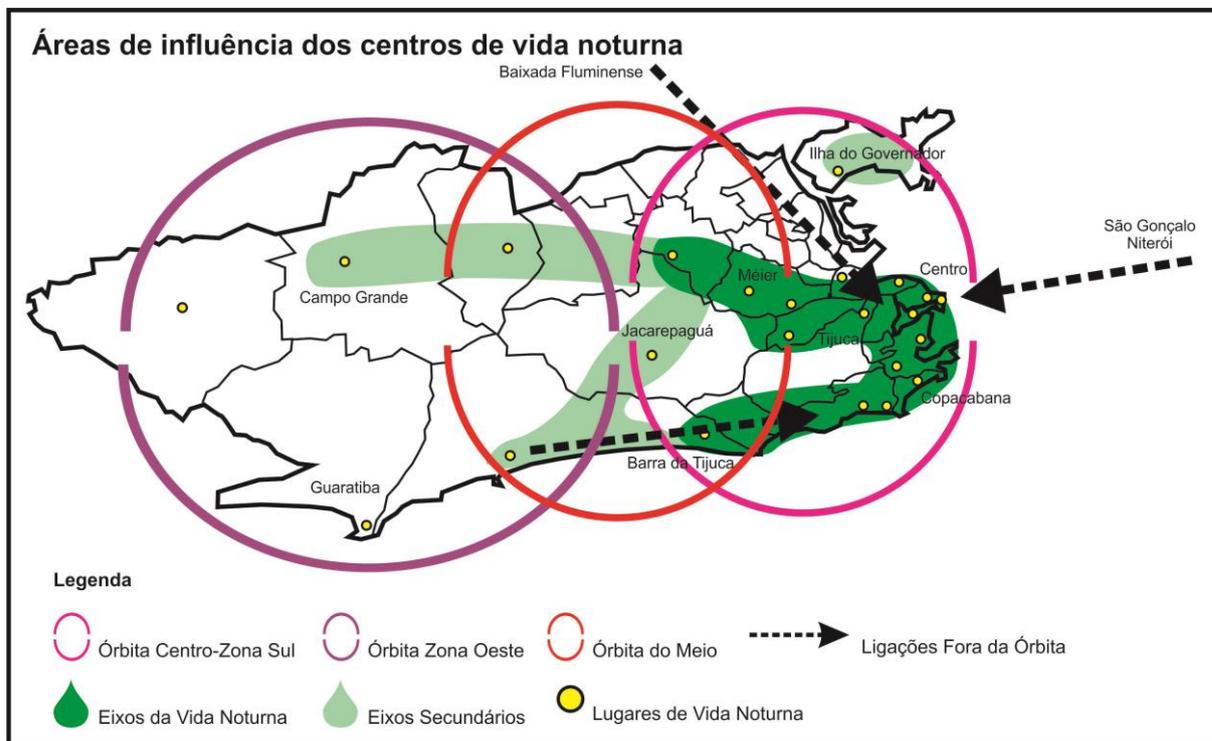


Figura 48: Mapa das áreas de influência dos centros de vida noturna. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Índice de Concentração das Atividades Noturnas.

### ***Lugares de dança e de música: casas noturnas, boates e casas de show***

As boates são uma forma de estrangeirismo que tem origem na palavra francesa boîte (de nuit), que pode significar ao mesmo tempo casa noturna, nightclub, discoteca ou clube noturno. Por isso quando usamos qualquer uma das expressões estamos nos referindo a estabelecimentos que tocam música e que incluem geralmente pistas de dança. As casas de show ou de espetáculos poderiam ser incluídas na denominação mais geral de casa noturna, mas são atualmente diferenciadas pelo tipo de atração apresentada. As casas noturnas atuais derivam das discotecas dos anos 1960 e 70, onde um discotecário ou disc jockey executa faixas e mixagens gravadas de discos de música. As casas de show se diferenciam por abrigarem apresentações ao vivo.

Apesar das diferenças entre as duas atividades, podemos dizer que as estratégias de localização são bastante similares. Em geral, as duas atividades buscam localizações novas e tendem a se associar com bairros da moda, na maioria das vezes incorporando o interesse de jovens adultos. As casas noturnas e as casas de show costumam ser o marco final da conquista da noite, pois só se estabelecem em lugares que geralmente já consolidaram práticas sociais ligadas à noite.

O quadro atual é a cristalização do macroprocesso de expansão da noite e de retorno ao centro (Figura 49). Podemos notar que as casas noturnas e as casas de show estão bem concentradas no bairro do Centro (90), sendo a maioria delas localizadas na área da Lapa. No caso do Centro trata-se de pequenas boates e casas com música ao vivo localizadas em antigos casarios recuperados durante as décadas de 1990 e 2000. A proximidade entre os estabelecimentos tende a reforçar a centralidade das atividades, as quais se diferenciam pela oferta de atrações. Em geral, são casas com espaço para no máximo 100 a 200 clientes, com um palco pequeno (15 a 25 m<sup>2</sup>) e uma diminuta pista de dança, cercada por cadeiras e mesas. Há exceções importantes como o espaço do Circo Voador, da Fundação Progresso e do Rio Scenarium, mas estes casos são menos comuns.

Ao mesmo tempo, notamos o importante papel que a orla da cidade desempenha, concentrando uma expressiva quantidade de boates. Há uma grande variedade de estabelecimentos neste segmento da orla, os quais têm tradicionalmente abrigado as casas da moda, que se renovam constantemente em busca de nova clientela. Três bairros são importantes nesse caso: Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca. Os três bairros possuem uma relativamente duradoura tradição de abrigo para casas noturnas e de show, concentrando, juntas, cerca de 110 estabelecimentos atualmente. A diferença fundamental aqui está na dispersão das casas, normalmente localizadas em lugares distantes entre si, e no padrão dos estabelecimentos. Em geral, as casas têm maior capacidade de público, entre 500 e 1000 clientes, em boates como a Le Boy, em Copacabana, e a Nuth, na Barra da Tijuca, além de maiores palcos (40 a 60 m<sup>2</sup>) e estrutura para apresentações.

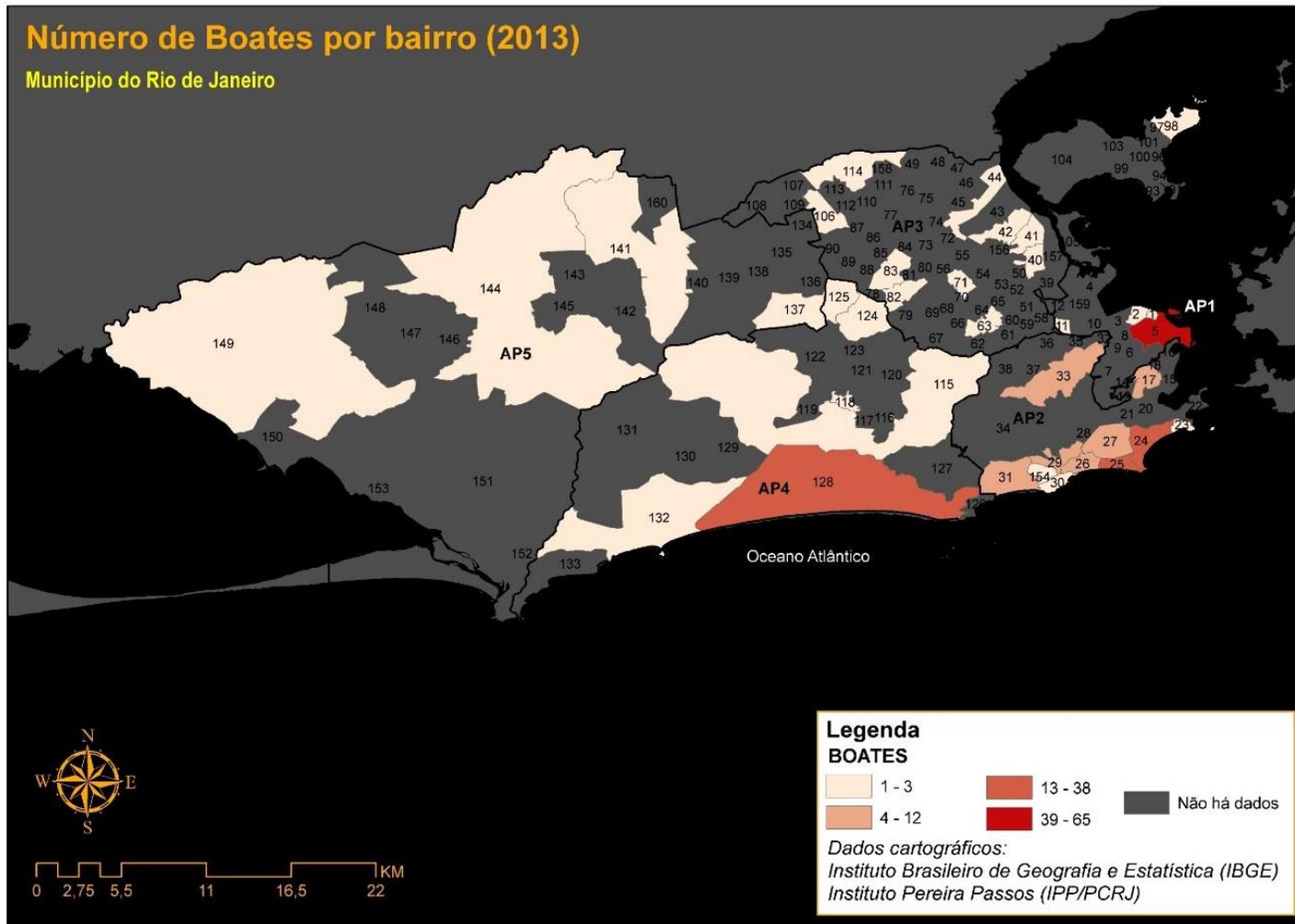


Figura 49: Mapa com o número de boates no município do Rio de Janeiro, com dados do ano de 2013. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Telelistas e dos sites das empresas.

Em outras áreas da cidade a concentração de boates e casas noturnas é bastante reduzida, tendo, na maioria dos bairros, apenas um estabelecimento que abastece a demanda de uma população dentro da região administrativa ou de um público específico. Os bairros da Área de Planejamento 3 (Zona Norte) e 5 (Zona Oeste) quase não possuem representatividade para a localização das casas noturnas, ainda que a casa de shows Olimpo, em Brás de Pina, seja uma exceção. Poderíamos dizer que no contexto metropolitano estes bairros estão fora da moda.

Estar fora da moda não significa, no entanto, que as pessoas que queiram buscar lugares para dançar ou ouvir música ao vivo tenham que ir para os bairros do Centro, Zona Sul ou para a Barra da Tijuca. Isto quer dizer que em muitos casos outros tipos de estabelecimentos terão que fazer as vezes de casas de shows, como restaurantes, bares e churrascarias, contratando músicos amadores ou grupos de pouca fama para apresentações nos fins de semana. Este é, aliás, o mais comum dos mundos da diversão noturna carioca, podendo ser encontrado na Lapa, na Tijuca, em Copacabana, na Barra da Tijuca, no Méier, na Vila da Penha, em Cascadura, na Freguesia da Ilha e de Jacarepaguá, em Campo Grande e até mesmo em Barra de Guaratiba.

Mas ainda que bares e restaurantes façam as vezes de casas de shows, sua capacidade de absorção da clientela, as práticas dos usuários, a estrutura morfológica dos estabelecimentos e o potencial de atração de grupos famosos ou eventos da moda são bem diferentes. Boates e casas de show tem aquilo que Christaller teria chamado de grande alcance espacial mínimo. Elas são capazes de atrair indivíduos de bairros distantes e mesmo de fora da cidade, os quais, apesar da variada origem habitacional, possuem códigos identitários similares, geralmente envolvidos em gostos musicais, comportamentos e formas de consumo próximas, como diria talvez Bourdieu.

### ***Lugares de beber e comer: bares e restaurantes***

Talvez não haja estabelecimento mais comum e com mais denominações semelhantes que o bar. Este pode ser conhecido como botequim, boteco, bodega, locanda, venda, taberna etc. e está quase em toda parte, no menor dos aglomerados populacionais, sendo uma das mais importantes referências sociais de uma cidade. Das atividades relacionadas ao noturno é aquela com vida mais longa e que manteve uma muito regular função: fornecer bebidas alcoólicas a consumidores, ainda que outras funções eventualmente também tenham existido em paralelo.

Elaborações a partir do modelo básico do bar criaram novas atividades como cafés, restaurantes, lanchonetes etc. Nesse caso, o fornecimento de bebidas alcoólicas passa a ser guiado por uma nova estruturação física do espaço: vitrines são incorporadas à fachada dos estabelecimentos, mesas e cadeiras se tornam a parte principal do mobiliário, se estabelece o serviço de mesa com garçons e se elimina quase que completamente o serviço de balcão, cozinhas são elaboradas e se criam distinções entre espaços de preparação e de serviço, vender refeições se torna o mote principal da casa, etc. Apesar das diferenças – que hoje são bem menos nítidas e podem mesmo desaparecer na denominação comum de estabelecimentos que dizem ser, ao mesmo tempo, “Bar e Restaurante” – as ações dos clientes podem ser resumidas em beber e comer.

Beber e comer são atividades tão importantes para o carioca que para cada estabelecimento desta categoria há aproximadamente 365 potenciais clientes, ou seja, para cada 365 pessoas há um estabelecimento que oferece bebidas e comidas, segundo dados populacionais do IBGE e de estabelecimentos coletados em nossa pesquisa<sup>52</sup>. Esperava-se que com um volume de dados tão impressionante as atividades de comer e de beber estivessem dispersas de forma razoavelmente homogênea para toda a cidade, mas, pelo contrário, encontramos o mesmo padrão de concentração observado para boates e casas de show, para as quais os bairros do Centro, Zona Sul e a Barra da Tijuca eram centrais.

Em primeiro lugar, o papel do bairro do Centro como núcleo de maior nível hierárquico em relação ao consumo na cidade é novamente realçado em relação aos bares e restaurantes. Isto se deve ao fato de que o centro da cidade acumula a função de ser, ao mesmo tempo, o centro administrativo, bancário e empresarial da cidade e o centro de atividades de lazer e entretenimento. Os serviços de alimentação são parte da cadeia de negócios que se agregam no lugar central, sendo aqueles itens de uso cotidiano, comuns a todos os centros, mas que tendem a se acumular naqueles grandes aglomerados de trabalhadores, pessoas em busca de lazer e turistas.

Em segundo lugar, bares e restaurantes (Figura 50 e Figura 51) também exercem o papel de geradores de centralidade noturna ao se associarem às atividades de cultura e de entretenimento,

<sup>52</sup> Os dados incorporam os estabelecimentos legalizados e cadastrados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), ou seja, estabelecimentos que por ventura funcionem clandestinamente ou que não tenham sido registrados pela pesquisa não são incorporados. Isto explicaria que bairros em áreas de favelas como, por exemplo, a Rocinha, o Jacarezinho e o Complexo do Alemão não possuam sequer um estabelecimento cadastrado.

as quais também se acumulam no centro da cidade. Os projetos urbanos dos últimos trinta anos, inclusive, possuem um papel neste acúmulo em virtude do estímulo que foi dado às atividades do setor através de isenções de impostos e incentivos fiscais.

Em terceiro lugar, o bairro do Centro ao concentrar também casas de shows e boates estimula a criação de estabelecimentos gastronômicos, os quais podem operar como concorrentes ao oferecerem serviços similares. A concentração tem, assim, uma relação com a vida diurna e noturna do centro, se associando a outras atividades características do noturno para construir um cluster de entretenimento.

Porém é mais relevante a demonstração de que novos processos estão em andamento e que estes são paralelos à expansão da área central. Em primeiro lugar, é interessante notar o papel da Barra da Tijuca como um centro com cerca de 2000 estabelecimentos que ofertam bebidas e comidas, praticamente se equiparando ao bairro do centro com aproximadamente 2450 estabelecimentos.

Estes dados podem ser explicados seguindo dois caminhos: primeiramente pelo número de shopping centers (31), os quais podem concentrar um contingente significativo de estabelecimentos nas praças de alimentação, como, por exemplo, no Barra Shopping, onde há 112 estabelecimentos de alimentação; em segundo lugar, pela criação de polos gastronômicos nas proximidades das localidades da Barrinha, do Jardim Oceânico e do Parque das Rosas. Neste sentido, o crescimento dos estabelecimentos gastronômicos pode ser associado, ao mesmo tempo, ao surgimento de shopping centers e a constituição de clusters em logradouros públicos.

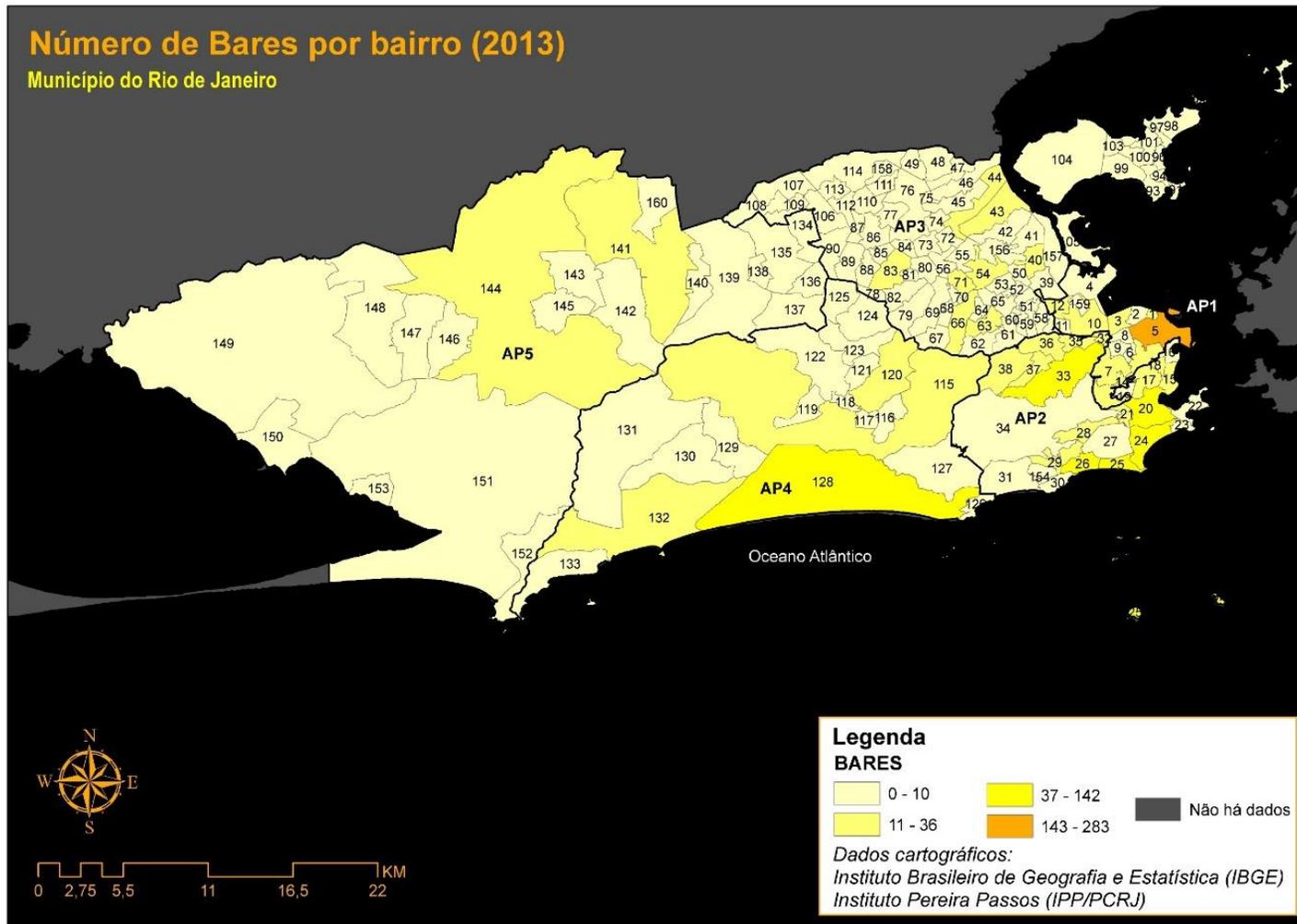


Figura 50: Número de bares no município do Rio de Janeiro para o ano de 2013. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cadastro Municipal de Empresas e da Telelistas.

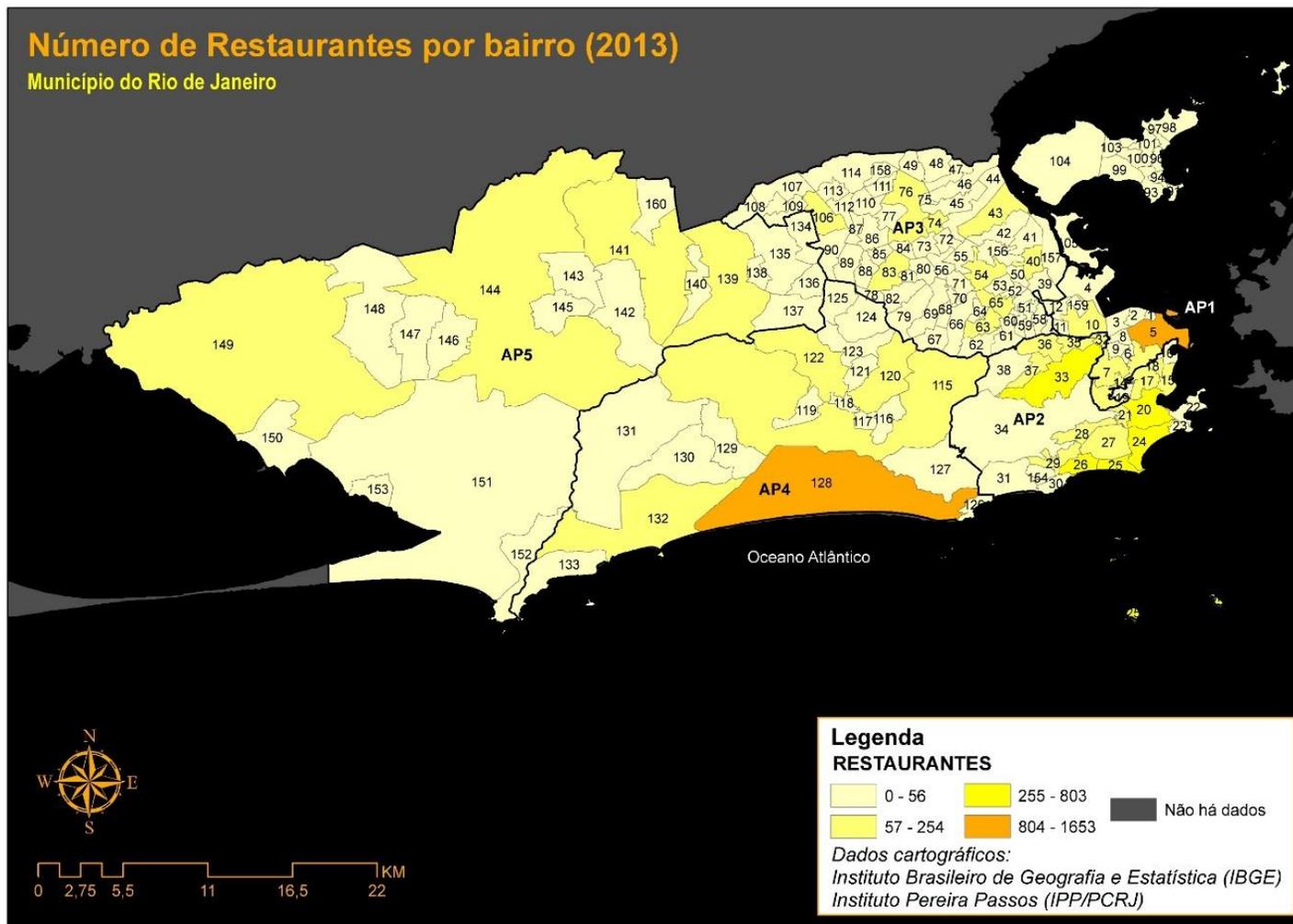


Figura 51: Número de restaurantes no município do Rio de Janeiro para o ano de 2013. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cadastro Municipal de Empresas e da Telelistas.

Em quarto lugar, podemos notar que as atividades de alimentação tendem também a seguir os eixos dos subcentros comerciais da cidade, especialmente em bairros como Tijuca, Leblon, Ipanema, Copacabana e Botafogo. Assim, nos parece que também no caso dos bares e restaurantes observamos um processo de expansão e de formalização das atividades de entretenimento noturno, ao mesmo tempo, para as áreas nobres, para o centro e para a Zona Norte. Parece que se as centralidades permanecem mais ou menos inalteradas nos últimos trinta anos, o crescimento urbano tem tido também um papel indutor das políticas urbanas, as quais tem procurado redistribuir as possibilidades de lazer, entretenimento e trabalho noturno ligadas a essas atividades.

Parte da explicação da dispersão pela Orla e pela Zona Norte da cidade pode ser associada ao fenômeno dos “baixos”. Inicialmente criados nas áreas menos nobres de bairros residenciais, os baixos se tornaram pontos de boemia para a cidade. O primeiro e talvez o mais famoso se formou na esquina da Rua Dias Ferreira e Avenida Ataulfo de Paiva, ainda na década de 1950, com a inauguração do Bar Jobi e, posteriormente, com o surgimento da Pizzaria Guanabara, o Real Astória, e o Diagonal. Nos anos 1970, o que ficou chamado de “Baixo Leblon” se tornou um dos centros da vida noturna, um *pós-praia* e *pré-noite* para boates da Zona Sul como a Papagaio. Após este, surge o Baixo Gávea e ainda outros que passam a concorrer pelos boêmios da Zona Sul. A fama dos baixos fez com que este fenômeno se espalhasse pela cidade nos últimos vinte anos em bairros como Méier, Vila Valqueire, Taquara, entre outros.

O relativo sucesso dessa forma de vida noturna repercute uma antiga tradição contida nas choperias e nos cafés-concerto do final do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, mas claramente reencenada em uma forma contemporânea de consumo na rua. Essa forma de lazer urbano no limite entre o público e o privado foi duramente contestada no século XIX, como vimos no caso dos quiosques de bebidas baratas. Retomá-las foi uma forma de criar uma área de acomodação entre o lazer diurno, especialmente relacionado à praia e o lazer noturno, dirigido às novas casas noturnas da cidade.

A percepção desse processo pelos agentes públicos foi fundamental para a mudança no perfil da noite carioca, pois a multidão de anônimos que vemos hoje na noite do Rio de Janeiro só pode florescer em um regime democrático e no qual a noite se tornou parte do projeto para a cidade. Neste sentido, as atividades culturais também foram incentivadas, especialmente pelo Estado nas áreas periféricas e pelos empresários na orla da cidade.

### *Lugares de cultura: cinemas e teatros*

Os teatros são as formas de entretenimento mais comuns ao meio urbano, reconhecidas desde a Antiguidade, especialmente como forma divertida de reunião entre cidadãos. Durante anos foi uma forma de lazer ao ar livre que se utilizava da luz solar para encenar os espetáculos. As regras acabaram aos poucos sendo transformadas pela criação de edifícios fechados para a encenação teatral, onde as características ambientais pudessem ser controladas, como a luz e a temperatura. No entanto, somente no final do século XIX os teatros adquirem a capacidade de realmente controlar o ambiente a partir do uso da energia elétrica e posteriormente do ar condicionado, obtendo a aparência estética e morfológica comum nos dias de hoje.

Os cinemas são criados na mesma época que os teatros movidos pela energia elétrica, primeiramente com o uso de máquinas como o cinetoscópio e depois com cinematógrafos. Em boa medida os cinemas se aproveitavam da estrutura de pequenos teatros para projetar em uma tela ou parede branca uma sequência de imagens. Ainda nos primeiros anos do cinema os empresários do setor aprenderam que a nova técnica exigiria um novo espaço e reconfiguraram os edifícios para a exibição dos filmes.

Quando falamos em cinemas e teatros devemos ter, no entanto, uma estrutura física bastante parecida, na qual há um palco ou uma parede onde se desenrola uma trama e uma plateia que se posiciona em cadeiras que simulam uma arquibancada. Em geral, toda luz é projetada no palco ou parede e a plateia se mantém na área escura. Toda atenção deverá estar voltada para os lugares iluminados. Desde o início do século XX esses dois lugares passaram de atividades diurnas abertas para atividades majoritariamente noturnas em espaços fechados.

No caso do Rio de Janeiro vimos o desenrolar desse processo, como os teatros tiveram a primazia na vida social noturna da Praça Tiradentes, tendo a concorrência a partir da década de 1920 dos cinemas na Praça Cinelândia. Além da história desses lugares, ainda temos as marcas nos espaços construídos, os prédios que ainda guardam um pouco do que já existiu de áreas para o lazer cultural no centro do Rio.

A falência dos cinemas e dos teatros no bairro do Centro é uma história razoavelmente bem contada (LIMA, 2000). Em primeiro lugar, a popularização da TV gerou uma queda no número de clientes dos cinemas, especialmente, no caso do Brasil, a partir da década de 1970. Em segundo lugar, o período de recessão da economia, especialmente entre os anos 1980 e 90,

dificultou ainda mais a capitalização do negócio pelos empresários. Por fim, novos lugares e estruturas modernas criadas por grandes grupos de empresas do setor estabeleceram um novo patamar para a concorrência, algo que os cinemas de rua e os empresários não poderiam ter garantido.

A primeira consequência do processo foi a criação de shopping centers nas áreas residenciais, os quais passaram a hospedar empresas de exibição de filmes, como o Grupo Severiano Ribeiro, atual Kinoplex, ou a empresa americana United Cinemas International (UCI). Estas empresas passaram a operar em torno de complexos de salas de cinemas, integrando a estratégia do entretenimento vinculado ao consumo de bens e de alimentos (BARTOLY, 2005). Ao mesmo tempo, os cinemas nas áreas centrais da cidade, o cinema de rua e o cinema comunitário passaram por uma fase de decadência, sendo reduzidos a uma dezena deles, especialmente nas RA's do Centro e de Botafogo.

Atualmente, o maior número de salas de cinema se encontra no bairro da Barra da Tijuca, onde complexos como o UCI do shopping New York City Center possui, sozinho, 18 salas comuns, e três salas 3D digital. Neste caso, muito da vida noturna da região acaba por se concentrar nessa área de lazer, a qual atraiu cerca de nove milhões de consumidores no ano de 2013, sendo 77% delas das classes A e B (Multiplan Administradora, 2014).

A Região Administrativa de Inhaúma é um exemplo da expansão de tais atividades para os centros suburbanos, no qual shopping centers como Norte Shopping e Nova América se tornaram, por si próprios, localidades centrais da vida noturna suburbana, ao concentrarem cinemas, teatros, comércio varejista e serviços de alimentação, educação e saúde em uma área relativamente pequena (Figura 52).

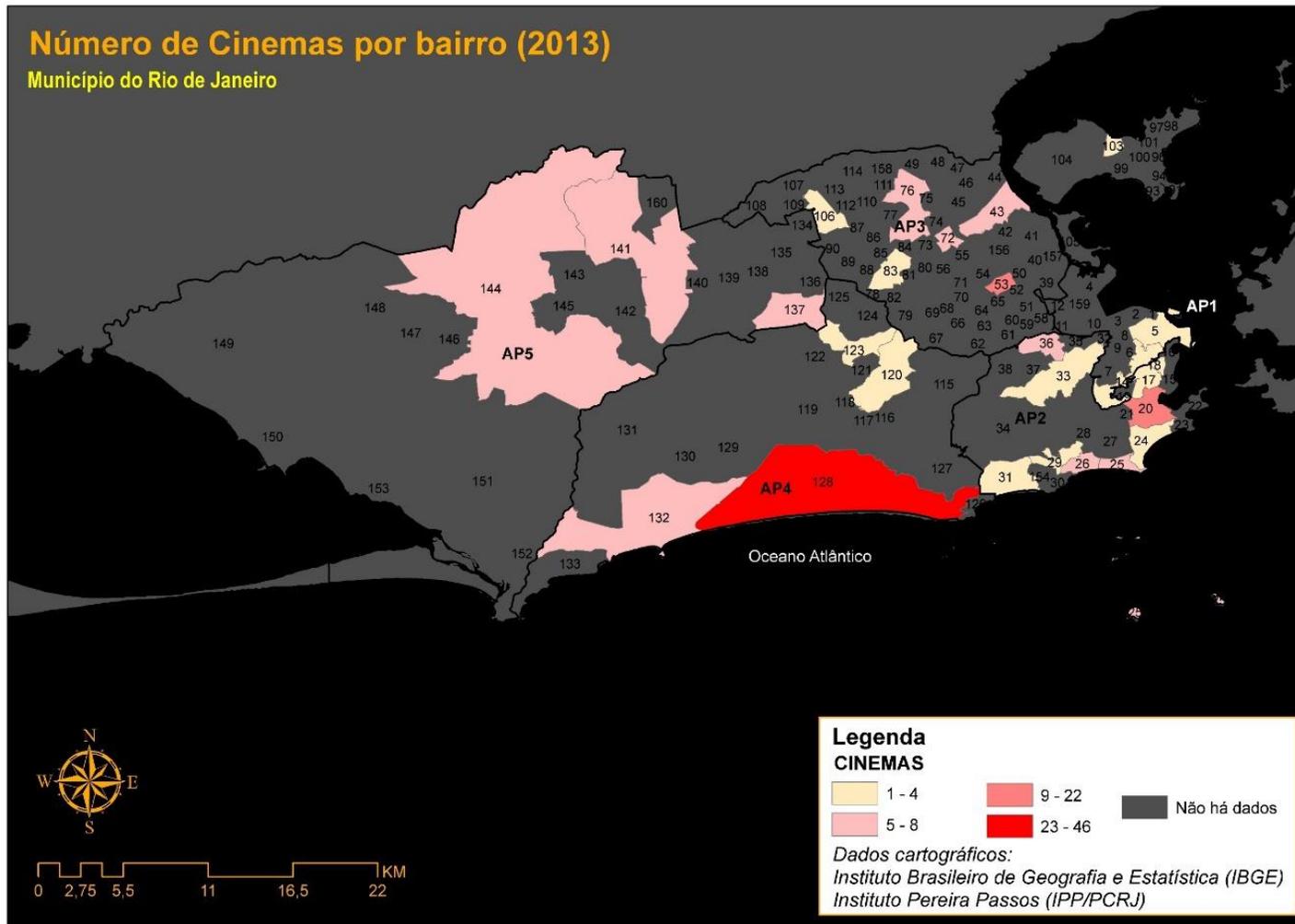


Figura 52: Número de salas de cinema no município do Rio de Janeiro para o ano de 2013. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ) e Telelistas.

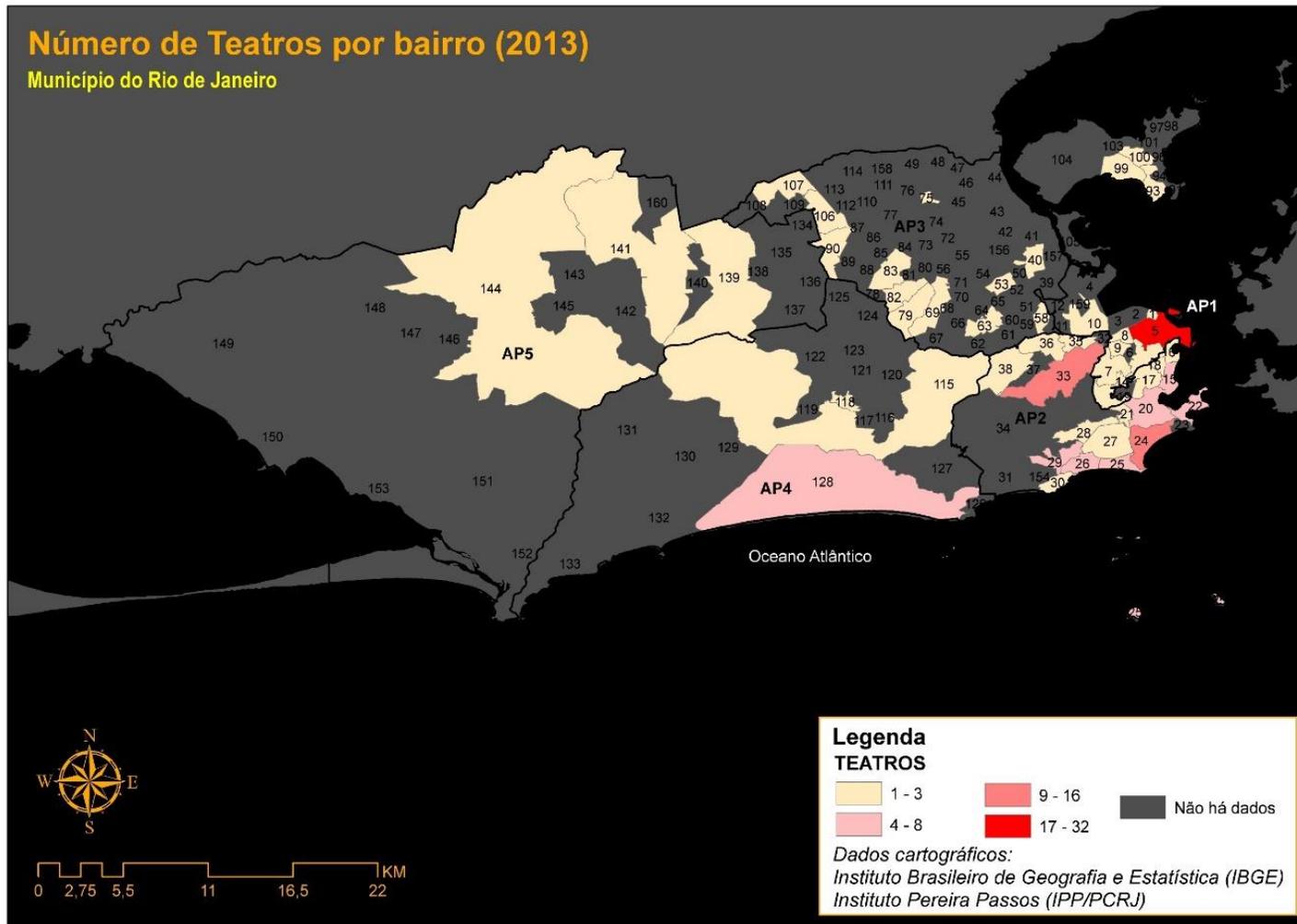


Figura 53: Número de espaços cênicos no município do Rio de Janeiro para o ano de 2013. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP-PCRJ) e da Telelistas.

Em relação aos espaços cênicos (Figura 53), o processo de suburbanização ou descentralização ainda não parece ter ocorrido, visto que 42% dos teatros continuam localizados nas RA's da Zona Sul da cidade, como as RA's de Botafogo (18%), Lagoa (14%) e Copacabana (10%). O Centro também mantém a sua posição de centralidade no que diz respeito ao número de espaços cênicos, concentrando 20% dos teatros em sua Região Administrativa. Mais de três quartos dos teatros estavam em 2007 concentrados nas áreas de residência da classe média carioca: Zona Sul (42%), Centro (22%) e Tijuca (12%). Em termos gerais, centros culturais também se encontram concentrados nas áreas nobres da cidade. A Região Administrativa do Centro concentra, sozinha, 30% dos espaços culturais, com ainda 30% divididos entre as RA's de Botafogo (15%) e Lagoa (15%), acompanhados de longe pelas RA's de Copacabana, Barra da Tijuca, Santa Teresa e São Cristóvão com 4%, cada.

No caso dos teatros do Centro, os seus espaços tenderam a ser aproveitados por segmentos mais populares, como as exposições de filmes pornográficos ou a conversão em igrejas pentecostais. Ainda assim, os espaços cênicos tiveram uma vida mais longa na área central da cidade do que os cinemas. O Centro ainda possui uma grande concentração de salas tradicionais, como o Theatro Municipal, o Teatro Carlos Gomes e o Teatro João Caetano, sendo mantidos pelo investimento de empresas estatais ou diretamente pelo Estado. Sua sobrevivência deve e muito à atuação do poder público local.

Na Zona Sul da cidade os novos espaços cênicos foram recriados em shopping centers, como, por exemplo, o Shopping da Gávea, o qual abriga quatro espaços cênicos: Teatro Clara Nunes, Teatro das Artes, Teatro dos Quatro e Teatro Vannucci. Além disso, outros teatros conseguiram se manter “na rua” e com investimento de empresários, mantendo ainda a precedência na representação da atividade no município.

Nos bairros da Zona Norte e Oeste do município há pouca oferta de espaços cênicos, o que demonstra que a popularização e dispersão dos cinemas não encontra correspondência com a ainda concentração dos teatros no Centro e na Zona Sul. Só recentemente com o projeto das Lonas Culturais os bairros periféricos começaram a ter espaços para apresentações teatrais. O projeto das Lonas Culturais foi desenvolvido em 1993, após o fim da Cúpula da Terra (ECO-1992), recuperando as lonas que abrigaram o evento e convertendo-as em pontos culturais. O projeto das lonas é atualmente sustentado pela prefeitura da cidade com a ajuda de colaboradores comunitários de 10 bairros da cidade do Rio, na Zona Norte e Oeste: Campo

Grande, Anchieta, Realengo, Jacarepaguá, Vista Alegre, Guadalupe, Maré, Bangu, Santa Cruz e Ilha do Governador.

Em resumo, a oferta de entretenimento noturno ligado à “cultura” e à “arte” parece se diversificar também em um duplo processo: a recentralização das atrações culturais, principalmente através dos centros culturais na área do projeto Corredor Cultural; e a suburbanização dos equipamentos multiusos em áreas periféricas da cidade, seguindo a lógica de busca por amenidades dos empresários, mas também os projetos do Estado.

O índice de concentração das atividades noturnas contribui na identificação da organização espacial das práticas sócio-espaciais e as concentrações de espaços construídos para a noite. Sendo assim, ele nos permite exibir um panorama da paisagem noturna do Rio de Janeiro e observar a localizações dos centros de vida noturna, orientando a escolha dos casos que poderemos interpretar ao descrever os comportamentos e as formas de interação entre espaço construído e práticas. Como notamos que hoje há dois processos paralelos, volta ao centro e descentralização, nos basearemos nos resultados obtidos no índice para buscar a vida noturna no centro, na orla e no subúrbio da cidade. No próximo capítulo veremos como a negociação nos cenários se torna um elemento fundamental da sociabilidade noturna.

## Capítulo 8:

# Marcas do uso noturno na paisagem: caminhos, cenários e barreiras

Ao observarmos a paisagem noturna carioca na escala urbana notamos processos de mais longa duração, ações de agentes modeladores da paisagem, estruturas de organização espacial, planos e projetos que compunham uma forma de ver a noite e uma maneira de intervir sobre ela. Naquela escala apareceram fenômenos de grande magnitude, movimentos massivos de ações no espaço e padrões de localização.

Até agora vimos a paisagem urbana noturna em um sentido global sobre o Rio de Janeiro. Notamos como o passado é um elemento estruturador das práticas contemporâneas, mas também que as ações são negociadas, que os agentes debatem as intervenções e têm capacidade de agenciamento sobre as práticas, as resignificando no presente. Ficou também explícito o problema do diálogo entre as formas construídas e estas práticas, a valorização dada a elas pelos agentes e as maneiras de praticar com o espaço construído. Pensar a noite apareceu também como pensar a espacialidade das atividades.

Esse olhar panorâmico sobre a cidade à noite deverá agora ser detalhado ao observarmos os cenários noturnos, nas relações sociais em menores espaços, os quais também possuem estruturas e agenciamentos, negociações que podem ser estabelecidas pelo hábito. Nessa escala também podemos notar as microformas da paisagem e as práticas interacionais que colorem os detalhes do quadro mais geral da vida noturna carioca. Este capítulo é, portanto, um esforço de compreensão da paisagem noturna em sua composição em maior escala, ou seja, dos cenários em suas variadas cores e traços que durante o correr da vida cotidiana estabelecem práticas que de alguma maneira se repetem na criação de padrões de ajuntamentos, comportamentos e traços no espaço.

Em um primeiro momento veremos alguns resultados obtidos a partir da caracterização de trajetórias e concentrações nas áreas observadas, seguindo o modelo sugerido por Hagerstrand e Pred. Posteriormente, notaremos como as posições nos lugares de concentração de vida

noturna estabelecem limites para pertencimento dentro (e fora) de seus limites, o que de certa forma amplia o modelo anterior, estabelecendo também uma comunicação entre os elementos de distinção e os cenários.

## A espacialidade e a temporalidade das trajetórias e das concentrações

Trajetoórias e concentrações são duas categorias de estudo do cotidiano que foram bastante desenvolvidas por Torsten Hagerstrand (1967) em sua versão da Time-geography. De forma bem resumida podemos dizer que Hagerstrand define as trajetórias como um caminho ou percurso de um indivíduo através do tempo-espaço (deslocamento físico e duração) e as concentrações (ou estações de parada) seriam os nós mais significativos deste caminho, ou seja, os momentos nos quais um conjunto de trajetórias individuais se encontram e desenvolvem alguma atividade (PRED, 1977)<sup>53</sup>. Na análise de Hagerstrand, o movimento coreográfico poderia também ser limitado por barreiras, ou limites que constrem a liberdade de circulação e de ajuntamento. Assim, trata-se de um estudo sobre as condições que permitem a existência de interação social em um dado espaço-tempo, tendo como base analítica as práticas cotidianas.

Ainda que estejamos longe de recobrir tamanho esforço, notamos na time-geography de Hagerstrand um possível caminho de aproximação dos estudos das trajetórias e das concentrações. Entendemos que as trajetórias formam um padrão de circulação, linhas que são percursos ao longo de tantos outros possíveis. Neste sentido, a observação do conjunto formado pelas trajetórias de indivíduos em um dado lugar em um dado momento nos forneceria pistas sobre as características espaciais das práticas sociais em termos de área. Isto não quer dizer que se trata aqui de uma pesquisa que se concentrou nas razões dos indivíduos, mas, ao contrário, no acúmulo de trajetórias que fisicamente se expuseram a partir da repetição de padrões formados por diferentes indivíduos. Essas trajetórias poderiam ser observadas nas marcas deixadas pelos seus agentes criadores como, por exemplo, nos gramados em que o uso recorrente acaba delimitando um caminho.

Para obtermos os padrões de trajetórias e concentrações, elaboramos fichas de observação, com as quais definimos pontos e linhas em um croqui básico dos lugares observados. Cada

<sup>53</sup> Hagerstrand também trata de variações entre escalas de tempo e de espaço, o que afetaria de alguma maneira a percepção dos movimentos individuais, os quais poderiam, por exemplo, aparecer como móveis em dada escala espaço-temporal e fixos em outra.

observação durou uma hora e foram contados os números de pessoas realizando cada trajetória e em cada lugar de concentração. Por fim, houve um trabalho gráfico de reconstrução dos padrões<sup>54</sup>.

Como as concentrações estabelecem padrões de permanência provisória, optamos por trabalhar com horários fixos, mais uma vez com as sextas-feiras à noite (21h-01h). A partir dessa definição, consideramos que graficamente as concentrações seriam representadas como pontos, os quais possuem a função de atrair as trajetórias, as quais, por seu lado, são graficamente representadas por linhas. Pontos e linhas formam áreas, que concentram diferentes circuitos que se sobrepõem.

Se formos ainda mais adiante, podemos afirmar que trajetórias e concentrações podem ser comparadas à ideia mais geral de que o espaço se organiza segundo fixos e fluxos (SANTOS, 2008). Haveria, assim, movimento e a conclusão desse movimento em um determinado ponto do espaço, no qual as forças que levaram à criação da trajetória se resolvem com o início de um evento ou de um ajuntamento que a interrompe momentaneamente.

Há teoricamente um conjunto praticamente infinito de possibilidades de trajetórias, incluindo um número também infinito de concentrações possíveis. Desta imensa variedade sobressaem, no entanto, repetições ou coreografias, trajetórias e concentrações que se repetem. Há pontos mais atraentes, ligações mais fortes, caminhos mais recorrentes. O interessante é buscar algumas razões relacionadas a estes padrões.

Ao estudar os lugares de vida noturna a partir da ideia de trajetórias e de concentrações queremos reafirmar a importância dos padrões espaciais das práticas na composição dos cenários noturnos. Isto quer dizer que olharemos as práticas sociais sob um ponto de vista razoavelmente novo, para além das implicações meramente relacionadas às formas de consumo. Nesse caso, os praticantes possuem papéis mais amplos do que somente consumidores de serviços. Afirmamos aqui os agentes sociais como indivíduos com poder de agenciamento e de negociação dos seus papéis e de seus lugares no espaço.

Ao afirmarmos a capacidade de agenciamento na definição dos padrões sócio-espaciais valorizamos as práticas e atribuímos novo sentido ao espaço construído, como uma estrutura

<sup>54</sup> Os instrumentos utilizados nesse capítulo foram construídos conjuntamente com os membros do grupo Território e Cidadania ao longo dos últimos seis anos.

física que coloca limitações para trajetórias e concentrações, mas que também permite a negociação das posições, sendo parte integral dos cenários noturnos.

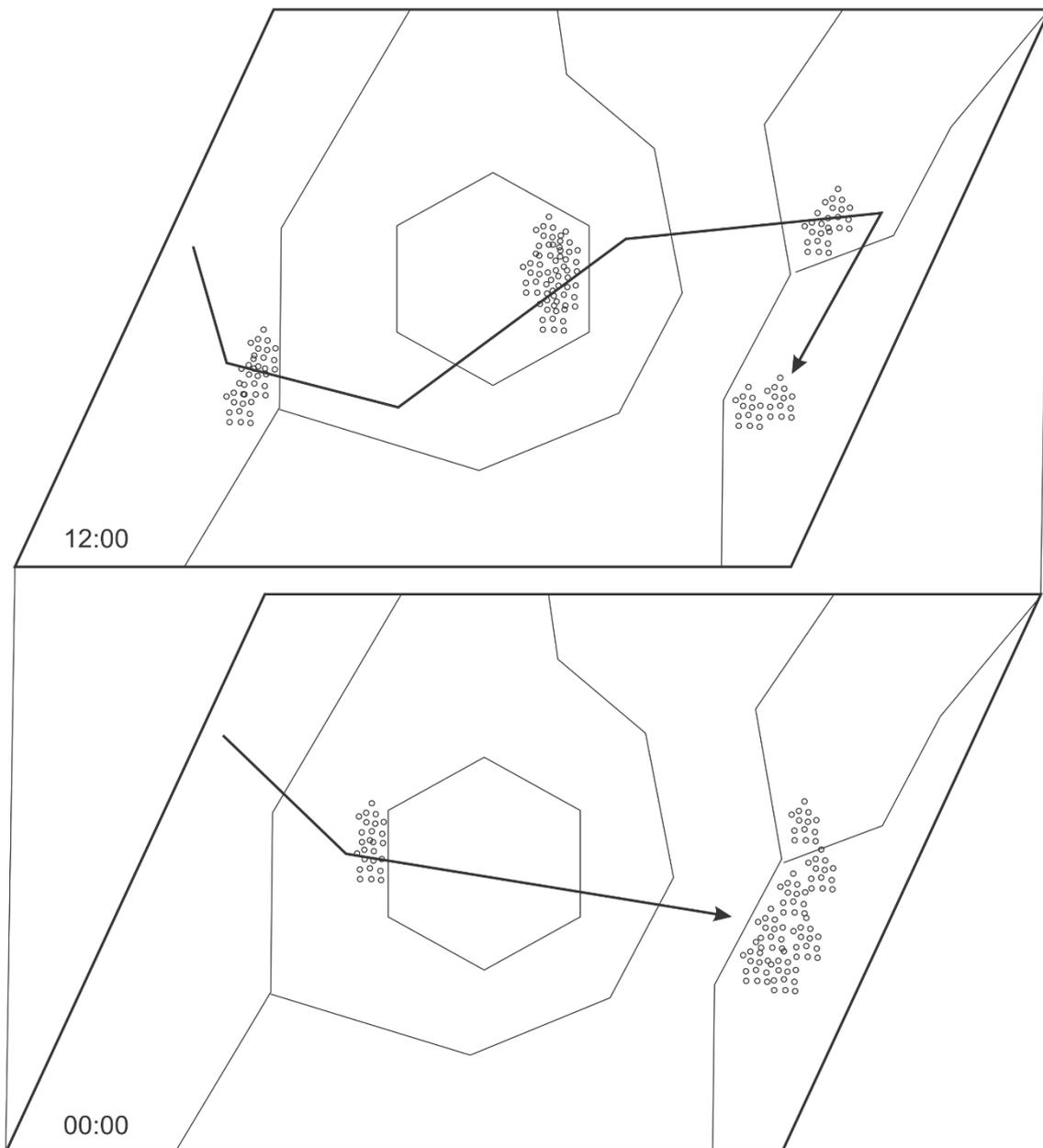
A repetição de trajetórias e de concentrações possui expressividade na apresentação de um determinado lugar durante a noite. Queremos dizer com isso que os cenários de vida noturna possuem uma centralidade que absorve os fluxos de outros lugares da cidade, os concentrando em torno de suas atividades. Um grande número de trajetórias individuais se conecta em lugares como a Lapa, a Praia de Copacabana ou o Largo do Machado e, em alguns casos, essa concentração é mais intensa durante a noite. Ao mesmo tempo, em cada lugar que apresenta intensa vida noturna se formam trajetórias e concentrações internas, as quais dão ao lugar a sua característica sócio-espacial. Nesse caso, trajetórias e concentrações são como desenhos gráficos que sugerem pela prática recorrente uma forma de estar e de ser na vida noturna (Figura 54) e isto nos parece ser bem mais do que comumente se atribui a estes agentes, geralmente descritos como indivíduos incapazes de escolher a vida noturna que desejam.

Finalmente, a noite tem os seus próprios circuitos formados pelas práticas sociais de cada lugar e segundo os ritmos dos lugares, ou ainda, a noite fornece novos dados para que as práticas sejam renegociadas e reconstruídas em forma de padrões espaciais. Neste sentido, o estudo dos ritmos é uma boa forma de inspiração para a busca de padrões, pois permite que o cotidiano seja agrupado a partir do lugar e não somente do interesse individual ou de grupo em relação a ele.

A proposta de Lefebvre (1992) em relação à análise dos ritmos é relativamente conhecida e apresenta a possibilidade de compreender a cidade como um conjunto de múltiplas temporalidades colocadas em jogo cotidianamente. Por isso, para Lefebvre, não se trata de um estudo sobre a singularidade, mas de como o ajuntamento de ritmos diferentes em um dado lugar criar um padrão cíclico dos ritmos do lugar. Para Lefebvre, sempre que há interação entre um lugar, um tempo e um gasto de energia, há ritmo. Este ritmo é fundamentalmente formado por repetições.

Em geral, tende-se a pensar o ritmo noturno de um lugar como diferente de seu ritmo diurno, como se fosse uma ruptura em relação ao ritmo do dia. Para Lefebvre a noite tende a desacelerar o ritmo da cidade, reduzindo o tráfego de pessoas e de veículos, levando a cidade à arritmia social. Outros, como Mike Crang (2001), sugerem que, em geral, a noite tende a exibir um ritmo irregular para os setores mais tradicionais da sociedade, sendo associada aos distúrbios provocados pelos seus usuários.

### Trajelórias, concentrações e ritmos



*Figura 54: Variação em dois horários diferentes nas formas das trajetórias e nos locais de concentrações em uma situação hipotética. Fonte: Marcos Góis.*

Ao que tudo indica, em nossa pesquisa, a noite seria um novo momento de negociação das práticas sociais, revelando atividades novas sob o diapasão de um novo ritmo, propiciado por um novo esquema de organização social criado por essas atividades. Os ritmos noturnos obedeceriam, assim, às renegociações dos lugares em que determinadas práticas poderiam

ocorrer. Logo, em alguns lugares da cidade poderia prevalecer a arritmia noturna, enquanto que em outros a noite anuncia a saída de um estado de arritmia e a chegada de um ritmo organizado ou mesmo de uma polirritmia, como pode ser visto na comparação entre a densidade observada durante o dia e a noite em duas áreas do centro da cidade: Largo da Carioca e Largo da Lapa (Figura 55 e Figura 56).



*Figura 55: Duas imagens do Largo da Carioca, Centro do Rio. A primeira durante o dia, a segunda durante a noite. Trata-se de um lugar de vida diurna. Fonte: Marcos Góis, 2010.*



*Figura 56: Duas imagens do Largo da Lapa, Centro do Rio. A primeira durante o dia, a segunda durante a noite. Trata-se de um lugar de vida noturna. Fonte: Marcos Góis, 2010.*

Cada área possui certo número de trajetórias e de concentrações que são de alguma maneira orientadas segundo um conjunto de variáveis espaciais como, por exemplo, a disposição do mobiliário, a proximidade com um elemento de transição, a centralidade de um determinado

ponto, a disponibilidade de iluminação, o ambiente sonoro etc.<sup>55</sup> Todas variáveis possuem um peso nas decisões sobre o caminho que será traçado ou o lugar em que se ficará mais demoradamente. Por um lado, esses elementos são estruturantes das escolhas, pois são parte de um aprendizado social que indica uma moralidade do espaço. Por outro lado, os indivíduos têm capacidade de negociar com esses elementos e utilizá-los conforme o seu interesse.

Cada área possui uma diversa composição dos elementos sócio-espaciais e é isto que dá o seu caráter peculiar e diferenciado em relação a outros lugares. Os indivíduos podem, assim, mudar as práticas e as formas de negociação já que também mudam as características do espaço construído. A excepcionalidade ou particularidade de um lugar não é, no entanto, alheia aos padrões, pelo contrário, todo lugar é uma forma de combinação única de elementos comuns a outros lugares. Em alguns casos até mesmo a combinação entre os aspectos tende a se repetir.

Em geral, formas de construir, de agir ou de iluminar tendem a se reproduzir em diferentes lugares. Os padrões de intervenções se baseiam em experiências compartilhadas que têm origem no passado da vida noturna: nas soluções urbanísticas, nas práticas sociais consolidadas e na base morfológica pregressa. O aprendizado social dessas estruturas sócio-espaciais é empregado no presente e prevê a sua continuidade no futuro, reproduzindo aspectos que tiveram algum sucesso no desenvolvimento de vida social noturna. Este talvez seja o aspecto estrutural da vida noturna.

O aprendizado dessas práticas e dessas formas de compor não se dá, no entanto, como mera reprodução, mas possui um caráter criativo e um espírito renovador, já que a novidade é bastante apreciada para a vida noturna. Por isso, o passado é reorganizado a partir de novas premissas: a boemia retorna sob uma nova função social, os belvederes mudam de lugar, as práticas de lazer se reorientam, as pessoas jogam o jogo social de outra forma. Maneiras de ser e de viver a vida noturna também passam a ser importadas de outros lugares, e os lugares de referência mudam: Paris, Nova York, Ibiza etc. A paisagem noturna é o resultado provisório dessas experiências compartilhadas por estes grupos e os padrões nos ajudam a organizar a observação dentro desta variada gama de situações. Dessa forma, podemos dizer que há também agenciamento. A negociação entre estruturas e agenciamentos nos fornece o habitus.

<sup>55</sup> William Whyte (1980) diria que um bom espaço público possuiria alguns elementos centrais: lugares para sentar, proximidade com a rua, sol, comida, água e árvores. A combinação desses elementos em área ajudaria a manter concentrações de pessoas no espaço público.

## Caminhos noturnos e padrões de trajetórias

É bem comum que nos trabalhos que estudam a vida noturna se dê maior atenção aos lugares em que se concentram os indivíduos do que as suas trajetórias. Em geral, sabemos as características das atividades e as formas de relação, mas não entendemos como os indivíduos lá chegaram e como se deslocam nesses lugares. Nesta parte queremos apresentar essas trajetórias nos lugares, as maneiras que indivíduos e grupos se comportam em relação ao espaço construído, como dialogam com os lugares de concentração e os significados desses deslocamentos<sup>56</sup>.

Esta parte é o resultado de quase quatro anos de observações de campo em diferentes áreas da cidade, incluindo centros da vida noturna observados no índice de concentração das atividades noturnas. Como dito anteriormente, as trajetórias foram descritas a partir de uma ficha de observação que possuía um croqui básico para as anotações, com a discriminação das trajetórias mais comuns e a contagem do número de seus praticantes, dentro de um recorte temporal da observação de uma hora.

Os centros de vida noturna foram observados em diferentes bairros e selecionados pela sua representatividade no índice de concentração das atividades noturnas: no Centro (Praça XV e Lapa), em Copacabana (na praia em frente à Praça do Lido), em Botafogo (no entorno da Praça Nelson Mandela), na Barra da Tijuca (Jardim Oceânico e Praça do Ó), na Tijuca (Praça Saens Pena e Praça Varnhagen), no Méier (Praça Agripino Grieco e Baixo Méier), em Madureira (Parque Madureira), em Marechal Hermes e em Bangu (próximo às respectivas estações de trens), na Ilha do Governador (Praia da Bica) e em Vila Valqueire (Praça Saiqui). Em cada centro foram realizadas pelo menos duas fichas de observação, contendo informações sobre as atividades realizadas nas sextas-feiras entre 21h e 01h.

A aplicação do instrumento e a consolidação das trajetórias em croquis das áreas foi um passo importante na compreensão dos percursos utilizados pelos usuários e na definição dos padrões de circulação, suas formas, relações com os lugares de concentração e significados. A determinação dos padrões de trajetórias nos ajudou a compreender as práticas em relação com

<sup>56</sup> Um tema interessante para estudo seria a mobilidade noturna, uma geografia dos grandes deslocamentos para o lazer noturno.

a morfologia dos lugares e também a capacidade dos usuários em atribuir significados ao percurso.

De forma bastante geral conseguimos estabelecer pelo menos quatro padrões bem comuns, que se repetem em diversos casos e que poderiam ocorrer em outros contextos que não só o carioca. Ainda assim, acreditamos que estes padrões recebem diferentes significações em cada lugar observado e são recobertos de sentidos para os grupos que compartilham dessas escolhas.

### ***Padrão linear***

O primeiro padrão seria aquele que marca uma trajetória linear, pontuada de lugares que são como estâncias de parada no percurso. O padrão linear é bastante comum, pois geralmente é orientado por uma única via de trânsito principal, a qual concentra um maior número de pontos de grande centralidade. Vias próximas, perpendiculares à linha principal podem também ser atrativas, mas desempenham um papel secundário. As trajetórias tendem, assim, a se concentrarem, sendo mais densas ao longo da linha principal e isto ocorre muito em razão da associação entre as atividades, que procuram ter uma localização no mesmo logradouro, se mantendo visível aos usuários de outros estabelecimentos.

O padrão linear costuma ser encontrado em áreas de vida noturna à beira mar, quando quiosques ou barracas costumam se alinhar junto ao calçadão. Dois casos são bem ilustrativos desse padrão. Na Praia de Copacabana as linhas formadas pela faixa de areia, o calçadão, a ciclovia e a pista de veículos criam um panorama linear, o qual seus usuários tendem a reproduzir mesmo durante a noite. O mesmo pode ser percebido na Praia da Bica, na Ilha do Governador. Em ambos os casos, boa parte da atividade noturna se realiza no trajeto pelo calçadão, no qual as pessoas podem observar o movimento dos bares, os seus frequentadores, as atrações musicais etc. Ao mesmo tempo, aqueles que realizam o trajeto ao longo do calçadão podem também apreciar a vista e a brisa do mar, valorizando a caminhada como forma de apreciação do ambiente. As trajetórias lineares permitem também a troca de olhares entre os caminhantes e até mesmo possíveis interações com pessoas conhecidas.

Há também exemplos do padrão linear em áreas nas quais uma só rua combina atrações diferentes e se estabelece como centro noturno. Alguns polos gastronômicos e centros comerciais cariocas apresentam este padrão, sendo ele comum a outras cidades brasileiras, especialmente por recuperarem a tradição dos centros de bairro na vida social urbana. Um caso

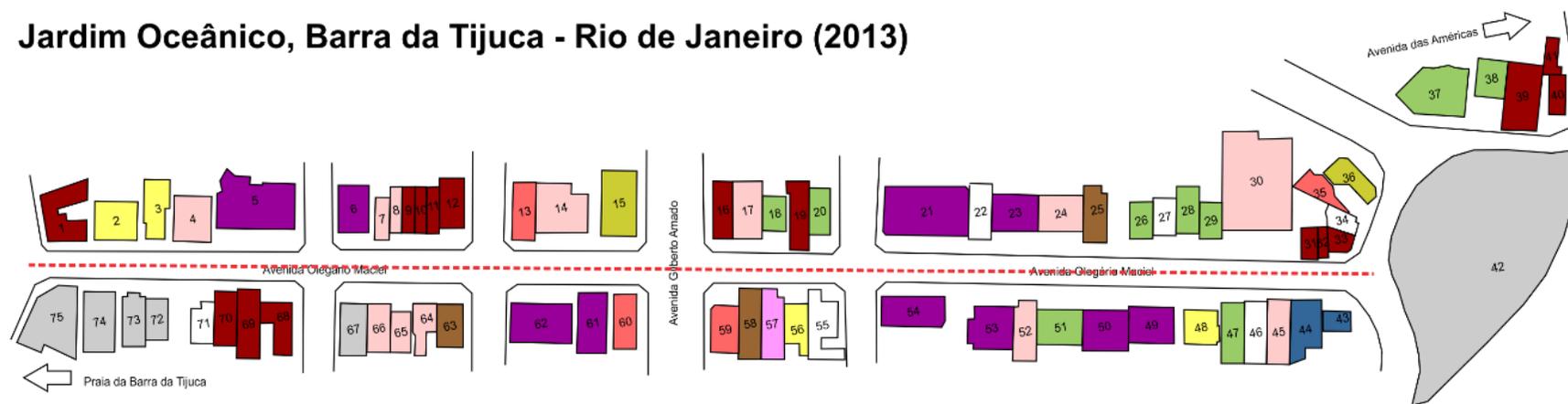
especialmente significativo deste padrão de trajetórias e de concentrações pode ser encontrado no polo Jardim Oceânico, o qual está intimamente relacionado à disposição de atividades noturnas na Avenida Olegário Maciel, na Barra da Tijuca (Figura 57). Assim, a orientação das atividades acaba por sugerir deslocamentos lineares, ao longo da linha da rua.

Pelo diagrama podemos notar que os bares e restaurantes (tom vermelho escuro) se concentram em algumas esquinas, em geral, de um lado da calçada, o que acaba por impor um padrão das trajetórias. No entanto, os deslocamentos a pé tendem a ser menos recorrentes, sendo privilegiado o veículo particular e as micro-trajetórias diretas, das vagas para veículos até os estabelecimentos de bebidas e gastronomia. Quando o deslocamento linear é significativo, ele ocorre na direção Avenida das Américas – Praia da Barra. Entre os dois pontos se encontram os lugares de concentração.

O tipo de padrão observado nos dois casos, apesar de igual, não impõe, no entanto, as mesmas práticas. No caso das praias andar “de um lado para o outro” é fundamental para o reconhecimento do lugar, das atividades e dos usuários; no caso das ruas, como a Olegário Maciel, a trajetória é um meio de conexão entre um outro conjunto de práticas e aquelas que ocorrem na rua. Por isso, apesar de convocarem elementos e proporcionarem padrões de deslocamento similares, cada área constrói uma forma específica de práticas sócio-espaciais: uma que destaca o desfile no percurso e outra que valoriza a conexão entre as concentrações.

Em ambos os casos apresentados notamos que há um papel fundamental do espaço construído. Ele orienta os percursos e guia os sentidos das trajetórias, mas não o faz sem que também permita aos indivíduos escolhas sobre os pontos de parada, as velocidades e as formas de interação.

## Jardim Oceânico, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro (2013)



### LEGENDA DAS FUNÇÕES

#### Alimentícia

- Supermercados, mercearias e depósitos
- Padarias, cafeterias e lanchonetes fast-food
- Bares, restaurantes e tabernas

#### Artística e educacional

- Centros culturais, museus e galerias de arte
- Cinemas e teatros
- Colégios e cursos

#### Veicular

- Oficinas mecânicas e concessionárias
- Postos de combustíveis
- Estacionamentos

#### Serviços Legais e Financeiros

- Imobiliárias e escritórios de advocacia
- Bancos e casas de câmbio

#### Esportiva e de lazer

- Salões e quadras de jogos
- Shopping centers
- Casas noturnas e boates

#### Moda e estética

- Comércio de tecidos e roupas em geral
- Serviços estéticos

#### Estabelecimentos hoteleiros

- Hotéis, motéis, pensões e pousadas
- Outras funções urbanas
- Residenciais, industriais ou públicas

#### Sem informação

- Lotes vagos ou sem função

Figura 57: Mapa de uso do solo com as funções urbanas dos estabelecimentos localizados nos arredores do Jardim Oceânico, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro. A linha tracejada em vermelho indica a trajetória dominante. Fonte: Elaboração própria.

### *Padrão circular*

O segundo padrão poderia ser definido como aquele no qual se deve passar pelos mesmos pontos recorrentemente, repercutindo um padrão circular. As trajetórias circulares são mais comuns nas áreas internas dos bairros, especialmente nos setores comerciais do centro de um bairro. Neste caso não há uma única via, mas um conjunto formado por um ou mais quarteirões que possuem atividades atrativas, às vezes, até mesmo segmentadas, em diferentes ruas, mas compondo um conjunto mais ou menos unitário.

O padrão de trajetórias circulares pode ser bem comum em áreas próximas ao centro histórico de uma cidade, abrangendo os limites do urbanismo do passado e criando rotas que são como voltas em uma pista de corrida. No Rio de Janeiro, a área da Praça XV tem um pouco esse caráter, concentrando trajetórias entre a Rua do Mercado e a Avenida 1º de Março.

O padrão circular é também comum aos centros de bairros, como pode ser notado no Baixo Méier, envolvendo dois quarteirões da área comercial (Figura 58). As rotas circulares permitem o reconhecimento do ambiente e o retorno aos lugares anteriormente vistos, estabelecendo um circuito obrigatório de lugares a serem visitados de forma recorrente. Trata-se de mais uma estratégia de visibilidade na qual o circuito é uma forma de apresentação ao lugar e, ao mesmo tempo, uma forma de reconhecimento.

Usualmente, essas trajetórias são ignoradas e as escolhas são tratadas como sendo meramente dirigidas pelos empreendimentos. O que notamos, no entanto, é diferente. As trajetórias do tipo circular são bem úteis para aqueles que ainda não sabem para onde ir, que escolherão os lugares segundo suas interpretações relativas ao público ou ambiente do lugar. Por considerarem a identidade acima de qualquer outra variável, os autores que estudam a vida noturna ignoram a precariedade das escolhas em meio a pluralidade de opções.

De volta ao Baixo Méier, podemos dizer que circular é um rito de observação das ofertas, comparável às trajetórias em uma feira livre: se observa os preços, a qualidade do produto, a limpeza, etc. Por vezes ouvimos dos usuários razões pelas escolhas dos lugares e dois motivos se destacaram: a oferta de serviços (aquilo que o lugar oferecia para o cliente) e a frequência do lugar, ou seja, quem estava presente, o que fazia e como se concentrava. Circular era uma ação fundamental para o tipo de vida noturna do lugar, até mesmo para que os indivíduos decidissem ir para outro centro noturno.

O ato de consumir, tão central para os pesquisadores da noite urbana, aparece somente como um meio dentre outras ações. Outras atividades poderiam ter mais importância e circular poderia ser a atividade central. Ainda que o que se oferta para consumo seja significativo, isto não exclui o que se oferece também como forma de interação, como oportunidade de reconhecimento ou como maneira de se identificar. A espacialidade destas relações não pode ser resumida ao consumo, como o estudo das trajetórias parece confirmar.

### ***Padrão biarticulado***

O terceiro padrão de trajetórias pode ser chamado de biarticulado, ou seja, trata-se de um padrão no qual uma mesma área possui dois polos de atração de usuários separados por alguma barreira ou limite linear. Neste sentido, há de um lado um conjunto de atividades noturnas separadas de outro conjunto de atividades por algum obstáculo físico como, por exemplo, um canal, uma linha férrea ou um terreno baldio. É bastante comum que a ligação entre as duas áreas seja promovida por uma ponte, passagem de nível ou túnel, nos quais, em geral, se estabelecem pequenos comércios informais.

Apesar de não ser muito comum ao caso do Rio de Janeiro, o padrão biarticulado pode se estabelecer em áreas da cidade onde a linha férrea recorta o centro de um bairro. No caso do Méier esta articulação ainda é bastante nova, tendo pouco significado na atualidade, mas há outros centros noturnos que já desenvolveram esta relação há mais tempo. Dois exemplos parecem ser bastante ilustrativos. Os centros dos bairros de Marechal Hermes e Bangu possuem uma animada vida noturna ligada a estabelecimentos informais que produzem lanches rápidos. Em ambos os casos a linha férrea divide o centro do bairro em duas áreas.

No caso de Marechal, um dos lados concentra as barracas de ambulantes e a oferta de cachorros quentes, hambúrgueres, batatas fritas e pizzas; o outro lado possui bares com música ao vivo, padarias e lanchonetes. A conexão entre as duas áreas se faz através de uma passagem de nível e de uma passarela. Devido à escassez de iluminação, as duas formas de conexão não possuem qualquer comércio, mas ligam os dois interesses mais comuns da noite no bairro.

Em Marechal a passagem de nível, apesar de bastante escura, é preferida pelos usuários em relação à passarela que cobre a linha férrea. Segundo os usuários entrevistados isso se dá em razão da praticidade do deslocamento, evitando as escadas da passarela. Ao mesmo tempo se notou que a passagem de nível permitia uma aceleração do percurso e a percepção da oferta

musical do outro lado. Ao seguirmos (com autorização) duas moças em seu percurso entre as duas áreas, notamos que elas procuravam encontrar um estilo musical que lhes agradasse. Frustradas em sua procura por uma roda de pagode, as duas preferiram permanecer próximas a um espaço improvisado próximo à passagem de nível no qual se tocava o ritmo do charme (variação do funk), aparentemente em razão da concentração de pessoas que dançavam.

Mais uma vez vemos o caráter multivariado das escolhas dos indivíduos. Os centros de vida noturna se oferecem como um menu de possibilidades abertas aos gostos das pessoas e mesmo das discussões sobre que lugares ir. Os percursos são úteis, pois fornecem estas opções, mas também permitem o lazer no caminho. O que há entre dois lugares acaba sendo tão importante quanto os outros destinos. As pessoas podem parar no meio, na articulação entre os pontos.

### ***Padrão de múltiplos circuitos***

O quarto padrão tem um caráter mais complexo, apreendido como sendo múltiplo, revelando que não há uma lógica geométrica na distribuição dos pontos. Neste caso, a organização dos pontos no espaço não respeita a orientação de somente uma via ou a concentração em torno de um quarteirão ou esquina. Torna-se, na verdade, um padrão orientado pela densidade de atividades, expressão da centralidade do lugar e da facilidade de sua dispersão na área.

No Rio de Janeiro o melhor exemplo de uma área na qual as trajetórias noturnas são complexas é o bairro da Lapa. Em quase toda a sua extensão o bairro possui atividades atrativas aos usuários (Figura 59). Ainda que concentre boa parte das trajetórias ao longo da Avenida Mem de Sá, a área da Lapa se estende até quase a Praça Tiradentes e também até o Passeio Público. Em meio a esta multiplicidade de trajetórias, torna-se bem comum que os circuitos não obedeçam somente às preferências dos usuários, os quais podem escolher trajetórias diferentes, em busca de novidades. A área da Lapa é, aliás, reconhecida por esta característica de ser um lugar que permite diversas estratégias de apresentação ao público.

## Baixo Méier - Rio de Janeiro (2013)



### LEGENDA DAS FUNÇÕES

- Alimentícia**
  - Supermercados, mercearias e depósitos
  - Padarias, cafeterias e lanchonetes fast-food
  - Bares, restaurantes e tabernas
- Artística e educacional**
  - Centros culturais, museus e galerias de arte
  - Cinemas e teatros
  - Colégios e cursos
- Veicular**
  - Oficinas mecânicas e concessionárias
  - Postos de combustíveis
  - Estacionamentos
- Serviços Legais e Financeiros**
  - Imobiliárias e escritórios de advocacia
  - Bancos e casas de câmbio
- Esportiva e de lazer**
  - Salões e quadras de jogos
  - Shopping centers
  - Casas noturnas e boates
- Moda e estética**
  - Comércio de tecidos e roupas em geral
  - Serviços estéticos
- Estabelecimentos hoteleiros**
  - Hotéis, motéis, pensões e pousadas
- Outras funções urbanas**
  - Residenciais, industriais ou públicas
- Sem informação**
  - Lotes vagos ou sem função

Figura 58: Mapa de uso do solo com as funções urbanas dos estabelecimentos localizados nos arredores do Baixo Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro. A linha tracejada em vermelho indica a trajetória dominante. Fonte: Elaboração própria.

## Bairro da Lapa - Rio de Janeiro (2013)



Figura 59: Mapa de uso do solo com as funções urbanas dos estabelecimentos localizados nos arredores do bairro da Lapa, área central do Rio de Janeiro. A linha tracejada em vermelho indica a trajetória dominante. Fonte: Elaboração própria.

Ao observarmos o croqui do bairro da Lapa notamos que as atividades ligadas ao noturno têm uma forte predominância, ocupando quase todos os lotes. Há grandes estacionamentos (em tom ocre), múltiplos bares e restaurantes (em vermelho escuro) e ainda boates e casas de show (em lilás). As trajetórias são múltiplas, seguindo o traçado das ruas, mas recortando os estabelecimentos de variadas formas.

O caso da Lapa é exemplar de uma característica da vida noturna carioca: o interesse dos agentes pelo percurso, pelo desfile e pela exploração do espaço. Ainda que haja escolhas pré-determinadas, em geral, em lugares com múltiplas trajetórias, elas acabam ganhando centralidade na exposição dos centros noturnos. É muito comum que a escolha do percurso envolva paradas em lugares de concentração que servem como elementos para a decisão sobre que caminho seguir.

Mais uma vez ao seguirmos (com autorização) um grupo de jovens pelas ruas da Lapa, notamos que se formava um padrão de percurso. Ao nos encontrarmos na Praça dos Arcos, seguimos os rapazes em direção à Rua Joaquim Silva, na qual estes pararam seguidas vezes para comprar cerveja em um ambulante, ouvir demoradamente uma roda de rap, seguir em direção a um samba em um bar na esquina com a Travessa do Mosqueira, voltar a comprar cervejas em um depósito e seguir em direção à portaria do Circo Voador, onde esperavam para entrar em um show.

O percurso teve nas paradas certo elemento de improviso, decorrente das necessidades geradas pelo grupo, da atratividade dos acontecimentos que se dispunham no momento e das demandas de tempo que o grupo tinha que negociar antes de entrarem no show. Poderíamos tentar imaginar outros caminhos caso eles tivessem mais tempo, escolhessem outra rota, houvesse uma oferta diferente de atrações etc. Naquele momento, segundo aquela oferta de lugares e os interesses do grupo, aquela trajetória fez todo o sentido para a atividade do “esquenta”.

O caminho que fizeram também recobriu temas que já expusemos: as limitações oferecidas pelo espaço construído, as formas de identificação com atividades, a presença dos ambulantes, as remodelações contidas nas obras públicas, a história dos estabelecimentos e a sua localização geográfica e as práticas comuns ao lugar. Por isso, podemos dizer que as transformações em outras escalas afetam decisões bem pequenas, como que caminho seguir antes de entrar em um show.

## Padrões de Trajetórias Noturnas

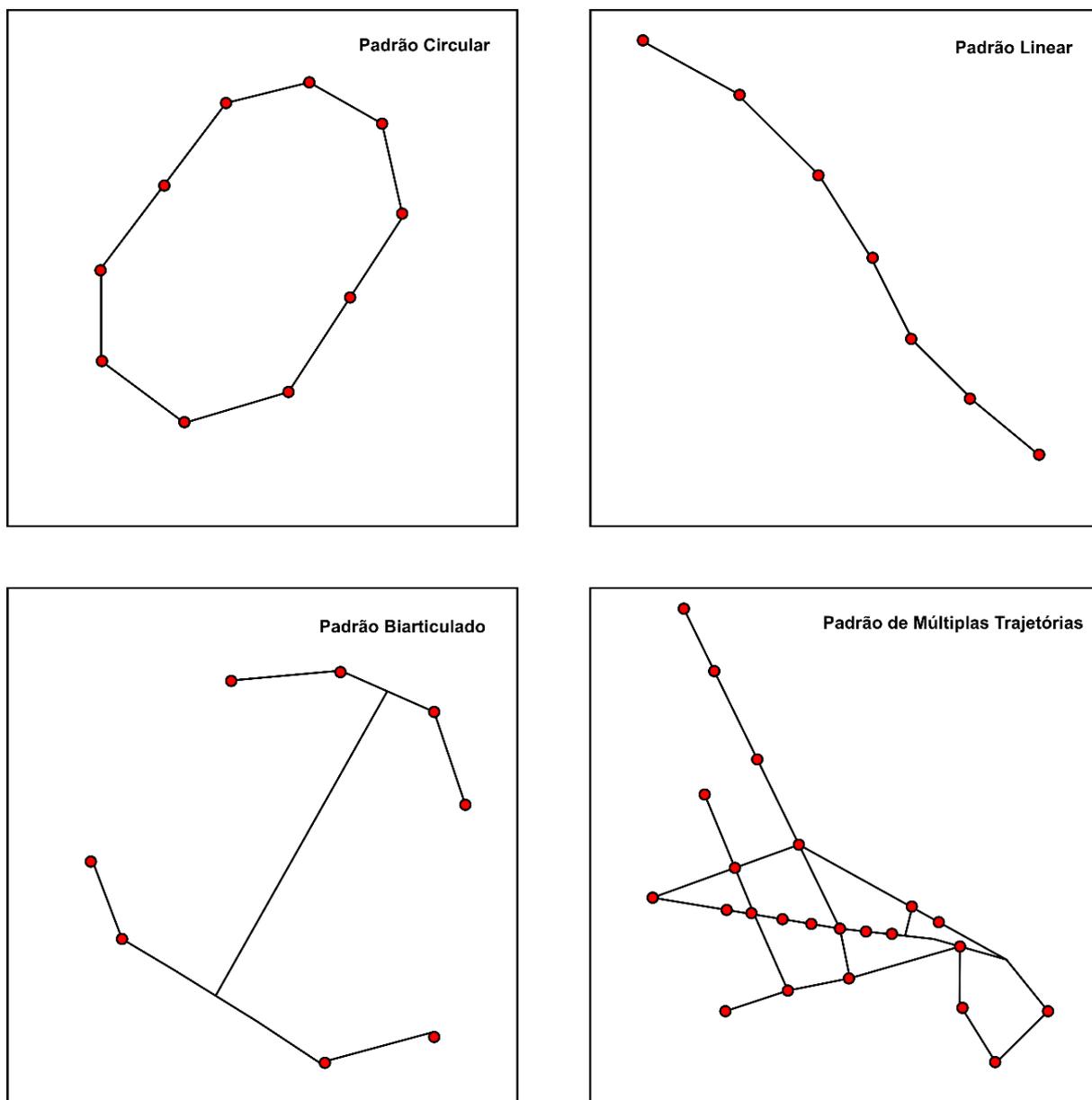


Figura 60: Padrões de trajetórias noturnas identificadas nos trabalhos de campo. Fonte: Marcos Góis.

Estes padrões de trajetórias e de concentrações (Figura 60) são constituídos pela materialidade que os delimita e que sugere percursos, mas também são parte das práticas ligadas ao noturno que reforçam as suas marcas sobre o espaço. Observamos que alguns desses padrões demoraram a se constituir, não sendo absolutamente dados pela morfologia, como é o caso de Marechal Hermes, no qual um padrão linear prevaleceu por quase uma década até que o relativo sucesso da vida noturna ligada ao consumo de lanches rápidos se expandisse e criasse o padrão atual.

Em outros casos, como o Baixo Méier, o padrão circular encontra-se em estágio de deterioração, e novas trajetórias começam a se estabelecer segundo um padrão linear, ligando as áreas de bares ao pequeno centro de cultura Imperator (recém-reaberto). Com isso, queremos dizer que os padrões são o resultado de um momento de observação e que são passíveis de mudança em virtude de transformações nas práticas de sociabilidade noturna.

Além de suas limitações em relação às escalas do tempo, os padrões também apresentam variações em termos de escalas espaciais. Em alguns casos, a combinação dos padrões ou a densidade formadora de um padrão em um espaço relativamente grande pode criar áreas ou polos razoavelmente extensos, abarcando bairros inteiros para atividades mais fortemente ligadas ao noturno. Os polos, se agrupados dentro de um contexto ou de uma conjuntura econômica maior, podem fazer parte de uma rede que interliga centros de concentração noturna na cidade, produzindo circuitos mais velozes dentro da cidade com o uso de veículos particulares.

Ao mesmo tempo, um ponto dentro de uma área pode fazer parte de uma rede em outra escala, incorporando orientações e estratégias que não possuem lógica do lugar, como se dá no caso de filiais de corporações internacionais que se inserem dentro de um contexto e modificam a orientação geral de um lugar em virtude de seus objetivos externos. Para esses pontos parecem convergir a bibliografia sobre a noite, esquecendo-se do papel local que esses pontos possuem, atraindo concentrações e trajetórias.

Até mesmo a área ou o polo pode fazer parte de uma rede de cidades que não dormem, se integrando ao mundo como uma área de extrema importância para a vida noturna em termos globais, sinalizando a sua importância como centro de diversão noturna, compondo um álbum de imagens de cidades à noite.

Após a observação dos padrões de trajetórias e de concentrações, voltamos o nosso olhar para aquilo que está acontecendo em termos de práticas nos cenários. A busca passa então a ser agora pelos padrões de relacionamento entre práticas e formas construídas em cenários de vida noturna, ou seja, o que se repete em termos do posicionamento dos indivíduos no espaço durante a noite. Veremos as concentrações. Para isso, estabelecemos uma relação teórica entre posições espaciais, definindo um antagonismo entre estar dentro e estar fora, as formas que compõem estes cenários e como os usuários interagem dentro desses contextos.

## Posições no espaço e barreiras na noite

Esta parte da pesquisa incluiu a observação de muitos lugares da vida noturna, incluindo bares, restaurantes, barracas, lanchonetes, postos de gasolina, casas de shows e boates. Em geral, procuramos não nos identificar, nos misturar em meio aos usuários, na maioria das vezes acompanhados de alguém que já tinha certa familiaridade com o local e as práticas. Não houve entrevistas, mas também interagimos com os usuários quando foi necessário ou mesmo requisitado, em conversas breves. Posteriormente, em um caderno de anotações, adicionamos as observações do campo, recuperando aquilo que tinha sido coletado a partir da interação no local. Anotações importantes foram feitas com o uso de um celular para que não se causasse algum constrangimento.

A partir de um olhar mais horizontal, no qual o pesquisador entra no próprio fluxo da vida noturna, nota-se que há também padrões nas práticas dos lugares. Whyte (1980), observando os espaços públicos de Nova York, notou alguns desses padrões de sociabilidade em praças e calçadas, criando esquemas gráficos de percepção das relações entre os usuários. O fato da posição das pessoas em relação ao espaço construído e em relação umas às outras também foi um dos centros das propostas de Zeisel (1984). Em ambos os casos, a observação direta, baseada em mapas e esquemas gráficos proporcionou um resumo da polirritmia dos lugares.

A posição espacial em uma situação social pode ser entendida a partir de um lugar no espaço, dentro de uma relação horizontal entre as partes que compõem um determinado centro de ajuntamento social. Erving Goffman (2009) definiria a extensão física e a duração de um evento como região de fachada, um limite espacial e temporal da ocorrência das apresentações sociais, diferindo de uma região de fundo ou bastidores, onde as formas de interação tendem a ser menos moderadas pelo decoro. Assim, há uma região mais formal, mais bem estabelecida por padrões de contato e pela criação de maneiras de atuação; e há também uma região de fundo, mais informal, estabelecida quando o contato se dá entre indivíduos em um ambiente que não lhes exige um investimento dramático.

A vida noturna parece ser um ambiente também bastante caracterizado por uma arrumação espacial semelhante, já que casas noturnas, bares e restaurantes possuem arranjos similares entre clientes, que compõem seus papéis na região de fachada, e os funcionários que dão o tom da sua interação nos bastidores. Neste sentido, há uma coerente relação entre os papéis desempenhados, os lugares onde são exibidos, o momento em que são negociados e as formas físicas de sua realização.

A vida noturna não pode ser, no entanto, resumida às relações entre clientes e funcionários, as quais são bastante formalizadas e normalmente associadas aos lugares privados. Há também associações a partir do gosto por um determinado conjunto de atividades e práticas, o que nos aproxima também de Bourdieu (1984). À oferta de lugares se junta também uma organização espacial dos gostos, dos interesses e das identificações.

Como o caso do Rio de Janeiro parece ser bastante peculiar no sentido de apresentar uma densa relação entre os espaços públicos e os espaços privados, nos parece mais útil estudar esta tensão também durante a noite. Nesse sentido, as regiões de fachada e os bastidores podem ser extrapolados, tendo em conta as diferentes posições assumidas em cada uma das regiões propostas por Goffman e tendo em conta, ao mesmo tempo, as relações entre os gostos dos usuários e as formas dos lugares frequentados.

Para isso, a própria ideia de público e privado teve que ser flexibilizada, visto que estabelecimentos privados como bares, depósitos, lanchonetes, restaurantes, entre outros, podem ser também espaços de publicidade, visto que permitem o encontro, a interação e mesmo o conflito entre os indivíduos e os grupos. Assim, há janelas, pontes, portas e outras formas de comunicação e de segmentação que compõem os cenários. Ao mesmo tempo, os elementos de comunicação entre lugares fornecem dados sobre o estatuto dos seus usuários, elementos de distinção para Bourdieu e que queremos nos apropriar espacialmente nas próximas páginas.

Os cenários são aspectos da construção da sociologia goffmaniana que exploraremos mais demoradamente, pois achamos que o sentido geográfico, de organização dos elementos no espaço, possui uma enorme contribuição para a explicação dos significados das escolhas das práticas sociais. Voltaremos aos cenários sempre que eles forem úteis para apresentar diferenciações estruturais e possibilidades de negociação. Mais do que isso, investiremos muitas vezes na centralidade do espaço físico e na sua importância na delimitação dos comportamentos, seguindo as orientações de Gomes (2008; 2012).

Em virtude disso, simplificamos a classificação a partir de estratégias de posicionamento que derivam do estatuto que cada indivíduo possui em relação a sua situação de estar dentro ou fora. Neste caso, há maiores implicações do posicionamento em relação ao papel assumido. Trataremos aqui da ideia de se estar dentro ou fora em três condições somente: no que diz respeito a separações criadas por diferentes níveis altimétricos; em relação aos ambientes construídos que possuem barreiras físicas de entrada e saída; e em relação à inserção a um grupo de pessoas realizando uma atividade em conjunto. Outras situações poderiam ainda ser

adicionadas, como a posição em relação à luminosidade, mas acreditamos que para o caso do Rio de Janeiro estas são bem esclarecedoras dos significados dos padrões de práticas sócio-espaciais.

### ***Barreiras altimétricas***

Há diferentes níveis de visibilidade em relação ao lugar ou ao ponto de vista que uma pessoa assume em um lugar de vida noturna. Thibaud (2001) demonstrou isso em termos de camadas de visibilidade nos lugares públicos, ou como o fato de estar em uma posição determinada, destacada ou acima acaba por reorganizar a observação e a apresentação nos lugares. Este princípio no qual estar em uma determinada posição lhe dá qualidades privilegiadas para a interação e a observação pode ser transferido para a vida noturna.

Como exemplo mais radical, podemos citar o privilégio de lugares especiais, usualmente associados à ideia de uma posição do tipo *very important person* (VIP). Apesar de ser uma posição associada a um padrão de consumo diferenciado, em geral a posição de *vip* indica também que alguém terá um lugar privilegiado no cenário global do evento que ocorre. Assim, os melhores camarotes são cedidos a alguns, o que inclui uma melhor visualização do centro de uma cena ou maior exposição do seu estatuto social. Em geral, a pessoa na situação de *vip* possui uma posição de cima, observa e interage a partir de um promontório ou mezanino, o qual denota a sua situação provisória. Na casa de shows Barra Music, por exemplo, a organização do espaço privilegia ainda mais esta posição, criando diferentes modalidades de *vip's* (Figura 61).

Algumas estratégias de localização ou de posicionamento se apresentam como relações entre alturas diferentes porque privilegiam um sentido quase universal de que o ponto de vista modifica a forma pela qual se estabelecem relações de importância (GOMES, 2012). Estar acima é um estatuto de situação que permite certa distinção entre as posições dos observadores. Querer ser *vip* é, ao mesmo tempo, querer uma posição social e uma posição espacial superior aos demais. A busca por este privilégio encarna também uma forma de distinção social pela localização espacial.

Teatros, casas de shows e boates são das atividades noturnas aquelas que mais claramente demarcam esta diferença, mas também há nos espaços públicos a criação de relações altimétricas que comprometem o estatuto situacional dos participantes. Em muitos casos, a

diferença pode ser, inclusive, negligenciável em termos de altura, mas consistentes em termos de interação social. O pequeno desnível entre calçadas e ruas, entre um coreto e o chão de uma praça ou entre um degrau e uma calçada podem ser suficientes para se criar cenários ou regiões de fachada com características específicas, como diria Goffman (2009).

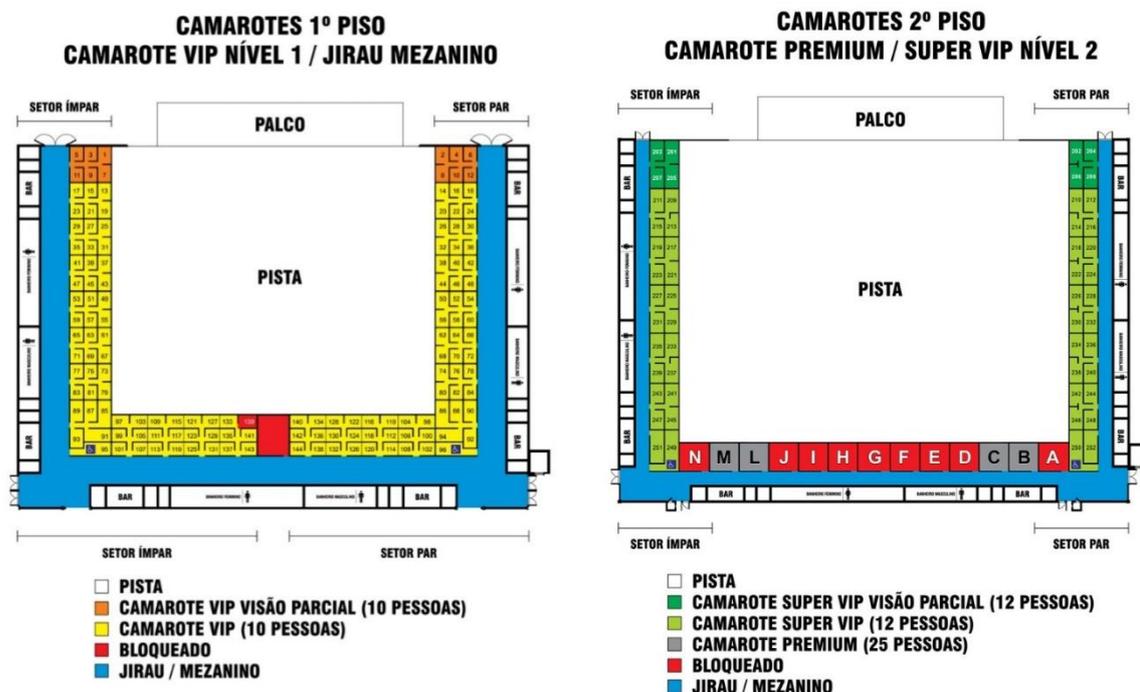


Figura 61: Além das cinco categorias de vip's, o Barra Music também discrimina as áreas bloqueadas aos seus clientes. Fonte: Barra Music. Disponível em: [http://www.barramusic.art.br/assets/img/mapa\\_camarote.jpg](http://www.barramusic.art.br/assets/img/mapa_camarote.jpg). Acesso em: Setembro de 2014.

Dois exemplos podem ser bastante ilustrativos desta relação. O primeiro exemplo pode ser reunido em um conjunto mais amplo de situações nas quais a relação entre os níveis são razoavelmente elevadas e implicam na criação de mirantes, promontórios ou arquibancadas. O exemplo das sacadas e varandas do casario preservado e transformado em centros de lazer e cultura no centro da cidade do Rio absorve em boa medida esta situação. Neste caso, observamos que a posição privilegiada é somente acessível aos clientes das casas de show e centros culturais que ao acessarem esses lugares procuram explorar as possibilidades de interação fornecidas por eles. Ainda que essas casas ofereçam espetáculos a serem vistos em suas áreas internas, elas permitem, ao mesmo tempo, com a abertura e o livre acesso às suas sacadas, que outro tipo de espetáculo também seja observado: o espetáculo público que ocorre na rua, níveis abaixo.

Quando apreciam este espetáculo, aquelas pessoas também se tornam parte de uma cena a ser observada, e dentro deste jogo social criam formas de interação (Figura 62). Para quem está acima se oferece um panorama ou um contexto de sua inserção na cena; para quem está abaixo se apresenta uma possibilidade de entender parte daquilo que se oferece quando se muda de nível.



*Figura 62: Vista da Rua do Lavradio e das sacadas de dois casarios que hoje funcionam como casas de espetáculos. Fonte: Marcos Góis, 2012.*

A interação entre os dois níveis pode se dar basicamente de duas formas: através do olhar e a partir da comunicação verbal. Através do olhar se estabelece um privilégio do observador da parte de cima, o qual tem um campo visual mais amplo, em detrimento do observador da parte

de baixo, que, tendo o campo visual limitado, possui um foco mais concentrado. Quem olha para baixo pode ver as filas de quem está prestes a entrar, pode acompanhar a trajetória dos passantes e até mesmo planejar novos percursos em direção a lugares próximos. Quem olha para cima pode ver quem já está inserido, notar as suas formas, orientar seu interesse, planejar o seu destino. Quando os olhares se cruzam, se cria uma forma de interação. Uma olhadela pode transmitir a intenção, e se mais demorada, até mesmo um interesse.

Em alguns casos, o olhar pode ser complementado por uma comunicação verbal, uma convocação, um pedido, uma forma de aproximação. Entre conhecidos pode se estabelecer um acordo no qual a qualidade da atividade pode ser manifestada através de um aviso verbal a partir daquele que está na parte mais alta. Ao contrário, também pode haver uma convocação daquele que está abaixo para que aquele que está em cima venha ao seu nível para compartilhar de alguma outra experiência. Em alguns lugares, o uso de carimbos ou fitas nos braços, providenciados pelas casas, permite que esta relação entre alturas seja constantemente remanejada.

O segundo exemplo é mais comum nos casos em que as diferenças de altura entre os agentes sociais é bem menor e até mesmo negligenciável. Este padrão acaba formando o que podemos chamar de uma relação entre arquibancadas e palcos (ou passarelas). A forma mais comum associada a este padrão é aquela estabelecida pelas escadas e pelas calçadas. Neste caso, as escadarias são refuncionalizadas como arquibancadas e as pessoas ocupam seus degraus como se fossem poltronas de um teatro. Em geral, há uma sociabilidade voltada para o que acontece entre pessoas agrupadas nas escadas e outra voltada para a rua, na qual outros ajuntamentos ocorrem (Figura 63).

Assim como no primeiro exemplo, as interações visuais e verbais são as mais comuns e tendem a ser as formas de relacionamento entre as duas situações. Aquele que está na arquibancada tende a ter um olhar quase sempre voltado para o que acontece na parte mais baixa, focando sobre os acontecimentos de lá enquanto interage verbalmente com aqueles que estão no mesmo nível. Os que estão na parte de baixo também observam os que estão acima, procurando saber quem são as pessoas e quais são as práticas ou atividades que estão sendo realizadas. Um olhar mais demorado ou um chamado de qualquer parte pode desestabilizar a relação e igualar a interação em relação aos níveis anteriores. No extremo, há o contato direto, saudações e mesmo a migração para outro lugar.



*Figura 63: Escadaria Selaron, na esquina com a Rua Joaquim Silva, bairro da Lapa. Há uma muito grande concentração de pessoas na escadaria no período noturno. Fonte: Marcos Góis, 2014.*

Cabe salientar que nos dois casos a organização física do espaço contribui para que um conjunto de práticas seja estabelecido. Se fossem fechadas as varandas das casas de show ou interrompida a passagem para a escadaria, estas relações não existiriam. Porém, se as varandas e as escadarias não fossem refuncionalizadas pelo uso dos indivíduos e grupos, estes lugares físicos não teriam os mesmos significados. Formas e práticas mantêm, assim, um recorrente diálogo na formação dos cenários.

Além disso, podemos também dizer que o ponto de vista privilegiado é negociado para permitir a interação, manifestando, em geral, o interesse de estar presente em meio a outros e permitir certa possibilidade de socialização, de entrar para a situação. Normalmente, quando há uma resolução da tensão entre diferentes posições altimétricas ocorrem também formas de interação focada. Quando no mesmo nível altimétrico, as pessoas tendem a manter certa ideia de isonomia

ou a garantia de que não há, pelo menos nesse aspecto, nenhuma vantagem para qualquer parte, sendo este caso o extremo oposto da posição de *vip*.

Os três exemplos são também um caminho entre espaços privados que valorizam a classificação social pelas posições até espaços públicos que prezem de alguma forma a ideia de isonomia, ou melhor, de que não há limitações para que se assuma qualquer uma das posições.

### ***Barreiras físicas***

Barreiras físicas, de controle da entrada, da circulação ou da permanência são bastante comuns nas cidades e estabelecem os limites das ações e dos lugares possíveis para que se realizem. A vida noturna também possui muitas dessas barreiras, as quais podem ser facilmente ultrapassadas caso o indivíduo possua os atributos necessários para tanto, um passaporte para a vida social que existe do lado de dentro.

Cinemas e teatros exigem, em geral, um passe para o ingresso em suas instalações; bares e restaurantes demandam o consumo de seus produtos; instalações esportivas pedem o pagamento de uma taxa de uso; clubes podem exigir a carteira de associado; casas de show e boates podem cobrar pela entrada, exigir consumação mínima ou somente permitir a entrada de alguém que se enquadre dentro do estilo da casa. Mesmo nos espaços públicos notamos que há barreiras criadas para a classificação dos papéis que serão interpretados, ainda que de modo geral as barreiras costumem ser bem mais móveis, como vimos. Trataremos aqui somente de dois casos, pois estes retratam situações extremas em relação às posições dentro e fora quando há barreiras concretas: o caso das boates e o caso dos espaços públicos.

No caso das boates e casas de show, a mudança de posições passa por etapas bastante elaboradas de certificação de suas qualidades de pertencimento. Os dispositivos, por serem bastante conhecidos e recorrentes, parecem ser óbvios, mas falam sobre uma sofisticada estratégia de obtenção de consentimentos de entrada.

Em primeiro lugar, a entrada é permitida aos funcionários da equipe responsável pelo andamento do evento: gerentes, tesoureiros, seguranças, cozinheiros, garçons, técnicos de som e de luz, promoters, bombeiros, atendentes de balcão, etc. O número de funcionários dependerá do tamanho da casa e isto implica em maiores controles da entrada, bem como da circulação nos espaços internos.

Outras pessoas que trabalham especialmente naquele dia poderão também passar por normas de identificação e permissão de entrada: fotógrafos, *DJs*, membros de uma banda e seus contratados, críticos, vendedores cadastrados, *freelancers*, etc. Por fim há o público, o qual compõe a parte central e para o qual o evento será estruturado. A passagem para o lado de dentro costuma exigir a travessia de muitas barreiras físicas: faixas, filas, portas, equipamentos de segurança, revistas, portarias de identificação etc.

A presença de tantos papéis acaba por impor regras de classificação da entrada, a criação de mecanismos de identificação e também um zoneamento interno da casa. Os mecanismos de identificação variam bastante, mas, em geral, tendem a ser etiquetas padronizadas que associam a marca à função do indivíduo e os lugares que pode acessar. Duas práticas são bastante comuns: o uso da pulseira de identificação e o uso de carimbos. Estas etiquetas são fundamentais em casas de espetáculos ou boates muito grandes, as quais possuem uma forma de discriminação dos usos e dos lugares. Com as etiquetas pode até mesmo ser permitido que os indivíduos saiam e retornem, como é comum em casas como a Estudantina Musical, na Praça Tiradentes, onde uma marca de carimbo no pulso permite que os usuários saiam da casa e possam retornar apresentando seu carimbo aos seguranças.

Com as etiquetas, o usuário do espaço também pode saber em que lugares pode circular dentro da casa. Em alguns casos, o valor pago pela entrada pode determinar a sua posição dentro do estabelecimento, como no caso de boates que adotam o sistema de classificação associado ao consumo de bebidas, por exemplo, com a adoção de passaportes *vip 's*, como já dito. Em outros casos, trata-se também de uma separação entre aqueles que estão ali para se divertir e aqueles que estão para o trabalho. Assim, há áreas reservadas somente para funcionários e restritas aos clientes; áreas que somente alguns funcionários podem entrar, como o escritório da gerência ou a cozinha; e lugares que são restritos por um período de tempo somente a um grupo, como o palco para os artistas em apresentação.

Esta organização das permissões de uso e de posições é parte crucial da estrutura da vida noturna nestes cenários. As permissões não são, no entanto, ordens absolutas, mas negociadas, e por isso observamos concessões que permitem um trânsito mais flexível entre as áreas internas e mesmo entre os espaços internos e externos. Por isso, a observação das particularidades possui um valor para a pesquisa empírica, ainda que normalmente negligenciada, visto que panoramas mais gerais são privilegiados.

É óbvio que estes espaços de lazer noturno são discriminatórios, mas em um sentido muito mais amplo do que o usualmente apresentado, declarando uma homogeneidade a partir de rótulos de identificação social: classe média, elite, pobres, negros, mulheres, homens brancos, gays etc. Poderíamos usar o exemplo das etiquetas e dizer que há uma grande variedade de cores e de identificações, as quais permitirão a entrada de uns e a exclusão de outros.

Mais importante ainda são as formas de classificação de entrada, ainda que elas estejam a cada dia menos presentes na vida noturna, em virtude de uma relativa ampliação dos espaços de entretenimento noturno e maior flexibilidade na identificação de públicos-alvo. A primeira limitação da entrada está ligada ao custo. Neste caso, o valor é um primeiro fator que exclui parcela ponderável da população. Mas não é absoluto. É, pelo contrário, também parte de um processo de negociação. Em alguns casos, a entrada pode ser liberada simplesmente pelo fato de alguém ser reconhecido como um artista, tendo a atitude conveniente, sendo amigo de alguém que está dentro e tem condições de autorizar a entrada, ser belo ou encontrar uma forma de entrar clandestinamente.

A mudança de posição entre estar fora e estar dentro costuma exigir, no limite dos casos, que você seja sócio, pague o valor ou seja convenientemente interessante. Dois casos são exemplares:

- No primeiro caso, a boate Hippopotamus, que ficava antigamente em Ipanema, onde hoje fica a boate Baronetti, ilustra bem a forma como usualmente se estabelecia os critérios de entrada nas boates cariocas. Nela se criou um espaço elitizado, quase exclusivo, com a adoção de um modelo de entretenimento *privé*, no qual somente associados, personalidades da cultura carioca e pessoas belas eram aceitas por uma “fisionomista”, barrando na entrada qualquer tipo que não se enquadrasse nas regras da casa (AMARAL, 2010).
- No segundo caso, da boate Crepúsculo de Cubatão, que ficava em Copacabana, a mesma forma de classificação da entrada através de códigos comportamentais, de vestuário e de gosto musical ajudava a selecionar os frequentadores. A diferença é que os códigos de pertencimento se referiam a um estilo de apresentação pública diferenciado, associado à *new wave*, aos acessórios do *post rock* e a uma inserção dentro de um gestual menos formalizado (FEIJÓ e WAGNER, 2014).

Em ambos os casos trata-se de uma forma de inserção de um conjunto de regras bastante elaboradas e, ao mesmo tempo, flexíveis, visto que eram condicionadas por outros fatores: na

falta de beleza e de notoriedade, poderiam os indivíduos pagar os custos de um suborno aos seguranças ou se valer de suas relações pessoais prévias. Poucas evidências deste tipo de estratégia de controle da entrada foram observadas em campo, tendo, na maioria dos casos, prevalecido as barreiras impostas pelos grupos a partir de seus comportamentos.

As barreiras físicas nos espaços públicos assumem uma versão um pouco diferente em relação às barreiras nos espaços privados. Na verdade, elas aparecem como formas de intervenções privadas nos espaços públicos, maneiras de ocupação que tem como objetivo atrair o público e incorporá-lo ao seu interesse.

Uma das formas mais comuns e mais antigas de ocupação dos espaços públicos se dá através do comércio ambulante, o qual secciona parte de uma determinada área, dando a esta um uso econômico. Ao delimitar a sua área de intervenção, o comércio ambulante acaba por criar duas espacialidades, uma interna à atividade e outra externa para fins de comunicação. Estas duas espacialidades colaboram na e se apropriam da criação de espaços públicos densamente povoados.

Durante o período noturno, carioca, o comércio ambulante é mais comum e quase sempre presente em todos os lugares que possuem o mínimo de população noturna. Mesmo uma mesa sobre um cavalete no qual um vendedor oferece produtos de baixo custo, como balas, chicletes e cigarros, possui uma significativa centralidade, uma posição em relação ao público e uma atratividade subsidiária das atividades principais. Em alguns casos, o comércio informal é a atividade central, absorvendo as atividades de beber, comer, ouvir música, dançar etc. Em todo o caso, essa atividade ocupa um lugar, adiciona elementos e inscreve um limite.

Já falamos da importância desse tipo de comércio para a vida noturna da cidade, mas queremos ainda demonstrar a sua espacialidade de conteúdo mais discreto. Quando um comerciante monta a sua barraca, estaciona o seu trailer ou estende sua mesa sobre o espaço público ele cria uma marca no espaço de forma provisória. Normalmente, essa marca é ainda acrescentada de mobiliário temporário, como cadeiras, mesas, churrasqueiras, coberturas de plástico, isopores, lâmpadas etc. O conjunto formado por estes objetos demarca a área de atuação do comerciante e os lugares em que os clientes podem se estabelecer. Na noite, essa área se destaca por sua diferenciada iluminação, pelos sons, pela concentração, se apresentando como um conjunto de nós atrativos no sistema de vida noturna local.

As ideias de dentro e fora se tornam bastante flexíveis e só podem ser observadas se nos concentrarmos nas funções de cada agente social naquele momento: cozinheiro, garçom,

cliente, observador etc. Mesmo quando barreiras físicas são colocadas, como nas barracas oficiais da prefeitura no bairro da Lapa (Figura 64), não há necessariamente uma forma definitiva de participação. Estar dentro ou estar fora significa, nesse caso, negociar o seu papel e as concessões que são criadas: serei servido ou poderei me servir? Em que medida tenho o direito de me sentar? Posso usar os bancos para descansar ou devo consumir algo para isso? Posso me proteger da chuva embaixo da cobertura improvisada? A área demarcada pelo uso do comércio ambulante muda a lógica do mobiliário urbano, dos comportamentos, dos usos e das regras e isto não está normalmente sinalizado e mesmo quando está não quer dizer absolutamente muita coisa, pois pode ser negociado.



*Figura 64: Imagem de uma área próxima aos Arcos da Lapa, centro do Rio. Dezenas de pessoas permanecem nos arredores das barracas de ambulantes, as quais delimitam posições. Fonte: Marcos Góis, 2013.*

Negociações e concessões também podem ser feitas a partir do uso dos espaços públicos pelo comércio que está mais bem fixado. Bares, restaurantes, casas de show, boates, lanchonetes etc. têm há algum tempo se estabelecido na fronteira invisível entre os espaços públicos e as suas

áreas privadas. O exemplo mais bem estudado parece ser o dos cafés parisienses, os quais possibilitavam a observação mútua entre os frequentadores e os passantes (BENJAMIN, 1989). Mesmo nos Estados Unidos a relação entre comércio, vitrines, mobiliário provisório e público parece ser um dos objetos centrais que dão vida aos espaços públicos (WHYTE, 1980). No Rio de Janeiro esta forma de organização da vida urbana parece ser bastante comum e estreitamente ligada à vida social noturna.

Um dos expedientes mais recorrentes é a expansão da área dos estabelecimentos a partir da colocação de mobiliário provisório nas calçadas e ruas (Figura 65). Assim como no caso do comércio ambulante, a expansão física acaba por reorientar as trajetórias e as formas de concentração no espaço. Às vezes até impedindo o fluxo pela calçada, exigindo a negociação das passagens entre as mesas ou os veículos nas ruas. Ao mesmo tempo, a visibilidade daqueles que estão do lado de dentro, ou melhor, daqueles que estão utilizando os equipamentos do estabelecimento, permite que haja interação com os que estão do lado de fora, ou ainda, daqueles que não estão utilizando os equipamentos do estabelecimento.



*Figura 65: Imagem do Bar Sinuca da Lapa. Equipamentos provisórios foram colocados para permitir que os clientes do estabelecimento possam fumar sem sair da “zona de influência” do bar. Fonte: Marcos Góis, 2014.*

A noção de dentro e fora se torna, assim, ainda mais complexa, visto que a passagem de um estado para outro pode se dar por mecanismos sutis. Um deles, como já vimos, é o olhar, o qual, a partir de fora, pode devassar o interior do estabelecimento, e que, a partir de dentro, pode rapidamente percorrer o lado de fora. O toque também se torna mais comum, visto que os embaraços da indefinição formal de um dentro e de um fora podem incorrer em esbarrões e choques acidentais. Consequentemente isso pode resultar em pedidos de desculpas ou mesmo em conflitos. Aqueles que estão dentro também podem facilmente fazer um convite para os que estão fora para que estes se juntem àqueles, expandindo o espaço do ajuntamento e consequentemente reduzindo o espaço dos outros grupos.

Em boa medida, essa forma de interação entre um dentro e um fora flexível dá vida aos circuitos e trajetórias da vida noturna, concentrando-os em um local no qual se pode buscar rostos conhecidos. Para o grupo de universitários entrevistados no Bar da Cachaça, na Lapa, essa prática era bastante comum e mesmo para um grupo de amigos do Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca, a prática ocorria até mesmo de forma espontânea, incorporada que estava aos seus circuitos de sexta-feira à noite. Os pontos de encontro da vida noturna criam barreiras físicas, mas mais do que isso, podem criar barreiras identitárias, ou de demarcação de seu domínio, as quais também possuem dois diferentes lugares no espaço.

### ***Barreiras de identificação***

As barreiras de identificação são mais difíceis de notar, pois seus códigos inscritos no espaço construído são bem elaborados e exigem alguma formação para que sejam compreendidos. Se voltarmos à Bourdieu, veremos que estes códigos são como estruturas aprendidas e compartilhadas e também formas de comunicação entre diferentes grupos. Como marca, expressam a territorialização desses grupos e, como matriz, fornecem os indicadores do que esses lugares oferecem aos seus usuários.

A noção de pedaço abordada por Magnani (2002) também parece ser bastante útil aqui. Para o autor, o pedaço seria uma referência espacial para membros de um grupo que compartilham um código de reconhecimento e comunicação. Na sua abordagem é mais ou menos reconhecido que as atividades de um determinado grupo precisam de alguma forma de organização no espaço, ou melhor, de um ponto ou um percurso para se estabelecerem. Zeisel (1984), de outro

modo, chamaria a atenção para as formas de apresentação ou de manifestação da presença em um lugar através da personalização, identificação e filiação a grupos. Essas formas de marcação do espaço seriam como emblemas sociais que comunicam a territorialização de um espaço por um grupo, mesmo que apenas por um determinado período. O reconhecimento desses emblemas oferece a oportunidade de entrada naquele mundo; a ignorância sobre a sua função pode acarretar em enganos e conflitos.

Não se trata de um processo facilmente notado e em razão disso, na maioria das vezes, precisa o pesquisador se inserir de alguma maneira em um grupo para poder ter acesso às marcas de identificação que denotam a territorialidade. Outro modo de abordar o problema é a partir da associação entre a morfologia ou o espaço construído e as práticas ou formas de uso dos lugares pelos indivíduos e grupos. A observação direta permite a criação de relações espaciais a partir da observação de regularidades no comportamento e nos elementos de composição espacial de um dado lugar. Nesse caso, associamos as práticas ao modo de se vestir, às atividades que são realizadas, ao perfil sócio-demográfico do público, a sua relação com o espaço construído, aos trejeitos físicos expressivos e às formas de interação; e associamos a morfologia à decoração do lugar, a disposição dos objetos no espaço, as formas de indicação de uso, os sinais de identificação enunciada e o contexto espacial do entorno.

Seja qual for a forma de identificação há aparentemente uma associação entre as formas físicas dos lugares e as práticas das pessoas nos lugares. Esta associação pode ser bastante intensa em alguns casos, nos quais os grupos necessitam estabelecer uma clara dissociação com os padrões considerados dominantes. Em outros casos, a associação pode ser bem discreta, quase imperceptível, pois estabelecida de forma mais ou menos duradoura ou por se tratar de atividade voltada para públicos mais amplos. Veremos, novamente, os casos extremos dessa relação entre estar dentro e estar fora de um grupo e como isso pode ser entendido também como barreiras espaciais.

Há muitos casos que percorrem ou mesmo extrapolam os aqui apresentados, mas acreditamos que os dois são capazes de situar as possibilidades de mudança de posição (dentro e fora) dentro de quadros que variam entre um lugar caracterizado pela grande identificação de seu público, mas também por um hermetismo derivado de tal concentração e outra de reduzida sensação de proximidade, mas alto grau de amplitude em relação ao público. Estes parecem ser, no primeiro caso, o exemplo do bar Heavy Duty, na Praça da Bandeira, e no segundo, da casa de shows Rio Scenarium, na Lapa.

### *Heavy Duty*

O Heavy Duty Beer Club é um bar localizado na zona periférica do centro, mais especificamente na Rua Ceará, na localidade da Praça da Bandeira, no lugar atualmente conhecido como Vila Mimosa, recanto do baixo meretrício carioca. Esteve o Heavy Duty associado por alguns anos a casas de show de rock alternativo e heavy metal, como o Garage, reduto da vida noturna jovem *headbanger* durante os anos 1990 e 2000 (VASCONCELLOS, 2012). Sua história está diretamente ligada à vida do seu dono, conhecido como Zeca (Urubu), o qual montou seu bar em meio a oficinas de motocicletas e reproduziu na decoração elementos da cultura *hot-rod*<sup>57</sup>.

A casa possui diversos elementos que mesclam os interesses sobre motocicletas do dono e de alguns de seus usuários: os objetos comuns a bares e referências à cultura do rock em geral. O conjunto decorativo do bar inclui mesas de bilhar, paredes com quadros de fotos, cartazes com imagens de motocicletas, lustre feito com garrafas de cerveja, telão passando clipes de rock, cadeiras e mesas de madeira, balcão de serviços, um pequeno palco, caixas de cerveja empilhadas, chão com piso frio mesclado em cores preta e branca, parede pintada com cores escuras etc. As mesas de bilhar ocupam parcialmente o centro do bar e são rodeadas de mesas e cadeiras de madeira, o balcão do bar fica à esquerda da entrada e aos fundos o palco e os banheiros. Há também mesas e cadeiras colocadas à frente das portas do bar, na parte que é coberta por um telhado transparente (Figura 66).

O bar tem um conjunto de funções bastante articuladas entre si e comuns a outros bares da cidade que poderiam ser definidos como *underground* ou alternativos: beber, jogar e assistir shows ao vivo. A diferença fundamental aqui é que o Heavy Duty é um bar direcionado para um público bastante específico que se identifica com uma subcultura relacionada ao rock, especialmente em seus gêneros com menor apelo popular: heavy metal, punk rock, hard rock e black metal. Há elementos de identificação em todas as partes do bar. As fotografias com clientes e amigos são colocadas na parede para identificar os graus de proximidade entre o dono

<sup>57</sup> Conjunto de atividades que valorizam o lazer aventureiro, incluindo o motociclismo, o montanhismo, dentre outras atividades que têm como centro o deslocamento dos valores tradicionais associados ao lazer contemplativo. O termo pode também significar a práticas de modificação de veículos para o seu uso em estradas (JACKSON, 1997).

e os usuários do local. Há pôsteres de bandas de rock, adesivos de motoclubes colocados nos azulejos, peças de motos penduradas ao lado de guitarras e baixos.

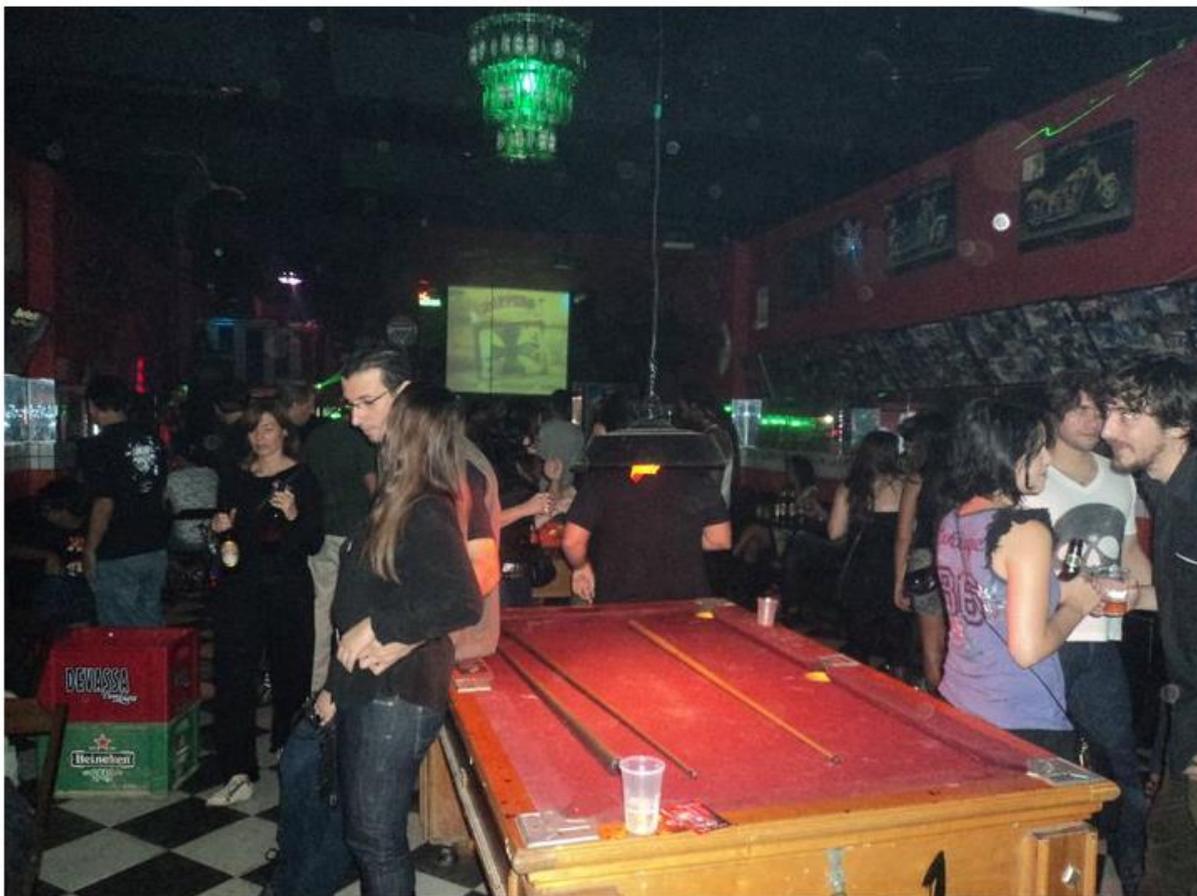


Figura 66: Bar Heavy Duty. Disponível em: <http://www.heavydutybeerclub.com/fotos.html>. Acesso em: Janeiro de 2014.

As imagens das motos, das bandas e dos clientes remetem ao passado e ao presente do bar, o qual se associa a uma oficina de motos e um grupo de motoqueiros que tem predileção pelo rock, mas fala também aos clientes de uma atmosfera que corresponde às suas expectativas e comunica que há códigos compartilhados entre os presentes. Os shows reforçam ainda mais esta associação.

As práticas dos usuários do Heavy Duty correspondem em boa medida à atmosfera proporcionada pelo espaço físico. Na sua grande maioria o público é formado por jovens entre 18 e 30 anos, brancos e pardos, na sua maioria homens. Em alguns dias há também frequentadores mais velhos e a presença feminina também pode crescer em uma sexta-feira. A

cor negra das camisas e o uso de calça jeans prevalece sobre qualquer outra forma de apresentação de vestuário. A moda do lugar também pode incluir algumas mulheres que usam saias, quase sempre acompanhadas de botas de cano longo ou coturnos. As roupas e os acessórios parecem, assim, de alguma forma refletir ou interagir com a decoração do lugar, reproduzindo os códigos que são atrativos do local para o público.

As formas de interação também respeitam o meio caminho entre formas tradicionais de vida social em bares e o modelo alternativo e mais informal da subcultura do rock. As pessoas chegam normalmente em pequenos grupos. Há muitos casais também, mas predominam os grupos com três a cinco pessoas. Alguns se encontram já no bar. Há um forte grau de relacionamento entre os membros do grupo, os quais permanecem, na maioria do tempo, focados em suas conversas. Por isso, há um elevado som de burburinho entremeado pela música no local. Há também interação desfocada com pessoas de outros grupos e mesmo engajamentos entre desconhecidos. Não parece ser anormal que os frequentadores, mesmo em grupos diferentes, já se conheçam e se cumprimentem. A área próxima ao balcão é bastante importante nesse caso.

No caso do Heavy Duty parece que os elementos de identificação, por serem bem fortes e localizados socialmente a um grupo, funcionam como barreiras ao acesso mais generalizado de outros públicos. A localização, em uma zona de prostituição, parece também não ajudar para a construção de uma imagem palatável ao conjunto mais geral da sociedade carioca. Isto é, inclusive, um requisito por parte dos frequentadores, os quais procuram se desvincular da noite gentrificada associada ao samba e a música *pop*.

Aqui se estabelece uma relação bastante frutífera com a ideia de consumo cultural de Bourdieu, pois os usuários do lugar procuram se associar a um conjunto de padrões de consumo bastante localizado. Neste sentido, a posição geográfica do bar, a sua ligação com a história do seu entorno, a sua decoração, combinam com as roupas, os trejeitos, as formas de interação e os temas de interesse dos usuários.

As formas comunicam as intenções, os cenários são criados para a realização da vida social do grupo. As práticas também garantem a existência do lugar, pois fortalecem os ritos culturais e incentivam atitudes de clientes e funcionários. Os cenários de fachada permitem que a informalidade seja bastante formalizada no conteúdo dos assuntos, nas formas de apresentação do corpo e nos mecanismos de interação. Até a grosseria dos funcionários assume um papel na cena, reverberando ali as propostas de Goffman.

### *Rio Scenarium*

O Rio Scenarium, nosso outro exemplo, poderia ser “encaixado” na dimensão das atividades consideradas como representantes da sociedade estabelecida, vinculada aos valores tradicionais da sociedade e parte do conjunto que tende a ser excludente. Em primeiro lugar, pelo preço que cobra pela entrada e pelos produtos que oferta, mas também por uma estética limpa, organizada e que valoriza o estatuto da memória oficial. Cosgrove (2004) diria que se trata de uma parte da paisagem dominante, a qual é oficializada pelo Estado através do processo de patrimonialização e incorporada ao interesse dos agentes privados como uma frente de expansão do capital. Assim, não teria esse lugar uma identidade explícita, ligada ao interesse da população, mas voltada para o turismo, como é comum nas observações dos estudiosos do centro do Rio.

Queremos dizer o contrário. Gostaríamos de afirmar que assim como os lugares que se referem às paisagens alternativas de Cosgrove (2004), os lugares que identificam as paisagens dominantes também se utilizam de códigos sociais de identificação. Além disso, queremos dizer que essas marcas de identificação estão expostas na paisagem, ou ainda, em cada parte do espaço, da decoração aos modos de se vestir, e que se trata de um mesmo esquema de organização das práticas sócio-espaciais, ainda que elaborados segundo diferentes significações.

O Rio Scenarium está localizado nos limites do bairro da Lapa, na Rua do Lavradio, em um casario geminado do final do século XIX reformado no contexto do projeto Corredor Cultural Carioca. O seu entorno é composto por outros casarios da mesma época e recentemente remodelados. Trata-se de um empreendimento familiar, no qual se converteram antigos antiquários em casas de show, restaurantes e galerias de arte. A função passada foi reconduzida ao uso atual através da incorporação do mobiliário na decoração dos espaços. Estaria a casa inserida, portanto, no contexto chamado de “gentrificação do centro”.

No caso do Rio Scenarium temos uma casa de shows bem ampla, voltada à exibição de atividades comuns à cultura popular brasileira, na qual tanto o espaço físico quanto as referências simbólicas remetem ao Rio do passado. O espaço físico, por exemplo, é dividido em três andares, sendo o primeiro, o maior, onde ocorrem os shows em um palco central, o qual pode ser observado através de uma abertura no centro da casa desde os andares superiores. No terceiro andar há também uma pista de dança com espaço para discotecagem.

Apesar do grande número de objetos, a maioria tem função meramente decorativa, o que não é insignificante já que estes objetos compõem um cenário para as interações sociais e estão ligados a eles significados e códigos. As paredes são ornadas com quadros religiosos, de paisagens e de natureza morta; há muitos lustres de variados formatos; há também armários, cômodas, trípticos e oratórios; bicicletas, ventiladores, eletrodomésticos e outros itens de antiquário; cortinas separam os ambientes; as paredes são pintadas com cores vivas, em tons de azul, vermelho e amarelo; cadeiras e mesas são de tipos diferentes, em geral de madeira com entalhes (Figura 67). O passado é claramente uma referência, mas não há nenhuma forma de simulação ou pastiche, mas uma bricolagem de elementos justapostos para evocar o cotidiano de outro tempo.

Apesar de não haver uma convocação específica de uma identidade fixa como, por exemplo, os *headbangers*, há indicações de referências a modelos identitários mais gerais, mais inclusivos, como a religiosidade cristã, o gosto pela música brasileira, a decoração de origem portuguesa ou mesmo a identidade carioca. Nada que possa ser remetido a um grupo específico, mas que produz uma imagem bastante icônica do lugar e dos seus usuários.

O público também não parece ter uma associação com um estilo muito particular, ainda que haja similitudes no comportamento e no vestuário. O jeito de se vestir dos usuários tende a manter alguma correlação com a decoração do ambiente. As roupas são bastante coloridas, prevalecendo o tom pastel nas calças (há pouco uso do jeans azul) e o tema floral nas saias. Blusas e camisas podem adotar cores tropicais, mais extrovertidas. Camisetas, bermudas e vestidos são bem comuns também. Em geral, sandálias, sapatos e tênis esportivos são vistos de maneira recorrente. As maquiagens tendem a ser bem elaboradas.



Figura 67: Rio Scenarium. Fonte: Mix Cultura. Disponível em: <http://mixculturainformacaoearte.com/>. Acesso em: Setembro de 2014.

O público parece ser bem segmentado internamente. Há aqueles que procuram a casa para jantar com amigos nos andares superiores e se contentam em ter a música como fundo para as conversas. Há outros que preferem o primeiro piso ou a pista de dança no terceiro, no qual ouvem a música tocada ao vivo e dançam na pista, ficando em pé praticamente o tempo todo. Claramente o local dentro da casa, as atividades oferecidas e as formas de interação praticadas se associam à idade do público: jovens são mais vistos nas pistas; adultos mais velhos parecem gostar mais das mesas.

Há no caso do Rio Scenarium, ao contrário do Heavy Duty, uma grande formalidade nos comportamentos. Os funcionários são cordiais e atentos, servindo as mesas e recebendo pedidos no balcão. Geralmente também não há conflitos violentos ou esses são contidos rapidamente pelos seguranças. Assim, o ambiente do Rio Scenarium parece ser mais bem controlado e organizado.

No Rio Scenarium se manifesta um código mais geral e aberto, ainda que inscrito a uma imagem bastante icônica de ser carioca. No Heavy Duty é mais comum a associação com os códigos internos do grupo de rock e o apelo a uma visão alternativa de vida social na cidade. O sentimento de estar dentro, de pertencimento, pode ser compartilhado provavelmente com mais pessoas no caso do Rio Scenarium, o qual possui um apelo comercial mais global. No entanto, a leitura desse cosmopolitismo é bem precária, exigindo custos mais altos em termos de riscos de interpretação daquilo que se está oferecendo como entretenimento.

Esta observação não quer dizer, no entanto, que no Heavy Duty as pessoas são mais homogêneas, nem que no Rio Scenarium sejam mais diversas. No tempo em que ficamos observando os dois lugares notamos que para aqueles que frequentam o Rio Scenarium poderia parecer que no espaço do Heavy Duty havia bastante similaridade entre os participantes, mas o mesmo teria sido observado por aqueles que frequentam o Heavy Duty em relação aos frequentadores do Rio Scenarium. Ou seja, quando olham para si mesmos notam a diversidade; quando olham para outros percebem semelhanças e repetições. Assim, tanto o mundo do Heavy Duty quanto o mundo do Rio Scenarium reproduzem uma visão fechada do que compõe “o outro”.

Ainda assim, as formas construídas comunicam algo, indicam atividades e práticas, sinalizam limites. Em ambos os casos exige-se uma leitura e uma interpretação do que o lugar se propõe e para que público propõe. Isto parece mais óbvio para o Heavy Duty, mas não é assim para seus frequentadores mais comuns. Eles percebem as nuances, principalmente relacionadas às músicas que serão executadas. A presença de uma banda trará não somente um som que não lhe agrada, mas ouvintes que o frequentador pode não querer interagir. Por isso dizemos que essas barreiras são sutis. O nível de distinção entre os frequentadores é bem demarcado neste caso.

No caso do Rio Scenarium esta quebra distintiva é menos rígida e formalizada, pois os grupos não são tão bem marcados quando no caso do Heavy Duty. Porém, do mesmo modo, ao chegar ao Rio Scenarium deve se fazer uma leitura e uma interpretação das potencialidades da casa. Os elementos de identificação, por serem mais flexíveis e instáveis, e os elementos do espaço construído, fragmentado em três ambientes, permitem que algum grau de separação dos interesses se estabeleça, garantindo que situações de rejeição total sejam menos comuns.

Em ambos os casos, uma leitura errada dos códigos sociais pode trazer consigo situações de constrangimento dirigidas por um grupo inserido no contexto. Enquanto que no Heavy Duty

alguma forma de agressividade, seja ela verbal ou física, é permitida e até mesmo incentivada, dentro de um cenário no qual ela contribui para a região de fachada; no Rio Scenarium qualquer forma de rispidez ou de ausência de cortesia ou decoro pode representar a sua expulsão do lugar, ou melhor, a alteração de sua situação, saindo do lado de dentro e sendo levado para fora.

Durante os shows no Heavy Duty parte das ações empregadas podem ser compostas por atos de empurrar, gritar ou xingar. Atos perfeitamente adequados às práticas de atuação durante um show de rock e muito raramente repreendidas. Durante os shows no Rio Scenarium qualquer empurrão ou grito não justificado é duramente censurado, tendo a pessoa que optar entre se desculpar ou se distanciar da pista. Caso não haja resolução do conflito, os seguranças entram em cena e decidem a situação atuando na mudança de posição espacial dos envolvidos<sup>58</sup>.

O que queremos dizer é que toda posição depende do contexto ou das formas em que as práticas são negociadas dentro dele. Empurrões, gritos e xingamentos também são tolerados até um limite, mesmo em lugares em que estes atos são parte da codificação social. O excesso de decoro e controle também pode gerar um estado de relativo tédio em lugares onde a segurança é um dos elementos centrais de escolha. Assim, entrar em tais lugares requer que se aprenda e respeite os códigos, que se negocie a permanência no lado de dentro a partir deles e que se possa se utilizar deles para reivindicar também a ação sobre outros usuários. Estar fora pode representar uma punição ou uma escolha, determinada, em outras razões, pelo não compartilhamento desses códigos.

O olhar dos usuários e a observação das suas práticas nos permitiram notar que a criação de estereótipos não é exclusiva dos grupos considerados dominantes, mas parte da própria caracterização da vida noturna do outro. Uma visão etnocêntrica, que coloca o seu grupo no centro de interesse, e que acaba por dar características de semelhança entre outros que se olhados detalhadamente se consideram bem diferentes entre si. Neste caso, a criação de cenários de fachada alimenta sentimentos de distinção e de criação de um outro ao qual se opõem. O jogo social durante a noite repercute isso tanto nas morfologias dos lugares, quanto nas práticas dos usuários.

Gostaríamos agora de demonstrar que, como tudo que foi visto até agora, mesmo nos casos extremos notamos negociações das ordens, reorganizações das regras, barreiras móveis e

<sup>58</sup> Apesar de quase não ter sido observada a intervenção de seguranças, ela sempre pareceu mais latente no caso do Rio Scenarium do que no caso do Heavy Duty.

contextualizadas. O meio-termo é quase sempre o primeiro lugar da sociabilidade noturna, entre as posições de dentro e de fora, queremos propor uma visão do meio, de um lugar entre que possa viabilizar uma leitura menos definitiva das posições espaciais e sociais.

## O “meio-termo” como lugar da vida social noturna

A partir de estudos de casos limites associados às posições dos agentes sociais no espaço, tentamos apresentar problemas que concernem à vida noturna através de padrões de práticas que poderíamos dizer que possuem uma geograficidade. Neste sentido, estar em algum lugar representa uma forma diferenciada de participação em uma organização social. Essas posições falam dos agentes, mas também falam dos lugares, indicam os códigos que são partilhados e sugerem potenciais formas de interação.

Notamos também que as posições são negociadas a partir de regras de conduta e regras de transgressão, demonstrando que a visibilidade do comportamento depende do posicionamento em uma dada situação. Assim, o estatuto da transgressão depende da situação, do ambiente espacial e, logo, da ocasião social, do ambiente de comportamento, segundo Goffman (2009). A noite *per se* não seria a razão, mas uma dentre tantas variáveis que entram “em jogo” quando há um ajuntamento social. Assim vimos que a transgressão não é uma condição da vida noturna, mas uma situação negociada entre os presentes, sendo comum também as formas de interação social diurnas.

Ao tratar de regiões de fachada e bastidores, Goffman (2010) exhibe preocupação semelhante em não criar oposições definitivas e casos puros, indicando em seus exemplos como arranjos mais formais e informais podem ter maior importância em cada ajuntamento estudado: “Gostaria de acentuar o fato de que a atividade, numa situação concreta, é sempre um meio-termo entre os estilos formal e informal” (GOFFMAN, 2010, p. 121).

Assim como Goffman, tentamos demonstrar a partir dos posicionamentos extremos algumas situações bastante recorrentes nas observações de campo, mas sinalizando que regras e transgressões relacionadas às posições são provisórias e, por princípio, somente ganham sentido a partir das práticas e do desempenho dos papéis sociais em contextos (que possuem extensão física e duração).

Da mesma forma, quando falamos das formas de distinção, baseados em Bourdieu, nas quais a posição é um elemento central, damos a esta posição um valor negociado, um meio caminho

entre formas estruturadoras e a agência dos indivíduos. O aprendizado das regras e a abertura de suas negociações são também aprendidos pelos indivíduos, os quais criam um “meio-termo” para o jogo social, incluindo as regras, as posições e as trapaças.

As observações das áreas e dos lugares de vida noturna nos levaram a buscar padrões da organização no espaço das práticas em sua relação com a morfologia. Essas duas dimensões incorporaram diferentes níveis de observação, sendo a última dedicada aos cenários da vida noturna, onde encontramos muitas situações na qual a negociação da posição acabava por sugerir limites físicos, comportamentais e de exposição. Ao estudarmos os limites notamos que o “meio-termo” era o lugar preferencial para as práticas dos participantes em ajuntamentos sociais.

Também notamos que as trajetórias e as concentrações podem ser agrupadas em uma estratégia crucial para a vida noturna, pois mobilizam diferentes escalas de atuação dos indivíduos durante a noite. Mesmo quando em um lugar de concentração, as trajetórias possibilitam o encontro e o desempenho de práticas de reconhecimento dos lugares e dos seus usuários. Há lugares que tendem a valorizar o percurso, apresentando dispositivos que compõem o seu cenário como, por exemplo, a regular distribuição de serviços em uma área extensa, a presença de uma vista panorâmica ou uma área com dois polos atrativos, mas com diferentes serviços. Outros lugares tendem a oferecer serviços em espaços mais ou menos reduzidos ou ofertas exclusivas de oportunidades, o que neste caso favorece a concentrações mais demoradas e práticas recorrentes.

Normalmente, os cenários que à noite conseguem absorver as duas estratégias tendem a ser aqueles com maior número de trajetórias, maior número de concentrações e, conseqüentemente, maior número de práticas. É no intervalo entre estas concentrações, no meio do caminho, que muitas coisas acontecem. Há consumo, mas há também conversas, paqueras, apreciações da música, cumprimentos, degustações etc. A densidade permite isso e amplia as possibilidades de uma noite no caminho, entre dois lugares.

Além de falar sobre a posição e o estatuto do indivíduo, a posição altimétrica também sugere relações de visibilidade entre cada parte envolvida em uma ocasião social. A alternância entre as posições garante de alguma maneira que estes estatutos sejam renegociados e, portanto, constantemente renovados. As posições de observador e observado, ou de atores e plateia, se transformam e parte dos interesses na situação se desloca do mero fato de “estar lá” para o problema de se ter que compartilhar uma mesma ocasião com estranhos, mesmo em lugares

privados. A copresença se torna a garantia de que os papéis sociais firmados serão mantidos dentro do contexto encenado, permitindo a negociação da mudança entre os participantes.

No caso das posições “dentro” e “fora” o problema é o mesmo: a localização é negociada e constantemente reestabelecida. O “meio-termo” fica aqui ainda mais explicitamente exposto, pois, de maneira geral, se diz que há o privilégio dos inseridos, com diversas gradações de inserção, mas também queremos dizer que há o desejo de estar fora, de ser parte de outra situação, de ver os bastidores e de encenar outro espetáculo, o qual também em sua extensão e duração internas é um “estar dentro”, mesmo que em oposição ao “estar dentro” de outros.

Muitos grupos se apropriam dessa ideia para criar a sua própria e original forma de viver a noite: moradores de rua, hippies, punks, metaleiros, mas também capoeiristas, idosos, casais com filhos etc. Há um conjunto de práticas e de códigos sociais que corresponde a uma posição concreta no espaço e demarcações de posições dentro e fora. Portas, janelas, corredores, calçadas, faixas e carimbos são alguns destes dispositivos, bastante comuns na vida noturna.

Em meio a tudo isso, podemos concluir que há no carioca uma preferência pelo “meio-termo”, pelo “lusco-fusco” ou pela interação social à “meia-lua”. As identidades, mesmo que formalmente apresentadas pelos códigos compartilhados e pela filiação a um local, são temporárias, pois podem ser reorganizadas para outras ocasiões, fornecendo outras interpretações pelos observadores da situação. Os dispositivos construídos para delimitar fisicamente as fronteiras entre dentro e fora podem ser reorganizados. Alguns gostariam dos lugares de dentro e se abrigariam lá dos olhares externos; outros permaneceram do lado de fora e experimentaram a sensação de estar no fluxo e seguir o ritmo do lugar; outros ainda preferiram manter um pé em cada casa e tirarão proveito de certa reserva de sua exposição em meio as possibilidades de interação ou de liberdades para demonstrar que está acessível ao que está do lado de fora.

Na ética aristotélica<sup>59</sup> a doutrina do meio-termo atribui a perfeição como um lugar entre o excesso e a falta. A ideia geral seria que moderação e equilíbrio entre extremos permitiriam se chegar àquilo que é verdadeiro e belo. No entanto, não há aqui um estatuto moral para as posições, mas tão somente a consideração de que a transitoriedade destas posições garante de alguma forma o próprio caráter da paisagem como uma construção em processo. Nos cenários

<sup>59</sup> In: ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

encontramos padrões que demonstram que entre os extremos se criam rotinas, as quais dão beleza e significado a uma paisagem em constante renovação.

# Conclusões

Há seis anos, quando a pesquisa sobre a geografia da luminosidade artificial ainda era aos poucos construída, o tema da noite urbana parecia ser muito pouco valorizado pelas ciências sociais. Com o aprofundamento do trabalho notamos que, ao contrário, há um significativo conjunto de questões que repousam sobre o tema. Hoje compreendemos o tamanho do debate e os caminhos que foram seguidos pela maioria dos pesquisadores, os quais repercutiram as mitologias sobre a noite, encontrando nela talvez a última fronteira para a sociabilidade pública e a economia urbana.

Dentro deste muito variado quadro, a ideia de fronteira adquiriu significativa importância, visto que a evolução da “conquista da cidade pela noite” se transformou em um referente para as pesquisas. O primeiro grande esforço intelectual seguiu esta direção na pesquisa de Murray Melbin (1987), o qual se preocupou em traçar relações entre as fronteiras da noite com as fronteiras de colonização americanas. A noite surge como um objeto de pesquisa impregnado de delimitações em relação aos usos sociais e seus agentes, parcialmente entendida como um momento a ser conquistado pela sociedade, parcialmente compreendida como um período de libertação em relação ao ordenamento diurno da sociedade.

Em virtude da centralidade da ideia de fronteira, a noite acabou sendo apresentada em sua oposição em relação ao dia, recuperando dualidades estabelecidas, como, por exemplo, a ideia de que a ordem diurna era rompida pela transgressão noturna. As frentes pioneiras seriam, assim, ocupadas por aventureiros e exploradores que apostariam alto na transformação do terreno da noite segundo seus interesses. Os limites da temporalidade estabeleceriam, então, limites para o comportamento, dando à noite um ar de ambiguidade, sendo, ao mesmo tempo, aberta ao prazer e ao crime.

Esta ideia de ambiguidade tem sido fartamente aproveitada na descrição das noites contemporâneas. De um lado, ela é utilizada como fundamento para ações que tentam garantir maior segurança e controle das práticas sociais; por outro lado, ela é abordada como uma possibilidade de libertação das imposições do ordenamento oficial, de um relaxamento em relação às práticas diurnas. De todo modo a noite ambígua e transgressora serve a todos os

discursos: para aqueles que querem mais controle e para aqueles que querem o afrouxamento da ordem.

Nas ciências sociais e mesmo na geografia há uma significativa valorização da noite como um momento de transgressão. No limite, há o desejo de que ainda exista um lugar ou um período em que o transgressivo, o alternativo e o extraordinário tenham condições de se manifestar. Assim, a noite se transforma em um momento de exposição desse lado mais aberto da vida social, o qual permite a diversidade, o encontro e o inesperado. Há, ao mesmo tempo, um lamento pela perda dessa potencialidade da noite, a qual teria sido incorporada aos interesses do mundo do trabalho, do consumo e da política diurna. O avanço da fronteira teria extinguido o quadro libertário anterior.

A narrativa histórica tem prevalecido nos estudos, o que acaba em muitos momentos reduzindo o tema à descrição dos processos, valorizando as práticas do passado em detrimento das formas concretas de sua constituição. O problema reside na quase total ausência de reflexão sobre os lugares da vida noturna no passado (que significados os lugares atribuem às ações?), os espaços de transição entre dois momentos (como a fronteira da noite é também uma fronteira no espaço?) e a relação entre os lugares de vida noturna (a organização espacial desse processo no contexto metropolitano). Por isso, ainda que algo tenha sido dito sobre a conquista da noite urbana, a paisagem que este processo constrói ainda é relativamente desconhecida. Os geógrafos têm permanecido em relativo silêncio sobre elas. Depois de a cidade ter conquistado a noite, faltava a geografia conquistar a noite urbana.

Quando os geógrafos buscaram apresentar uma visão sobre o problema da noite urbana eles fizeram de duas maneiras: incorporando o interesse sobre a noite ao problema da gentrificação dos centros urbanos ou produzindo estudos sobre as práticas de grupos sociais no espaço. Os problemas fundamentais dessas duas posições é que elas não conseguiram superar a visão binária comum aos estudiosos da noite do passado e, com isso, tiveram dificuldades em apresentar uma forma original de explicação dos processos sociais. Neste sentido, a noite ainda é uma fronteira na geografia.

Vimos que a busca por novos instrumentos para interpretar a noite urbana tem estado contida em trabalhos bem mais recentes, especialmente na França, onde o trabalho de Luc Gwiazdzinski (2005) parece ser pioneiro na proposta de novas formas de observar, analisar e apresentar a noite como um tema geográfico. Contudo, os esforços têm somente agora se reunido em grupos

de pesquisa interdisciplinar, anunciando um campo ainda bastante aberto para o olhar geográfico.

O domínio de uma narrativa de conquista tem imobilizado este campo em torno de problemas empíricos que tendem a valorizar o passado. Neste caso, há uma manifesta abordagem que se apoia sobre o discurso da perda (de relações, de práticas e de vivências em sociedade). Nesse caminho, os processos contemporâneos são avaliados em comparação a um momento anterior, avaliando o que se perdeu com a gentrificação da vida noturna. Além disso, a maioria das pesquisas tende a se concentrar empiricamente nos centros turísticos, sem criar comparações entre outras áreas de uma mesma cidade ou região, inibindo, dessa maneira, o caráter multivariado e diverso da vida noturna metropolitana em termos sócio-espaciais.

Da forma como buscamos construir a reflexão sobre as paisagens noturnas não há uma noite natural estruturante das práticas sociais. Da mesma maneira não há no passado uma chave para a interpretação do presente sem que se estabeleçam também comparações entre lugares. Assim, tentamos estabelecer com o auxílio de algumas insipientes pesquisas uma análise espacial da paisagem noturna carioca. Uma análise que tomou como ponto de partida uma crítica a visões que tendiam a conceder à noite um caráter “naturalmente” transgressivo e uma narrativa com pouca ou quase nenhuma preocupação com a espacialidade. Nesse sentido, as contribuições dessa tese podem ser resumidas em três grandes conjuntos de preocupações teóricas, metodológicas e empíricas.

Em boa medida, a *contribuição teórica* esteve relacionada ao uso do conceito de paisagem para o entendimento da organização sócio-espacial da vida noturna carioca. Este conceito não tem sido definido de forma cautelosa por sociólogos, urbanistas e geógrafos que tratam da noite. As definições têm sido geralmente relacionadas ao aspecto visual ou estético, compreendendo os resultados das práticas dos agentes sociais, tendo a forma física contribuído aparentemente muito pouco para elas. Em razão disso, tentamos nesta tese revigorar a dimensão concreta, os elementos que compõem a paisagem em sua dimensão morfológica. Esta medida implicou na busca por processos sócio-espaciais, atuações de agentes sociais e o estudo das formas em si, dentro de um olhar de construção social das paisagens.

Nesse sentido, temos tentado propor novas formas de observar a noite que tenham como um dos pontos principais as materialidades formadoras das paisagens noturnas. Propusemos com esta pesquisa um exercício de reflexão sobre como utilizar a tradição teórica do conceito de

paisagem na geografia para apresentar a ordem espacial de um tema tão avesso aos geógrafos em geral. Por isso, voltamos às raízes da geografia acadêmica em busca de argumentos e ideias que pudessem colaborar em nossa observação de campo.

De fato, tentamos escapar do estruturalismo marxista e da disputa entre classes ou grupos identitários. Preferimos, assim, manter um diálogo com uma estrutura teórica que pudesse oferecer ao trabalho um caminho no qual encontrássemos os conflitos, mas também os diálogos estabelecidos entre os agentes sociais, sua capacidade de negociar posições no espaço, de se representar na paisagem e de agir criativamente na composição da noite urbana. Além disso, a premissa das relações entre formas e práticas nos permitiu dialogar com um grupo diverso de metodologias, incorporando desde a economia espacial até a sociologia do desvio e o estudo dos comportamentos.

A paisagem noturna foi definida como uma associação entre formas construídas e práticas sociais, dentro de um processo reflexivo no qual ambas ajudam a organizar a composição dos elementos e das ações no espaço. O que chamamos de noturno adquire, assim, a característica de ser uma construção sócio-espacial, ou seja, o que define o noturno são as práticas sociais e as formas construídas que se dedicam ao encontro social sob condições de iluminação, negociação e localização especialmente criadas para o que os agentes sociais definem como noite. Assim, quando uma atividade, norma ou obra é criada e definida por sua relação com a noite, ela se torna um elemento central para a composição da paisagem noturna. Suas posições, funções e relacionamentos espaciais importam para a interpretação das suas lógicas sócio-espaciais.

A definição do conceito de paisagem segundo os termos descritos acima não possui somente implicações teóricas, pois ao fazermos o percurso nos ocupamos também das bases metodológicas de outras áreas. Por isso, a ligação entre os diferentes métodos de construção de conceitos, categorias e variáveis e os instrumentos de coleta, análise e apresentação de dados em cada uma das fontes foi uma situação que nos colocou a necessidade de reagrupá-los em torno de um problema geográfico. Nesse sentido, fichas de observação, fichas de projetos e planos urbanos, croquis, entrevistas, fotografias, análises de dados quantitativos e qualitativos, análises de discursos, etnografias, foram todos organizados segundo pressupostos geográficos, no intuito de correlacionar as práticas às morfologias na configuração da paisagem noturna carioca.

A combinação de diferentes métodos de pesquisa foi organizada a partir de sua contribuição a um determinado nível de observação do fenômeno da noite. Em todos os casos se buscou a relação entre morfologias e práticas na composição da paisagem. A adoção de tão diversas origens foi necessária para que a paisagem noturna fosse observada em suas diversas formas de apresentação. A inserção dos níveis de observação na discussão sobre os métodos utilizados nos parece ter sido uma das principais contribuições metodológicas desta pesquisa, especialmente ao valorizar os variados enquadramentos da vida noturna em sua manifestação sócio-espacial. Para cada nível foram mobilizados um conjunto de métodos, incluindo a delimitação de dimensões, categorias, variáveis, indicadores e relacionamentos de dados. Da mesma forma, tivemos que arcar com as limitações e as potencialidades nas fases de elaboração de instrumentos, coleta de dados, análise de informações e apresentação de resultados.

Com o intuito de construir uma relação entre os níveis de observação, optamos por iniciar a reflexão sobre os modelos mais gerais de atuação dos agentes sociais urbanos, o que decorreu de uma seleção de dados qualitativos e quantitativos, como o número de estabelecimentos, de pontos de luz e de consumo energético, mas também as políticas oficiais e as medidas dos agentes privados a partir de análises de textos e de pesquisa hemerográfica. Para esta fase foi fundamental uma perspectiva diacrônica que teria como objetivo entender as estruturas políticas e econômicas que influenciariam nas decisões contemporâneas, o que demonstrou ser um valioso instrumento de observação da construção de uma política urbana para a vida noturna carioca.

Para os centros noturnos aplicamos instrumentos de observação de projetos urbanos, de ações entre comerciantes e empresários e de intervenções particulares. Para esta parte da tese era essencial a compreensão dos processos em voga na contemporaneidade, o percurso que eles seguiam e a sua discussão pública, na definição de centros de vida noturna. Em muitos dos casos, o nível adotado esteve muito próximo aos limites territoriais do bairro ou do centro comercial, especialmente quando a relação entre vida noturna se expressou como parte de um processo de atuação direta dos agentes estatais. Nesse caso foram mais bem observados os conflitos pela composição da paisagem, pelo direito ao uso e os seus papéis na economia urbana.

Ao observarmos mais detalhadamente as áreas, em busca de atividades e lugares para a vida noturna, notamos a diversidade de práticas e de morfologias. Em um primeiro momento, se estabeleceu um quadro geral da vida noturna na cidade a partir de um índice de concentração

da atividade noturna. O intuito era recuperar a tradição geográfica dos modelos espaciais, adaptando-os ao problema da oferta de lazer noturno. A tarefa complexa de estabelecer as atividades do noturno, os seus pesos, durações e influências nas demandas dos usuários pode ser considerada uma contribuição para a definição de um olhar mais integrado da noite em todo o recorte municipal. O índice pode inclusive ser futuramente um instrumento para estudos comparativos sobre as atividades noturnas, já que permite entender a variabilidade de atividades durante um determinado período de tempo. A sua utilidade é fundamental, tanto para a definição de áreas de observação direta, quanto para a análise da distribuição espacial das atividades em um contexto metropolitano.

Para os cenários das relações entre os agentes usuários dos lugares definimos uma abordagem que mesclou a *time geography* de Hagerstrand, a partir de fichas de observação de trajetórias e de concentrações, com a etnografia e a observação direta de Goffman, Whyte e Zeisel. Esta mistura se mostrou bastante útil na definição do papel da espacialidade na criação de cenários para a sociabilidade noturna, seus limites, barreiras, conexões e conflitos. Neste sentido, buscamos entender como a configuração da paisagem é também uma forma de construção sobre as práticas cotidianas e as demandas dos usuários, ou seja, como cotidianamente são criadas e negociadas essas práticas e lugares para a vida noturna carioca.

Os resultados sobre a cidade do Rio de Janeiro apresentam um conjunto de respostas a alguns problemas desenhados ao longo da pesquisa e talvez um número ainda maior de questões para o futuro. Sobre isto queremos demonstrar alguns pontos sobre a nossa *contribuição empírica* sobre a paisagem noturna carioca.

O *primeiro ponto* diz respeito ao processo de “conquista da noite carioca”. Neste caso, tentamos apresentar as atividades, as práticas e as políticas de intervenção no espaço urbano carioca que tinham relação com o noturno. A perspectiva desse processo tentou ser bem descritiva dos caminhos seguidos ao longo do tempo pela população carioca, mas buscou, ao mesmo tempo, ser analítica em relação ao estatuto político da cidade, aos diferenciados papéis dos agentes e à localização dos centros noturnos de cada época.

Os resultados demonstraram que a conquista da noite seguiu o movimento mais geral de expansão urbana, integrando novas áreas e práticas à geografia da noite carioca ainda no início do século XIX. Assim, o deslocamento da população para as áreas periféricas ao centro urbano permitiu que as atividades noturnas também encontrassem novos lugares para se realizarem,

incluindo então as características dos grupos sociais. Os exemplos extremos desse processo foram poderiam ser encontrados nos cassinos da orla carioca ainda na década de 1930 ou nos bailes proletários do início do século XX em bairros da zona oeste e norte da cidade.

A incorporação de costumes e de práticas sociais também adquiriu especial importância para a noite do Rio, aderindo aos processos de conquista da noite em outras cidades. A influência de cidades como Paris e Nova Iorque foi importante para a configuração dos modos de consumo, relacionamento e apreciação da vida noturna no Rio de Janeiro, como vimos em relação ao consumo cultural de cafés, teatros e cinemas no início do século XX. Além disso, o contexto bastante diversificado de imigrantes ajudou a organizar tradições para a vida noturna, como no caso do chopp alemão e dos bailes dançantes com influência musical africana e portuguesa. Neste caso, a noite carioca se torna uma mescla das variadas influências estrangeiras com as criações próprias adaptadas às demandas locais. Não é claro, no entanto, como as trocas de informações se articulavam, ou seja, como o lazer noturno teria sido produzido na comunicação entre metrópoles, que recursos eram importados e exportados, quem eram os profissionais responsáveis e como as atrações eram contratadas? Estas questões se abrem para futuras pesquisas.

Ao olharmos para outros lugares conseguimos notar que atividades valorizadas na contemporaneidade foram questionadas no passado, consideradas marginais e mesmo combatidas pelo Estado, como, por exemplo, os quiosques de rua. Isso nos permitiu observar que objetivos de ordenamento dos usos e dos seus lugares na cidade já eram comuns há bastante tempo. Em muitos casos, este tendia a ser o papel do Estado em relação à vida noturna, visto que leis, como a de combate à vadiagem, buscavam conter a presença de certos agentes e seus comportamentos durante o período noturno.

A segunda estratégia de atuação do Estado dizia respeito aos investimentos nas áreas públicas da cidade, vistas como lugares de manifestação da vida social e elemento fundamental para a manutenção da ordem urbana. Após o assentamento da vida noturna a partir do investimento de agentes privados, o Estado tende a criar espaços para a manutenção e a ampliação do fenômeno, induzindo novas atividades e novas formas de sociabilidade, conformando um jogo de mútua influência com os agentes privados, que também se beneficiam das ações do Estado.

Em boa medida, essas intervenções foram realizadas na infraestrutura urbana, mais particularmente na adoção de mais iluminação e policiamento durante a noite.

No caso da noite carioca, observamos que a intervenção estatal pode estimular, por exemplo, o desenvolvimento de novas áreas como centros de vida noturna, mantendo, inclusive, grupos considerados marginais, como moradores de rua e ambulantes. Em alguns casos, a fórmula de intervenção pode, inclusive, ser repetida, pois há a expectativa de que os mesmos resultados ocorram em outras áreas da cidade, ou seja, o aprendizado advém da constatação de que algo pode ser mantido, reproduzido ou adaptado para um novo momento ou lugar. Isto explica a manutenção dos botecos e também a expansão e formalização do comércio ambulante, os quais, apesar de terem sido combatidos desde pelo menos a segunda metade do século XIX, se mantêm ainda hoje muito presentes na paisagem noturna carioca, muito em razão da preferência deste pelo uso dos espaços públicos para o lazer.

Há também casos em que o Estado apoiou empreendimentos para a elite, os quais criaram espaços para novas atividades noturnas na orla da cidade. Os primeiros hotéis de luxo e cassinos na Urca e em Copacabana acompanharam o crescimento da cidade na década de 1930, assim como os shoppings cresceram ao longo da Avenida das Américas, na Barra da Tijuca, a partir dos anos 1980. A expansão da vida noturna para estas áreas deve e muito a esta relação já bem celebrada na geografia entre Estado e corporações.

Seguramente o interesse no desenvolvimento e ampliação de uma economia urbana incentivou este processo, mas não o fez em um estado de apatia social, mas em disputas que parecem ter se acirrado após a redemocratização do país, como aparece muito claramente na revisão sobre as matérias publicadas durante as fases de planejamento e execução de projetos urbanos. Desse ponto surgem muitas questões sobre os debates políticos em torno das práticas relacionadas à noite, sobre os mecanismos de controle dessas práticas e as formas de atuação dos agentes públicos e privados na consecução de grandes projetos de expansão da noite. Há especialmente uma lacuna sobre o papel da iluminação pública nesse processo e como as práticas sociais teriam se estabelecido nos espaços públicos. Há neste ponto uma frente pioneira de estudos sobre o passado da noite carioca.

O *segundo ponto* diz respeito à criação de novas formas e práticas nas paisagens da área central, da orla e do subúrbio do município do Rio de Janeiro. A intenção era apresentar dois processos atuais que possuíam características sócio-espaciais diferentes. De um lado, o “retorno ao

centro” ou a sua celebração como centro da diversidade de atividades noturnas; de outro, a descentralização da vida noturna, a busca de outras possibilidades de lazer na noite da cidade.

Tentamos, em primeiro lugar, retificar algumas ideias comuns sobre o “retorno ao centro”, dizendo que se tratava, antes de tudo, de um retorno da vida noturna sobre um novo conteúdo sócio-espacial. Neste sentido, não se tratava de uma volta à boemia dos anos 1920, mas de um novo processo que acompanhava a revitalização predial e a inserção do espaço público na vida noturna de bairros como a Lapa. Por isso, também não se trataria de uma ocupação de classe média, mas de um compartilhamento do espaço por diferentes usos e públicos, com a adoção dos grupos minoritários nos prédios e no comércio, ainda que este compartilhamento seja preenchido com muitas tensões sociais. Nesse caso, a diversidade também aparece com certa dose de desigualdade social.

Ainda que haja dispersão e multiplicação de centros, o Rio de Janeiro ainda apresenta uma concentração de centros da vida noturna. Como notamos através do Índice de Concentração da Atividade Noturna há bairros que tendem a concentrar um maior número de atividades, se tornando centros da vida noturna da cidade. Após discorrermos sobre os fatores que explicam esta organização no espaço podemos afirmar que há uma oferta desigual de atividades entre a orla e o subúrbio da cidade, o que leva alguns moradores realizem grandes deslocamentos para obter alguns bens específicos da vida noturna do Rio de Janeiro. Neste caso, o Centro ainda é o lugar da vida noturna carioca.

A vida noturna do Rio de Janeiro se apresenta distribuída segundo serviços muito específicos ofertados em poucos lugares, como as boates e as casas de show; e serviços banais para a vida noturna como lanchonetes, bares e restaurantes, mais bem distribuídos na cidade. São os serviços específicos da vida noturna que tendem a se concentrar na área central e na orla da cidade, reproduzindo as orientações gerais contidas nas pesquisas sobre centralidade na geografia. Ao mesmo tempo, parece surgir a Barra da Tijuca como um novo centro noturno regional, com alcance espacial comparável ao bairro do Centro e que pode nos próximos anos superá-lo, assim como ocorreu com Copacabana nos anos 1950.

Para os próximos anos se espera um crescimento da representatividade dos bairros da Zona Oeste na vida noturna carioca. Seria interessante notar os efeitos desse crescimento na circulação interna da cidade e seus efeitos nas trajetórias dos usuários. Não há quase nenhum estudo sobre as práticas e os circuitos noturnos em cidades policêntricas e o Rio de Janeiro

parece ser um candidato para futuras pesquisas, como parece ser o caso do estudo de Almeida e Tracy (2003). As referências sobre o tema ainda permanecem demasiadamente presas ao estudo de caso do centro urbano. Estas novas áreas apresentam um conjunto de questões que seria interessante comparar.

Outro processo espacial muito comum na vida noturna da cidade do Rio de Janeiro é a especialização de algumas áreas da cidade em alguns serviços. O surgimento de polos gastronômicos e de “baixos”, criados por agentes privados, está normalmente associado com interesses similares. Estes empresários ocupam áreas com baixo valor de mercado ou em fase recente de ocupação e criam associações comerciais. A diferença importante no caso do Rio de Janeiro é que esta expansão não está associada, pelo menos nas áreas centrais e nas periferias próximas, a “monopólios empresariais”. A noite do Rio ainda conserva certa diversidade de agentes, os quais preferem se associar para criar demandas frente ao Estado, mantendo o perfil concorrencial dentro de um contexto de coesão espacial. O Estado pode participar tanto de forma indireta, na conservação, reforma e fiscalização das áreas públicas do entorno, quanto de forma direta, na regulação das atividades e na demarcação dos limites das áreas comerciais.

Além disso, com o crescimento da demanda por áreas de lazer e por atividades noturnas, se tornou parte do papel do Estado prover lugares para o exercício da publicidade e de manifestação da sociabilidade. Não só a iluminação pública se tornou parte de um projeto para a cidade como atualmente ela é um ponto fundamental da infraestrutura urbana e um mecanismo de melhoria para os espaços públicos da cidade. Hoje o seu papel é ainda mais variado, acumulando a função de ser um elemento ordenador e embelezador das cidades.

Os principais modelos de urbanismo luminoso têm tentado ressaltar a necessidade de um planejamento noturno, retornando para um modelo de zoneamento comum às fases tardias do modernismo. Sociólogos como Robert Hollands e geógrafos como Paul Chatterton observam estas transformações como condições de um novo urbanismo que visa “gentrificar” as áreas centrais para o consumo de classe média, excluindo classes, gêneros e etnias do convívio social.

Ainda que concedamos a esta crítica um importante papel na interpretação dos processos em voga, devemos também considerar que o urbanismo luminoso tem obtido relativo sucesso na reconfiguração da noite urbana e que parte dos projetos é bastante ciente das desigualdades e das características da população e dos lugares. O processo que observamos atualmente no Rio tem se caracterizado menos pela exclusão de personagens da noite e mais pela valorização de

uma ideia um tanto quanto abstrata de diversidade. A mudança do papel do Estado em relação à noite, a saída de um Estado interventor para um Estado regulador, é em parte derivada da aceitação de que o espaço público precisa ser na medida do possível compartilhado. Essas medidas constam nos planos, projetos e manuais da prefeitura como problemas fundamentais para se pensar a vida pública da cidade. De outra forma, essas medidas também foram ao longo do processo sendo negociadas através das práticas dos agentes sociais, os quais assumiram o compartilhamento do espaço, ainda que às vezes sob marcas de profunda desigualdade.

É interessante notar que no caso do Rio de Janeiro foram criados espaços públicos abertos para o uso noturno, tanto no Centro quanto na periferia, através dos projetos urbanos como o Rio Cidade e o Lapa Legal. Além disso, foram criadas lonas culturais, elaborados novos projetos de iluminação pública nos parques e na orla, compradas áreas para serem espaços culturais etc. Nessa medida, a descentralização representou de alguma forma a democratização da vida noturna, ainda que isso não signifique necessariamente igualdade, visto que o papel desempenhado por cada agente ou grupo social esteve contextualizado dentro de cenários com recorrentes conflitos, como no caso da mendicância, da prostituição, da venda de drogas, do uso dos espaços públicos por mobiliário privado ou pelo horário de funcionamento dos estabelecimentos.

As câmaras municipais, estaduais, de comércio; as assembleias de comunidades, de vizinhança, de grupos identitários, entre outros, passaram a discutir o uso da noite, as regras, os horários, os participantes e as obras de revitalização. Apesar de não ser novidade, os ares democráticos contribuíram para que a noite fosse não somente conquistada pelo uso, mas também debatida pelos cidadãos em suas mais diversas esferas de representação política. Dessa forma, os planos, os projetos, as intervenções e os usos estiveram no centro de discussões e de conflitos pelo espaço.

O *terceiro ponto* diz respeito às práticas sociais relacionadas aos lugares de vida noturna. Ele deriva parcialmente da afirmação comum às pesquisas sobre o tema que tendem a afirmar que “os usuários consomem a noite sob condições que não são da sua própria escolha”. Nesse caso, os resultados desta tese apontam para dois problemas com esta afirmação: primeiro, a qualificação redutora de todo usuário à condição de consumidor; segundo, que a situação e o contexto desse consumo seriam manipulados por outros agentes, restando ao usuário se submeter a uma noite já pré-formatada.

No primeiro caso, sobre a redução dos papéis dos usuários à condição de consumidor, notamos que a partir do acompanhamento de seus percursos há um muito complexo conjunto de variáveis atuantes. O papel de consumidor apareceu como um dentre tantos outros, não sendo, portanto, exclusivo ou mesmo determinante das escolhas. Nesse caso, nos parece que reduzir qualquer atividade ao consumo é uma forma de submissão de outras formas de espacialização da vida social noturna.

Essa situação provisória de consumidor é interpretada como sendo a condição da vida noturna e ela serve como base para que se diga que esse consumo noturno é manipulado. Ou seja, os frequentadores da noite se tornam reféns de outros interesses, passivos consumidores de uma vida noturna que não escolheram. O que notamos é que as decisões sobre onde entrar, onde beber, onde comer, onde marcar um encontro eram variadas, respeitando a organização espacial do lugar, mas obedecendo aos interesses dos próprios entrevistados *em diálogo, negociação, relação com os interesses dos múltiplos promotores de lugares da vida noturna*. Os lugares costumavam oferecer um cardápio de opções para os usuários, os quais circulavam observando as atividades, as pessoas, os ambientes. A circulação era parte da própria vida social noturna. Poderíamos dizer que os indivíduos eram, em certo sentido, mais “circuladores” do que consumidores.

Esta circulação parece, em outra escala, também estar disseminada nos circuitos noturnos pela cidade, pois, com a melhoria e a ampliação do tempo de permanência do transporte público na cidade, especialmente a partir da criação do metrô, novas áreas também se articularam. Esta articulação foi muito importante para a Grande Tijuca, que se cristalizou como um importante subcentro da vida noturna na cidade, especialmente no entorno das praças e das estações de metrô. A oferta de serviços públicos de transporte para os principais centros da vida noturna permitiu uma expansão do tempo de permanência das pessoas nesses lugares. Esses serviços também reduziram o tempo de deslocamento entre as áreas, acelerando a transição entre locais de residência e locais de lazer noturno, o que ampliou a área de influência dos principais centros e articulou novas áreas ao interesse social.

As trajetórias se tornaram mais velozes e mais complexas e os centros noturnos cresceram em virtude de tal aceleração. Os pontos de conexão se tornaram também espaços de interação social, como os postos de gasolina, os estacionamento e os pontos de transporte público. Quase qualquer lugar poderia hoje participar dos circuitos da vida noturna. A autorização de beber em espaços públicos parece beneficiar este tipo de rota alternativa na noite carioca. Seria

interessante compararmos com cidades que possuem regulações diferenciadas em relação ao uso dos espaços públicos à noite.

Com a ocupação do espaço urbano e a criação de centros noturnos, se tornou comum que muitas atividades se realizassem durante a noite. Trajetórias e concentrações passaram a variar segundo o momento do dia. Estas variações, que podemos dizer que são de ordem espacial, acabaram por alterar os ritmos dos lugares, subtraindo do papel central atividades e dando visibilidade a outras, o que chamamos de deslocamento de centralidades. A partir disso notamos que há padrões de trajetórias e de concentrações que fornecem à paisagem o seu conteúdo social, ou melhor, a sua força motriz que dirige o processo de organização espacial da vida noturna.

Notamos, ao mesmo tempo, que a organização física dos lugares fornecia indicadores para estas trajetórias e concentrações, demonstrando a reflexividade do processo de composição da paisagem noturna. No percurso as pessoas encontravam opções de escolha, oportunidades e vantagens que poderiam aproveitar. Os caminhos criativos em busca de bares de samba, de rodas de rap, de cerveja barata e de concentração de “gente bonita” demonstram a imensa capacidade de agenciamento em meio ao variado cardápio de opções que a noite carioca parece oferecer. Alguns pesquisadores preferem ignorar este aspecto para denunciar os conflitos e as formas de exclusão, os quais não ignoramos, mas fortalecemos ao considerarmos a capacidade de agenciamento também de agentes com menor poder econômico. O conflito passa a fazer parte da negociação e das escolhas dos usuários.

No *quarto ponto* destacamos que o mesmo poder de agenciar foi notado na observação dos comportamentos e das práticas dos usuários dos lugares de vida noturna. A partir de observações diretas em áreas de concentração de pessoas durante a noite, notamos que havia quase sempre polarizações e estruturas que criavam delimitações entre elas. Estas polarizações e estruturas produziam os cenários para a interação entre os indivíduos.

Para diferenças de altura vimos que se estabelecia também uma posição relativa ao nível social ou a posição social daqueles que usavam os espaços, sendo as posições consideradas melhores aquelas que geralmente possuíam uma visão privilegiada de uma cena. O caso dos lugares *vip* foi acionado para esta explicação. A partir disso, exibimos o caráter distintivo, no sentido empregado por Bourdieu (1984), da posse provisória destas posições, repercutindo o mundo comum que as associam à discriminação pela renda. Ao mesmo tempo, vimos que até mesmo a posição de *vip* era negociável. Como vimos, estas posições podem ser negligenciadas ou

relativizadas, nem sempre correspondendo ao nível de renda do participante, mas em razão de outros méritos. Pela sua evidência, estas posições poderiam até mesmo se tornar uma chave de indicação para modos de interação.

As barreiras concretas também evidenciavam posições em um contexto social, mas poderiam ser manobradas pelos interesses dos usuários. Mesmo as barreiras mais sutis atuariam neste sentido, delimitando posições e organizando a apresentação na vida social noturna. A entrada no contexto exigiria, assim, maior capacidade de leitura das suas configurações do que necessariamente a exibição de atributos de renda ou de lugar de moradia, ainda que estes sejam também elementos de distinção.

Por isso, as barreiras identitárias teriam um papel ainda mais forte, pois julgariam a participação em uma cena a partir da capacidade de decodificação e adaptação do indivíduo ao lugar e ao conjunto de signos do grupo. A nossa inserção em contextos de estabelecimentos privados e em eventos em espaços públicos nos permitiram notar como a criação de estereótipos e de visões estáveis sobre outros são mecanismos eficientes na definição destas identidades. Ao mesmo tempo, esses mecanismos demarcavam os espaços, sinalizando os códigos sociais que deveriam ser interpretados. Para os dois casos apresentados ficou nítido que formas e práticas eram transformadas pelo uso desses grupos e que, além disso, essas marcas construía uma ideia organizadora para aqueles que não se sentem por elas representados.

A força dessa vida noturna que cria e remodela lugares parece estar, assim, não na subversão da ordem, da remodelação da estrutura social, mas na sua discussão, na possibilidade que um novo contexto oferece para a sua adaptação. Mais do que isso, a noite fornece um novo quadro, com novas práticas, imaginários, luminosidades e formas construídas para ela. Este quadro não é, no entanto, desordenado; ele é, ao contrário, cautelosamente desenhado, ainda que o seja com a combinação de tonalidades sociais diferentes. A noite flexibiliza algumas barreiras, mas não sem antes levantá-las, ou seja, criando barreiras novas e originais que podem ser ultrapassadas, a noite recria também as formas de sua negociação. Ela não assimila a ordem diurna para subvertê-la. Ela assimila as formas de ordenamento e de transgressão criadas socialmente. Os indivíduos percebem estas formas de estruturação e as reproduzem quando lhes é conveniente. De outro modo, podem também negociar com estas estruturas ou criar formas originais de produção de práticas na noite. A noite fornece um contexto para o exercício desse agenciamento, mas também para a reprodução das estruturas sócio-espaciais.

Chegamos a essas conclusões a partir de um olhar geográfico que incorporou as posições dentro de cenários, regiões criadas para a existência de formas de interação. Para nós os cenários são fundamentalmente uma estrutura física que transmite informações aos usuários e indicam práticas, mas que permitem, ao mesmo tempo, a negociação dos lugares, da disposição física dos objetos e das práticas sociais.

Aos estudiosos da noite ainda falta este componente fundamental da espacialidade: a materialidade que dialoga com as práticas. Neste sentido, toda transgressão da norma pode ser vista como dentro de um contexto, que é também geográfico, ou seja, o lugar da transgressão também tem algo a dizer sobre ela. Assim, quando falamos em transgressões devemos nos perguntar sobre os agentes que definiram as normas, as maneiras concretas em que estas formas se conformam a uma situação e as possibilidades de negociação dentro de um contexto sócio-espacial.

Finalmente, a noite oferece um campo de pesquisas muito amplo para os geógrafos, mas exige, em troca, que se considere uma visão crítica sobre o seu estatuto, evitando que mitologias construídas discursivamente e reproduzidas na paisagem sejam naturalizadas. Este parece ser o problema com a ideia de transgressão, mas também parece ser bem comum a modelos de investigação que tomem as práticas como determinações estruturais ou as formas como resultados de processos que ainda estão em andamento. A paisagem noturna da cidade do Rio de Janeiro está comprometida com os valores dados aos lugares e as atividades. A noite aparece, assim, como um tema para a política, a economia e a cultura urbana do Rio de Janeiro. O exercício de entendimento dos processos e dos padrões espaciais da composição da paisagem exige um esforço na direção de novas formas de abordar o tema por parte da geografia.

Como quinto ponto parece importante assinalar algo que tem certa circulação em todos os níveis de observação: o gosto do carioca pelo meio-termo, ou melhor, por um lugar no meio (ou seria um gosto do brasileiro?). Há autores que seguiram este caminho. Roberto DaMatta (1997), por exemplo, explorou os códigos da casa, da rua e do outro mundo. O outro mundo seria a síntese entre um código da igualdade superficial e um esqueleto hierárquico, ambos presentes na sociedade brasileira, e no qual o brasileiro preferia estar, se situando em um ou outro conforme as circunstâncias.

Quando olhamos para os planos, os projetos, as práticas e os lugares da vida noturna carioca, observamos algumas dessas situações. Um meio-termo poderia ser reconhecido nas obras que,

ao mesmo tempo, tentavam regular as atividades informais, mas que cediam também um espaço para que elas ocorressem. Um meio-termo também na adoção da iluminação artificial, buscando clarear, mas também criar sombreamentos, áreas de refúgio e contrastes. Um meio-termo entre as atividades formais de lazer, nos cassinos, cafés, danceterias e teatros e as atividades informais e contestadas nas gafieiras, cordões, bailes funk e quiosques. Um meio-termo entre a extrema centralidade do bairro do Centro e os outros lugares da cidade, de certa forma, uma maneira de fazer parte da vida noturna da cidade e se manter dentro de contextos mais familiares.

Este lugar no meio é ainda mais visível quando observamos as posições e as barreiras nos lugares de vida noturna. Há um gosto do carioca pelas varandas, sacadas e janelas, bem como pelos meios-fios, escadarias e coretos. A posição transitória entre estes níveis lhes permite discutir novas práticas. Também há interesse pelo lugar entre o público e o privado. Projetos, planos, matérias de jornal, artigos acadêmicos e práticas cotidianas reificam esta impressão. Nos espaços públicos são criadas formas de privatização e nos espaços privados se abrem mecanismos de interação. O privado devassa o público e o público se insinua sobre os espaços privados.

As identidades também podem se flexibilizar e se transformar para a entrada em um contexto. Nós mesmos enquanto observadores da noite tivemos que nos fantasiar para entrar em mundos tão diferentes como bares de heavy metal, rodas de rap ou boates para advogados. Esta flexibilidade é também uma forma de encontrar um lugar social no meio, negociar com as próprias identificações para abrir novas fronteiras.

De certa forma, esta tese é um lugar no meio. Um meio entre tantas fontes teóricas, metodológicas e empíricas. Um caminho entre a terra conquistada e um campo aberto para os geógrafos.

# Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

ALVES, Teresa. Geografias da Noite: fazer geografia através da luz. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓGRAFOS, 5., 2004, Guimarães. **Anais do V Congresso da Associação Portuguesa de Geógrafos**, Guimarães: Universidade do Minho - Portugal, 2004. Disponível em: < <http://www.apgeo.pt> >. Acesso em: 20 de Junho de 2009.

AMARAL, Ricardo. **Ricardo Amaral apresenta Vaudeville**: memórias. São Paulo: LeYa, 2010.

ARGEMAUD, Marc. **Paris La Nuit**: croniques nocturnes. Paris: Pavillon de L'Arsenal, 2013.

AUGÉ, Marc. **Non-Places**: Introduction to an Anthropology of Supermodernity. Verso, 1995.

BALDWIN, P. **In the Watches of the Night**: life in the nocturnal city, 1820-1930. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2012.

BALDWIN, Peter C. In the Heart of Darkness: blackouts and the social geography of lighting in the gaslight era. In: **Journal of Urban History**, v. 30, n. 5, p. 749-768, jul., 2004.

BARTOLY, F.S. **Shopping Center**: entre o lugar e o não-lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENCHIMOL, J.L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

BIANCHINI, Franco. Night Cultures, Night Economies. In: **Planning Practice and Research**, v.10, n.2, p.121-126, 1995.

- BILLE, Mikkel & SORENSEN, Tim Flohr. An Anthropology of Luminosity. In: **Journal of Material Culture**, v. 12, n. 3, p. 263-284, 2007.
- BLACKMAR, B. Uptown Real Estate and the Creation of Times Square. In: TAYLOR, William. **Inventing Times Square: Commerce and Culture at the Crossroads of the World**. JHU Press: Baltimore, 1996.
- BOGARD, Paul. **Let There Be Night: testimony on behalf of the dark**. Nevada: University of Nevada Press, 2008.
- BOURDIEU, P. **Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste**. London: Routledge, 1984.
- BOURDIEU, P. **Physical Space, Social Space and Habitus**. Rapport 10. Oslo: Universitetet I Oslo, 1995.
- BOURDIEU, P. Social Space and Symbolic Power. In: **Journal of Sociological Theory**, v. 7, n. 1, pp. 14-25, 1989.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1992.
- BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- BOURDIEU, P. The Social Space and the Genesis of Groups. In: **Theory and Society**, v. 14, n. 6, pp. 723-744, 1985.
- BRANDI, U.; GEISSMAR-BRANDI, C. **Light for Cities: light design for urban spaces, a handbook**. Zurich: Birkhauser, 2007.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. **LEI N° 10257 DE 10 DE JULHO DE 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 de Julho de 2001.
- BROWN, Stephen. "**Central Place Theory: Sixty Years on.**" Contemporary marketing history: proceedings of the Sixth Conference on Historical Research in Marketing and Marketing Thought, held May 22-25, 1993 at the JW Marriott Hotel, Lenox Square, Atlanta, GA. Michigan State University, 1994.
- BUREAU, Luc. **Géographie de la Nuit**. Montreal; Quebec: L'Hexagone, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O Mundo fragmentado - Encruzilhadas do labirinto 3**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CHATTERTON, P.; HOLLANDS, R. **Urban Nightscapes**: youth cultures, pleasure spaces and corporate power. London: Routledge, 2003.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural - Passado e Futuro: Uma Introdução. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, Política e Espaço. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Temas da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, Ática, 1989a.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989b.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

COSGROVE, Denis. **Geography & Vision**: seeing, imagining and representing the world. London/New York: I.B. Tauris, 2008.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. London: Croom Helm, 1984.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen. Introduction: iconography and landscape. In: COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen. **The Iconography of Landscape**: essays on the symbolic representation, design and use of past environments. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

COSTA, Rosalina Maria. **Em Busca do Espaço Perdido**: a reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

CRANG, Mike. Temporalised Space and Motion. In: MAY, J.; THRIFT, N. (ed.). **Timespace**: Geographies of Temporality. London and New York: Routledge, 2001.

CRAWFORD, Margaret. Contesting the public realm: struggles over public space in Los Angeles. In: **Journal of Architectural Education**, v. 49, n. 1, p. 4-9, 1995.

- CRESSWELL, Tim. **Geographic Thought**: a critical introduction. Oxford: Wiley Blackwell, 2013.
- CRESSWELL, Tim. Landscape and the obliteration of practice. In: ANDERSON, K. *et al.* (ed.). **Handbook of Cultural Geography**. London: Sage, 2003.
- CRESSWELL, Tim. Night Discourse: producing/consuming meaning on the street. In: FYFE, Nicholas R. (ed.). **Images of the Street**: planning, identity and control in public space. London and New York: Routledge, 1998.
- CRONON, W. **Nature's Metropolis**: Chicago and the Great West. New York: WW Norton & Company, 1992.
- DANIELS, S. Marxism, culture, and the duplicity of landscape. In: PEET, R.; THRIFT, N. (ed.). **New Models in Geography**, v. 2. London: Unwin Hyman, 1989.
- DE MASI, D. **O Ócio Criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEWDNEY, Christopher. **Acquainted with the Night**: excursions through the world after dark. New York: Bloomsbury Publishing, 2005.
- DIXON, John; LEVINE, Mark; e MCAULEY, Rob. Locating Impropriety: Street Drinking, Moral Order, and the Ideological Dilemma of Public Space. In: **Political Psychology**, v. 27, n. 2, p.187-206, 2006.
- DOLL, C.; MULLER, J-P.; ELVIDGE, C. Night-time Imagery as a Tool for Global Mapping of Socioeconomic Parameters and Greenhouse Gas Emissions. In: **Ambio**, v. 29, n. 3, pp. 157-162, 2000.
- DOMINGUES, L.C.S.M. **Projeto Urbano e Planejamento**: o caso do Rio Cidade. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- DOMOSH, Mona. A method for interpreting landscape: a case study of the New York World Building. In: **Area**, p. 347-355, 1989.
- DUNCAN, J. **The City as Text**: the politics of landscape in the Kandyan kingdom. New York: Cambridge University Press, 1990.
- DUNCAN, J. The Superorganic in American Cultural Geography. In: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, pp. 181-198, 1980.
- DUNLOP, Charles Julius. **Subsídios para a História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.
- DWYER, C. Contested Identities: challenging dominant representations of young British Muslim Women. In: SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill (ed.). **Cool places**: Geographies of youth cultures. London: Psychology Press, 1998.

- EKIRCH, A. R. **At Day's Close: night in times past**. New York: W.W. Norton & Co., 2006.
- FARRINGTON, David; WELSH, Brandon. Effects of improved street lighting on crime: a systematic review. In: **Home Office Research, Development and Statistics Directorate**, ago., 2002.
- FEIJÓ, Léo; WAGNER, Marcus. **Rio Cultura da Noite**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- FELDMAN, Sarah. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p. 33-47, 2011.
- FERREIRA, Milton Martins. **A Evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro: contribuições tecnológicas**. Rio de Janeiro: Synergia/Light, 2009.
- FIORI, S. Lumières, miroir nocturne des paysages. In: **Les 4èmes Journées Européennes de la Recherche Architecturale et Urbaine EURAU'08 : Paysage Culturel**, 16-19, Madrid, Espagne, 2008.
- FIORI, Sandra. Réinvestir L'espace Nocturne: les concepteurs lumière. In: **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 87, p. 73-80, set., 2000. Disponível em: <[http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id\\_rubrique=40](http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id_rubrique=40)>. Acesso em: 12 out. 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FUNARTE. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009**. Brasília: Minc, 2009.
- FYFE, Nicholas R. Introduction: reading the street. In: FYFE, Nicholas R. (ed.). **Images of the Street: planning, identity and control in public space**. London and New York: Routledge, 1998.
- GALLAN, Ben; GIBSON, Chris. New Dawn or New Dusk? Beyond the Binary of Day and Night. In: **Environment and Planning A**, v. 43, n. 11, pp. 2509–2515, 2011.
- GAMA, Norberto Pinto dos Santos, António. **Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas**. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.
- GODOY, Plínio. City Beautification: iluminação para o embelezamento das cidades. In: **Revista Lume Arquitetura**, n. 4, pp. 23-32, out./nov., 2003.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamento em Lugares Públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. **Luzes na Cidade: sobre as paisagens luminosas e os cenários noturnos da cidade do Rio de Janeiro**. In: **Espaço Aberto**, v. 1, n. 2, pp. 117–128, 2011b.

- GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. **Cenários Noturnos**: sobre a espacialidade e os significados da iluminação urbana na área central da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.
- GOMES, Danilo. **Uma Rua Chamada Ouvidor**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Fundação Rio, 1980.
- GOMES, P.C.C. **O Lugar do Olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.). **Espaço e Cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
- GONÇALVES, Renata de Sá. **Os Ranchos Pedem Passagem**: O carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2007.
- GROTH, P.; WILSON, C. The Polyphony of Cultural Landscapes: an introduction. In: GROTH, P.; WILSON, C. (ed.). **Everyday America**. Berkeley: University of California Press, 2003.
- GUTERMAN, B.C. **Cidade-produto, Bairro-marca**: como a Lapa está se tornando o mais carioca dos bairros. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GWIAZDZINSKI, Luc. **La Nuit, Dernière Frontière de la Ville**. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2005.
- GWIAZDZINSKI, Luc. La Nuit, Dernière Frontière. In: **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 87, p. 81-88, set., 2000. Disponível em: <[http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id\\_rubrique=40](http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id_rubrique=40)>. Acesso em: 12 out. 2009.
- HAE, L. Gentrification and Politicization of Nightlife in New York City. In: **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 11, n. 3, pp. 564-584, 2011.
- HAGERSTRAND, T. **Innovation Difusion as a Spatial Process**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.
- HAMMACK, D.C. Developing for Commercial Culture. In: TAYLOR, William. **Inventing Times Square**: Commerce and Culture at the Crossroads of the World. JHU Press: Baltimore, 1996.
- HANNIGAN, John. **Fantasy City**: pleasure and profit in the postmodern metropolis. London: Routledge, 1998.
- HAQ, Mahbub ul. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press, 1995.
- HARVEY, David. “Do Administrativismo Ao Empreendedorismo: a Transformação Da Governança Urbana No Capitalismo Tardio.” In: HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. "Money, Time, Space, and the City." In: HARVEY, D. **The Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1989.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna** : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. **Consciousness and the Urban Experience**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

HOBBS, Dick; LISTER, Stuart; HADFIELD, Philip; WINLOW, Simon; e HALL, Steve. Receiving shadows: governance and liminality in the night-time economy. In: **British Journal of Sociology**, v. 1, n.51, pp. 701–717, 2000.

HOLLANDS, Robert G. **Friday Night, Saturday Night**: Youth Cultural Identification in the Post-industrial City. Newcastle: University of Newcastle, Department of Social Poli, 1995.

HOLLANDS, Robert. Divisions in the Dark: Youth Cultures, Transitions and Segmented Consumption Spaces in the Night-time Economy. In: **Journal of Youth Studies**, v. 5, n. 2, pp.153-171, 2002.

HOLLANDS, Robert; CHATTERTON, Paul. Producing Nightlife in the New Urban Entertainment Economy: Corporatization, Branding and Market Segmentation. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 2, pp. 361-385, 2003.

HOROWITZ, Helen Lefkowitz. JB Jackson and the Discovery of the American Landscape. In: HOROWITZ, Helen; JACKSON, John B. **Landscape in Sight**: looking at America. New Haven: Yale University Press, 1997.

HOROWITZ, Helen; JACKSON, John B. **Landscape in Sight**: looking at America. Yale: Yale University Press, 1997.

IRIAS, F.D. **A Renovação Urbana da Lapa, Rio de Janeiro**: um território de conflito? Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

JACKSON, J.B. The Word Itself. In: JACKSON, J.B. **Discovering the Vernacular Landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JAMESON, Fredric. **A Virada Cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. São Paulo: Editora Record, 2006.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham: Duke University Press, 1990.

JENKINS, Richard. **Pierre Bourdieu**. Key Sociologists. New York: Routledge, 1992.

KIRSCHBAUM, Carlos. Iluminação Eficiente de cidades: um enfoque globalizador. In: MASCARÓ, Lucia (org.). **A Iluminação do Espaço Urbano**. Porto Alegre: Masquatro, 2006.

KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier Science, 2009.

KOSLOFSKY, Craig. **Evening's Empire**: a history of the night in early modern Europe. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

KURME, Maris. **Urban Night**. Thesis (Master in Urban Studies) – Estonian Academy of Arts, Tallinn, 2009. Disponível em:  
<<http://www.urbanistika.ee/docs/greenlight2009/MKgreenlight.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

L.A. RANGEL & CLAUDIO CAVALCANTI. **Projeto “Rio Cidade”**: Diagnóstico da área de Copacabana. Rio de Janeiro: s/d, 1993.

LEFEBVRE, H; LEVICH, C. The Everyday and Everydayness. In: **Yale French Studies**, n. 73, pp. 7-11, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis** : space, time, and everyday life. London; New York: Continuum, 1992.

LESSA, Carlos. **O Rio de Todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEY, D. Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. In: **Urban Studies**, v. 40, n. 12, pp. 2527-2544, 2003.

LEY, D. Gentrification and the Politics of the new Middle Class. In: **Environment and Planning D: society and space**, v. 12, pp. 53-74, 1994.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do Espetáculo**: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. In: **Revista Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez., 2007.

LIMA, Mariana. **Percepção Visual Aplicada à Arquitetura e à Iluminação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

LOVATT, Andy; O’CONNOR, Justin. Cities and the Night-time Economy. In: **Planning Practice and Research**, v. 10, n. 2, pp. 127-133, 1995.

MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v.8, n.4, p.1-15, 2004.

MAGALHÃES, R.A. Preservação e Requalificação do Centro do Rio nas Décadas de 1980 e 1990: a construção de um objetivo difuso. In: SILVEIRA, M.R.; ZACHARIAS, A.A. **Material de Apoio – Trabalho de Campo**. Ourinhos: Universidade Estadual Paulista, 2002.

MAGNANI, J.G.C. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, pp. 11-29, 2002.

MAGNANI, J.G.C. Os Circuitos dos Jovens Urbanos. In: **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, pp. 173-205, 2005.

MARGULIS, Mario. **La Cultura de la Noche**: la vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires. Buenos Aires: Biblos, 1997.

MARTINS, William de Souza Nunes. Paschoal Segreto e a Criação do Mercado de Diversão no Rio de Janeiro. In: MARZANO, Andrea; DE MELO, Victor Andrade. **Vida Divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.

MASCARÓ, Lucia (org.). **A Iluminação do Espaço Urbano**. Porto Alegre: Masquatro, 2006.

MASCARÓ, Lucia. Iluminação de Praças e Parques. In: MASCARÓ, Juan Luis (org.). **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MASSEY, D. A Global Sense of Place. In: MASSEY, D. **Space, Place and Gender**. Minnessota: Univ. of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, D. The Spatial Construction of Youth Cultures. In: SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill (ed.). **Cool places**: Geographies of youth cultures. London: Psychology Press, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados na Cidade do Rio de Janeiro do Início do Século**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1991.

MATTOS, Rogério Botelho. A Dinâmica dos Espaços de Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro: 1840-1940. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Território, Sexo e Prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek *et al.* **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MCQUIRE, Scott. Dream Cities: the uncanny powers of electric light. In: **Journal of Media Arts Culture**, vol. 1, n. 2, 2004.

MEINIG, Donald W. (org.). **The Interpretation of Ordinary Landscape**. Oxford: Oxford University Press, 1979a.

MEINIG, Donald W. The Beholding Eye: In: MEINIG, Donald W. (org.). **The Interpretation of Ordinary Landscape**. Oxford: Oxford University Press, 1979b.

MELBIN, Murray. Night as Frontier. In: **American Sociological Review**, v. 43, n. 1, p. 3-22, fev., 1978.

MELBIN, Murray. **Night as Frontier**. New York: Free Press, 1987.

- MENDONÇA, Leila Lobo de. **Reflexos da Cidade**: a iluminação pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.
- MEYERHOFER & TOLEDO. **Projeto de Intervenção Urbana no Centro do Méier**. Rio de Janeiro: s/d, 1993.
- MIGUEZ, José Canosa. L'Urbanisme Lumière: uma nova luz para as cidades. In: **Revista Lumière**, n.42, p. 62-71, out., 2001.
- MILLER, Kristine. Condemning the public: Design and New York's new 42nd Street. In: **GeoJournal**, v. 58, n. 2-3, pp. 139-148, 2002.
- MITCHELL, D. **Cultural Geography**: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- MITCHELL, D. Landscape. In: ATKINSON, David; JACKSON, Peter; SIBLEY, David; WASHBOURNE, Neil. (ed.). **Cultural Geography**: a critical dictionary of key concepts. New York: I.B. Tauris, 2007.
- MONT SERRAT, Bárbara Suassuna Bent Valeixo. **Iluminação Cênica como Elemento Modificador dos Espetáculos**: seus efeitos sobre os objetos de cena. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MOSCIARO, Mayra Ribeiro. **Gentrificação da Lapa? Um estudo sobre mudanças na área central do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NARBONI, Roger. **Lighting the Landscape**: art design technologies. Boston: Birkhäuser, 2004.
- NARBONI, Roger. Uma Luz sobre as Cidades, para os Cidadãos. In: **Revista Lume Arquitetura**, n. 31, p. 6-11, abr./maio, 2008.
- NASAW, David. **Going Out**: the rise and fall of public amusements. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- NETO, Liszt Vianna. **O Conceito de Habitus e a obra de Erwin Panofsky**: teoria e metodologia da história da arte e da arquitetura na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- NORTON, William. **Historical Analysis in Geography**. London: Longman, 1984.
- OTTER, Chris. Let There Be Light: Illuminating Modern Britain. In: **History Today**, n. 58, p. 16-22, set., 2008a.
- OTTER, Chris. **The Victorian Eye**: a political history of light and vision in Britain, 1800-1910. Chicago: The University of Chicago Press, 2008b.

OXFORD DICTIONARY. **Landscape**. Online. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/landscape>. Acessado em: Outubro de 2013.

PALMER, Bryan. **Cultures of Darkness: night travels in the histories of transgression**. New York: Monthly Review Press, 2000.

PANOFSKY, Erwin. **Arquitectura Gotica y Pensamiento Escolastico**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1999.

PANOFSKY, Erwin. **Meaning in the Visual Arts**. New York: Doubleday Anchor Books, 1959.

PAQUOT, Thierry. Le Sentiment de la Nuit Urbaine aux XIXe et XXe Siècles. In: **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 87, p. 7-14, set., 2000. Disponível em: <[http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id\\_rubrique=40](http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/sous-rubrique.php3?id_rubrique=40)>. Acesso em: Outubro de 2009.

PARKER, D. Rethinking British Chinese Identities. In: SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill (ed.). **Cool places: Geographies of youth cultures**. London: Psychology Press, 1998.

PEISS, Kathy. **Cheap Amusements: Working Women and Leisure in Turn-of-the-Century** New York. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

PENN, Mischa; LUKERMANN, Fred. Chorology and landscape: an internalist reading of "The Morphology of Landscape". In: Mathewson, K.; Kenzer, M.S. (ed.). **Culture, Land, and Legacy: Perspectives on Carl O. Sauer and Berkeley School Geography**. Baton Rouge: Geoscience Publications, 2003.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O "Prazer das Morenas": bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da primeira república. In: MARZANO, Andrea; DE MELO, Victor Andrade. **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.

PERHAM, Nick; MOORE, Simon; SHEPHERD, Jonathan; CUSENS, Bryany. Identifying Drunkenness in the Night-time Economy. In: **Addiction**, n. 102, pp. 377-380, 2007.

PHILO, Chris. Geografia, História e o 'Mistério ainda maior' da Geografia Histórica. In: GREGORY, Derek *et al.* **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PINHEIRO, Augusto Ivan; DEL RIO, Vicente. Cultural Corridor: a preservation district in downtown Rio de Janeiro, Brazil. In: **TDSR**, v. 4, n. 11, pp. 51-64, 1993.

PINSON, Gilles. Projets urbains et construction des agglomérations. In: **Annales de la Recherche Urbaine**, n. 82, pp. 130-139, 1999.

PINTO, Ana Marcela Ardila. **A Construção dos Espaços Públicos em Bogotá e no Rio de Janeiro: uma análise comparada**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POLOS DO RIO. **Projeto Censo dos Polos 2011**. Rio de Janeiro: Narcisa Santos, 2011.

PORTO SILVA, Carlos Vilela. **O Cluster de Entretenimento da Lapa**: uma análise do processo de inovação na economia da música da região da Lapa – RJ. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PRATT, M.L. **Imperial Eyes**: studies in travel writing and transculturation. New York: Routledge, 1992.

PRED, Allan. Business Thoroughfares as expressions of urban negro culture. In: **Economic Geography**, n. 39, 217-233, 1963.

PRED, Allan. The Choreography of Existence: Comments on Hägerstrand's Time-Geography and Its Usefulness. In: **Economic Geography**, v. 53, n. 2, pp. 207-221, 1977.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 24608 DE 09 DE SETEMBRO DE 2004**. Institui o Programa “Rio Ruas Comerciais” da Cidade do Rio de Janeiro e Cria a Comissão para a sua Implementação. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 26200, DE 27 DE JANEIRO DE 2006**. Cria o Pólo Cultural e Gastronômico do Novo Rio Antigo e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 26201, DE 27 DE JANEIRO DE 2006**. Cria o Pólo Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 31473 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009**. Dispõe sobre o Programa POLOS DO RIO de revitalização econômica local e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 37868 DE 16 DE OUTUBRO DE 2013**. Altera o decreto municipal n° 30798 de 10 de junho de 2009. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 5407 DE 17 DE MAIO DE 2012**. Cria o Bairro da Lapa, pela subdivisão do Bairro de Fátima e do Centro, área da AP 1, II Região Administrativa. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 18 de Maio de 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N°30382 DE 02 DE JANEIRO DE 2009**. Cria o Grupo de Trabalho destinado à elaboração do Projeto “Lapa Legal”. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 05 de Janeiro de 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **DECRETO N° 30798 DE 10 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre a criação da Feira Noturna Lapa Legal. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 16 de junho de 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **LEI 1139 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987**. Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural

e de sua área de entorno e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1987.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO n° 16 de 04 de Junho de 1992.** Dispõe sobre a Política Urbana do Município, institui o Plano Diretor decenal da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras Providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, p. 1 - 36, de 09 de Junho de 1992.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO N° 111 de 1° de Fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, n° 21, p. 3 - 38, de 12 de Abril de 2011.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. LEI N°3188 DE 19 DE MARÇO DE 2001.** Institui a área de proteção do ambiente cultural dos Arcos da Lapa. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 20 de Março de 2001.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. LEI N°506 DE 17 DE JANEIRO DE 1984.** Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1984.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor de Iluminação Pública da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IplanRio, 1993.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro: pós 2016, o Rio mais integrado e competitivo 2013-2016.** Rio de Janeiro: PCRJ, 2013.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio Cidade.** O urbanismo de volta às ruas. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio Cidade:** caderno de elaboração de projetos. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.

**PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PROCEL RELUZ:** manual de instruções. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2005.

**PRONOVOST, Gilles. Introdução à Sociologia do Lazer.** São Paulo: Senac, 2011.

**PULICI, Andrea Paulo da Cunha. Intervenção Pública na Década de 90:** uma análise dos impactos espaciais do Programa Rio-Cidade no mercado imobiliário da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

**RIO COMO VAMOS. Pesquisa de Opinião Pública sobre a Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ibope, 2011.

**RIO COMO VAMOS. Pesquisa de Percepção 2013.** Rio de Janeiro: M.sense, 2013.

RIO COMO VAMOS. **Rio de Janeiro: desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: M.sense, 2012.

RIOARTE. **Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

ROBERTS, Marion. From 'creative city' to 'no go areas' – the expansion of the night-time economy in British town and city centres. In: **Cities**, v. 23, n. 5, pp. 331-338, 2006.

ROBINSON, Cara. Nightscapes and leisure spaces: an ethnographic study of young people's use of free space. In: **Journal of Youth Studies**, v. 12, n. 5, pp.501-514, 2009.

RODRIGUES, Eloísa Ramos Ribeiro. **Shopping ao Céu Aberto: transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSA, Rodrigo de Moraes. **Espetáculo Urbano ou Urbano como Espetáculo: a Lapa (en)cena**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSE, Mitch. Landscape and Labyrinths. In: **Geoforum**, n. 33, pp. 455–467, 2002.

RUSSELL, Bertrand. **O Elogio ao Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço, Tempo, Técnica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1979b.

SANTOS, Terena Brito. **Condomínio Residencial Cores da Lapa: um “gueto de luxo” encravado no centro histórico carioca**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SARTOR, Carlos Eduardo. Imagem da Cidade – Cidade da Imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade. In: **Cadernos Metrôpoles**, n. 4, pp. 65-91, 2000.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

SAUER, Carl O. Foreword to historical geography. In: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 31, n. 1, pp. 1-24, 1941.

SAUER, Carl. A Educação de um Geógrafo. In: **GEOgraphia**, Niterói, ano II, n. 4, pp. 137-150, 2000.

SAYRE, Nathan. Scale. In: CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN, D.; RHOADS, B. (ed.). **A Companion to Environmental Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **Disenchanted Night**: the industrialization of light in the nineteenth century. Los Angeles: The University of California Press, 1995.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. The Policing of Street Lighting. In: **Yale French Studies**, n. 73, pp. 61-74, 1987.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the Air Pump**: Hobbes, Boyle and the experimental life. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Georg. **Sobre la Aventura**: ensayos filosóficos. Barcelona: Península, 1979.

SIMMEL, Georg. The Metropolis and Mental Life. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). **The Blackwell City Reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill. Introduction. In: SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill (ed.). **Cool places**: Geographies of youth cultures. London: Psychology Press, 1998.

SLATER, Tom. Gentrification of the City. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). **The New Blackwell Companion to the City**. Oxford: Blackwell, 2011.

SMITH, N. **The New Urban Frontier**: gentrification and the revanchist city. New York and London: Routledge, 1996.

SMITH, Neil. New Globalism, New Urbanism: gentrification as global urban strategy. In: **Antipode**, v. 34, n. 3, pp. 427-450, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOJA, Edward W. Heterotopologies: a remembrance of other spaces in the Citadel-LA. In: WATSON, Sophie; GIBSON, Katherine (ed.). **Postmodern Cities and Spaces**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

SOJA, Edward. **Postmetropolis**: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Blackwell, 2000.

SOUZA, André Felix. **Lapa**: um lugar central para a sociabilidade noturna. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade** – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STANISLAWSKI, Dan. The origin and spread of the grid-pattern town. In: **Geographical Review**, v. 36, pp. 105-120, 1946.

- STEVENS, Garry. **The Favored Circle**: The social foundations of architectural distinction. Massachusetts: MIT Press, 1998.
- TALBOT, Deborah. **Regulating the Night**: Race, Culture and Exclusion in the Making of the Night-Time Economy. London: Ashgate Publishing, Ltd., 2007.
- TALBOT, Deborah. The Licensing Act 2003 and the Problematization of the Night-time Economy: Planning, Licensing and Subcultural Closure in the UK. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 1, pp. 159-171, 2006.
- TALBOT, Deborah; BOSE, Martina. Racism, Criminalization and the Development of Night-time Economies: two case studies in London and Manchester. In: **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 1, pp. 95–118, 2007.
- TANIZAKI, Junichiro. **In praise of shadows**. New Haven: Leete's Island Books, 1977.
- THIBAUD, Jean-Paul. Frames of Visibility in Public Spaces. In: **A Forum of Environmental Design**, v. 14, n. 1, pp. 42-47, 2001.
- THOMAS, Keith. Work and Leisure in Pre-industrial Society. In: **Past & Present**, n. 29, pp. 50-66, 1964.
- TUAN, Yi-fu. "Cultural Geography: Glances Backward and Forward". In: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 94, n. 4, pp. 729–733, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. Sight and Pictures. In: **Geographical Review**, v. 69, n. 4, pp. 413 – 422, 1979.
- URRY, John. **The Tourist Gaze**. London and New York: SAGE Publications, 2002.
- VAN SANTEN, Christa. **Light Zone City**: Light planning in the Urban Context. Zurich: Birkhäuser–Publishers for Architecture, 2006.
- VASCONCELLOS, Victor Maurício Barbosa. **A Geografia do Subterrâneo**: um estudo sobre a espacialidade das cenas de heavy metal no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- VIANNA, Hermano Paes. **O Baile Funk Carioca**: festas e estilos de vida metropolitanos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- WATT, P.; STENSON, K. The Street: 'It's a Bit Dodgy Around There': safety, danger, ethnicity and young's people use of public space. In: SKELTON, Tracey, and VALENTINE, Gill (ed.). **Cool places**: Geographies of youth cultures. London: Psychology Press, 1998.
- WHATMORE, Sarah. Materialist Returns: practicing cultural geography in and for a more than human world. In: **Cultural Geographies**, v. 13, pp. 600–609, 2006.
- WHYTE, William Hollingsworth. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington: Conservation Foundation, 1980.
- WILLIAMS, Robert. Night Spaces: Darkness, Deterritorialization and Social Control. In: **Space and Culture**, v. 11, n. 4, p. 514-532, 2008.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design**: tools for environment-behaviour research. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Oxford: Blackwell, 1995.

# Anexos

Anexo 1: Tabela de Dados do Índice de Concentração das Atividades Noturnas (2014)

COMER E BEBER										
NOME	Padarias e confeitarias	Bares e Choperias	Restaurantes	Adegas	Cafés e Cafeterias	Churrascarias	Fast Food	Lanchonetes	Pizzarias	TOTAL
Saúde	2	13	29					4		48
Gamboa	2	3	8	1				1		15
Santo Cristo	0	11	51		2		4	9	1	78
Caju	1	3	6					2		12
Centro	39	283	1653	13	69	31	39	298	34	2459
Catumbi	2	2	13		1				1	19
Rio Comprido	6	14	72			1	1	15	10	119
Cidade Nova	0	2	30			2	2	7		43
Estácio	4	3	7					3	1	18
São Cristóvão	12	25	133	3	1	3	1	21	8	207
Mangureira	0	0	1			1				2
Benfica	6	14	49				1	10	2	82
Paqueta	1	1	0							2
Santa Teresa	2	21	80	2			2	3	7	117
Flamengo	11	35	122	2	5	3		18	10	206
Glória	5	9	47	2	2	2		5	1	73
Laranjeiras	11	32	149	3	2	2		12	5	216
Catete	7	23	130	2	4	3	5	28	12	214
Cosme Velho	0	2	5		1				1	9
Botafogo	13	97	745	5	38	12	27	126	33	1096
Humaitá	4	16	82	1	5			12	4	124
Urca	1	5	24						4	34
Leme	3	9	48		1				1	62
Copacabana	40	142	803	12	30	16	23	127	55	1248
Ipanema	9	69	483	6	34	5	6	43	22	677
Leblon	9	67	463	5	30	4	11	62	20	671
Lagoa	0	10	82	3	5		2	3	4	109
Jardim Botânico	2	17	93	1	9		1	14	4	141
Gávea	5	24	127		9		4	21	6	196

Vidigal	1	4	18						2	25
São Conrado	2	1	56		5	1	2	7	7	81
Praça da Bandeira	2	12	64		1		1	10	5	95
Tijuca	45	75	559	2	29	5	28	103	56	902
Alto da Boa Vista	1	5	18			1	1	2		28
Maracanã	11	21	81	1	2	2	1	8	4	131
Vila Isabel	15	36	116	2	4	1	3	14	12	203
Andaraí	5	13	100		5	3	8	21	8	163
Grajaú	5	15	45			2		2	11	80
Manguinhos	1	8	26				1	5		41
Bonsucesso	11	21	90			7	5	25	6	165
Ramos	8	7	42			3	1	13	5	79
Olaria	8	6	32			1	1	6	3	57
Penha	14	16	64		1	2	2	13	8	120
Penha Circular	7	12	50			3	1	8	1	82
Brás de Pina	4	4	15					3	5	31
Cordovil	1	1	8				1	1	2	14
Parada de Lucas	0	4	6			1			2	13
Vigário Geral	4	3	12					2		21
Jardim América	3	1	10					1		15
Higienópolis	5	3	10					3	1	22
Jacaré	7	2	10						1	20
Maria da Graça	2	6	9							17
Del Castilho	1	1	17		1		2	4	2	28
Inhaúma	1	14	91	1	7	2	11	16	7	150
Engenho Da Rainha	2	0	2					2		6
Tomás Coelho	0	0	1							1
São Francisco Xavier	1	5	24					6	3	39
Rocha	0	1	6					1		8
Riachuelo	1	1	5						3	10
Sampaio	0	0	1							1
Engenho Novo	4	3	30				1	9	3	50
Lins De Vasconcelos	8	5	6				1	1	1	22
Méier	13	19	127		1	7	10	38	14	229
Todos Os Santos	5	6	13						1	25
Cachambi	7	5	72	1		1	5	15	7	113
Engenho De Dentro	8	13	29			3	1	6	9	69
Água Santa	1	0	0							1

Encantado	0	0	7						2	9
Piedade	7	3	22				1	2	2	37
Abolição	2	2	1							5
Pilares	5	12	13			3	1	1		35
Vila Cosmos	0	0	1						1	2
Vicente De Carvalho	4	5	26	1	1		2	8	3	50
Vila Da Penha	8	7	83	1	2	4	11	12	14	142
Vista Alegre	4	5	10			3	1	3	3	29
Irajá	4	10	75		5	1	8	11	7	121
Colégio	1	1	5	1	1					9
Campinho	1	1	8				1	3		14
Quintino Bocaiúva	4	1	10			2		2	4	23
Cavalcanti	2	1	2							5
Engenheiro Leal	0	0	0							0
Cascadura	1	7	26				1	10	1	46
Madureira	8	21	118		1	4	11	51	6	220
Vaz Lobo	2	4	11					3	1	21
Turiaçu	1	1	2							4
Rocha Miranda	6	4	13		1		1	2	3	30
Honório Gurgel	1	2	4					1		8
Osvaldo Cruz	2	0	4					1		7
Bento Ribeiro	4	3	17					2	3	29
Marechal Hermes	2	6	21	1		2	1	3	1	37
Ribeira	1	7	16	1					2	27
Zumbi	1	0	0							1
Cacuaia	2	0	22			2		3	2	31
Pitangueiras	1	1	1							3
Praia Da Bandeira	1	1	0							2
Cocotá	2	4	14					3	2	25
Bancários	2	0	7						1	10
Freguesia	3	1	9				1	3	1	18
Jardim Guanabara	3	5	43			3	3	4	4	65
Jardim Carioca	2	0	0							2
Tauá	1	1	6				2	2	1	13
Moneró	2	0	0							2
Portuguesa	2	0	27		1	3	1	10	5	49
Galeão	2	0	14		1			5		22
Cidade Universitária	0	0	5							5

Guadalupe	2	6	66		3	1	9	14	4	105
Anchieta	7	5	30			1	4	6	5	58
Parque Anchieta	1	0	0							1
Ricardo De Albuquerque	0	1	3					1		5
Coelho Neto	1	6	24	1				5	1	38
Acari	0	2	7				1	2		12
Barros Filho	1	0	1					2		4
Costa Barros	2	2	5					1	1	11
Pavuna	2	5	24	2		1	5	11	1	51
Jacarepaguá	4	20	125	1	1		5	5	24	185
Anil	5	0	17							22
Gardênia Azul	0	0	5							5
Cidade De Deus	0	1	5							6
Curicica	4	1	29		1				3	38
Freguesia Jacarepaguá	5	13	101		4	2	5	5	11	146
Pechincha	6	5	14			1			7	33
Taquara	15	8	83		1	7	3	3	15	135
Tanque	1	5	56		3	2	6	6	5	84
Praça Seca	6	9	26	1	1	3			8	54
Vila Valqueire	6	5	46				6	10	9	82
Joá	0	0	3							3
Itanhangá	1	3	14						2	20
Barra Da Tijuca	31	110	1434	19	65	27	77	190	83	2036
Camorim	0	0	0							0
Vargem Pequena	0	0	0							0
Vargem Grande	0	0	0							0
Recreio Dos Bandeirantes	8	21	231	1	5	4	11	25	27	333
Grumari	0	0	0							0
Deodoro	0	0	2					1		3
Vila Militar	3	0	0							3
Campo Dos Afonsos	0	0	21				1	2	5	29
Jardim Sulacap	2	5	5					1	2	15
Magalhães Bastos	0	0	8					1		9
Realengo	11	9	68		1	2	2	10	11	114
Padre Miguel	7	2	17			2	1	6	4	39
Bangu	19	17	133		3	5	19	28	16	240
Senador Camará	4	4	19	1				3	2	33
Santíssimo	3	1	9					2	1	16

Campo Grande	24	33	254	2	4	14	18	50	48	447
Senador Vasconcelos	1	1	14			1		1	4	22
Inhoaíba	2	0	9				2	4	4	21
Cosmos	4	2	10					1	3	20
Paciência	1	2	5				1	1	1	11
Santa Cruz	7	8	65			2	4	14	8	108
Sepetiba	0	0	10			1		2	2	15
Guaratiba	2	2	35							39
Barra De Guaratiba	1	3	52							56
Pedra De Guaratiba	0	0	6						1	7
Rocinha	0	0	1					1		2
Jacarezinho	0	0	0							0
Complexo do Alemão	0	0	0							0
Maré	1	2	5							8
Parque Colúmbia	0	0	0							0
Vasco da Gama	0	0	0							0
Gericinó	0	0	0							0

ARTE E CULTURA

NOME	Galerias de Arte	Museus	Centros Culturais	Salas de Cinema	Teatros	Bens Tombados	TOTAL
Saúde		2			2	9	13
Gamboa			1			10	11
Santo Cristo			1			11	12
Caju		1				2	3
Centro	5	27	16	3	32	198	281
Catumbi						2	2
Rio Comprido		1			2	2	5
Cidade Nova			1		1	7	9
Estácio					3	1	4
São Cristóvão		10	1		1	16	28
Mangueira		1	1			0	2
Benfica						2	2
Paqueta						28	28
Santa Teresa		2	1	1	3	21	28
Flamengo	1	1	3		5	21	31
Glória		1			2	17	20
Laranjeiras			1	4	3	91	99
Catete		3	2	1	2	6	14
Cosme Velho	1	1				5	7
Botafogo	3	8	7	22	7	100	147
Humaitá					3	8	11
Urca					7	8	15
Leme	1					2	3
Copacabana	6	2		3	16	16	43
Ipanema	5	3	5	6	4	20	43
Leblon	1		1	6	8	14	30
Lagoa		1			2	7	10
Jardim Botânico		2			1	20	23
Gávea	2	3	1	1	7	15	29
Vidigal					1	0	1
São Conrado				4		4	8
Praça da Bandeira						1	1

Tijuca		1		3	11	35	50
Alto da Boa Vista		3	1			11	15
Maracanã					3	3	6
Vila Isabel			2	7	1	6	16
Andaraí						0	0
Grajaú					2	0	2
Manguinhos			1			2	3
Bonsucesso					2	2	4
Ramos			1			1	2
Olaria						0	0
Penha				6		3	9
Penha Circular						1	1
Brás de Pina			1			0	1
Cordovil						0	0
Parada de Lucas						0	0
Vigário Geral	1					1	2
Jardim América						0	0
Higienópolis						0	0
Jacaré						0	0
Maria da Graça	1		1			1	3
Del Castilho		1		17	1	1	20
Inhaúma						0	0
Engenho Da Rainha						0	0
Tomás Coelho						0	0
São Francisco Xavier						0	0
Rocha					1	0	1
Riachuelo						1	1
Sampaio						0	0
Engenho Novo						2	2
Lins De Vasconcelos						1	1
Méier		1			1	1	3
Todos Os Santos						0	0
Cachambi						0	0
Engenho De Dentro		2				4	6
Água Santa						0	0
Encantado						1	1
Piedade		1			1	2	4
Abolição						0	0

Pilares						0	0
Vila Cosmos				8		0	8
Vicente De Carvalho			1			0	1
Vila Da Penha						2	2
Vista Alegre			1		1	0	2
Irajá			2	6		0	8
Colégio						0	0
Campinho						0	0
Quintino Bocaiúva			1		1	2	4
Cavalcanti						0	0
Engenheiro Leal						0	0
Cascadura					1	0	1
Madureira	1		1	4	1	1	8
Vaz Lobo						0	0
Turiaçu						0	0
Rocha Miranda						0	0
Honório Gurgel						0	0
Oswaldo Cruz						0	0
Bento Ribeiro						0	0
Marechal Hermes					1	3	4
Ribeira						0	0
Zumbi						0	0
Cacuaia					1	0	1
Pitangueiras						0	0
Praia Da Bandeira			1			0	1
Cocotá						0	0
Bancários						0	0
Freguesia						2	2
Jardim Guanabara					1	1	2
Jardim Carioca					1	0	1
Tauá						0	0
Moneró						0	0
Portuguesa				4		0	4
Galeão						0	0
Cidade Universitária						1	1
Guadalupe				1	1	0	2
Anchieta					1	0	1
Parque Anchieta						0	0

Ricardo De Albuquerque						0	0
Coelho Neto						0	0
Acari						0	0
Barros Filho						0	0
Costa Barros						0	0
Pavuna						0	0
Jacarepaguá					1	10	11
Anil						1	1
Gardênia Azul						1	1
Cidade De Deus					1	0	1
Curicica						0	0
Freguesia Jacarepaguá			1	3		2	6
Pechincha			2			0	2
Taquara						1	1
Tanque				4		0	4
Praça Seca			1			2	3
Vila Valqueire						0	0
Joá						0	0
Itanhangá						0	0
Barra Da Tijuca	13		4	46	7	4	74
Camorim						1	1
Vargem Pequena						1	1
Vargem Grande						1	1
Recreio Dos Bandeirantes		2		5		13	20
Grumari						1	1
Deodoro						0	0
Vila Militar						1	1
Campo Dos Afonsos		1				0	1
Jardim Sulacap				6		0	6
Magalhães Bastos						0	0
Realengo			1		1	5	7
Padre Miguel						0	0
Bangu				6	3	8	17
Senador Camará			1			1	2
Santíssimo						0	0
Campo Grande			1	6	2	9	18
Senador Vasconcelos			1			0	1
Inhoaíba						0	0

Cosmos						0	0
Paciência						0	0
Santa Cruz			1			11	12
Sepetiba						1	1
Guaratiba			1			1	2
Barra De Guaratiba		1				2	3
Pedra De Guaratiba						1	1
Rocinha						1	1
Jacarezinho						0	0
Complexo do Alemão						0	0
Maré						0	0
Parque Colúmbia						0	0
Vasco da Gama						0	0
Gericinó						0	0

ESPORTE E LAZER

CODBNUM	NOME	Boliches	Sinucas	Patinação no Gelo	Paintball	Parque de Diversões ou Circos	Clubes, Associações Desportivas e Sociais	Praças, Largos, Jardins e Parques Urbanos	TOTAL
1	Saúde							6	6
2	Gamboa							4	4
3	Santo Cristo							11	11
4	Caju							11	11
5	Centro		3				24	83	110
6	Catumbi							8	8
7	Rio Comprido							3	3
8	Cidade Nova						3	8	11
9	Estácio							4	4
10	São Cristóvão					1	1	22	24
11	Mangueira						1	2	3
12	Benfica							12	12
13	Paquetá						1	17	18
14	Santa Teresa						1	20	21
15	Flamengo						1	7	8
16	Glória						3	13	16
17	Laranjeiras		1				3	13	17
18	Catete				1		1	3	5
19	Cosme Velho							3	3
20	Botafogo						2	29	31
21	Humaitá		1					4	5
22	Urca						1	8	9
23	Leme							2	2
24	Copacabana		1				2	14	17
25	Ipanema						2	12	14
26	Leblon						4	25	29
27	Lagoa						4	17	21
28	Jardim Botânico						1	9	10
29	Gávea						1	7	8
30	Vidigal							0	0
31	São Conrado						1	6	7
32	Praça da Bandeira							4	4

33	Tijuca		2			8	32	42
34	Alto da Boa Vista						14	14
35	Maracanã					1	11	12
36	Vila Isabel			1		1	12	14
37	Andaraí		1				6	7
38	Grajaú					2	10	12
39	Manguinhos						2	2
40	Bonsucesso				1	2	11	14
41	Ramos						12	12
42	Olaria				1	1	20	22
43	Penha						25	25
44	Penha Circular					3	12	15
45	Brás de Pina					2	10	12
46	Cordovil						11	11
47	Parada de Lucas						6	6
48	Vigário Geral						8	8
49	Jardim América						9	9
50	Higienópolis		1				1	2
51	Jacaré						4	4
52	Maria da Graça					1	5	6
53	Del Castilho				1		17	18
54	Inhaúma					1	6	7
55	Engenho Da Rainha						3	3
56	Tomás Coelho						3	3
57	São Francisco Xavier			1			1	2
58	Rocha					1	1	2
59	Riachuelo						1	1
60	Sampaio						0	0
61	Engenho Novo						4	4
62	Lins De Vasconcelos						2	2
63	Méier					2	7	9
64	Todos Os Santos					1	3	4
65	Cachambi	1		1			8	10
66	Engenho De Dentro						8	8
67	Água Santa						1	1
68	Encantado						2	2
69	Piedade					3	3	6
70	Abolição						1	1

71	Pilares							7	7
72	Vila Cosmos							3	3
73	Vicente De Carvalho							5	5
74	Vila Da Penha						2	4	6
75	Vista Alegre							4	4
76	Irajá			1			1	29	31
77	Colégio							5	5
78	Campinho							5	5
79	Quintino Bocaiúva							2	2
80	Cavalcanti							1	1
81	Engenheiro Leal							1	1
82	Cascadura							6	6
83	Madureira						3	19	22
84	Vaz Lobo							6	6
85	Turiaçu							3	3
86	Rocha Miranda						1	14	15
87	Honório Gurgel							6	6
88	Oswaldo Cruz							4	4
89	Bento Ribeiro							8	8
90	Marechal Hermes						1	18	19
91	Ribeira							1	1
92	Zumbi							2	2
93	Cacuia							5	5
94	Pitangueiras							2	2
95	Praia Da Bandeira							0	0
96	Cocotá						1	4	5
97	Bancários							10	10
98	Freguesia							6	6
99	Jardim Guanabara						2	26	28
100	Jardim Carioca							11	11
101	Tauá							9	9
102	Moneró							1	1
103	Portuguesa						1	15	16
104	Galeão						1	3	4
105	Cidade Universitária							3	3
106	Guadalupe						1	24	25
107	Anchieta							22	22
108	Parque Anchieta							1	1

109	Ricardo De Albuquerque							9	9
110	Coelho Neto							5	5
111	Acari							2	2
112	Barros Filho							3	3
113	Costa Barros							11	11
114	Pavuna						1	44	45
115	Jacarepaguá			1			2	23	26
116	Anil						1	21	22
117	Gardênia Azul							5	5
118	Cidade De Deus							44	44
119	Curicica					1		5	6
120	Freguesia Jacarepaguá						1	22	23
121	Pechincha						1	4	5
122	Taquara							45	45
123	Tanque						1	6	7
124	Praça Seca							3	3
125	Vila Valqueire							15	15
126	Joá							0	0
127	Itanhangá						1	10	11
128	Barra Da Tijuca	2		2	3	3	14	64	88
129	Camorim							0	0
130	Vargem Pequena							1	1
131	Vargem Grande							9	9
132	Recreio Dos Bandeirantes						6	28	34
133	Grumari							2	2
134	Deodoro							9	9
135	Vila Militar							2	2
136	Campo Dos Afonsos							0	0
137	Jardim Sulacap				1			18	19
138	Magalhães Bastos						1	3	4
139	Realengo						1	52	53
140	Padre Miguel							20	20
141	Bangu				1		1	107	109
142	Senador Camará						1	36	37
143	Santíssimo						1	16	17
144	Campo Grande						4	247	251
145	Senador Vasconcelos							13	13
146	Inhoaíba							18	18

147	Cosmos		1					40	41
148	Paciência							52	52
149	Santa Cruz						1	79	80
150	Sepetiba						2	10	12
151	Guaratiba							68	68
152	Barra De Guaratiba						2	0	2
153	Pedra De Guaratiba							4	4
154	Rocinha							2	2
155	Jacarezinho							9	9
156	Complexo do Alemão							3	3
157	Maré						1	10	11
158	Parque Colúmbia							0	0
159	Vasco da Gama							2	2
160	Gercinó							0	0

CODBNUM	NOME	VIDA NOTURNA						TOTAL
		Casas de Massagens	Motéis	Saunas	Termas	Boates e Casas Noturnas	Casas de Espetáculos	
1	Saúde		1			3	1	5
2	Gamboa					3		3
3	Santo Cristo							0
4	Caju							0
5	Centro	5	19	5	17	65	25	136
6	Catumbi							0
7	Rio Comprido							0
8	Cidade Nova							0
9	Estácio		2					2
10	São Cristóvão		1					1
11	Mangueira					1		1
12	Benfica							0
13	Paquetá							0
14	Santa Teresa							0
15	Flamengo		1		3		1	5
16	Glória	1	1	3				5
17	Laranjeiras					5		5
18	Catete	1	1					2
19	Cosme Velho							0
20	Botafogo		3	3	2			8
21	Humaitá							0
22	Urca							0
23	Leme					2		2
24	Copacabana	2		2	7	30	1	42
25	Ipanema			1	6	30		37
26	Leblon					12	1	13

27	Lagoa				1	6		7
28	Jardim Botânico							0
29	Gávea					7		7
30	Vidigal		3			1		4
31	São Conrado		2	2		5		9
32	Praça da Bandeira		4					4
33	Tijuca		2		1	4		7
34	Alto da Boa Vista		1					1
35	Maracanã			2			1	3
36	Vila Isabel		1					1
37	Andaraí							0
38	Grajaú							0
39	Manguinhos							0
40	Bonsucesso		2	2		1		5
41	Ramos	1				1		2
42	Olaria					1		1
43	Penha				1			1
44	Penha Circular					1	1	2
45	Brás de Pina							0
46	Cordovil							0
47	Parada de Lucas							0
48	Vigário Geral		1					1
49	Jardim América		1					1
50	Higienópolis							0
51	Jacaré							0
52	Maria da Graça							0
53	Del Castilho							0
54	Inhaúma							0
55	Engenho Da Rainha							0

56	Tomás Coelho							0
57	São Francisco Xavier							0
58	Rocha							0
59	Riachuelo				1			1
60	Sampaio							0
61	Engenho Novo							0
62	Lins De Vasconcelos							0
63	Méier					1		1
64	Todos Os Santos							0
65	Cachambi		2					2
66	Engenho De Dentro		2					2
67	Água Santa							0
68	Encantado							0
69	Piedade							0
70	Abolição							0
71	Pilares		1			1		2
72	Vila Cosmos							0
73	Vicente De Carvalho							0
74	Vila Da Penha							0
75	Vista Alegre							0
76	Irajá							0
77	Colégio							0
78	Campinho							0
79	Quintino Bocaiúva							0
80	Cavalcanti							0
81	Engenheiro Leal							0
82	Cascadura					1	1	2
83	Madureira		3			2	1	6
84	Vaz Lobo		1					1

85	Turiaçu							0
86	Rocha Miranda							0
87	Honório Gurgel							0
88	Oswaldo Cruz		1					1
89	Bento Ribeiro							0
90	Marechal Hermes							0
91	Ribeira							0
92	Zumbi							0
93	Cacuaia							0
94	Pitangueiras							0
95	Praia Da Bandeira							0
96	Cocotá							0
97	Bancários							0
98	Freguesia					1		1
99	Jardim Guanabara							0
100	Jardim Carioca							0
101	Tauá							0
102	Moneró							0
103	Portuguesa							0
104	Galeão							0
105	Cidade Universitária							0
106	Guadalupe					1		1
107	Anchieta		1					1
108	Parque Anchieta							0
109	Ricardo De Albuquerque							0
110	Coelho Neto		2					2
111	Acari							0
112	Barros Filho							0
113	Costa Barros							0

114	Pavuna					1		1
115	Jacarepaguá		3			3	1	7
116	Anil							0
117	Gardênia Azul							0
118	Cidade De Deus					1		1
119	Curicica		3		1			4
120	Freguesia Jacarepaguá		1					1
121	Pechincha							0
122	Taquara		1	1				2
123	Tanque							0
124	Praça Seca		1		1	1		3
125	Vila Valqueire		1			1	1	3
126	Joá							0
127	Itanhangá		3					3
128	Barra Da Tijuca		7		2	38	8	55
129	Camorim							0
130	Vargem Pequena							0
131	Vargem Grande							0
132	Recreio Dos Bandeirantes		1			2	1	4
133	Grumari							0
134	Deodoro							0
135	Vila Militar							0
136	Campo Dos Afonsos							0
137	Jardim Sulacap					1		1
138	Magalhães Bastos							0
139	Realengo		4					4
140	Padre Miguel		2					2
141	Bangu		5			1		6
142	Senador Camará							0

143	Santíssimo							0
144	Campo Grande		3	1		1	1	6
145	Senador Vasconcelos			1				1
146	Inhoaíba							0
147	Cosmos							0
148	Paciência							0
149	Santa Cruz		1			1		2
150	Sepetiba							0
151	Guaratiba							0
152	Barra De Guaratiba							0
153	Pedra De Guaratiba							0
154	Rocinha					1		1
155	Jacarezinho							0
156	Complexo do Alemão							0
157	Maré							0
158	Parque Colúmbia							0
159	Vasco da Gama							0
160	Gericinó							0

## Anexo 2: Legenda de bairros que constam nos mapas

1	Saúde
2	Gamboa
3	Santo Cristo
4	Caju
5	Centro
6	Catumbi
7	Rio Comprido
8	Cidade Nova
9	Estácio
10	São Cristóvão
11	Mangueira
12	Benfica
13	Paquetá
14	Santa Teresa
15	Flamengo
16	Glória
17	Laranjeiras
18	Catete
19	Cosme Velho
20	Botafogo
21	Humaitá
22	Urca
23	Leme
24	Copacabana
25	Ipanema
26	Leblon
27	Lagoa
28	Jardim Botânico
29	Gávea
30	Vidigal
31	São Conrado
32	Praça da Bandeira
33	Tijuca

34	Alto da Boa Vista
35	Maracanã
36	Vila Isabel
37	Andaraí
38	Grajaú
39	Manguinhos
40	Bonsucesso
41	Ramos
42	Olaría
43	Penha
44	Penha Circular
45	Brás de Pina
46	Cordovil
47	Parada de Lucas
48	Vigário Geral
49	Jardim América
50	Higienópolis
51	Jacaré
52	Maria da Graça
53	Del Castilho
54	Inhaúma
55	Engenho Da Rainha
56	Tomás Coelho
57	São Francisco Xavier
58	Rocha
59	Riachuelo
60	Sampaio
61	Engenho Novo
62	Lins De Vasconcelos
63	Méier
64	Todos Os Santos
65	Cachambi
66	Engenho De Dentro

67	Água Santa
68	Encantado
69	Piedade
70	Abolição
71	Pilares
72	Vila Cosmos
73	Vicente De Carvalho
74	Vila Da Penha
75	Vista Alegre
76	Irajá
77	Colégio
78	Campinho
79	Quintino Bocaiúva
80	Cavalcanti
81	Engenheiro Leal
82	Cascadura
83	Madureira
84	Vaz Lobo
85	Turiaçu
86	Rocha Miranda
87	Honório Gurgel
88	Oswaldo Cruz
89	Bento Ribeiro
90	Marechal Hermes
91	Ribeira
92	Zumbi
93	Cacuia
94	Pitangueiras
95	Praia Da Bandeira
96	Cocotá
97	Bancários
98	Freguesia
99	Jardim Guanabara

100	Jardim Carioca
101	Tauá
102	Moneró
103	Portuguesa
104	Galeão
105	Cidade Universitária
106	Guadalupe
107	Anchieta
108	Parque Anchieta
109	Ricardo De Albuquerque
110	Coelho Neto
111	Acari
112	Barros Filho
113	Costa Barros
114	Pavuna
115	Jacarepaguá
116	Anil
117	Gardênia Azul
118	Cidade De Deus
119	Curicica
120	Freguesia Jacarepaguá
121	Pechincha
122	Taquara
123	Tanque
124	Praça Seca
125	Vila Valqueire
126	Joá
127	Itanhangá
128	Barra Da Tijuca
129	Camorim
130	Vargem Pequena
131	Vargem Grande
132	Recreio Dos Bandeirantes

133	Grumari
134	Deodoro
135	Vila Militar
136	Campo Dos Afonsos
137	Jardim Sulacap
138	Magalhães Bastos
139	Realengo
140	Padre Miguel
141	Bangu
142	Senador Camará
143	Santíssimo
144	Campo Grande
145	Senador Vasconcelos
146	Inhoaíba
147	Cosmos
148	Paciência
149	Santa Cruz
150	Sepetiba
151	Guaratiba
152	Barra De Guaratiba
153	Pedra De Guaratiba
154	Rocinha
155	Jacarezinho
156	Complexo do Alemão
157	Maré
158	Parque Colúmbia
159	Vasco da Gama
160	Gericinó

### **Anexo 3: Instrumentos de Pesquisa**